



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV Nº 36, QUINTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2020



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (-)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Expedito Netto (PSD-RO)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Paulão (PT-AL)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 17ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA (CN), EM 19 DE AGOSTO DE 2020

1.1 – ABERTURA 31

1.2 – ORDEM DO DIA

1.2.1 – Fala da Presidência

Informa a retirada da pauta dos dispositivos 25.20.018 e 25.20.023, do Veto nº 25/2020, por decisão do STF e a consequente renumeração dos demais dispositivos. 31

1.2.2 – Discussão, em globo, dos Vetos nºs 11, 12, 15, 16, 18, 19 e 21 a 28/2020 (Itens 2, 3, 6, 7, 9, 10 e 12 a 19) 31

1.2.3 – Leitura dos Requerimentos nºs 60 a 69/2020, de destaque 39

1.2.4 – Item 1

Veto Parcial nº 56/2019, aposto ao Projeto de Lei nº 6341/2019 (nº 10372/2018, na Câmara dos Deputados), que *aperfeiçoa a legislação penal e processual penal*. **Apreciação adiada.** 39

1.2.4.1 – Item 17

Veto Parcial nº 26/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 15/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 936/2020), que *institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.*
Discussão encerrada. 39



1.2.5 – Votação, em globo, dos Vetos nºs 16, 18, 25 (dispositivos 25.20.001 a 25.20.005, 25.20.009 a 25.20.015 e 25.20.019 a 25.20.022) e 27/2020 (dispositivos 27.20.001 a 27.20.006, 27.20.012 a 27.20.015 e 27.20.017 a 27.20.022) (Itens 7, 9, 16 e 18) 39

1.2.6 – Item 20

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11/2020, do Presidente da República, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, do Trabalho, e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 36.737.273,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*. Proferido o **Parecer nº 4/2020-PLN-CN** pelo Senador Marcos Rogério, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 49

1.2.7 – Votação, em globo, dos Vetos nºs 16, 18, 25 (dispositivos 25.20.001 a 25.20.005, 25.20.009 a 25.20.015 e 25.20.019 a 25.20.022) e 27/2020 (dispositivos 27.20.001 a 27.20.006, 27.20.012 a 27.20.015 e 27.20.017 a 27.20.022) (Itens 7, 9, 16 e 18)(continuação) 50

1.2.7.1 – Item 7

Veto Parcial nº 16/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1304/2020, que *altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira, e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União*. **Rejeitado**. Ao Senado Federal (votação nominal).

1.2.7.2 – Item 9

Veto Parcial nº 18/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 864/2020, que *altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países; e dá outras providências*. **Rejeitado**. Ao Senado Federal (votação nominal).

1.2.7.3 – Item 16

Veto Parcial nº 25/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1562/2020, que *altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19*. **Rejeitados os dispositivos 25.20.001 a 25.20.005, 25.20.009 a 25.20.015 e 25.20.019 a 25.20.022**. Ao Senado Federal (votação nominal).

1.2.7.4 – Item 18

Veto Parcial nº 27/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1142/2020, que *dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública*. **Rejeitados os dispositivos 27.20.001 a 27.20.006, 27.20.012 a 27.20.015 e 27.20.017 a 27.20.022**. Ao Senado Federal (votação nominal).



1.2.8 – Votação, em globo, dos Vetos nºs 11, 12, 15, 19, 21 a 23, 25 (dispositivos 25.20.006 a 25.20.008, 25.20.016 a 25.20.018 e 25.20.023), 27 (dispositivos 27.20.007 a 27.20.010 e 25.20.016) e 28/2020 (Itens 2, 3, 6, 10, 12 a 14, 16, 18 e 19) 57

1.2.8.1 – Item 2

Veto Total nº 11/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2129/2019 (nº 8302/2017, na Câmara dos Deputados), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*. **Mantido** (votação nominal).

1.2.8.2 – Item 3

Veto Parcial nº 12/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 5/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 903/2019), que *"Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996"*. **Mantido** (votação nominal).

1.2.8.3 – Item 6

Veto Parcial nº 15/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 8/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 907/2019), que *altera as Leis nºs 11.371, de 28 de novembro de 2006, e 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor a respeito das alíquotas do imposto sobre a renda incidentes nas operações que especifica, e as Leis nºs 9.825, de 23 de agosto de 1999, 11.356, de 19 de outubro de 2006, e 12.462, de 4 de agosto de 2011; autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); extingue o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); revoga a Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências*. **Mantido** (votação nominal).

1.2.8.4 – Item 10

Veto Parcial nº 19/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 10/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 909/2019), que *extingue o fundo formado pelas reservas monetárias de que trata o art. 12 da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966; dispõe sobre a destinação dos recursos oriundos do fundo; revoga o art. 12 da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966; e dá outras providências*. **Mantido** (votação nominal).

1.2.8.5 – Item 12

Veto Parcial nº 21/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 9/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 915/2019), que *aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16 de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis nºs 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências*. **Mantido** (votação nominal).

1.2.8.6 – Item 13

Veto Parcial nº 22/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1075/2020, que *dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020*. **Mantido** (votação nominal).

1.2.8.7 – Item 14

Veto Parcial nº 23/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1888/2020, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19)*. **Mantido** (votação nominal).



1.2.8.8 – Item 16

Veto Parcial nº 25/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1562/2020, que *altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. Mantidos os dispositivos 25.20.006 a 25.20.008, 25.20.016 a 25.20.018 e 25.20.023* (votação nominal).

1.2.8.9 – Item 18

Veto Parcial nº 27/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1142/2020, que *dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Mantidos os dispositivos 27.20.007 a 27.20.010 e 27.20.016* (votação nominal).

1.2.8.10 – Item 19

Veto Parcial nº 28/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1079/2020, que *altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Mantido* (votação nominal).

1.2.9 – Item 15

Veto Total nº 24/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 675/2020, que *suspende retroativamente e impede novas inscrições nos cadastros de empresas de análises e informações para decisões de crédito enquanto vigente a calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19. Mantido* (votação nominal).

61

1.2.10 – Item 20 (continuação)

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11/2020, do Presidente da República, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, do Trabalho, e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 36.737.273,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado.* Ao Senado Federal.

72

1.2.11 – Item 21

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23/2020, do Presidente da República, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 166.822.755,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado,* após **Parecer nº 5/2020-PLEN-CN**, proferido pelo Deputado João Roma, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Ao Senado Federal.

73

1.3 – ENCERRAMENTO

75

2 – ATA DA 18ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA (CN), EM 19 DE AGOSTO DE 2020

2.1 – ABERTURA

79

2.2 – ORDEM DO DIA



2.2.1 – Discussão, em globo, dos Vetos nºs 13, 14, 17 e 20/2020 (Itens 4, 5, 8 e 11) 79**2.2.1.1 – Item 4**

Veto Parcial nº 13/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 873/2020, que *promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências*. **Discussão encerrada**

2.2.2 – Votação, em globo, dos Vetos nºs 14/2020 (dispositivos 14.20.001 a 14.20.004) e 20/2020 (dispositivos 20.20.001 a 20.20.006) (itens 5 e 11)**2.2.2.1 – Item 5**

Veto Parcial nº 14/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1282/2020, que *institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999*. **Rejeitados os dispositivos 14.20.001 a 14.20.004, ressalvados os destaques** (votação nominal). À Câmara dos Deputados.

2.2.2.2 – Item 11

Veto Parcial nº 20/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1179/2020, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)*. **Rejeitados os dispositivos 20.20.001 a 20.20.006, ressalvados os destaques** (votação nominal). À Câmara dos Deputados.

2.2.3 – Votação, em globo, dos Vetos nºs 14/2020 (dispositivos 14.20.005 a 14.20.010), 17/2020 (dispositivos 17.20.001, 17.20.003 e 17.20.004) e 20/2020 (dispositivos 20.20.007 a 20.20.010, 20.20.015 e 20.20.016) (Itens 5, 8 e 11) 85**2.2.3.1 – Item 5**

Veto Parcial nº 14/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1282/2020, que *institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999*. **Mantidos os dispositivos 14.20.005 a 14.20.010** (votação nominal).

2.2.3.2 – Item 8

Veto Parcial nº 17/2020, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 39/2020, que *estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências*. **Mantidos os dispositivos 17.20.001, 17.20.003 e 17.20.004** (votação nominal).

2.2.3.3 – Item 11

Veto Parcial nº 20/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1179/2020, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)*. **Mantidos os dispositivos 20.20.007 a 20.20.010, 20.20.015 e 20.20.016** (votação nominal).

2.2.4 – Item 8

Veto Parcial nº 17/2020, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 39/2020, que *estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências*. **Rejeitado o dispositivo 17.20.002**. À Câmara dos Deputados (votação nominal). 96



2.2.5 – Item 11

Veto Parcial nº 20/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1179/2020, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)*. **Mantidos os dispositivos 20.20.011 a 20.20.014** (votação nominal). 104

2.2.6 – Apreciação, em globo, dos Vetos nºs 16, 18, 25 (dispositivos 25.20.001 a 25.20.005, 25.20.009 a 25.20.015 e 25.20.019 a 25.20.022) e 27 (dispositivos 27.20.001 a 27.20.006, 27.20.012 a 27.20.015 e 27.20.017 a 27.20.022) (Itens 7, 9, 16 e 18) 109

2.2.6.1 – Item 7

Veto Parcial nº 16/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1304/2020, que *altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira, e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União*. **Rejeitado** (votação nominal). À promulgação

2.2.6.2 – Item 9

Veto Parcial nº 18/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 864/2020, que *altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países; e dá outras providências*. **Rejeitado** (votação nominal). À promulgação

2.2.7 – Item 16

Veto Parcial nº 25/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1562/2020, que *altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19*. **Rejeitados os dispositivos 25.20.001 a 25.20.005, 25.20.009 a 25.20.015 e 25.20.019 a 25.20.022** (votação nominal). À promulgação

2.2.8 – Item 18

Veto Parcial nº 27/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1142/2020, que *dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública*. **Rejeitados os dispositivos 27.20.001 a 27.20.006, 27.20.012 a 27.20.015 e 27.20.017 a 27.20.022** (votação nominal). À promulgação

2.2.9 – Item 20

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11/2020, do Presidente da República, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, do Trabalho, e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 36.737.273,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*. **Aprovado**. À sanção. 114



2.2.10 – Item 21

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23/2020, do Presidente da República, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 166.822.755,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado.* À sanção. 114

2.3 – ENCERRAMENTO 114

PARTE II**3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DAS 17ª E 18ª SESSÕES****3.1 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA****3.1.1 – Vetos nºs 56/2019, 11, 12, 14 a 28/2020**

Requerimentos nºs 60 a 69/2020 116

Declarações de voto 136

Listas de votação 152

3.1.2 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11/2020

Parecer nº 4/2020-PLN-CN 198

3.1.3 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23/2020

Parecer nº 5/2020-PLN-CN 208

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**4.1 – EXPEDIENTE****4.1.1 – Comunicação**

Da Liderança do PSL na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista da Reforma Tributária (**Ofício nº 81/2020**). 216

4.1.2 – Término de prazos

Término do prazo de vigência, em 18 de agosto de 2020, da Medida Provisória nº 905/2020. 218

Término do prazo de vigência, em 13 de agosto de 2020, da Medida Provisória nº 953/2020. 218

Término do prazo de vigência, em 14 de agosto de 2020, da Medida Provisória nº 954/2020. 218

Término do prazo de vigência, em 17 de agosto de 2020, da Medida Provisória nº 955/2020. 218

Término do prazo de vigência, em 10 de agosto de 2020, da Medida Provisória nº 981/2020. 219

4.1.3 – Vetos

Veto Parcial nº 39/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 22/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 934/2020) (**Mensagem nº 460/2020, do Presidente da República**). 221



Veto Parcial nº 40/2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 26/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 938/2020) (Mensagem nº 461/2020, do Presidente da República).	233
---	-----

PARTE III

5 – LEI PROMULGADA

Nº 14036/2020, que altera a Lei nº 14017, de 29 de junho de 2020, para estabelecer a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação dos valores por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal. (Proveniente da Medida Provisória nº 986/2020)	241
---	-----

6 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nºs 107 a 113/2020	244
------------------------------	-----

7 – COMISSÕES MISTAS	251
--------------------------------	-----

8 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS	267
---	-----

9 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS	288
--	-----

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO	292
--	-----

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	296
-----------------------------------	-----

12 – COMPOSIÇÃO DA MESA	300
-----------------------------------	-----

13 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS	301
---	-----



Ata da 17ª Sessão, Deliberativa Remota, em 19 de agosto de 2020

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcos Pereira.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 7 minutos e encerra-se às 12 horas e 45 minutos.)



PAINEL DE PRESENTES

CN - Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados de 19/08/2020 - 10h07

Total de presentes: 503		Agrupado por: Partid
Parlamentares presentes		
Nome	Estado	Condição
AVANTE 6		
André Janones	Minas Gerais	Titular
Chiquinho Brazão	Rio de Janeiro	Titular
Greyce Elias	Minas Gerais	Titular
Leda Sadala	Amapá	Titular
Luis Tibé	Minas Gerais	Titular
Pastor Isidório	Bahia	Titular
CIDADANIA 8		
Alex Manente	São Paulo	Titular
Arnaldo Jardim	São Paulo	Titular
Carmen Zanotto	Santa Catarina	Titular
Da Vitória	Espírito Santo	Titular
Daniel Coelho	Pernambuco	Titular
Marcelo Calero	Rio de Janeiro	Titular
Paula Belmonte	Distrito Federal	Titular
Rubens Bueno	Paraná	Titular
DEM 28		
Alan Rick	Acre	Titular
Alexandre Leite	São Paulo	Titular
Arthur O. Maia	Bahia	Titular
Bilac Pinto	Minas Gerais	Titular
Carlos Gaguim	Tocantins	Titular
David Soares	São Paulo	Titular



Nome	Estado	Condição
Dr Zacharias Calil	Goiás	Titular
Efraim Filho	Paraíba	Titular
Eli Corrêa Filho	São Paulo	Titular
Elmar Nascimento	Bahia	Titular
Fernando Coelho	Pernambuco	Titular
Geninho Zuliani	São Paulo	Titular
Hélio Leite	Pará	Titular
Igor Kannário	Bahia	Titular
Jose Mario Schrein	Goiás	Titular
Juninho do Pneu	Rio de Janeiro	Titular
Juscelino Filho	Maranhão	Titular
Kim Kataguirí	São Paulo	Titular
Leur Lomanto Jr.	Bahia	Titular
Luis Miranda	Distrito Federal	Titular
Norma Ayub	Espírito Santo	Titular
Olival Marques	Pará	Titular
Paulo Azi	Bahia	Titular
Pedro Lupion	Paraná	Titular
Pedro Paulo	Rio de Janeiro	Titular
Profª Dorinha	Tocantins	Titular
Rodrigo Maia	Rio de Janeiro	Titular
SóstenesCavalcante	Rio de Janeiro	Titular
MDB (34)		
Alceu Moreira	Rio Grande do Sul	Titular
Baleia Rossi	São Paulo	Titular
Carlos Bezerra	Mato Grosso	Titular
Carlos Chiodini	Santa Catarina	Titular
Celso Maldaner	Santa Catarina	Titular
Daniela Waguinho	Rio de Janeiro	Titular



Nome	Estado	Condição
Dulce Miranda	Tocantins	Titular
Elcione Barbalho	Pará	Titular
Fábio Ramalho	Minas Gerais	Titular
Fabio Reis	Sergipe	Titular
Flaviano Melo	Acre	Titular
Giovani Feltes	Rio Grande do Sul	Titular
Gutemberg Reis	Rio de Janeiro	Titular
Hercílio Diniz	Minas Gerais	Titular
Herculano Passos	São Paulo	Titular
HermesParcianello	Paraná	Titular
Hildo Rocha	Maranhão	Titular
Isnaldo Bulhões Jr	Alagoas	Titular
Jéssica Sales	Acre	Titular
João Marcelo S.	Maranhão	Titular
José Priante	Pará	Titular
Juarez Costa	Mato Grosso	Titular
Lucio Mosquini	Rondônia	Titular
Márcio Biolchi	Rio Grande do Sul	Titular
Marcos A. Sampaio	Piauí	Titular
Mauro Lopes	Minas Gerais	Titular
Moses Rodrigues	Ceará	Titular
Newton Cardoso Jr	Minas Gerais	Titular
Osmar Terra	Rio Grande do Sul	Titular
Raul Henry	Pernambuco	Titular
Rogério Peninha	Santa Catarina	Titular
Sergio Souza	Paraná	Titular
Tadeu Filippelli	Distrito Federal	Titular
Vinicius Farah	Rio de Janeiro	Titular
Walter Alves	Rio Grande do Norte	Titular



Nome	Estado	Condição
NOVO (8)		
Adriana Ventura	São Paulo	Titular
Alexis Fonteyne	São Paulo	Titular
Gilson Marques	Santa Catarina	Titular
Lucas Gonzalez	Minas Gerais	Titular
Marcel van Hattem	Rio Grande do Sul	Titular
Paulo Ganime	Rio de Janeiro	Titular
Tiago Mitraud	Minas Gerais	Titular
Vinicius Poit	São Paulo	Titular
PATRIOTA (6)		
Alcides Rodrigues	Goiás	Titular
Dr. Frederico	Minas Gerais	Titular
Fred Costa	Minas Gerais	Titular
Marreca Filho	Maranhão	Titular
Pastor Eurico	Pernambuco	Titular
Roman	Paraná	Titular
PCdoB (8)		
Alice Portugal	Bahia	Titular
Daniel Almeida	Bahia	Titular
Jandira Feghali	Rio de Janeiro	Titular
Márcio Jerry	Maranhão	Titular
Orlando Silva	São Paulo	Titular
Perpétua Almeida	Acre	Titular
Prof Marcivania	Amapá	Titular
Renildo Calheiros	Pernambuco	Titular
PDT (28)		
Afonso Motta	Rio Grande do Sul	Titular
Alex Santana	Bahia	Titular
André Figueiredo	Ceará	Titular



Nome	Estado	Condição
Chico D' Angelo	Rio de Janeiro	Titular
Dagoberto Nogueira	Mato Grosso do Sul	Titular
Damião Feliciano	Paraíba	Titular
Eduardo Bismarck	Ceará	Titular
Fábio Henrique	Sergipe	Titular
Félix Mendonça Jr	Bahia	Titular
Flávia Moraes	Goiás	Titular
Flávio Nogueira	Piauí	Titular
Gil Cutrim	Maranhão	Titular
Gustavo Fruet	Paraná	Titular
Idilvan Alencar	Ceará	Titular
Jesus Sérgio	Acre	Titular
Leônidas Cristino	Ceará	Titular
Mário Heringer	Minas Gerais	Titular
Marlon Santos	Rio Grande do Sul	Titular
Mauro Benevides Fº	Ceará	Titular
Paulo Ramos	Rio de Janeiro	Titular
Pompeo de Mattos	Rio Grande do Sul	Titular
Robério Monteiro	Ceará	Titular
Sergio Vidigal	Espírito Santo	Titular
Sílvia Cristina	Rondônia	Titular
SubtenenteGonzaga	Minas Gerais	Titular
Tabata Amaral	São Paulo	Titular
Túlio Gadêlha	Pernambuco	Titular
Wolney Queiroz	Pernambuco	Titular
PL (39)		
Abílio Santana	Bahia	Titular
Bosco Costa	Sergipe	Titular
Cap. Fábio Abreu	Piauí	Titular



Nome	Estado	Condição
Capitão Augusto	São Paulo	Titular
Christiane Yared	Paraná	Titular
Cristiano Vale	Pará	Titular
Dr. Jaziel	Ceará	Titular
Edio Lopes	Roraima	Titular
FernandoRodolfo	Pernambuco	Titular
Flávia Arruda	Distrito Federal	Titular
Gelson Azevedo	Rio de Janeiro	Titular
Giacobo	Paraná	Titular
Gildenemyr	Maranhão	Titular
Giovani Cherini	Rio Grande do Sul	Titular
João C. Bacelar	Bahia	Titular
João Maia	Rio Grande do Norte	Titular
José Rocha	Bahia	Titular
JosimarMaranhãozi	Maranhão	Titular
Júnior Mano	Ceará	Titular
Lincoln Portela	Minas Gerais	Titular
Luiz Carlos Motta	São Paulo	Titular
Luiz Nishimori	Paraná	Titular
LuizAntônioCorrêa	Rio de Janeiro	Titular
Magda Mofatto	Goiás	Titular
Marcão Gomes	Rio de Janeiro	Titular
Marcelo Ramos	Amazonas	Titular
Marcio Alvino	São Paulo	Titular
Miguel Lombardi	São Paulo	Titular
Paulo Freire Costa	São Paulo	Titular
Paulo Marinho Jr	Maranhão	Titular
Policial Sastre	São Paulo	Titular
Raimundo Costa	Bahia	Titular



Nome	Estado	Condição
Sebastião Oliveira	Pernambuco	Titular
Sergio Toledo	Alagoas	Titular
Soraya Santos	Rio de Janeiro	Titular
Tiririca	São Paulo	Titular
Valdevan Noventa	Sergipe	Titular
Vicentinho Júnior	Tocantins	Titular
Vinicius Gurgel	Amapá	Titular
Wellington	Paraíba	Titular
Zé Vitor	Minas Gerais	Titular
PODE (10)		
Bacelar	Bahia	Titular
Diego Garcia	Paraná	Titular
Dr. Sinval	São Paulo	Titular
Eduardo Braide	Maranhão	Titular
Igor Timo	Minas Gerais	Titular
José Medeiros	Mato Grosso	Titular
José Nelto	Goiás	Titular
Léo Moraes	Rondônia	Titular
Ricardo Teobaldo	Pernambuco	Titular
Roberto de Lucena	São Paulo	Titular
PP (36)		
Adriano do Baldy	Goiás	Titular
Afonso Hamm	Rio Grande do Sul	Titular
Aguinaldo Ribeiro	Paraíba	Titular
AJ Albuquerque	Ceará	Titular
André Abdon	Amapá	Titular
André Fufuca	Maranhão	Titular
Angela Amin	Santa Catarina	Titular
Arthur Lira	Alagoas	Titular



Nome	Estado	Condição
Átila Lins	Amazonas	Titular
Átila Lira	Piauí	Titular
Beto Rosado	Rio Grande do Norte	Titular
Cacá Leão	Bahia	Titular
Christino Aureo	Rio de Janeiro	Titular
Claudio Cajado	Bahia	Titular
Dimas Fabiano	Minas Gerais	Titular
Dr.Luiz Antonio Jr	Rio de Janeiro	Titular
Eduardo da Fonte	Pernambuco	Titular
Evair de Melo	Espírito Santo	Titular
Fausto Pinato	São Paulo	Titular
FernandoMonteiro	Pernambuco	Titular
Franco Cartafina	Minas Gerais	Titular
Guilherme Derrite	São Paulo	Titular
Guilherme Mussi	São Paulo	Titular
Hiran Gonçalves	Roraima	Titular
Iracema Portella	Piauí	Titular
Jaqueline Cassol	Rondônia	Titular
Jerônimo Goergen	Rio Grande do Sul	Titular
Laercio Oliveira	Sergipe	Titular
Marcelo Aro	Minas Gerais	Titular
Margarete Coelho	Piauí	Titular
MárioNegromonte Jr	Bahia	Titular
Neri Geller	Mato Grosso	Titular
Pedro Westphalen	Rio Grande do Sul	Titular
Pinheirinho	Minas Gerais	Titular
Professor Alcides	Goiás	Titular
Ricardo Barros	Paraná	Titular
Ricardo Izar	São Paulo	Titular



Nome	Estado	Condição
Ronaldo Carletto	Bahia	Titular
Schiavinato	Paraná	Titular
PROS (11)		
Acácio Favacho	Amapá	Titular
Agripino Magalhães	Ceará	Titular
Boca Aberta	Paraná	Titular
Carla Dickson	Rio Grande do Norte	Titular
Clarissa Garotinho	Rio de Janeiro	Titular
Dr. João	Bahia	Titular
Eros Biondini	Minas Gerais	Titular
Gastão Vieira	Maranhão	Titular
ToninhoWandscheer	Paraná	Titular
Uldurico Junior	Bahia	Titular
Weliton Prado	Minas Gerais	Titular
PSB (31)		
Alessandro Molon	Rio de Janeiro	Titular
Aliel Machado	Paraná	Titular
Bira do Pindaré	Maranhão	Titular
Camilo Capiberibe	Amapá	Titular
Cássio Andrade	Pará	Titular
Danilo Cabral	Pernambuco	Titular
Denis Bezerra	Ceará	Titular
Elias Vaz	Goiás	Titular
Emidinho Madeira	Minas Gerais	Titular
Felipe Carreras	Pernambuco	Titular
Felipe Rigoni	Espírito Santo	Titular
Gervásio Maia	Paraíba	Titular
Gonzaga Patriota	Pernambuco	Titular
Heitor Schuch	Rio Grande do Sul	Titular



Nome	Estado	Condição
Jefferson Campos	São Paulo	Titular
Jhc	Alagoas	Titular
João H. Campos	Pernambuco	Titular
Júlio Delgado	Minas Gerais	Titular
Lídice da Mata	Bahia	Titular
Liziane Bayer	Rio Grande do Sul	Titular
Luciano Ducci	Paraná	Titular
Marcelo Nilo	Bahia	Titular
Mauro Nazif	Rondônia	Titular
Rafael Motta	Rio Grande do Norte	Titular
Ricardo Silva	São Paulo	Titular
Rodrigo Agostinho	São Paulo	Titular
Rodrigo Coelho	Santa Catarina	Titular
Rosana Valle	São Paulo	Titular
Tadeu Alencar	Pernambuco	Titular
Ted Conti	Espírito Santo	Titular
Vilson da Fetaemg	Minas Gerais	Titular
PSC (9)		
Aluisio Mendes	Maranhão	Titular
André Ferreira	Pernambuco	Titular
EuclidesPettersen	Minas Gerais	Titular
GilbertoNascimento	São Paulo	Titular
Glaustin Fokus	Goiás	Titular
Lauriete	Espírito Santo	Titular
Osires Damaso	Tocantins	Titular
Otoni de Paula	Rio de Janeiro	Titular
Paulo Martins	Paraná	Titular
PSD (33)		
AlexandreSerfiotis	Rio de Janeiro	Titular



Nome	Estado	Condição
André de Paula	Pernambuco	Titular
Antonio Brito	Bahia	Titular
Cezinha Madureira	São Paulo	Titular
Charles Fernandes	Bahia	Titular
Danrlei	Rio Grande do Sul	Titular
Darci de Matos	Santa Catarina	Titular
Deleg. Éder Mauro	Pará	Titular
Diego Andrade	Minas Gerais	Titular
Edilazio Junior	Maranhão	Titular
Expedito Netto	Rondônia	Titular
Fábio Mitidieri	Sergipe	Titular
Fábio Trad	Mato Grosso do Sul	Titular
Flordelis	Rio de Janeiro	Titular
Francisco Jr.	Goiás	Titular
Haroldo Cathedral	Roraima	Titular
Hugo Leal	Rio de Janeiro	Titular
Joaquim Passarinho	Pará	Titular
José Nunes	Bahia	Titular
Júlio Cesar	Piauí	Titular
Júnior Ferrari	Pará	Titular
Marco Bertaiolli	São Paulo	Titular
Marx Beltrão	Alagoas	Titular
Misael Varela	Minas Gerais	Titular
Ney Leprevost	Paraná	Titular
Otto Alencar	Bahia	Titular
Paulo Magalhães	Bahia	Titular
Ricardo Guidi	Santa Catarina	Titular
Sargento Fahur	Paraná	Titular
Sérgio Brito	Bahia	Titular



Nome	Estado	Condição
Sidney Leite	Amazonas	Titular
Stefano Aguiar	Minas Gerais	Titular
Vermelho	Paraná	Titular
WladimirGarotinho	Rio de Janeiro	Titular
PSDB (30)		
Adolfo Viana	Bahia	Titular
Aécio Neves	Minas Gerais	Titular
Alexandre Frota	São Paulo	Titular
Beto Pereira	Mato Grosso do Sul	Titular
Bia Cavassa	Mato Grosso do Sul	Titular
Bruna Furlan	São Paulo	Titular
Carlos Sampaio	São Paulo	Titular
Célio Silveira	Goiás	Titular
Celso Sabino	Pará	Titular
Daniel Trzeciak	Rio Grande do Sul	Titular
Danilo Forte	Ceará	Titular
Domingos Sávio	Minas Gerais	Titular
Edna Henrique	Paraíba	Titular
Eduardo Barbosa	Minas Gerais	Titular
Eduardo Cury	São Paulo	Titular
Geovania de Sá	Santa Catarina	Titular
Lucas Redecker	Rio Grande do Sul	Titular
Luiz Carlos	Amapá	Titular
Mara Rocha	Acre	Titular
Mariana Carvalho	Rondônia	Titular
Nilson Pinto	Pará	Titular
Paulo Abi-Ackel	Minas Gerais	Titular
Pedro Cunha Lima	Paraíba	Titular
Rodrigo de Castro	Minas Gerais	Titular



Nome	Estado	Condição
Rose Modesto	Mato Grosso do Sul	Titular
Ruy Carneiro	Paraíba	Titular
Samuel Moreira	São Paulo	Titular
Shéridan	Roraima	Titular
Tereza Nelma	Alagoas	Titular
Vanderlei Macris	São Paulo	Titular
Vitor Lippi	São Paulo	Titular
PSL (53)		
Abou Anni	São Paulo	Titular
Alê Silva	Minas Gerais	Titular
Aline Sleutjes	Paraná	Titular
Bia Kicis	Distrito Federal	Titular
Bibo Nunes	Rio Grande do Sul	Titular
Bozzella	São Paulo	Titular
Carla Zambelli	São Paulo	Titular
Carlos Jordy	Rio de Janeiro	Titular
Caroline de Toni	Santa Catarina	Titular
Charles Evangelis	Minas Gerais	Titular
Chris Tonietto	Rio de Janeiro	Titular
Coronel Armando	Santa Catarina	Titular
Coronel Tadeu	São Paulo	Titular
CoronelChrisóstom	Rondônia	Titular
Daniel Freitas	Santa Catarina	Titular
Daniel Silveira	Rio de Janeiro	Titular
DelAntônioFurtado	Rio de Janeiro	Titular
Delegado Marcelo	Minas Gerais	Titular
Delegado Pablo	Amazonas	Titular
Delegado Waldir	Goiás	Titular
Dr. Luiz Ovando	Mato Grosso do Sul	Titular



Nome	Estado	Condição
Dra.Soraya Manato	Espírito Santo	Titular
EduardoBolsonaro	São Paulo	Titular
Enéias Reis	Minas Gerais	Titular
Fabio Schiochet	Santa Catarina	Titular
Felício Laterça	Rio de Janeiro	Titular
FelipeFrancischini	Paraná	Titular
Filipe Barros	Paraná	Titular
General Girão	Rio Grande do Norte	Titular
General Peternelli	São Paulo	Titular
Guiga Peixoto	São Paulo	Titular
Gurgel	Rio de Janeiro	Titular
Heitor Freire	Ceará	Titular
Helio Lopes	Rio de Janeiro	Titular
Joice Hasselmann	São Paulo	Titular
Julian Lemos	Paraíba	Titular
Junio Amaral	Minas Gerais	Titular
Léo Motta	Minas Gerais	Titular
Loester Trutis	Mato Grosso do Sul	Titular
Lourival Gomes	Rio de Janeiro	Titular
Luciano Bivar	Pernambuco	Titular
Luiz Lima	Rio de Janeiro	Titular
Luiz P. O.Bragança	São Paulo	Titular
Major Fabiana	Rio de Janeiro	Titular
Marcelo Brum	Rio Grande do Sul	Titular
Márcio Labre	Rio de Janeiro	Titular
Nelson Barbudo	Mato Grosso	Titular
Nereu Crispim	Rio Grande do Sul	Titular
Nicoletti	Roraima	Titular
Professor Joziel	Rio de Janeiro	Titular



Nome	Estado	Condição
Professora Dayane	Bahia	Titular
Sanderson	Rio Grande do Sul	Titular
Vitor Hugo	Goiás	Titular
PSOL (9)		
Áurea Carolina	Minas Gerais	Titular
David Miranda	Rio de Janeiro	Titular
EdmilsonRodrigues	Pará	Titular
FernandaMelchionna	Rio Grande do Sul	Titular
Glauber Braga	Rio de Janeiro	Titular
Ivan Valente	São Paulo	Titular
Luiza Erundina	São Paulo	Titular
Marcelo Freixo	Rio de Janeiro	Titular
Sâmia Bomfim	São Paulo	Titular
Talíria Petrone	Rio de Janeiro	Titular
PT (53)		
Afonso Florence	Bahia	Titular
Airton Faleiro	Pará	Titular
Alencar S. Braga	São Paulo	Titular
Alexandre Padilha	São Paulo	Titular
Arlindo Chinaglia	São Paulo	Titular
Benedita da Silva	Rio de Janeiro	Titular
Beto Faro	Pará	Titular
Bohn Gass	Rio Grande do Sul	Titular
Carlos Veras	Pernambuco	Titular
Carlos Zarattini	São Paulo	Titular
Célio Moura	Tocantins	Titular
Enio Verri	Paraná	Titular
Erika Kokay	Distrito Federal	Titular
Frei Anastacio	Paraíba	Titular



Nome	Estado	Condição
Gleisi Hoffmann	Paraná	Titular
Helder Salomão	Espírito Santo	Titular
Henrique Fontana	Rio Grande do Sul	Titular
João Daniel	Sergipe	Titular
Jorge Solla	Bahia	Titular
José Airton	Ceará	Titular
José Guimarães	Ceará	Titular
José Ricardo	Amazonas	Titular
Joseildo Ramos	Bahia	Titular
Leonardo Monteiro	Minas Gerais	Titular
Luizianne Lins	Ceará	Titular
Marcon	Rio Grande do Sul	Titular
Margarida Salomão	Minas Gerais	Titular
Maria do Rosário	Rio Grande do Sul	Titular
Marília Arraes	Pernambuco	Titular
Merlong Solano	Piauí	Titular
Natália Bonavides	Rio Grande do Norte	Titular
Nilto Tatto	São Paulo	Titular
Odair Cunha	Minas Gerais	Titular
Padre João	Minas Gerais	Titular
Patrus Ananias	Minas Gerais	Titular
Paulão	Alagoas	Titular
Paulo Guedes	Minas Gerais	Titular
Paulo Pimenta	Rio Grande do Sul	Titular
Paulo Teixeira	São Paulo	Titular
Pedro Uczai	Santa Catarina	Titular
Profª Rosa Neide	Mato Grosso	Titular
Reginaldo Lopes	Minas Gerais	Titular
Rejane Dias	Piauí	Titular



Nome	Estado	Condição
Rogério Correia	Minas Gerais	Titular
Rubens Otoni	Goiás	Titular
Rui Falcão	São Paulo	Titular
Valmir Assunção	Bahia	Titular
Vander Loubet	Mato Grosso do Sul	Titular
Vicentinho	São Paulo	Titular
Waldenor Pereira	Bahia	Titular
Zé Carlos	Maranhão	Titular
Zé Neto	Bahia	Titular
Zeca Dirceu	Paraná	Titular
PTB (11)		
Eduardo Costa	Pará	Titular
Emanuel Pinheiro N	Mato Grosso	Titular
Luisa Canziani	Paraná	Titular
Marcelo Moraes	Rio Grande do Sul	Titular
Maurício Dziedrick	Rio Grande do Sul	Titular
Nivaldo Albuquerque	Alagoas	Titular
Paulo Bengtson	Pará	Titular
Pedro A Bezerra	Ceará	Titular
Pedro Lucas Fernan	Maranhão	Titular
Santini	Rio Grande do Sul	Titular
Wilson Santiago	Paraíba	Titular
PV (4)		
Célio Studart	Ceará	Titular
Enrico Misasi	São Paulo	Titular
Israel Batista	Distrito Federal	Titular
Leandre	Paraná	Titular
REDE (1)		
Joenia Wapichana	Roraima	Titular



Nome	Estado	Condição
REPUBLICANOS (33)		
Aline Gurgel	Amapá	Titular
Amaro Neto	Espírito Santo	Titular
Aroldo Martins	Paraná	Titular
Benes Leocádio	Rio Grande do Norte	Titular
Cap. Alberto Neto	Amazonas	Titular
Carlos Gomes	Rio Grande do Sul	Titular
Celso Russomanno	São Paulo	Titular
Cleber Verde	Maranhão	Titular
Deuzinho Filho	Ceará	Titular
Gilberto Abramo	Minas Gerais	Titular
Hélio Costa	Santa Catarina	Titular
Hugo Motta	Paraná	Titular
Jhonatan de Jesus	Roraima	Titular
João Campos	Goiás	Titular
João Roma	Bahia	Titular
Jorge Braz	Rio de Janeiro	Titular
Julio Cesar Ribeir	Distrito Federal	Titular
Lafayette Andrada	Minas Gerais	Titular
Luizão Goulart	Paraná	Titular
Manuel Marcos	Acre	Titular
Márcio Marinho	Bahia	Titular
Marcos Pereira	São Paulo	Titular
Maria Rosas	São Paulo	Titular
Milton Vieira	São Paulo	Titular
Ossesio Silva	Pernambuco	Titular
Pr Marco Feliciano	São Paulo	Titular
Roberto Alves	São Paulo	Titular
Ronaldo Martins	Ceará	Titular



Nome	Estado	Condição
Rosangela Gomes	Rio de Janeiro	Titular
Severino Pessoa	Alagoas	Titular
Silas Câmara	Amazonas	Titular
Silvio Costa Filho	Pernambuco	Titular
Vavá Martins	Pará	Titular
Vinicius Carvalho	São Paulo	Titular
SOLIDARIEDADE (14)		
Augusto Coutinho	Pernambuco	Titular
Aureo Ribeiro	Rio de Janeiro	Titular
Bosco Saraiva	Amazonas	Titular
Dr. Leonardo	Mato Grosso	Titular
Dra. Vanda Milani	Acre	Titular
Eli Borges	Tocantins	Titular
Genecias Noronha	Ceará	Titular
Gustinho Ribeiro	Sergipe	Titular
Lucas Vergilio	Goiás	Titular
Marina Santos	Piauí	Titular
Ottaci Nascimento	Roraima	Titular
Paulo Pereira	São Paulo	Titular
Tiago Dimas	Tocantins	Titular
Zé Silva	Minas Gerais	Titular



O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - O sistema acusa a participação de 256 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados nesta sessão.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Nos termos do art. 7º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal que institui o Sistema de Deliberação Remota, informo que a sessão será iniciada diretamente na Ordem do Dia, com a discussão em globo dos vetos.

Declaro aberta a Ordem do Dia.

A Presidência informa que os itens originalmente numerados como 18 e 23 do Veto nº 25, de 2020, foram retirados da pauta, em razão da suspensão determinada pelo Supremo Tribunal Federal — STF, em Medida Cautelar na ADPF nº 718, de 2020, cujo Relator é o Ministro Gilmar Mendes. Com isso, a numeração dos itens do Veto nº 25, de 2020, foi alterada a partir do item 19 para o seguinte: o item 19 passou a ser o item 18; o item 20 passou a ser o item 19; o item 21 passou a ser o item 20; o item 22 passou a ser o item 21; o item 24 passou a ser o item 22; o item 25 passou a ser o item 23.

Discussão em globo dos vetos.

Discussão dos Vetos nºs 11, 12, 15, 16, 18, 19 e 21 a 28, de 2020.

Seguindo a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

(Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado João Daniel. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar V.Exa., todos os que estão nos acompanhando, os colegas Deputados e Senadores.

Nesta sessão do Congresso de hoje, vamos apreciar vetos. Eu quero fazer um destaque sobre dois temas em que considero que nós precisamos derrubar os vetos que o Presidente Bolsonaro apôs sobre o que nós votamos — inclusive, a base do Governo votou.

Nós temos necessidade de dar apoio aos Estados e aos Municípios, que têm uma arrecadação menor em função da pandemia. Essa recomposição dos valores dos repasses aos Estados e aos Municípios precisa acontecer. Aliás, o próprio Presidente sempre dizia que queria "mais Brasil e menos Brasília". Ele está invertendo isso, não está cumprindo o que prometeu na campanha. Repassar recursos aos Municípios e aos Estados é exatamente "mais Brasil". Nós estamos cobrando esse repasse.

Em relação ao tema da renda emergencial, o Governo queria colocar só 200 reais e nós conseguimos triplicar o valor para 600 reais. Agora nós queremos que isso se estenda ao menos até o final do ano. A proposta do PT é uma renda emergencial no valor de um salário mínimo sempre para as pessoas que precisam. Mas precisamos ter a manutenção, ao menos até o final do ano, ou as 12 parcelas — é o nosso projeto — no valor de 600 reais, sem diminuição. Isso chega à ponta. Isso vai fazer com que povo vá comprar na loja, no comércio, na padaria, na farmácia. Isso vai fazer com que a indústria tenha que produzir e vai gerar empregos.



Portanto, trabalhar esses projetos é fundamental. Mas, junto com isso, nós não podemos fazer o ajuste fiscal. O ajuste fiscal que o Paulo Guedes e o Bolsonaro estão propondo é não ter nem para o trabalhador da área da saúde — o enfermeiro, o auxiliar de enfermagem —, nem para quem faz segurança, nem para quem faz limpeza na cidade, nem para o professor, enfim, para nenhum trabalhador de qualquer atividade. O que o Governo quer? Queria, com o projeto, congelar o salário. Nenhum quinquênio, nenhum anuênio, nenhum avanço na carreira do trabalhador seria possível. Haveria um congelamento completo.

Nós derrubamos isso. Nós derrubamos isso. Foram os Deputados e os Senadores que votaram "não" ao congelamento: não pode congelar. São pessoas que estão no trabalho. O que o Presidente fez? Vetou. Nós temos, portanto, que derrubar esse veto. É fundamental que esse veto seja derrubado no dia de hoje. Nós não podemos permitir que esses servidores da segurança, da educação, da saúde, que estão no *front* de trabalho, exatamente no tempo da pandemia, tenham congelamento nos seus avanços. Não é aumento salarial real. Não! Nós não estamos dando aumento real de salário. Não! É a carreira deles que não pode ser agredida. Esse é exatamente um dos vetos que nós temos que derrubar.

O segundo tema — eu preciso registrar isso aqui — é sobre o veto que o Presidente fez dizendo "não" aos agricultores familiares do Brasil que precisam da renda emergencial.

Para suprir esse tema, porque não conseguimos derrubar esse veto até o momento, nós votamos outro projeto de lei, que a Câmara e o Senado já votaram, que ficou conhecido como Projeto Assis Carvalho, em homenagem ao nosso colega do PT, que sempre lutou pela agricultura e que, infelizmente, perdeu a vida. É o Projeto de Lei nº 735, de 2020, construído com todas as entidades do campo, as cooperativas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar — FETRAF, as federações dos Estados, os movimentos de pequenos agricultores, as mulheres camponesas. Todos se envolveram nisso. Apensamos mais de 20 projetos. O Relator foi o Deputado Zé Silva, que costurou o acordo. A base do Governo votou!

Qual é o problema neste momento? Eu quero alertá-los de que nós Deputados votamos, o Senado votou e o Presidente precisa sancionar sem vetos. Portanto, a luta hoje, nesta sessão do Congresso, é para reafirmarmos isto. O Presidente tem prazo até o dia 27, mas já poderia ter sancionado, para que as agências bancárias organizassem o processo, para isso chegar à ponta. O agricultor que sofreu com a estiagem, com o excesso de chuvas, com a pandemia, com vários outros problemas e sinistralidades, com baixos preços agrícolas em algumas áreas está precisando desse apoio.

Portanto, a palavra hoje é uma só: derrubar os vetos que são prejudiciais ao povo. Esperamos que o Presidente sancione o Projeto de Lei nº 735, de 2020, sem veto, para que os recursos cheguem mais rapidamente, sem burocracia, para aquele que produz comida, alimento, neste País.

Essa é a minha manifestação neste dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Tem a palavra o Deputado Joaquim Passarinho, para falar favoravelmente.

Vou alternar os Deputados que vão falar contra e os que vão falar a favor.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (Bloco/PSD - PA. Para discutir. Sem revisão do orador.)

- Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Bom dia.



V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (Bloco/PSD - PA) - Obrigado, Presidente.

É um prazer falar neste dia de hoje, na sessão do Congresso Nacional.

Inicialmente, eu queria fazer uma saudação a dois Parlamentares. O primeiro é o ex-Líder do Governo na Câmara, o Deputado Major Vitor Hugo, a quem saúdo pelo excelente trabalho que fez durante este 1 ano e meio que passou à frente da Liderança do Governo. O Deputado Major Vitor Hugo começou seu mandato nesta Legislatura, é funcionário de carreira da Casa, demonstrou uma desenvoltura muito boa, muito peculiar, e fez um excelente trabalho à frente da Liderança em momentos difíceis desta Casa.

Então, eu queria aqui parabenizar o Deputado Major Vitor Hugo e agradecer a sua companhia fraterna.

Cumprimento também o novo Líder, o Deputado Ricardo Barros, também um Parlamentar experiente, com quem podemos contar com certeza. Esperamos que ele possa continuar esse trabalho na Liderança do Governo e possa fazer melhorar, cada vez mais, a relação desta Casa com o Palácio do Planalto.

Precisamos muito trabalhar juntos. Passamos por um momento difícil no Brasil. Precisamos avançar. Precisamos continuar avançando, principalmente no combate à pandemia e no levantamento da nossa economia. Tivemos avanços muito grandes. O que esta Casa votou, o que esta Casa ajudou a construir, junto com o Governo, produziu efeitos na economia, principalmente no meu Estado do Pará. Nós tivemos melhorias por meio do auxílio emergencial e do auxílio às empresas, que ainda está devagar. Nós precisamos ajustá-lo para que pequenos e microempresários, principalmente, possam manter suas portas abertas, manter os seus empregos. Isso é importantíssimo. Eu tenho convicção de que o nosso agronegócio e as pequenas e microempresas seguraram este País nos ombros durante toda esta pandemia. Precisamos continuar com esse apoio a essa categoria, a esses setores, para voltarmos, paulatinamente, a economia aos padrões que nós tínhamos antes e, com certeza, evoluindo cada vez mais.

Precisamos agradecer ao Governo por todas essas ações que foram feitas e desenvolvidas para passarmos por esta fase. Graças a Deus, já estamos passando! Vamos continuar trabalhando no combate à pandemia, no combate à COVID-19, mas principalmente na reformulação, na vontade de voltar a atender a nossa economia, a geração de emprego, a geração de renda, para tocarmos este País para a frente. Precisamos muito disso.

Eu queria também ressaltar, neste momento, a visita do Presidente da República ao meu Estado do Pará, para inaugurar a obra do Porto Futuro, que foi feita no porto antigo de Belém, no porto histórico de Belém, no retroporto, fazendo a integração daquela área com a cidade, com a comunidade. O Presidente da República esteve presente nessa inauguração e foi muito bem recebido, muito bem acolhido pelo povo paraense. Nós precisamos de união neste momento. Precisamos passar por essa dificuldade juntos. O Governo tem tido muito problemas, mas tem enfrentado tudo. Precisamos continuar enfrentando isso, segurando o teto de gastos, com responsabilidade fiscal, que é importantíssima neste momento. É preciso gastar, sim, o necessário para fazer voltar a economia, para ativar a economia, para ativar os diversos setores, mas precisamos que o Governo tenha tranquilidade no ajuste fiscal, no controle de gastos. As despesas malfeitas durante esse período serão cobradas de nós lá na frente.



Por isso, estamos acompanhando, a par e passo, essas modificações. Com certeza, junto com o Senado, estamos aqui para apreciar esses vetos. Muitos deles podem ser mantidos, mas dois foram retirados, porque o Governo está conversando sobre a desoneração da folha e também sobre o nosso pacote anticrime. Então, são vetos delicados que nós vamos ter que acompanhar até o último momento.

Estamos parabenizando o Governo pela boa vontade de continuar negociando com esta Casa. Este é o momento da democracia, da negociação. Não é o momento de esticar a corda. Precisamos fazer com que o povo brasileiro entenda que o Parlamento, o Executivo e o Judiciário estão de mãos dadas, fazendo um trabalho conjunto para melhorar a condição de vida de todos os que moram neste País, não apenas fazendo discussões políticas. A oposição sempre é importante, mas precisamos construir saídas para este País, porque é isso o que a população espera de todos nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Joseildo Ramos.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós queremos chamar a atenção para o seguinte: neste momento, votaremos a favor de eventuais vetos que vierem na direção do interesse popular, mas também votaremos contrariamente, com muita convicção, àquilo que não é bom para o nosso povo.

Entretanto, eu quero aproveitar este momento para repercutir um assunto que não pode passar batido, como se diz nos meios da população. Nós estamos diante de uma arapongagem institucional. Nós sabemos que o Estado Democrático de Direito jamais poderia ferir predicados das liberdades individuais, todas elas consagradas na Carta Magna de 1988. Sabemos também que o Estado brasileiro dispõe de mecanismos legais para, na forma da lei, investigar, de modo impessoal, situações que possam efetivamente afetar a segurança nacional. Só que essa situação não existe. Em tese, o Ministério da Justiça estaria, de modo ilegal e furtivamente, afrontando e perseguindo aqueles que se autodenominam antifascistas, aqueles que, de maneira pública e organizada, assumem ser defensores da democracia, defensores do Estado Democrático de Direito.

Dessa forma, o Governo Bolsonaro se expõe de maneira escandalosa, dia após dia. Neste caso, fica evidente a sua essência, o seu caráter eminentemente autoritário. Isso evidencia também o seu DNA, a sua verve autoritária. Trata-se, indubitavelmente, de um Governo fascista. Este fato também expõe o descontrole político-administrativo perante os seus quadros dirigentes.

Daí nasce uma pergunta que não quer calar: essa iniciativa ocorreu sem o conhecimento do Ministro de Justiça de plantão? Será que isso aconteceu? Se essa iniciativa ocorreu por geração espontânea, é pior, pois temos a possibilidade de o Governo, além de ser autoritário, além de ser intolerante, estar impregnado de fanáticos.

São fanáticos capazes de agir de modo desequilibrado e à revelia da hierarquia.

Para mim, mais uma vez, está claro que estamos diante de um Governo autoritário. Agora, vê-se que, além de ser autoritário, esse Governo não tem programa. Não existe coesão e não existe a centralidade de uma liderança de fato. É um Governo absolutamente descontrolado.

De resto, se essa situação for comprovada, o Brasil precisará reagir exemplarmente através dos Poderes da República e das suas instituições primárias, principalmente, dos Poderes Legislativo e



Judiciário. É certo que os responsáveis por esse descalabro devem ser punidos — digo mais uma vez — de maneira exemplar e, repito, conforme a legislação vigente.

Indubitavelmente, Sr. Presidente, nós estamos imersos numa pauta que não é boa. Quase 108 mil brasileiros se foram. Tenho dito que, ultimamente, nós estamos passando a conhecer aqueles que estão indo, aqueles que estão falecendo. Portanto, a pandemia, muito longe de estar acabando no Brasil, está chegando perto de nós, e, por isso, impõe-se um nível de responsabilidade que não se encontra no Ministério da Saúde nem na Presidência da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Joseildo Ramos.

Para falar favoravelmente, tem a palavra o Deputado Bibó Nunes. *(Pausa.)*

S.Exa. não está.

Tem a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente. É um prazer falar no Congresso Nacional sob a Presidência de V.Exa., Deputado Marcos Pereira.

Presidente, eu quero encaminhar esses vetos. Já há um acordo em execução para que alguns sejam mantidos e outros, derrubados. Nesse período de pandemia, até para que possa funcionar o Congresso Nacional, é fundamental que esses acordos sejam discutidos previamente para facilitar o trabalho da nossa votação.

Mas eu quero tratar particularmente de um veto, que, aliás, está destacado e será votado primeiramente no Senado Federal e espero que possamos apreciá-lo também, à noite, na Câmara dos Deputados, com a sua derrubada no Senado Federal. O Deputado Bohn Gass já se referiu a ele. Trata-se do congelamento que o Governo Bolsonaro quer fazer dos direitos dos servidores até o final de 2021.

Vejam bem, aproveita-se o período de pandemia para congelar direitos de servidores até 2021. Eram os direitos de todos os servidores. Nós conseguimos excetuar, retirar do congelamento os servidores da educação, da saúde, da segurança e os garis da limpeza urbana. Vejam que esses são servidores responsáveis por serviços essenciais e que, durante a pandemia, são ainda mais essenciais. E, se V.Exa. olhar, verá que a média salarial desses servidores é muito pequena. Falo, repito, dos servidores de setores essenciais do serviço público para a população brasileira.

Não adiantou. Mesmo com a aprovação, por quase unanimidade, na Câmara e no Senado, o Governo Bolsonaro vetou.

Isso faz parte de um projeto chamado ultraliberal, que tem em Paulo Guedes o mentor e no Presidente Bolsonaro o executor, embora, às vezes, ele despiste e pareça não querer. Mas é bom que até mesmo os que são da segurança pública, Deputados e Senadores, saibam quem é, de fato, o Governo Bolsonaro e como ele trata o serviço o público em geral.

Estão preparando, agora, além deste veto, que congela até 2021 os direitos dos servidores — não é só reajuste, não; ele congela direitos dos servidores —, a chamada reforma administrativa. Eu vejo, muitas vezes, Deputados e Senadores encherem a boca para falar de reforma administrativa. Na verdade, quando falam nisso, é para falar de cortes de direitos no serviço público.



Mas vejam bem: para o ano que vem, o Governo Federal está planejando recursos de 5,8 bilhões a mais para os militares, para a Defesa, em vez de destinar esses recursos para a educação brasileira. É uma concepção do Governo em relação à educação, que está sofrendo muitas perdas. O problema não é eles estarem aumentando a quantidade de recursos para as Forças Armadas; o fundamental é que estão reduzindo o orçamento da educação e da saúde.

Há um ataque feroz do Governo ao serviço público brasileiro, e a tal reforma administrativa vem nesse sentido. Nós estamos preparando, junto com entidades em nível nacional — foi uma proposta do núcleo de trabalho do PT —, um grande ato e um seminário a serem realizados no início de setembro, porque nós precisamos reagir, ou o Governo destruirá o serviço público brasileiro. É isso que estão querendo.

E fazem isso porque a tal reforma tributária que está sendo discutida tanto na Câmara como no Senado não coloca o dedo na ferida e não divide renda. Não tira dos ricos para fortalecer o Estado, a fim de que preste adequadamente os serviços públicos. Como não faz isso, vai em cima, novamente, do serviço público e dos trabalhadores. Então, a reforma que eles anunciam como reforma administrativa, de cortes de direitos e desmanche do Estado, vem acompanhada da "privataria", porque estão fatiando as estatais, e vem acompanhada, Presidente, ainda, de reformas trabalhistas em que acenam com carteiras verde-amarelas sem direito a 13º e a um terço de férias.

Enquanto isso, o Brasil já ultrapassa 110 mil mortes, e o Presidente continua dizendo: "*E daí?*" Sinceramente, a Câmara precisaria ter uma reação maior ao Governo Bolsonaro, que, além de ser autoritário e obscurantista, tem levado a nossa economia para o buraco.

Não é verdade que a economia brasileira tenha melhorado. Aliás, ela já estava ruim no primeiro ano do Governo Bolsonaro — portanto antes da pandemia —, quando o PIB cresceu 1,1%. Agora, na pandemia, o que nós temos é uma recessão enorme e não vemos por parte do Governo nenhuma atitude real para melhorar a economia.

Então, Presidente, eu termino dizendo o seguinte: é a crise na economia, com a crise na pandemia que está virando genocídio. É o pandemônio do Governo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado.

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Vicentinho, do PT de São Paulo.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, primeiro eu quero enaltecer o adiamento da análise dos vetos do Pacote Anticrime, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Emprego e Renda. Eu acho que isso significa a oportunidade de um maior diálogo — nós votaremos contra esses vetos, se não houver um bom entendimento, que não prejudique o nosso povo trabalhador.

Também espero, Sr. Presidente, que logo nós votemos o veto que acabou prejudicando os trabalhadores, como Bolsonaro está fazendo no caso dos Correios com relação à ultra-atividade. A Câmara e o Senado aprovamos a manutenção da ultra-atividade para garantir que, em não ocorrendo negociação na data certa, os trabalhadores não tenham prejuízos.

O que ocorre? Bolsonaro vetou. Isso significa que os trabalhadores dos Correios neste momento estão perdendo mais de 70 cláusulas sociais, o que é um grande prejuízo.

Há dois jeitos de se resolver esta greve que está acontecendo: a Câmara derrubar este veto ou então se votar o projeto da nossa bancada, o Projeto de Lei nº 3.866, de 2020, que assegura, pelo menos para as categorias essenciais, até 45 dias após o fim da pandemia, a manutenção e a proteção



das cláusulas sociais. Isso não custa nada para nenhuma empresa, não custa nada para ninguém. É apenas o respeito às categorias que não têm a mesma condição de mobilização, de força, para que se assegure o equilíbrio mínimo necessário a uma mesa de negociação, como reza a Organização Internacional do Trabalho.

Também esperamos que não haja veto nenhum ao Projeto de Lei nº 935, de 2020, que é muito importante, sobretudo para os nossos companheiros trabalhadores da agricultura familiar, as comunidades quilombolas, o nosso povo indígena, o nosso povo ribeirinho como um todo. Queremos dizer que a nossa caminhada nesta perspectiva é votar, derrubar. Ou se negocia, ou então nós vamos ter que votar contra todos esses projetos.

Na verdade, na minha opinião — eu também sou Professor de Direito Constitucional —, não deveria nem haver veto. O Presidente deveria considerar a capacidade de ponderação e de análise do Parlamento, composto pelos 513 Deputados e 81 Senadores, e observar que existe o controle de constitucionalidade, por exemplo, nas Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas. Se este fosse um País realmente democrático, a matéria não deveria nem sequer estar sujeita a veto. Por isso a nossa felicidade quando aprovamos o FUNDEB. É que o FUNDEB Bolsonaro não pode vetar — isso é maravilhoso; será promulgado pelo Congresso Nacional.

Como nós não temos condição de mudar a Constituição neste momento para isso, vamos lutando item por item. Pelo menos, nós temos uma certeza: quando derrubamos os vetos, mantemos o que foi votado no Congresso Nacional. Essa é a nossa perspectiva, para que possamos atuar em defesa do nosso povo.

Quero, portanto, parabenizar os nossos Deputados progressistas e também alguns outros Deputados dos partidos de direita que, muitas vezes, não se conformam, não aceitam cegamente os argumentos odiosos e também têm votado, de vez em quando, ao lado dos trabalhadores, o que, para nós, é muito importante.

Dito isto, Sr. Presidente, dito isto, Sras. e Srs. Deputados, nós queremos agora dizer, para concluir: meus companheiros dos Correios, por favor, enviem mensagens aos nossos Deputados, enviem mensagem ao Presidente da Câmara — enviem mensagem! —, porque a solução desse problema está na Câmara dos Deputados, e não na decisão do Supremo Tribunal Federal, do Toffoli — que nem deveria se manifestar sobre o caso, porque o Tribunal Superior do Trabalho tem uma posição a esse respeito. A solução agora está na Câmara. Acabou. Garantem-se as cláusulas sociais, e garante-se, inclusive, provavelmente o retorno ao trabalho e à tranquilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Vicentinho.

Com a palavra o Deputado Paulo Ganime, para falar favoravelmente, por 5 minutos.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. colegas Deputados e Senadores, população que está nos acompanhando em casa, quero falar sobre os três vetos que estão no acordo para serem destacados.

É claro que nós fazemos acordo, como foi feito ontem. Inclusive, queria até pedir a V.Exa., nosso Vice-Presidente, que está presidindo a sessão tanto da Câmara quanto do Congresso, que nós encontremos uma solução para que não precisemos ficar fazendo esse tipo de acordo. Nós preferimos a volta ao modo habitual de votação — é claro que com alguma solução tecnológica —, quando



poderemos apreciar veto a veto, item a item, e não só o veto, mas os subitens dos vetos. Assim, com certeza, conseguiremos ter muito mais qualidade na nossa votação. Ela pode ser menos rápida, menos célere, mas é, sem dúvida, aquilo que representa a nossa opinião e a nossa posição sobre cada tema.

Hoje mesmo, dentro dos blocos que vamos apreciar, votaremos favoravelmente à derrubada de itens à qual somos contrários, assim como votaremos contra a derrubada de itens à qual somos favoráveis. Mas esta é a democracia; este é o método que conseguimos adotar hoje. Como eu disse no início, espero que isso não perdure. Inclusive, o acordado da última semana é que seria um acordo para a última semana; hoje, um acordo para hoje; eu espero que esse não seja um acordo provisório que vire definitivo, porque, sem dúvida, não representa o melhor modelo para a democracia, ainda mais no que diz respeito a um tema tão importante como os vetos, que são o último instante, o último momento que nós temos para mudar a posição sobre um projeto de lei ou uma medida provisória, algum item que seja muito relevante, e nós não queremos que isso seja uma constante aqui no Brasil.

Falarei agora dos três itens que serão destacados que, na minha opinião, são os três principais itens de hoje. Infelizmente, foram destacados, porque poderiam ser mantidos sem destaque, mas, já que não houve consenso, felizmente, foram destacados e não estão nos itens que serão derrubados. Trata-se de três vetos presidenciais que, na nossa opinião, são muito importantes.

Quanto a um deles, já me dirijo à Câmara dos Deputados, porque a Câmara não inclui esse item. O Relator Enrico Misasi, lembro-me bem, retirou isso de seu relatório, isso foi incluído no Senado e não retornou para a Câmara. Falo do item ligado aos transportes de aplicativos.

Esse item é muito sério, porque, é claro, perdura só durante a pandemia, mas pode representar, sim, a interrupção desses serviços; pode representar aumento de preço, redução de oferta dos serviços, ainda mais em algumas cidades do Brasil.

Nós podemos ter um problema grave. Pessoas que antes da pandemia já usavam os transportes de aplicativos como meio de sustento, como meio de enfrentar a crise econômica, tiveram a situação ainda mais agravada por conta da pandemia, e esse é hoje o único modelo que existe disponível para elas trabalharem, ganharem o sustento e botarem comida em casa.

E também é um serviço importantíssimo. Eu mesmo, por exemplo, venho para a Câmara só usando transporte de aplicativo. Não tenho carro, não tenho motorista, uso esse transporte. Quantas pessoas não vivem dessa forma hoje, como meio alternativo, ainda mais na pandemia, visto que muitos não querem se expor ao risco de pegar um transporte público? Então, isso é muito sério. Nós precisamos manter o veto que fala sobre essa questão dos transportes de aplicativos.

O outro item, talvez ainda mais sério do que este, é aquele que diz respeito ao projeto que deu auxílio aos Estados e Municípios, o auxílio que tem um impacto fiscal muito relevante. Hoje, com dados que a Consultoria Legislativa da Câmara nos forneceu, conseguimos ver que o auxílio não foi dado da melhor forma; que alguns Estados tiveram aumento ou manutenção da arrecadação, ou, ainda, uma redução menor do que a prevista, e ganharam mais do que precisavam ter ganhado. Então, o modelo não foi ideal, mas foi o modelo a que chegamos, que o Congresso Nacional aprovou, que foi sancionado pelo Presidente.

E agora ele vetou um item, um item muito caro, que era justamente aquilo que compensaria o impacto fiscal no médio a longo prazos. São cerca de 100 bilhões de reais que nós aqui podemos colocar na conta do povo brasileiro, caso derrubemos esse veto.



Isso é muito grave. Mais uma vez: pandemia, crise fiscal, crise econômica, e quem paga a conta é o povo brasileiro, sob o argumento de que funcionários públicos não podem pagar essa conta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Conclua, Deputado.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Ninguém quer perseguir funcionário público, mas ninguém também quer perseguir o cidadão brasileiro que paga os impostos.

E o último, bem rápido, para concluir, é sobre a consulta de SPC e Serasa. É claro, se for escolher um, ele é o menos grave, porque só fala da pandemia, mas também tem um impacto direto para a população que precisa pegar dinheiro, que vai ter dificuldade de ter acesso a crédito e vai ter dificuldade de obter juros baixos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado.

Conforme acordo de Lideranças, foram recebidos os seguintes requerimentos de destaque: Veto Parcial nº 19, todos os destacados; Veto Parcial nº 20, todos os destacados; Veto Parcial nº 20, quatro destacados, do 01 ao 04; Veto Parcial nº 20, todos os destacados; Veto Parcial nº 17, um destacado, o item 02; Veto Parcial nº 18, todos os destacados; Veto Parcial nº 20, dez destaques, dos itens 01 ao 06, do 11 ao 14; Veto Total nº 24; Veto Parcial nº 25, 16 destaques, dos itens 01 ao 05, do 09 ao 15, do 19 ao 22; e Veto Parcial nº 27, 16 destaques, do 01 ao 06, do 12 ao 15 e do 17 ao 22.

A relação dos requerimentos de destaque será publicada no Portal do Congresso Nacional. A Presidência esclarece que, conforme o acordo de Lideranças, haverá três votações nominais. **(Requerimentos nºs 60 a 69/2020 – Vide item 3.1.1 do Sumário)**

Quero informar à Minoria, à Oposição que já inverte, inclusive, colocando primeiro a rejeição para que dê mais conforto a esse grupo político.

A primeira votação será em globo para a rejeição dos seguintes vetos: Veto nº 16, Veto nº 18, Veto nº 25, itens 1 a 5, 9 a 15 e 19 a 22; Veto nº 27, itens 1 a 6, 12 a 15 e 17 a 22.

A segunda votação nominal será a votação em globo para a manutenção dos Vetos nºs 11, 12, 15, 19, 21 a 25, 27 e 28, de 2020.

A terceira votação será o Veto nº 24.

Esclareço ainda que, por acordo, os destaques do Veto nº 56, de 2019, referente ao pacote anticrime, do Veto nº 13, de 2020, referente ao auxílio emergencial, e do Veto nº 26, de 2020, referente ao Programa Emergencial de Emprego e Renda, serão votados na próxima sessão do Congresso Nacional.

Quanto aos Vetos nºs 13, 14, 17 e 20, todos de 2020, a Presidência lembra aos Srs. Parlamentares que esses vetos começarão a ser votados no Senado Federal hoje, às 16 horas, retornando na sequência para a apreciação na Câmara dos Deputados.

Portanto, tendo seis Deputados usado da palavra para discutir os vetos, daremos início à primeira votação nominal.

Declaro aberto o processo de votação em globo dos seguintes vetos destacados nos termos do acordo de Liderança para a rejeição: Veto nº 16, Veto nº 18, Veto nº 25, itens 1 a 5, 9 a 15 e 19 a 22; Veto nº 27...

Pois não, Deputado Paulo Ganime.



O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só pediria para aguardarmos um pouco, porque eu recebi uma informação aqui, da assessoria, de que não está batendo exatamente o que foi acordado com o que V.Exa. leu. Só para confirmar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Nós vamos devagarzinho, vamos fazendo a orientação devagar e vai dar certo, está bem? Vamos devagar aqui.

Seria importante V.Exa. trazer qual é o seu desconforto à Mesa, para avaliarmos.

Pois não, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos iniciar a votação pelos vetos que serão derrubados, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Exatamente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Portanto, isso vai exigir que tenhamos um quórum...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Um pouco maior.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Um pouco maior.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Vamos dar tempo.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - É, vamos precisar de tempo, Sr. Presidente, porque há muita gente que ainda está chegando aí, ainda estamos com... Para derrubar, no acordo feito antes, Sr. Presidente, nós tínhamos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Eu tenho uma sugestão aqui, Deputado Zarattini, que eu queria colocar para a apreciação de todos os Líderes. O Senador Marcos Rogério é Relator do PLN 11/20, que é o primeiro. Eu quero pedir a compreensão de V.Exas. Ele vai ter que sair, porque ele tem um compromisso. Já está publicado o relatório. Durante a votação, ele poderia ler o relatório, para que depois pudesse se ausentar?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Vamos ouvir se algum Líder tem...

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Sr. Presidente, posso só fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Vamos com calma. Deixe o Deputado Zarattini concluir, por favor.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Só que a relação sobre a qual nós fizemos, ontem, um acordo previa o Veto nº 14, de 2020, do PRONAMPE, itens 1 a 4. Eu não vi essa...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Está destacado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Está destacado?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Está destacado aqui.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Destacado não. Ele deveria ser votado em globo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Será votado em globo.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Veto nº 14, itens 1 a 4.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Está no destaque do PT aqui, para ser derrubado o veto, itens 1 a 4.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Para ser derrubado?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Para ser derrubado, exatamente.



O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Mas na votação em globo?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Na votação em globo, nesta primeira votação.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Depois, há o Veto nº 16, o Veto nº 18.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - V.Exa. tem razão, Deputado Zarattini. Quando nós lemos aqui, realmente, o Veto nº 14 não foi mencionado. Então eu incluo aqui o Veto nº 14. Mas está destacado, no destaque, inclusive do Partido dos Trabalhadores.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - E aí há os Vetos nºs 16; 18; 20, itens 1 a 6; e 25.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Só um minutinho, para que eu esclareça e não haja dúvida. Eles estão me informando aqui que a apreciação do Veto nº 14 começa pelo Senado e depois volta para cá.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Não. Começa pela Câmara, pelo que nós temos de informe aqui.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Presidente, eu quero só...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Pois não, Deputada Fernanda Melchionna. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Só quero concluir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Deixe o Deputado Zarattini concluir, por favor.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Só quero concluir aqui. Então, há o Vetos nºs 18; 20, itens 1 a 6; 25, itens 1 a 5, 9 a 15 e 20 a 24; e o 27.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Não, itens 19 a 24. É o que nós temos aqui.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Itens 19 a 24? Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Itens 19 a 22. Eu li, e V.Exa. talvez não tenha chegado e ouvido, que o Ministro Gilmar Mendes deu a liminar sobre alguns vetos. Então, nós os reenumeramos. Eu já fiz a leitura, no início, desse ajuste.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Está legal. E, por fim, há o Veto nº 27, itens 1 a 6, 12 a 15 e 17 a 22.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Exato.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Então, nós estamos de acordo sobre a relação do que nós vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Estamos de acordo.

Concedo a palavra à Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente Marcos, eu tenho uma questão preliminar. Claro, já se está avançando na ordem dos vetos, mas nós fazemos questão de deixar registrado em todas estas reuniões que nós não concordamos com a alteração regimental, este modo que o Presidente do Congresso Nacional, que não é V.Exa., mas o Senador Davi Alcolumbre, colocou na ordem dos destaques. Na nossa opinião, é inconstitucional, fere o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Em nenhum artigo está respaldada a possibilidade de redução de destaques. E eu faço este preâmbulo, Presidente Marcos, não é para atrapalhar a sua condução, ao contrário, é para dizer que nós estamos cedendo na forma como está sendo a votação



porque, infelizmente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ainda não montaram um sistema de cédulas.

Semana passada, nós, de fato, incomodamos, no bom sentido da palavra, muito em relação a isso, porque foi registrado que a forma como estava sendo a votação não abriria precedentes. Hoje, esse preâmbulo nem sequer existiu, e já é segunda vez que o mesmo precedente está sendo aberto. Nós não queremos que a exceção vire a regra.

Com isso, nós não estamos dizendo que temos desacordo com a votação dos globos, independente do mérito dos globos. Nós estamos concordando, inclusive, em abrir mão do nosso direito regimental de, no mínimo, dois destaques para a bancada do PSOL, para não atrapalhar o debate sobre vetos importantes.

Mais do que isso, os PLNs, Senador Marcos Rogério, só poderiam ser votados, depois de serem votados todos os vetos que trancam a pauta. Mas nós não vamos obstaculizar. Acordamos que o relatório seja lido. O PLN contém matérias importantes. Não há nenhum problema quanto a isso.

Só quero deixar registrado esse gesto de grandeza do PSOL e, ao mesmo tempo, a nossa independência política, porque vários vetos ferem nossos princípios, como é o caso do veto ao PL que trata de medidas de apoio aos indígenas, lutaremos até o final pela sua derrubada integral.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputada Fernanda Melchionna.

Fica registrada, com muita eloquência, a posição do bravo partido PSOL.

Deputado Carlos Zarattini, já está esclarecido que a apreciação do Veto nº 14 começa pelo Senado Federal.

Esclareço que o destaque ao Veto nº 24, de 2020, será votado separadamente, nos termos do acordo.

Orientação de bancada.

Como vota o PT, Deputado Carlos Zarattini?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - O Deputado Rogério Carvalho vai orientar pelo PT.

Eu oriento pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - É o Deputado Rogério Correia, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Deputado Rogério Correia. Desculpe-me, Rogério Carvalho é Senador.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Ele já está me mandando para o Senado, Deputado Marcos Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - V.Exa. tem toda a experiência para estar no Senado Federal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT orienta favoravelmente à derrubada desses vetos. O Deputado Carlos Zarattini já esclareceu quais são eles.

Chamamos a atenção para o importante destaque que esperamos votar à noite, para derrubar essa imposição do Governo Bolsonaro de arrochar os direitos dos servidores até 2021. Isso será votado em separado. Agora estamos fazendo a derrubada de vetos importantes.



Aproveito a oportunidade, Deputado Marcos Pereira, para solicitar ao Senador Davi Alcolumbre que não se esqueça de colocar na pauta o Projeto de Lei nº 550, de 2019, que nós aprovamos na Câmara dos Deputados, referente a Brumadinho, para melhorar as condições de segurança das barragens. A Senadora Leila Barros é a Relatora. Nós o aprovamos na Câmara dos Deputados, mas é preciso aprová-lo no Senado Federal. Aproveito esta oportunidade para solicitar ao Senador Davi Alcolumbre que apresse a votação do PL 550/19, que trata da segurança das barragens.

O PT orienta pela derrubada desses vetos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PSL, Deputado General Peterlini?

O SR. GENERAL PETERLINI (PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL, cumprindo o acordo entre o Congresso Nacional, o Governo e todos, no que se refere aos Vetos nºs 16, 18, 25, em alguns itens, e 27, o PSL orienta "não", pela derrubada dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Quem quer derrubar os vetos, vota "não". O acordo é esse.

Como vota o PL, Deputado Paulo Marinho Jr?

O SR. PAULO MARINHO JR (Bloco/PL - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL, cumprindo o acordo, orienta o voto "não".

Quero aproveitar para parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos, esta Casa por este momento grandioso, todos os partidos que estão conseguindo superar divergências e votando para o País não parar.

Parabenizo todos!

O Partido Liberal vota "não", pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o MDB, Deputado Baleia Rossi?

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB acompanha o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Acompanha o acordo, vota "não".

Como vota o PSD, Deputado Expedito Netto?

O SR. EXPEDITO NETTO (Bloco/PSD - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar V.Exa. É uma honra ser presidido por V.Exa.

O PSD vai manter o acordo feito com o Governo no dia passado. Pode ter certeza de que o voto é "não"!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado.

Como vota o Republicanos, Deputado Jhonatan de Jesus?

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há um veto muito importante para o nosso Estado, que é o Veto nº 16, porque se refere às terras de Roraima.

Há quase 30 anos, lutamos com promessas obscuras para o povo de Roraima e conseguimos apresentar esse projeto que é de minha autoria, do Deputado Ottaci Nascimento, da Deputada Shéridan, do Deputado Hiran Gonçalves, entre outros. Com o apoio de toda a bancada federal



conseguimos votá-lo. A derrubada desses vetos é fundamental para que o nosso Estado tenha direito às suas terras.

Vamos votar esses destaques em globo para derrubar esses vetos. O trabalho feito pelo Senado juntamente com o Senador Mecias de Jesus já garantiu também os recursos no INCRA para poder fazer o georreferenciamento e entregar ao Governador Antonio Denarium o direito de titular as terras.

O Republicanos vota os destaques em globo para poder derrubar os vetos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PSDB, Deputado Samuel Moreira?

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós do PSDB vamos manter o acordo que foi proporcionado entre os partidos de oposição, os da base do Governo e os partidos independentes. Ao mesmo tempo, preocupam-nos algumas alterações que possam ter ocorrido nesse acordo. Peço a V.Exa. que publique, o mais rápido possível, os destaques para ver se não há qualquer alteração, do ponto de vista dos destaques, ainda que não seja apenas na reorganização dos números dos itens, mas algumas questões de mérito ou de destaques que não estavam previstos.

Gostaríamos de ver essa publicação o mais rápido possível. Mas mantendo o acordo entre a Casa, para que continuemos nesse ritmo e cheguemos, inclusive, a outros vetos de maior importância, fazendo concessões na derrubada e na manutenção de vetos, vamos acompanhar o acordo e votamos "não" à derrubada desses vetos englobadamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Samuel Moreira.

Informo que os destaques já estão publicados no *site* do Congresso Nacional.

Como vota o PSB, Deputado Bira do Pindaré?

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, nesse conjunto de vetos que está sendo analisado neste momento, quero destacar o Veto nº 27, que trata sobre o Projeto de Lei nº 1.142, de 2020, que prevê medidas emergenciais para comunidades quilombolas, indígenas e também povos tradicionais.

De todos os PLs nesta Casa que visaram medidas de emergência, em relação à pandemia, o mais vetado foi o PL 1.142/20. E hoje, Sr. Presidente, é o dia de derrotarmos esses vetos. São vetos, por exemplo, a ações relacionadas à água potável, material de higiene, leitos de UTI, ventiladores, material de informação, pontos de Internet. Portanto, são vetos carregados de ódio. E hoje nós estamos, aqui, para somar forças e derrotar cada um desses vetos.

Por isso, o PSB vai orientar "não", Sr. Presidente, rejeitando esses vetos que estão sendo votados, agora, em globo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PDT, Deputado Wolney Queiroz? *(Pausa.)*

Como vota o Democratas? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade, Deputado Zé Silva?

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Caro Sr. Presidente, eu quero iniciar a orientação destacando que, nas reuniões dos Líderes



do Congresso Nacional, sempre coloquei o conjunto de medidas para a agricultura familiar, que foram aprovadas na Câmara dos Deputados e no Senado e que aguardam sanção presidencial.

Então, nós vamos votar pelo acordo, destacando, mais uma vez, o nosso acordo com o Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador Eduardo Gomes, de não haver vetos às medidas para a agricultura familiar. Queremos dialogar sobre esse tema do PL 735/20 e de mais 25 projetos que foram apensados com o substitutivo.

O Solidariedade vota pelo acordo que foi feito no Colégio de Líderes, no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Deputado Acácio Favacho, como vota o PROS?

O SR. ACÁCIO FAVACHO (Bloco/PROS - AP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Meu Presidente Marcos Pereira, é uma honra ser presidido por V.Exa. nesta sessão histórica para o Estado de Roraima e para o Estado do Amapá.

O nosso Deputado Jhonatan de Jesus já se pronunciou e relatou a importância do projeto que foi vetado tanto para o Estado do Amapá quanto para o Estado de Roraima. Ele foi o autor do projeto de lei e me deu a honra de ser o Relator. Nós vamos pelo acordo.

Aqui, eu quero fazer um agradecimento a toda a bancada do Amapá; ao Presidente do Congresso Nacional, o Senador Davi Alcolumbre, por ser incansável nessa luta; à bancada de Roraima; e a todos os Líderes que nos ajudam, neste momento, a verdadeiramente devolver terras para o Estado do Amapá e o Estado de Roraima. É o progresso chegando. É a regularização de terras no Amapá e em Roraima, pela qual nós estamos há mais de 30 anos lutando. E isso se concretiza, no dia de hoje, sob a Presidência de V.Exa.

Então, o PROS é pelo acordo. Muito obrigado pela compreensão.

Parabéns ao povo do Amapá!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Parabéns, Deputado Jhonatan de Jesus! Parabéns, Deputado Acácio! Parabéns a todo o povo de Roraima, Amapá e Estados beneficiados!

Como vota o PTB, Deputado Pedro Lucas Fernandes? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos?

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Podemos é pelo acordo, Sr. Presidente. Então, encaminha "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - O Podemos vota "não".

Como vota o PSOL, Deputada Fernanda Melchionna?

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Marcos Pereira, o PSOL orienta o voto "não".

Nós achamos que importantes vetos estão sendo derrubados, inclusive — olha que insanidade do Presidente Jair Messias Bolsonaro! — o veto ao dispositivo que tornava obrigatório o uso de máscaras. Nesta votação em conjunto, esse veto está sendo derrubado.

Nestes 40 segundos que restam, informamos que ficamos, por um lado, felizes com o fato de que boa parte — infelizmente não a totalidade — do PL que trata do combate à pandemia nos povos indígenas esteja sendo derrotado nesse bloco.

A posição não só do PSOL, mas também da REDE, da Líder Joenia Wapichana, do Cidadania, de outros partidos e frentes que os compõem, na reunião de líderes, foi pela derrubada integral do veto.



Como estou orientando em nome do PSOL, eu quero deixar registrado que é um passo importante, é uma vitória a rejeição de parte deste veto, mas que, infelizmente, a integralidade do veto não foi derrubada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Deputado André Ferreira, como vota o PSC?

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcos Pereira, o PSC também mantém o acordo e parabeniza os Líderes Jhonatan de Jesus e Acácio Favacho pelo trabalho que fizeram para a aprovação da matéria.

Então, o PSC vota com o acordo do Governo, vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - O PSC vota "não".

Deputado Arnaldo Jardim, como vota o Cidadania?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcos Pereira, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero saudar o procedimento que nós conseguimos, o procedimento ontem de uma longa reunião de aproximadamente 4 horas com os Líderes, muito bem conduzida pelo Senador Eduardo Gomes, que construiu consensos.

Nós temos uma pauta extensa e vamos enfrentá-la. Agora, nós estamos derrubando vários vetos (*falha na transmissão*). De nossa parte do Cidadania, eu destaco dois vetos. O Veto nº 18, porque nós aprovamos um dispositivo com a determinação de que a ANVISA poderia excepcionalmente, temporariamente autorizar a importação de produtos internacionais para (*falha na transmissão*), no nosso entender, que foram apostos ao dispositivo de uso da máscara. Eu destaco esses dois.

Votamos "não", pelo acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PCdoB, Deputado Márcio Jerry?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcos Pereira, bom dia. Bom dia a todos os Parlamentares presentes nesta sessão do Congresso Nacional.

O PCdoB valoriza muito o diálogo democrático, a busca de convergências, tais como as que nós construímos ontem no Colégio de Líderes.

Eu quero destacar, Presidente, nesta rejeição, os Vetos nºs 18, 25 e 27, porque eles dão muito a medida do grau de insensibilidade, negligência e irresponsabilidade do Governo Federal com a pandemia do coronavírus e seus efeitos em nosso País. É muito importante a flexibilização na ação da ANVISA, como é muito importante e fundamental para a saúde das pessoas o uso de máscara, uma iniciativa do meu colega da bancada do Maranhão, Deputado Pedro Lucas Fernandes, a quem eu cumprimento. Do mesmo modo é aquele veto, absolutamente cruel, que subtrai até água potável de comunidades indígenas. Então, são vetos importantes, resgastes fundamentais, feitos pelo Congresso Nacional neste momento.

O PCdoB vota "não", cumprindo o acordo de Líderes, Presidente Marcos Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Márcio Jerry.

Como vota o NOVO, Deputado Paulo?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Como eu falei há pouco aqui usando o tempo de discussão, Presidente, e como muito bem falou a



Deputada Fernanda Melchionna, o NOVO continua contrário a este modelo de votação. Nós achamos que realmente precisamos voltar a votar via cédula, de forma eletrônica, é claro, com a tecnologia disponível.

Nós participamos ontem da reunião, mais uma vez aceitamos o acordo para votar hoje desta forma, mas não queremos que isso abra um precedente. Como em todo acordo, há coisas em que nós concordamos e coisas em que discordamos.

Em relação aos vetos, à derrubada destes vetos, vamos manter o nosso compromisso com o acordo, vamos orientar "não", com destaque especial para o Veto nº 18, da ANVISA. Este era um veto que queríamos muito derrubar, que garante que cheguem ao Brasil medicamentos e equipamentos com maior celeridade, aqueles aprovados por outros organismos internacionais.

É claro que nós gostaríamos que isso não fosse só para a pandemia, mas, pelo menos, nós vamos conseguir isso para este período de pandemia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como orienta o Avante, Deputada Leda?

A SRA. LEDA SADALA (Bloco/AVANTE - AP. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Presidente. Bom dia, Congresso Nacional.

Inicialmente, Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Acácio Favacho pelo brilhante trabalho, pela relatoria. Este é um momento importantíssimo para o Amapá. Saímos, neste momento, do sonho e passamos para a realidade.

Seguindo o acordo, o Avante orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Deputado Efraim, como vota o Democratas? *(Pausa.)*

Como vota o PV, Deputado Enrico? *(Pausa.)*

O SR. EFRAIM FILHO (DEM - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Democratas, Presidente, orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Efraim. Como vota a REDE, Deputada Joenia?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, bom dia. Eu já gostaria de solicitar o meu tempo de Líder no momento da votação e de registrar que a Rede Sustentabilidade teve o pedido de uma derrubada global, total dos itens.

Os itens que estão sendo apreciados agora são de bastante interesse dos povos indígenas, mas poderiam ser mais ainda, porque o PL 1.142/20, que foi aprovado por nós aqui, no Congresso Nacional, é um projeto de lei emergencial para salvar as vidas dos mais vulneráveis — povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais — e poderia ser muito mais amplo do que esses itens que nós estamos requerendo. Isso é o mínimo.

Nós vamos aguardar a implementação e a execução. Vamos acompanhar com seriedade. E eu espero que o Governo cumpra com seu compromisso, do qual nos falou na reunião de Líderes, de implementação de programas de cestas básicas.



A REDE vai orientar "não", acompanhando o acordo que foi realizado, mas deixando claro que é pela derrubada total. Isso era o mínimo que poderíamos levar aos povos indígenas, aos povos originários deste País.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado.

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria, Deputado Zarattini?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu queria destacar que nós tivemos um avanço enorme nesta negociação, principalmente na derrubada do Veto nº 25, que diz respeito ao uso obrigatório de máscara, e do Veto nº 27, que trata do combate à pandemia nos territórios indígenas.

Eu queria destacar que também foi importante a derrubada de outros vetos: o do PRONAMPE, que ainda vai ser votado no Senado; o do que trata de transferência ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá de terras da União na faixa de fronteira; e o Veto nº 18, que trata do prazo para a ANVISA autorizar a importação de produtos sem registro.

Eu queria destacar, Sr. Presidente, apoiando aqui manifestações dos partidos da Oposição, que nós também consideramos fundamental avançarmos numa solução tecnológica que permita a todos os Deputados e Senadores manifestarem, em cada ponto, a sua posição independentemente de fazermos um acordo aqui no plenário, um acordo de sistemática de votação.

É necessário que nós tenhamos um sistema — e isso é possível no meu modo de ver — de votação que permita a manifestação individual, veto a veto, de toda a pauta que está sendo tratada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nosso voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Deputado André Figueiredo, como vota a Oposição?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, a Oposição vai na direção do acordo firmado pelos Líderes desta Casa e do Senado Federal. Vamos orientar "não".

Ressaltamos, dentre todos os vetos que nós derrubaremos, o Veto nº 27.

Mais uma vez, reafirmamos a Liderança da Deputada Joenia, justamente para que nós possamos ter sempre a priorização da saúde indígena, principalmente no momento de tanta dificuldade por que nós estamos passando no Brasil e no restante do mundo.

A Oposição orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o Governo? Alguém vai orientar pelo Governo, Senador Eduardo Gomes? *(Pausa.)*

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Sr. Presidente, quero orientar pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Pois não, Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PDT naturalmente vota "não", fez parte desse acordo e o acompanhou. Esses vetos são importantes e precisam ser derrubados.

Eu queria destacar também, Sr. Presidente, que, na sessão das 19 horas, teremos a análise do Veto nº 17, do item referente ao congelamento da carreira dos servidores públicos de um modo geral.



Ele será votado primeiro no Senado, mas eu já quero fazer um apelo para que os Senadores derrubem esse veto e para que os Deputados também o derrubem.

É bom lembrar que houve uma votação quase unânime, com exceção do Partido Novo, desta proposta aqui na Câmara. Por duas vezes, em dois momentos distintos, esta Câmara entendeu que não cabia, num momento de ajuda aos Estados de Municípios, cometer essa injustiça com os servidores.

Por isso, estamos fazendo um apelo para que seja derrubado o Veto nº 17 também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados já podem votar pelo sistema Infoleg.

Está iniciada a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. MAURÍCIO DZIEDRICKI (Bloco/PTB - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, só para constar, a orientação do PTB é "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - O PTB vota "não".

Eu propus, no início da sessão, um acordo com os Líderes, e os que estavam aqui no plenário e os que estavam no plenário virtual não se manifestaram.

Eu só quero saber se está de pé o acordo para que o Senador Marcos Rogério apenas leia o relatório do PLN 11/20, emita seu parecer, que já está devidamente publicado, haja vista que o Senador tem um compromisso agora ao meio-dia. Depois, nós vamos enfrentar o PLN num momento oportuno.

Podemos manter o acordo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Estamos de acordo, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Pelo PT, sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado.

Senador Marcos Rogério, V.Exa. tem a palavra. *(Pausa.)*

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) - O Republicanos concorda, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores e aqueles que nos acompanham pelo sistema de comunicação da *TV Câmara* e da *TV Senado*.

Sr. Presidente, faço inicialmente um registro de agradecimento a V.Exa. e aos Líderes pela concessão que fazem para que eu possa apresentar o relatório neste momento, antecipando a fase da deliberação do PLN. Eu quero registrar aqui o meu agradecimento sincero ao conjunto dos Líderes partidários e a V.Exa.

Quero registrar também que para a relatoria dessa matéria tinha sido designado o Senador Fabiano Contarato, do Estado do Espírito Santo.

Em razão de uma cirurgia, houve a redesignação de relatoria, cabendo a mim substituir o nobre Senador capixaba nesta missão de relatar esta matéria, que tem foco principal na Justiça do Espírito Santo.

Farei, portanto, um sucinto voto, considerando que ele, na sua extensão maior, foi devidamente publicado tanto no sistema da Câmara quanto no do Senado.

"Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11, de 2020



Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$36.737.273,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

I - Crédito suplementar no valor de R\$36.737.273,00:

a - R\$34.489.785,00 são decorrentes de superávit financeiro apurado no exercício de 2019, referentes a recursos ordinários;

b - R\$2.247.488,00 são resultantes de anulação de dotações orçamentárias das unidades suplementadas.

II - No âmbito da Justiça Federal em Porto Velho, Rondônia, R\$1.116.000,00 para:

a - sistema de detecção e combate a incêndios;

b - serviços de acessibilidade;

c - reforço estrutural no telhado;

d - substituição das esquadrias.

Portanto, no tocante aos investimentos canalizados à Justiça em Rondônia, os recursos serão para reformas estruturais.

III - No âmbito Justiça do Trabalho, R\$34.771.273,00 para:

a - produções da *TV Justiça*;

b - conclusão do projeto do edifício do TRT da 17ª Região em Vitória, no Espírito Santo;

c - ajuda de custo para moradia, o auxílio-moradia, para o TST e o TRT da 7ª Região, no Estado do Ceará.

IV - No âmbito da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, R\$850.000,00 para:

a - alteração do projeto da obra do complexo do armazenamento do TJDFT para incluir as orientações dos bombeiros.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o objetivo deste PLN.

"III - Voto do Relator

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN 11/20, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Esse é, portanto, o voto. Não houve apresentação de emendas por parte de nenhuma das Sras. Deputadas e Srs. Deputados, das Sras. Senadoras e Srs. Senadores, tampouco por parte deste Relator. Relato a matéria e recomendo a sua aprovação na forma encaminhada pelo Poder Executivo. (**Íntegra do Parecer nº 4/2020-PLEN-CN – Vide item 3.1.2 do Sumário**)

Mais uma vez, agradeço a concessão de V.Exa. e do conjunto dos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Muito obrigado, Senador Marcos Rogério. Parabéns pelo trabalho!

Eu vou chamar agora, enquanto damos seguimento à votação, os Líderes inscritos.

Pela ordem de inscrição, tem a palavra a Deputada Perpétua Almeida. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho, pelo PT.

Deputado Vicentinho, libere o microfone no seu aparelho.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Sr. Presidente, eu gostaria de protelar meu tempo. Posso falar daqui a pouco? Estou preparando o meu pronunciamento como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Está bem, Deputado Vicentinho.



Só um momento, Deputado Bira do Pindaré. Calma!

A Deputada Margarete Coelho está presente? *(Pausa.)*

Tenho de seguir a ordem dos inscritos. Quem autorizar a permuta, eu a farei.

A Deputada Margarete Coelho não está presente.

Tem a palavra o Deputado Bira do Pindaré.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao nosso partido, o PSB, ao nosso Líder, Deputado Alessandro Molon, e ao nosso Vice-Líder, Deputado Elias Vaz, por este tempo de Liderança para tratar deste tema tão relevante. Agradeço também ao Deputado Carlos Zarattini, que autorizou a nossa permuta.

Nós estamos tratando de um conjunto de vetos. Há vários vetos presidenciais, e um deles, Deputado Elias Vaz, trata do PL 1.142/20, que prevê medidas emergenciais para comunidades quilombolas, comunidades indígenas e povos tradicionais.

Foi uma grande luta que travamos neste plenário, um esforço conjunto de vários partidos políticos e de várias Lideranças.

Quero cumprimentar a Deputada Professora Rosa Neide, que é a autora do PL ao qual nosso projeto foi juntado.

Quero cumprimentar a Deputada Joenia Wapichana, que foi a Relatora nesta Casa, na Câmara, e o Senador Randolfe Rodrigues, que foi o Relator no Senado Federal.

Depois de tanto esforço, conseguimos produzir um resultado extremamente importante e necessário para o enfrentamento da pandemia nos territórios desses segmentos que são extremamente vulneráveis.

É preciso que se lembre e que se diga que, de todos os segmentos, o maior índice de letalidade na pandemia está exatamente nas comunidades de quilombolas, de indígenas e dos povos tradicionais. Isso não poderia ficar sem resposta, e este Congresso Nacional, mais uma vez, fez a sua parte ao trazer essa discussão para esta Casa.

Sr. Presidente, depois de tanto esforço, depois da aprovação na Câmara e no Senado — uma aprovação quase consensual —, vêm os vetos presidenciais.

Vinte e dois itens, Deputada Joenia Wapichana, foram vetados nesse projeto. Nenhum projeto de lei aprovado no período da pandemia, para enfrentar a pandemia, teve mais vetos do que o PL 1.142.

Isso revela, Sr. Presidente, a carga de ódio e de preconceito que esse Governo tem contra os segmentos mais vulneráveis, o que não é uma surpresa. Nós já sabíamos disso. Desde a campanha eleitoral, o atual Presidente da República, quando ainda era pretendente a esse cargo, comparava os quilombolas a animais, dizia que eles deviam pesar em arroba. Também falava que nós deveríamos seguir o exemplo dos Estados Unidos e acabar com os povos indígenas de uma vez por todas. Ou seja, o sentimento deles é de extermínio, é de quem quer aniquilar, de quem quer destruir esses segmentos, que têm importância e um significado histórico para o Brasil. Os povos indígenas são originários. Eles já estavam aqui antes de qualquer outro que tenha chegado a esta terra. Os povos quilombolas são remanescentes daqueles que foram escravizados durante quase 400 anos. Nós não podemos concordar com tamanha falta de sensibilidade.

É por isso, Presidente, todo o nosso esforço e toda a nossa luta para conclamar e sensibilizar a sociedade, para que reaja contra esses vetos, que são perversos, que são carregados de ódio e que



merecem, de todos nós, a repulsa. Hoje, aqui, nós conseguimos salvar a maior parte dos vetos — a bem da verdade, em relação a alguns desses vetos, isso não foi possível.

Deputada Joenia Wapichana, hoje nós temos que comemorar como vitória, porque, de 22 vetos, conseguimos derrubar 16. Isso representa um avanço muito grande. Sabemos das limitações políticas do momento presente na sociedade, sobretudo em razão das posições deste Governo que está aí contra os povos quilombolas, contra os povos indígenas e contra os povos tradicionais.

Sr. Presidente, não estou acompanhando o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Faltam 30 segundos, Deputado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Perfeitamente.

Portanto, Sr. Presidente, vou concluir dizendo apenas que a nossa luta vai prosseguir. Nós queremos que este projeto, que agora vai virar lei, seja cumprido na sua integridade. Essa vai ser a nossa luta daqui em diante.

Viva a luta dos povos indígenas!

Viva a luta dos povos quilombolas!

Viva a luta dos povos tradicionais do Brasil!

Essa luta é nossa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Bira do Pindaré.

Deputada Leda Sadala, V.Exa. gostaria de fazer uso do tempo de Líder agora? V.Exa. está na ordem de inscrição. *(Pausa.)*

Deputada Joenia Wapichana, enquanto V.Exa. se dirige à tribuna, concederei 1 minuto à Deputada Professora Rosa Neide, que é autora de um dos projetos.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Para discursar. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, com muita alegria posso verificar que parte dos vetos ao PL 1.142, relatado pela Deputada Joenia Wapichana, hoje serão derrubados.

O Brasil inteiro está nos olhando. Será que este País tem coragem de deixar os povos originários, os povos tradicionais, os remanescentes de quilombos, que deram o suor e o sangue para construir este País, sem as condições necessárias para fazer a travessia nesta pandemia?

Nós trabalhamos a muitas mãos na construção do PL 1.142. Hoje já estamos vendo inclusive a ONU se pronunciar a respeito desses vetos e temos a alegria de saber que o Congresso Nacional está dando as respostas.

Gostaríamos de derrubar todos os vetos. Todas as indicações foram pensadas milimetricamente em favor do povo. Os povos indígenas do Estado de Mato Grosso — lá estão 43 etnias — estão todos lincados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, vendo os nossos votos. Vamos derrubar esses vetos em favor dos povos indígenas, dos povos tradicionais, dos povos quilombolas. Vamos dar a eles, por direito, condições para viverem melhor nesta pandemia. Quantas pessoas importantes já perdemos? Todas as vidas importam: as vidas indígenas, as vidas dos povos tradicionais, as vidas dos povos quilombolas. Temos que nos dar as mãos e salvá-los. Eles têm toda a história da ancestralidade que nós carregamos.

Vamos, juntos, derrubar esses vetos!



Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Tem a palavra a Deputada Joenia.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares presentes na Casa, pessoas que nos assistem hoje, para nós indígenas, é um momento difícil de encarar esta situação da saúde, mas também é significativo o que estamos fazendo hoje aqui, no Congresso Nacional, ou seja, a derrubada de itens relacionados ao Veto nº 27 e ao Projeto de Lei nº 1.142, para salvar vidas. Poderia ser muito mais. Poderia haver sensibilidade por parte do Governo Federal há mais tempo. Há quase 5 meses, ou mais, lutamos por este projeto de lei, para que seja consolidado como o mínimo, o mínimo para a proteção da vida dos povos originários deste País.

Muitos não conhecem a realidade dos povos indígenas, a realidade de seus direitos, que estão consagrados na Constituição Federal brasileira desde 1988. Ela coloca de forma bem clara, no seu art. 231, a obrigação do Estado brasileiro, através da União, de proteger a vida, de proteger os direitos sociais, entre eles à saúde, à educação, à demarcação das terras indígenas, à proteção das terras indígenas, que, neste momento de pandemia, estão mais vulneráveis por causa de questões epidemiológicas históricas pelas quais já atravessaram. Invadiram as terras indígenas e as contaminaram com malária, com doenças que não eram conhecidas. Agora chegou a COVID-19.

Nós alertamos sobre isso nas várias reuniões com o Governo, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. Construímos juntos o Projeto 1.142, com base no projeto da Deputada Professora Rosa Neide. Incluímos as propostas do PL do Deputado Bira do Pindaré, da Deputada Talíria Petrone, do Deputado Aírton Faleiro, do Deputado Patrus Ananias e dos demais Parlamentares que se somaram a essa construção, junto com as organizações indígenas.

Este é o momento de consolidar este projeto. Lamentavelmente, poderíamos ter muito mais garantido, mas vamos trabalhar para isso. Quero alertar a sociedade brasileira que nos acompanha sobre a não execução de recursos que já constam para a saúde indígena na SESAI e em outras partes do Governo que têm a obrigação de implementar políticas públicas. Hoje mesmo sai nos meios da imprensa a notícia de que o gasto foi muito menor do que o gasto com saúde no ano passado. Alguma coisa está errada, Deputado Bira do Pindaré. Por que não está havendo essa execução? Nós vamos acompanhar isso. Os itens que propõem que sejam mantidos são justamente relacionados ao orçamento. Nós vamos acompanhar essa execução, vamos ficar atentos à execução e à implementação deste projeto que estamos garantindo hoje, para que haja um plano de enfrentamento para os povos indígenas e quilombolas, para as comunidades tradicionais, de forma que tenham a sua vida protegida.

Agora comemoramos a inclusão de itens essenciais à saúde. Nós não entendíamos por que a água potável tinha sido vetada. Derrubamos o veto que excluiu essa parte.

Eu quero agradecer à sociedade brasileira, a todas as pessoas que se manifestaram pela derrubada, a todas as frentes que se somaram à Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e aos Parlamentares que, em suas manifestações, pediram a derrubada desses vetos. Agora o momento é de acompanhar e de exigir a implementação deste projeto de lei. Os povos indígenas vão ter uma ferramenta para cobrar ainda mais o seu direito à saúde e o seu direito à vida.

Vamos nos somar às nossas lideranças, que estão nos encorajando. Faço uma homenagem às lideranças que já se foram e aos que não tiveram a oportunidade de ver a concretização da aprovação



dos itens do PL 1.142, que hoje é lei, a Lei nº 14.021. Que possamos exigir a implementação, a execução de tudo o que é relacionado ao projeto, para que seja exercido, de fato, para salvar vidas, porque as vidas indígenas importam. O que queremos ver é o respeito ao direito, é o respeito às culturas, é o respeito aos povos originários deste País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputada.

Concedo a palavra à Deputada Fernanda Melchionna, pelo tempo da Liderança do PSOL.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.)

- Obrigada.

Presidente Marcos Pereira, talvez este seja o meu último discurso na condição de Líder da bancada do Partido Socialismo e Liberdade. Eu não poderia fazer a transição desse importante papel de Liderança de uma bancada tão combativa e com tanta história de luta em defesa do povo, composta pela Deputada Sâmia Bomfim, pelo Deputado David Miranda, pelo Deputado Marcelo Freixo, pelo Deputado Ivan Valente, pelo Deputado Edmilson Rodrigues, pela nossa decana, a Deputada Luiza Erundina, pela Deputada Áurea Carolina e pela Deputada Táfria Petrone, sem fazer alguns registros neste momento.

O Brasil hoje atinge uma das piores marcas de mortalidade por COVID-19 do mundo, se equiparado aos Estados Unidos, outro país comandado por um obscurantista. São 110.034 as pessoas que perderam a vida por causa da COVID-19. Isso não é um número, são vidas. Estamos há quase 4 meses enfrentando a pior pandemia da nossa geração, com tantas vidas perdidas e com uma crise econômica que se aprofunda, resultado de uma agenda ultraliberal. Neste período tão difícil da nossa história, coube-me liderar essa bancada combativa.

Nós não temos dúvida de que construímos todas as condições para o enfrentamento da pandemia. Como bancada, aqui lutamos pelo enfrentamento da pandemia e para salvar a vida do nosso povo. O PSOL apresentou o primeiro PL sobre a criação do auxílio emergencial. Depois se unificou com a Oposição e votou, na Câmara dos Deputados, o PL sobre o auxílio de 600 reais, enquanto Bolsonaro queria dar 200 reais para o povo. Foi a partir de uma emenda do PSOL e do debate aqui no plenário com o Presidente Rodrigo Maia que chegamos ao duplo benefício para mulheres chefes de família, que recebem 1.200 reais graças à nossa luta neste plenário.

Foi também a bancada do PSOL que apresentou o primeiro projeto de reconversão industrial, porque deveriam estar sendo produzidos álcool em gel e máscaras em larga escala, para ajudar o nosso povo.

O PSOL pautou a necessidade de salvar vidas, e não de salvar os lucros. Reivindicou a taxação das grandes fortunas e a taxação de lucros e dividendos em vários momentos, assim como outros partidos. Mas aqui falo na condição de Líder do PSOL.

O PSOL também reivindicou a manutenção dos empregos. Vemos, em meio à pandemia, que há bilionários ficando mais bilionários. Trinta e dois bilionários acumularam uma riqueza de 40 bilhões de reais só agora, durante a pandemia, enquanto 4 milhões de brasileiros e brasileiras perderam o trabalho durante a pandemia, enquanto pequenas e microempresas estão fechando, diante dessa medida de ajuste e porque a ajuda não chega aos Estados e aos Municípios.



Também apresentamos muitos projetos para proteger a vida do nosso povo. O PSOL apresentou dezenas de projetos e até foi eleito pela revista *Veja* como a principal pedra no sapato do Governo Bolsonaro.

Sabemos que enfrentar Jair Messias Bolsonaro é um problema de medida sanitária. Cem mil mortes não é acidente, cem mil mortes é política. É óbvio que, diante da COVID e de um vírus para o qual ainda não há vacina nem remédio com eficácia comprovada cientificamente, muitos morreriam, mas não 100 mil. A política do Governo, sobretudo a de Bolsonaro, foi a de desmerecer a "gripezinha", como ele falou, foi a de desmerecer as vidas dizendo que não era coveiro, foi a de desmerecer o povo brasileiro.

Eu tenho convicção de que ele será julgado pelo Tribunal Penal Internacional pelos crimes contra a humanidade que está cometendo. O PSOL é signatário disso, junto com outras entidades, em todas as esferas internacionais. Nós o denunciemos à Organização Mundial da Saúde, à Organização das Nações Unidas, ao Tribunal Penal Internacional, porque sabemos que ele tem uma postura genocida que coloca em risco a vida dos nossos indígenas, inclusive com estes vetos, de fato cruéis e desumanos. Ele coloca em risco a vida dos mais pobres. É verdade que o vírus não é ideológico, mas ele atinge de maneira desigual um país tão afetado pelas desigualdades sociais, já que são os pobres e os pretos que proporcionalmente mais morrem, justamente quem é mais vítima de um sistema perverso que faz com que uma minoria, 5 bilionários, tenha renda equivalente à de 100 milhões de brasileiros. Não queremos que ele seja julgado daqui a 10 anos, porque a vida do nosso povo, infelizmente, segue indo. A cada dia que passa registram-se cerca de mil mortes. Já se chegou a quase 2 mil mortes diárias por causa da COVID. Não temos dúvida de que é preciso uma luta política contra este Governo genocida.

Isso significa que a história também cobrará caro daqueles que se silenciaram. A história cobrará caro daqueles que, em nome de cargos, não enfrentaram um governo que atrapalha as medidas sanitárias. A história cobrará caro daqueles que, em nome de uma agenda neoliberal, passaram a ideia de que é aceitável um governo genocida e obscurantista.

Nós seguiremos lutando pela taxação dos ricos, para pagarem uma renda permanente, o que também é projeto do PSOL — e está protocolado. Só taxando os milionários podemos manter uma renda permanente — permanente —, no valor de 600 reais para o nosso povo.

Seguiremos lutando pela ampliação da democracia, ao mesmo tempo em que lutamos contra essa agenda obscurantista da extrema-direita. Temos a convicção de que a luta de classe segue sendo o motor da história. Estamos acompanhando vivamente a luta nos Estados Unidos contra o obscurantismo de Trump, assim como a revolução na Bolívia, diante de mais uma tentativa de golpe daqueles que não querem respeitar os direitos do povo boliviano, inclusive o de decidir.

No Brasil, seguiremos fazendo a nossa parte, construindo uma alternativa política e social, denunciando a agenda ultraliberal e, ao mesmo tempo, lutando para preservar a vida do povo.

Eu quero agradecer a todos os técnicos da bancada do PSOL, aos assessores, aos militantes, ao nosso partido, aos militantes do movimento social, aos nossos Deputados, aos outros Líderes pelo respeito. Tive a honra de representar uma bancada supercombativa e tenho certeza de que serei muito bem representada pela próxima Líder, a Deputada Sâmia Bomfim.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputada Fernanda. Desejo sucesso na sua campanha, lá em Porto Alegre, para a Prefeitura.

Seja bem-vinda, Deputada Sâmia, como Líder do PSOL.



Tem a palavra o Deputado Luis Miranda, pelo tempo da Liderança do Democratas.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Marcos Pereira.

Cumprimento todos os Deputados e todas as Deputadas que estão aqui em plenário e os que estão *on-line*.

Venho, através deste pedido, dizer que todos os acordos são feitos pelos Líderes e que, nesta Casa, eu honrei e respeitei todos. Sob a Liderança do Deputado Elmar Nascimento, no ano passado, e, principalmente, sob a Liderança, neste ano, do amigo Deputado Efraim Filho, sempre respeitei as orientações do meu Líder, entendendo que o nosso partido, o Democratas, é um partido que tem agenda econômica e liberal, o que tanto defendi em toda a minha vida. É fácil ser liderado, então, por um líder que defende o mesmo, aquilo em que se acredita.

Mas eu vi o Veto nº 19 — e peço a todos os Líderes que me escutem; tenho certeza de que me escutam, pois estão acompanhando, neste exato momento, a sessão do Congresso —, vi 9 bilhões permanecendo para a compra de títulos, antecipados, desnecessários, e não indo para a saúde. Quando falo "não indo para a saúde", não falo de um Município, de um Governador, mas da saúde, para que o Executivo decida como administrar os recursos. O Presidente Bolsonaro marcaria um "pontão", pois é um recurso importante para ele e que vai fazer falta. Por que vai fazer falta? Porque ele terá uma grande dificuldade com o teto de gastos no ano seguinte. Por isso ele foi acompanhado por todos. Talvez ele não tenha enxergado que não precisa de dinheiro para a compra de títulos pelo Banco Central, mas que vai precisar de dinheiro para a saúde. Ele vai precisar de dinheiro para fazer a gestão pós-pandemia. Admito que muito me surpreendeu o veto dele. Mais ainda me surpreendeu a orientação da equipe técnica dele, sem avisá-lo. Depois que passar este ano, faltarão recursos para o ano seguinte. Fico muito estarecido, porque eu fui o Relator da MP 909. Fiz um trabalho que, tenho certeza, foi exímio, tendo em vista ter sido unânime a votação na Câmara dos Deputados e no Senado, mas, infelizmente, o Presidente vetou a transformação da matéria, quando encaminhamos esses quase 9 bilhões para a saúde, que iriam ser distribuídos entre Estados e Municípios — a critério do Executivo, para ficar bem claro. Prefeitos e Governadores que estivessem envolvidos com maracutaias provavelmente receberiam nada, mas aqueles que estão fazendo um grande trabalho fariam jus a um recurso extra, que certamente fará falta para a população.

Estamos falando de mais de 100 mil vidas perdidas, de milhões de contaminados, e estão cerceando recursos para a saúde. É inacreditável. Votamos unanimemente aqui na Câmara dos Deputados e no Senado, o Presidente vetou, e, de alguma forma mágica, os mesmos Líderes que votaram unanimemente aqui votam agora para manter o veto do Presidente. Isso está no globo porque sabem que, se destacarem, perdem.

Então, eu peço aos demais Líderes que não concordaram com isso para que apresentem destaque. Ainda há tempo. A próxima votação será a do Veto nº 19, que destina 9 bilhões de reais para a saúde em vez de mandar para os banqueiros, que certamente não estão precisando, pois tiveram um excelente lucro — e espero que continuem tendo. Esse é o conceito de todo negócio.

Se não for tão ruim, mais tarde teremos o Veto nº 17, que trata da progressão de carreira de alguns profissionais. Não vamos falar de aumento, porque, no ano seguinte em que nós viveremos, não teremos dinheiro para dar aumento a professores, não teremos dinheiro para dar aumento a militares,



não teremos dinheiro para dar aumento a policiais. A gente sabe disso. Certamente, os Estados vão estar em dificuldade por conta de um ajuste fiscal muito duro.

Mas, quanto à progressão de carreira, permitir que o Veto nº 17 se mantenha é algo insano. E muito nos surpreende que as bancadas militares e de policiais, que são aliadas de Bolsonaro, se não derrubarem o veto, estarão indo contra a carreira dos militares, dos policiais, do Corpo de Bombeiros, dos profissionais de saúde, dos professores, enfim, de todos aqueles que na pandemia mais trabalharam — aí sim fica uma resposta para a Esquerda.

Eu quero ver se nós não iremos derrubar o Veto nº 17. Eu peço ao meu Líder que a orientação seja para que nós derrubemos o Veto nº 17 em nome de todos os policiais deste País que na pandemia se contaminaram e perderam a vida, trabalhando contra a criminalidade, porque essa não para com vírus ou sem vírus. Peço isso também em nome de todos os profissionais de saúde, em nome de todos os professores.

Vou concluir, Presidente, porque eu não quero me alongar e para que o vídeo possa ser postado na Internet.

Eu quero lembrar aos senhores que não haverá aumento nem se os Estados quiserem dar. Então, não vai causar um grande dano aos cofres públicos, mas a progressão da carreira tão aguardada por esses profissionais será extremamente impactada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Conclua, Deputado.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Vou concluir.

Aqui a Polícia Civil, Presidente, nesta semana, apreendeu 2 toneladas de drogas, o que pagaria a progressão de carreira desses policiais para o resto da vida — 2 toneladas de drogas!

Nós não paramos e não aceitamos que o Veto nº 17 seja mantido. Vamos derrubá-lo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – vide item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Resultado: SIM, 14; NÃO, 454; abstenção, 1.

Rejeitados todos os vetos destacados.

Os vetos vão ao Senado Federal.

Passemos agora à votação dos dispositivos não destacados com acordo pela manutenção.

Passemos à segunda votação nominal.

Declaro abertos os processos de votação em globo dos Vetos nºs 11, 12, 15, 19, 21 a 23, 25, 27 e 28, de 2020, que possuem acordo de Líderes para a manutenção, ressalvados os destaques.

Para orientar pelo PT, tem a palavra Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Presidente.

Nós vamos, evidentemente, manter o acordo feito a favor da manutenção desses vetos. Mas eu queria ressaltar também duas questões importantes em relação às quais o Governo Bolsonaro tem agido de forma no mínimo irresponsável, sem respeitar o serviço público brasileiro e os servidores.



O primeiro é esse veto à progressão na carreira, veto a um direito dos trabalhadores do serviço público até 2021, inclusive depois da pandemia. A progressão na carreira é uma vantagem constitucional adquirida. É um absurdo o que está se cometendo contra a segurança pública, os trabalhadores da educação e da saúde, em plena pandemia, e também os garis.

Então, esse é um dos problemas postos nos vetos do Governo, e eu espero que a Câmara os derrube. O segundo é o Senado. Quero fazer um apelo aos Senadores para que mantenham o FUNDEB com as qualidades que aprovamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PSL, Deputado General Peternelli? *(Pausa.)*

Como vota o PL, Deputado Paulo Marinho Jr? *(Pausa.)*

Como vota o PDT, Deputado Afonso Motta?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma grande honra participar da sessão do Congresso Nacional sob a presidência de V.Exa.

Quero dizer que ontem também tive a honra de participar da reunião de Líderes do Congresso, quando celebramos acordo em matérias complexas. Houve muita dificuldade para nós da Oposição em concordar com determinados vetos, tanto pela manutenção como pela derrubada. Sem dúvida nenhuma, o resultado é positivo para todos, pois estamos avançando e, mesmo com a pandemia, cumprindo com a nossa responsabilidade no Poder Legislativo, no Congresso Nacional.

Por isso, o PDT vota "sim", Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Afonso Motta.

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o MDB, Deputado Baleia Rossi?

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB encaminha favoravelmente ao acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PSD, Deputado Darci de Matos? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB, Deputado Samuel Moreira?

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB orienta "sim", pela manutenção dos vetos, acompanhando o acordo e o entendimento realizado.

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) - Republicanos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra o Deputado Jhonatan de Jesus.

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Republicanos vai encaminhar favoravelmente ao acordo.

Quero ainda ressaltar aqui o trabalho do Deputado Acácio como Relator. O veto que foi derrubado é muito importante. Nós fizemos várias reuniões com os institutos de terras dos dois Estados e estamos



agora passando para o Senado a responsabilidade de dar vida, voz e vez ao Estados do Amapá e de Roraima.

Então, Presidente, quero parabenizar mais uma vez o meu amigo, Líder e Deputado Acácio Favacho e dizer que o Republicanos vota com o acordo firmado no Colégio de Líderes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Eu estou recebendo uma sugestão dos Líderes presentes em plenário, que acho muito boa. Gostaria de propor colocarmos "sim" para todos os partidos, exceto o PSOL, para podermos avançar e abrir o painel. Depois eu darei a palavra pelo tempo de Líder aos inscritos.

Podemos, então, colocar "sim" para todos? *(Pausa.)*

Pode colocar "sim" para todos, com exceção do PSOL. O PSOL, obviamente, pode usar o tempo de 1 minuto para fazer sua manifestação.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente Marcos Pereira, em primeiro lugar, eu quero dizer que nós fomos representados, sim, na reunião do Congresso Nacional pela Deputada Sâmia Bomfim e pelo Deputado Marcelo Freixo.

O PSOL, de fato, acha que é fundamental discutir e derrubar muitos vetos que estão na lista. Por isso, não estamos obstaculizando com relação ao Regimento Interno da Câmara e à própria Constituição Federal. Nós sabemos que esse método de apenas ser feito um destaque por partido e não se poder votar em cédula para registrar a posição do partido é, de fato, inconstitucional e antirregimental, mas há matérias importantes para serem enfrentadas.

Nós achamos que o acordo avançou e alguns vetos importantes foram derrubados, mas, ao mesmo tempo, no bloco dos mantidos, há ataques muito grandes, como no caso dos recursos ao PL da saúde indígena. E há um destaque que significa o congelamento do salário dos servidores públicos. É o Veto nº 17, que, obviamente, vai ser destacado. Nós podemos fazer o debate político.

Tendo em vista a posição da Deputada Sâmia Bomfim na reunião de ontem e em relação à questão do debate interno, o PSOL vai liberar a bancada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - O PSOL muda para "liberar".

As Sras. e os Srs. Deputados já podem iniciar a votação pelo Infoleg.

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Eu passo a palavra ao Deputado Danilo Forte, do PSDB do Ceará, que disporá do tempo de Liderança. *(Pausa.)*

S.Exa. não está.

O Senador Eduardo Gomes, que pediu o tempo do Governo, quer usar a palavra como Líder? *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Com a palavra V.Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcos Pereira, quero cumprimentar V.Exa. e os Líderes de todos os partidos, da Oposição,



da Situação, da Câmara e do Senado, aqui fazendo o reconhecimento público de toda a dinâmica que o Congresso Nacional, hoje sob a liderança de V.Exa., tem coordenado com relação à retomada da votação dos vetos e de alguns PLNs, os quais estão sendo votados nas sessões que estamos conduzindo pelo sistema remoto de votação.

Eu ouvi há pouco o Deputado Luis Miranda, a quem admiro, falar sobre a dinâmica interna dos votos, do pacote de acordo dos vetos, mas, por parte do Governo e da Oposição, são aquelas matérias em que houve, pelo menos, a consistência do acordo mínimo. Eu queria dizer não só ao Deputado Luis Miranda, mas a todos os Líderes, com muito respeito, e a todos aqueles que chegaram ao consenso do destaque de três matérias, que, mesmo as matérias em que foi mantida a derrubada do veto na votação em bloco, boa parte delas, Presidente Marcos Pereira, obedeceu também a uma questão temporal. Alguns dispositivos constantes no pacote de vetos obedeceram, evidentemente, ao percurso do tratamento da pandemia; outros foram ultrapassados por matérias votadas na Câmara e no Senado, sob a condução do Presidente Rodrigo Maia e do Presidente Davi Alcolumbre. E aí foram trazidas para a análise dos vetos uma grande proporção, por exemplo, no auxílio emergencial de várias categorias que buscavam atendimento, mas que já tinham sido atendidas por outro instrumento.

Portanto, no veto, em especial, com relação aos Estados e Municípios, nesse percurso, o Governo Federal, sob a liderança do Presidente Jair Bolsonaro e com o Ministério da Economia, fez o trabalho de reposição de perda de receita pelos Municípios e Estados brasileiros. Alguns Estados, até com uma certa diferença, estão a favor da perda de arrecadação no período da pandemia. Assim, Presidente Deputado Marcos Pereira, com relação a vários pontos, no pacote dos vetos, por exemplo, quanto ao uso da máscara e também em relação à assistência indígena, alguns pontos foram atendidos e outros foram suspensos por força de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Sabemos que o ideal é a sessão presencial, é a sessão em que discutimos frente a frente nos plenários da Câmara e do Senado, mas é possível entender o esforço da Liderança do Governo e o reconhecimento também dos Líderes da Oposição na discussão do que é possível levar a voto. Sabemos que o êxito de tudo isso — o êxito desta sessão, a da semana passada e a das que virão — só ocorrerá se houver o cumprimento dos acordos totais pela Liderança do Governo e pelas Lideranças da Oposição.

Passo também a minha breve saudação à participação, hoje, já como Líder do Governo na Câmara dos Deputados, do Deputado Federal e ex-Ministro Ricardo Barros, que passa a falar agora pela Liderança do Governo na Câmara, e o meu reconhecimento público a todo o trabalho prestado pelo grande Deputado Major Vitor Hugo.

Faço, Sr. Presidente, também um agradecimento especial a todos os Líderes, rigorosamente todos os Líderes, que têm feito sacrifício de atendimento possível à votação no Congresso Nacional, nesse sistema que é inédito no mundo.

Portanto, fica mais uma vez o nosso reconhecimento e a nossa luta permanente pelo cumprimento dos acordos, todos feitos em benefício da população brasileira, nas suas várias áreas.

Também quero passar a informação, que é fundamental na análise desses vetos, principalmente dos que versam sobre saúde, principalmente com relação a insumos e equipamentos, que nesse período do debate dos vetos foi atendida objetivamente pelo Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e por sua equipe, na discussão permanente com todos os Municípios e Estados brasileiros...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Para concluir, Senador.



O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - ...independentemente da condição partidária, a entrega de respiradores, de insumos, a força que o Governo moveu para colocar à disposição das Prefeituras e dos Estados condição de combate à COVID-19.

Aqui fica a minha gratidão, o meu reconhecimento e a expectativa de que, dentro de pouco tempo, o Congresso Nacional volte a se reunir presencialmente, mas que fique o legado importante de restabelecimento do cumprimento dos acordos e do ajuste, nesse período, do Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Peço que conclua, Senador.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - ...independentemente de corrente partidária, para o bom andamento do Legislativo.

A diferença é da democracia. A discussão é importante para a defesa das bandeiras de todos os partidos. Mas o fundamental é o respeito entre todos nós.

Portanto, os meus cumprimentos finais e o meu reconhecimento, assim como o do Governo do Presidente Jair Bolsonaro, da SEGOV, através do Ministro Eduardo Ramos, a todos os Líderes por esse esforço reconhecido pela população brasileira como o necessário neste instante do País.

Muito obrigado, Presidente Marcos Pereira, e parabéns pela condução desta grande sessão do Congresso Nacional!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Senador Eduardo Gomes.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) **(Lista de votação – vide item 3.1.1 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - SIM, 356 votos; NÃO, 10 votos; abstenção, 1. Total, 367 votos.

Mantidos todos os vetos, ressalvados os destaques.

Os vetos mantidos não vão ao Senado Federal.

Votação nominal do Veto nº 24, de 2020.

Passa-se, agora, à apreciação no painel eletrônico do Veto nº 24, de 2020, sobre suspensão das inscrições nos cadastros de empresas de análises e informações de crédito durante a pandemia da COVID-19.

Para encaminhar a votação contrariamente, concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.
(Pausa.)

A SRA. JAQUELINE CASSOL (Bloco/PP - RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu não tive tempo de efetuar a votação, mas eu voto "sim", com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Deputada Jaqueline Cassol, a ata registrará a manifestação de V.Exa.

A Deputada Maria do Rosário está presente para falar contra? *(Pausa.)*

Eu vou chamar a Deputada Dra. Soraya Manato. Depois volto para a Deputada Maria do Rosário.

Com a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato, para falar a favor. *(Pausa.)*

Chamo novamente a Deputada Maria do Rosário. *(Pausa.)*

Orientação de bancada.

É importante deixar claro que, neste caso, não há acordo. Cada partido vai votar com a sua posição.



Como vota o PT, Deputado Rogério Correia?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Presidente, o PT é contra o veto do Presidente Bolsonaro. É mais um veto inexplicável, que mostra bem que este Governo não está nem aí para as pessoas e para a vida delas. Por isso, ele banaliza as mortes. São 110 mil mortes.

Agora, o que o projeto de lei coloca — por isso, nós somos contrários ao veto — é que, durante esta pandemia, muitas pessoas ficaram devendo. No projeto de lei, nós colocamos que, na Serasa, elas não terão punição durante esse período de pandemia, especialmente pelo crédito que fizeram, e assim por diante.

É uma medida necessária em tempos de pandemia para proteger aquele que perdeu o emprego e mesmo pequenas e microempresas, que não seriam penalizadas durante esse período, mas o Presidente evidentemente vetou. É mais uma daquelas granadas que o Ministro dele, Paulo Guedes, disse que iria colocar no bolso das pessoas, assim como ele coloca granadas no serviço público, como com o veto à progressão. Quero ver se a bancada, inclusive a chamada bancada da bala...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Deputado, conclua, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Muito obrigado, Presidente.

O PT é contrário a esse veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PSL, Deputado General Peternelli?

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSL reunido, Presidente, julga oportuno dizer "não" ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PL, Deputado Paulo Marinho Jr?

O SR. PAULO MARINHO JR (Bloco/PL - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o MDB, Deputado Baleia Rossi?

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB encaminha "sim" ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PSD, Deputado Darci de Matos?

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD encaminha "sim" ao veto.

Aproveito para justificar que o Deputado Charles Fernandes não conseguiu votar na votação anterior, mas votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o Republicanos, Deputado Jhonatan de Jesus?

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Republicanos vota pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - "Sim".

Como vota o PSDB, Deputado Samuel Moreira?



O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, nós também votamos pela manutenção deste veto, votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PSB, Deputado Denis Bezerra?

O SR. DENIS BEZERRA (PSB - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSB vota "não" a esta medida tão importante neste momento.

Nós estamos vivendo um momento excepcional na história. Então, medidas excepcionais também têm que ser tomadas.

O Parlamento aprovou esta medida. Não vai causar nenhum prejuízo nem para os cadastros de proteção ao crédito nem para os bancos. Ninguém aqui está estabelecendo qualquer tipo de anistia ou perdão. Nós estamos simplesmente suspendendo a inscrição neste momento.

Por isso, o PSB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - O PSB, "não". Deputado Denis Bezerra, muito obrigado.

Deputado Afonso Motta, como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é evidente que nosso propósito com esta matéria é criar, no caso, todas as facilidades e todas as condições, porque sabemos que esses menos favorecidos, aqueles que formam essa grande multidão que está, neste momento, passando pelas maiores agruras, precisam ter condições, não podem ter limites, não podem ter restrições, como na proposta que foi vetada.

Por isso, o PDT vai votar "não", entendendo que deve ser mantido o texto que foi aprovado pela Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o DEM?

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, na outra votação, o meu celular travou. Eu quero dizer que votei "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Será registrada na ata a manifestação de V.Exa.

Como vota o DEM, Deputado Efraim? *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- A Liderança da Minoria vai votar "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - A Liderança da Minoria, "não".

Como vota o Solidariedade, Deputado Zé Silva?

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Solidariedade vota "sim", pelo acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PTB?

O SR. MAURÍCIO DZIEDRICKI (Bloco/PTB - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PTB orienta "sim", Presidente, pela manutenção do veto.



O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Maurício.

Como vota o Podemos?

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Podemos orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Léo Moraes.

Como vota o PSOL, Deputada Sâmia?

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - O PSOL vota pela derrubada do veto, Presidente.

Nenhum brasileiro escolhe ter o seu nome negativado ou gosta disso. É preciso que se considere que boa parte do nosso povo tem uma condição econômica muito precária. Imagine isso no contexto da pandemia. Tratou-se de uma excepcionalidade e de uma impossibilidade de planejamento. Muitos brasileiros perderam renda, perderam o emprego e acabaram tendo o nome negativado.

Esta proposta, aprovada pelo Congresso Nacional, visou evitar que, neste período de pandemia, as pessoas tivessem esse tipo de prejuízo, mas infelizmente o Presidente Bolsonaro, mais uma vez, escolheu o seu lado, que é contra a população mais pobre. Além de não ajudar o povo a sobreviver diante da COVID-19 e da crise econômica que os impacta, faz questão de prejudicá-los em toda oportunidade.

O Congresso Nacional aprovou este projeto, e infelizmente o Presidente após veto. Por isso, nós estamos votando pela sua derrubada.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota o PSC, Deputado André Ferreira? *(Pausa.)*

Como vota o Cidadania, Deputado Arnaldo Jardim?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcos Pereira, Sras. e Srs. Parlamentares, algumas coisas nos deixam a todos perplexos.

O dispositivo vetado diz que, desde o dia 20 de março, durante 90 dias, essas pessoas não teriam o nome inscrito no cadastro da SERASA e em outros instrumentos de averiguação de crédito, por conta das circunstâncias da pandemia. Então, o prazo foi de 20 de março a 20 de junho. No dia 30 de junho, o Presidente vetou esse dispositivo, que agora estamos analisando.

O que ele tem a mais? Ele possibilita que o Ministério da Justiça prorrogue por outros 90 dias o prazo, mas o prazo já expirou. Vejam o que estamos votando. O acordo se referiu às questões anteriores. Isso é para ser discutido.

Neste item, o Cidadania vota "não". Vota, portanto, para derrubar este veto, que, no nosso entender, não tem sentido. O Governo não deveria ter insistido nele.

Presidente Marcos Pereira, a Deputada Paula Belmonte, na última votação, teve dificuldade de votar, mas ela votaria junto com o partido. Peço que seja feito o registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Será feito.

Como vota o PCdoB, Deputado Márcio Jerry?



O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcos Pereira, obviamente vota pela derrubada deste veto, um veto absurdo. Este veto nos faz lembrar que o Governo Bolsonaro é contra CPFs e CNPJs. É absolutamente incompreensível este veto. Em tempos de pandemia, em tempos de excepcionalidades, precisamos preservar medidas também excepcionais.

O Deputado Arnaldo Jardim, com muita propriedade, lembrou a inoportunidade da manutenção pelo Governo Federal deste veto.

Nós votamos pela derrubada do veto. Portanto, votamos "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Deputado Alexis Fonteyne, antes de V.Exa. dizer como vota o NOVO, gostaria de parabenizá-lo pelo seu aniversário, que acontece hoje.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Presidente, solicito que a orientação do PSL seja alterada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Passa a ser "sim", não é isso?

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Positivo! O voto é "sim".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Está bem.

Parabéns, Deputado Alexis Fonteyne! Que tenha saúde e paz! Eu sempre digo isto aos amigos nos aniversários: saúde e paz, do resto a gente corre atrás!

Eu ia ligar para V.Exa., mas, como sabia que iria encontrá-lo na sessão do Congresso Nacional, deixei para registrar aqui, de público, o seu aniversário na data de hoje.

Como vota o NOVO?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Presidente, parabenizo o Deputado Alexis Fonteyne e concedo a ele o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Pode ser na hora da votação?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Assim ganhamos um pouquinho de tempo. A votação vai ser nominal, vai tomar um tempo.

Tem a palavra o Deputado Alexis Fonteyne.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado pelas palavras. Fico muito honrado. Eu sempre digo que precisamos ter muita sabedoria, inclusive para ser Deputado no Brasil.

A orientação do Partido Novo é para que se mantenha este veto. Nós sempre falamos muito sobre veto durante a votação. O nosso partido foi praticamente o único a se posicionar a favor da inclusão, para que haja transparência e se mantenha a confiabilidade do sistema de birô de crédito.

Deputados, quando eu estiver usando o tempo da Liderança do partido, eu gostaria que prestassem atenção. A intenção é boa, mas o efeito é ruim. Empresas que vão precisar ver o cadastro de outras empresas não vão conseguir ver esse cadastro. O que vai acontecer é que o crédito vai



simplesmente sumir do mercado, causando um efeito muito ruim para o pobre, para aquele que não tem dinheiro e que precisa de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado.

Como vota o Avante?

A SRA. LEDA SADALA (Bloco/AVANTE - AP) - Sr. Presidente, bom dia. Eu gostaria de fazer uso do tempo da Liderança no período da votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - O.k.

A SRA. LEDA SADALA (Bloco/AVANTE - AP. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - O Avante orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado.

Deputado Cacá Leão, como vota o Progressistas?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PP vota "sim".

Aproveito a oportunidade para registrar que a Deputada Angela Amin votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Está registrado.

Como vota o PV, Deputado Enrico Misasi?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcos Pereira, primeiro eu queria registrar que a Deputada Leandre, na última votação, votou pela manutenção dos vetos. Ela teve dificuldade de votar.

Quanto a este veto, o PV vai liberar a bancada. Nós entendemos a sensibilidade da questão. Entendemos os argumentos de ambos os lados. Portanto, a posição do partido é pela liberação da bancada.

Eu queria deixar registrado que a minha posição é pela manutenção deste veto, por entender que os cadastros negativos não são barreira ao crédito. São eles que possibilitam, no agregado, o acesso ao crédito. Se não houver informação, não vai haver crédito. Se o paciente está com febre, não adianta quebrar o termômetro. Precisamos ter as informações para encontrarmos as políticas públicas adequadas e acertarmos as condições estruturais que possibilitem que as pessoas tenham a capacidade de pagar seus débitos.

Desse modo, minha posição é pela manutenção do veto.

O PV, no entanto, libera a bancada.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - O PV libera a bancada.

Como vota o Patriota? (*Pausa.*)

Como vota a REDE?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE vai orientar "não", porque entende que as pessoas, e também os bancos, neste período de pandemia, precisam se adequar ao que ocorre. Existem situações, como a de desemprego, que realmente fazem com que o nome de pessoas seja incluído no cadastro negativo. É preciso que haja sensibilidade com a situação provocada por esta pandemia.

A REDE vai orientar "não", para que se mantenha o projeto original e justamente se impeça esse tipo de negatificação, possibilitando que essas pessoas tenham acesso a crédito.



O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Como vota a Maioria?
(*Pausa.*)

Como vota a Oposição? (*Pausa.*)

Como vota o Governo? (*Pausa.*)

Está iniciada a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados já podem registrar o voto pelo sistema Infoleg.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Terá a palavra o Deputado Marcio Alvino, por 1 minuto. Depois o Deputado Danilo Forte falará pela Liderança do PSDB e, na sequência, o Deputado Alexis Fonteyne usará o tempo da Liderança do NOVO.

Tem a palavra o Deputado Marcio Alvino.

O SR. MARCIO ALVINO (Bloco/PL - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcos Pereira, queria, de forma muito especial, agradecer a todos os Deputados Federais, aos Deputados Estaduais.

De maneira muito simples, homenagem a memória de uma pessoa que faz parte da história da cidade de Santa Branca: Celso Simão.

O Prefeito Celso, no domingo passado, teve um infarto fulminante e nos deixou. Expresso meus sentimentos à sua esposa, Dalva; ao seu filho, Celsinho; à sua filha, Caroline. Essa é uma família muito bonita.

Celso, durante 30 anos, foi Vereador na cidade de Santa Branca. Eu e o Deputado Estadual André do Prado estivemos com ele na sexta-feira, na hora do almoço e no final da tarde. Visitamos as obras em Santa Branca, creches, casas, várias obras que o Prefeito estava entregando à cidade. Aquele foi um momento em que pudemos percebê-lo muito feliz com a nossa presença. Nós tínhamos uma parceria real com ele e com a cidade de Santa Branca. Eu não poderia, de forma alguma, deixar de fazer essa homenagem a ele.

Um abraço a todos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Senador Eduardo Gomes, para fazer a orientação pelo Governo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Presidente Marcos, quero só dizer que o Deputado Vicentinho vai falar pela Liderança do PT.

Desculpe-me, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Daqui a pouco, Deputado.

Tem a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta pela manutenção do veto, porque entende que a providência solicitada na matéria pode ser atendida ou por portaria ou por alguma motivação administrativa e entende que forçar no texto da lei esse tipo de providência pode trazer às pessoas que dependem de crédito um crédito muito mais caro.

Como não há nenhum tipo de acompanhamento, fora a interferência numa questão como essa, na hora da oferta de crédito, aquelas pessoas que necessitam disso e que de alguma forma cuidaram do



seu crédito ficam prejudicadas pelo aumento do custo de qualquer operação financeira. Infelizmente, no Brasil, o sistema financeiro tem essas informações, muitas cedidas pelo próprio Congresso Nacional, e isso tem tornado o crédito um pouco mais difícil para a população brasileira.

Portanto, o Governo orienta "sim", pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Tem a palavra o Deputado Gastão Vieira, para orientar a bancada do PROS.

O SR. GASTÃO VIEIRA (Bloco/PROS - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - *(Falha na transmissão)* ...pelo acordo que foi feito.

Quero aqui fazer uma referência à participação do Líder do nosso partido, o Deputado Acácio, na defesa não apenas dos interesses do seu Estado, o que é absolutamente legítimo, como também do interesse de todo o povo brasileiro pela manutenção deste veto.

Portanto, o PROS encaminha o voto "sim".

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Gastão.

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte, que usará o tempo da Liderança do PSDB.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcos Pereira, Sras. e Srs. Senadores, meus colegas de bancada, meus colegas Deputados Federais e Deputadas Federais, o que me traz a esta tribuna hoje é uma realidade que estamos vivendo, de apreensão muito grande por parte de todos os Municípios, principalmente do Nordeste e do Norte do País, em função da angústia que está sendo gerada a respeito da prorrogação ou não do auxílio emergencial.

Hoje estou apresentando, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei por meio do qual buscamos exatamente criar as condições para transformar esse auxílio emergencial em uma bolsa de renda mínima permanente. A realidade, os fatos no Brasil nos levaram a isso.

Em razão da pandemia, descobrimos que no Brasil, hoje, quase 30 milhões de pessoas estão vivendo numa condição muito precária do ponto de vista econômico, quase numa situação de miséria. Essas pessoas não podem ser marginalizadas. Desemprego foi gerado pela própria pandemia, com o *lockdown* que foi feito em várias cidades e a redução do tamanho das empresas. Aumenta também o desemprego a falta de condição para se participar de um mercado cada vez mais competitivo, em que se exige mais capacitação e mais conhecimento, ou para se voltar a esse mercado de trabalho. Por outro lado, avanços foram feitos.

Eu me lembro muito bem de vários debates nesta Casa. Quando fui Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em 2015, o Senador Eduardo Suplicy adentrou no meu gabinete com um livro, que ele autografou para mim, exatamente sobre programa de renda mínima. Eu brinquei com ele, disse que aquele programa, de inclusão socioeconômica, tratava de matéria capitalista e era trazido por um Senador tão reconhecido na Esquerda e no socialismo brasileiro.

Eu me recordei da luta de Celso Furtado em favor da criação da SUDENE, que tratava também das desigualdades regionais. Já havia a necessidade de um programa de redistribuição de renda no Brasil, para tentar equalizar o desenvolvimento econômico do Nordeste com o do restante do País. O discurso do grande paraibano Celso Furtado se iguala ao que depois diria Fernando Henrique Cardoso,



o grande líder nacional do PSDB, do nosso partido, quando criou aqueles programas sociais. Não resta dúvida de que o Bolsa Família foi um avanço extraordinário com relação a isso.

Agora vemos a grande preocupação do Presidente Bolsonaro, do nosso Ministro Paulo Guedes, que estão incumbidos de buscar, inclusive do ponto de vista do programa de governo, uma solução para o problema.

Portanto, essa não é uma bandeira da Esquerda, não é uma bandeira da Direita. Trata-se de uma solução que envolve brasileiros que precisam ser assistidos, brasileiros que têm de ser reconhecidos pela Nação brasileira, que necessitam de um apoio para que se mantenham. O programa de auxílio emergencial veio a calhar, tanto que diminuimos, neste período, o nível de pobreza, de miserabilidade dessas pessoas que estão recebendo esse auxílio.

Para minha surpresa, na pesquisa que fizemos, até junto com a consultoria da Comissão Mista de Orçamento, verificamos que oito Estados brasileiros tiveram aumento de arrecadação, inclusive na pandemia. Isso significa dizer que esse recurso que foi distribuído retorna para os Tesouros estaduais e para o Tesouro federal, graças a essa grande exigência fiscal, essa massa de tributos que existe no nosso País.

Neste momento, o que estamos apresentando? O mundo já está discutindo isto. Não é uma solução inventada do nada. A França já fez isto, a Áustria já fez, a Austrália já fez. A Alemanha e a Inglaterra estão discutindo isto. As maiores empresas do mundo são as plataformas digitais, são empresas com faturamento superior ao equivalente a 4,5 bilhões de reais, que poderão muito contribuir, neste momento de angústia e de dificuldade, para essas pessoas excluídas socialmente. Trata-se de criar uma contribuição social específica dessas plataformas digitais, dessas empresas com faturamento superior a 4,5 bilhões. Não são *startups*, não são pequenas empresas, não é a pizzeria do Seu Manoel que vende *pizza* no domingo pela Internet, não se trata da D. Maria que vende dindim pela Internet no interior do Nordeste. São empresas grandes e estabelecidas que poderão contribuir exatamente no sentido de garantir o auxílio emergencial. Busca-se essa contribuição e, ao mesmo tempo, define-se o destino exatamente nesse sentido.

Esta Casa e o Congresso Nacional precisam discutir o tema. Nós precisamos ajudar a encontrar esta solução. Nós não podemos esperar que digam que é imposto, porque não é imposto, que digam que é CPMF, porque não é a volta de CPMF, já que não é uma contribuição genérica para todo mundo. Trata-se de uma contribuição específica com destino. E esperamos que este debate possa acolher essa proposta, que é uma proposta inovadora, ao mesmo tempo já reconhecida inclusive por países do Primeiro Mundo, por países da Europa, que já a estão aplicando e está dando certo.

Não adianta virem com o discurso de que as empresas vão embora porque elas não irão. Elas não foram embora da França. Elas não foram embora da Áustria. As empresas continuam aí. E o Brasil continua interligado. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem mais celular do que habitante. Então, isso é fato, é real. E nós estamos dispostos a contribuir, Deputado Marcos Pereira, Presidente desta Casa, para que possamos exatamente levar este debate aos quatro cantos do País e trazer com ela a solução para este problema que está angustiando tantas pessoas que precisam da continuidade do auxílio emergencial.

Muito obrigado, Presidente Marcos Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Tem a palavra o Deputado Alexis Fonteyne, pela Liderança do NOVO.



O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Já estou pronto para falar, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Depois, concederei a palavra à Deputada Leda Sadala e ao Deputado Vicentinho.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputado Marcos Pereira, por que é importante manter este veto em relação a esta matéria sobre a negativação das pessoas, que quer evitar a negativação das pessoas? É importante que os partidos, como PT, PSB, PDT, PSOL, entendam o raciocínio, como funciona o mecanismo para se conceder crédito, crédito para a população em geral, crédito entre empresas, e não estamos falando só de pessoas pobres, mas entre empresas.

A primeira questão é: quando uma pessoa pede um crédito, seja qual for este crédito, se ela não tiver confiabilidade, a empresa não vai contratá-la. Para que contratar uma empresa de crédito se a informação dela não é confiável? E daí, num segundo momento, a empresa, a loja, seja lá quem estiver dando esse crédito para aquele que o estiver solicitando, vai analisar aqueles dados. E é natural que as empresas entendam que neste momento, neste período difícil de pandemia, eventualmente pessoas ficaram inadimplentes. Isso não quer dizer que as empresas não possam dar crédito. Isso quer dizer que elas vão ver a situação, vão poder analisá-la e tomar sua decisão.

O Cadastro Positivo, aprovado recentemente neste Congresso Nacional, já dá uma boa ideia do perfil dessa pessoa. Se essa pessoa tinha um cadastro positivo bom e neste período passou por dificuldade, provavelmente ela não vai perder o crédito. *"O.K. Eu entendo que você passou por dificuldades, como todos os outros brasileiros. Portanto, estou vendo a sua situação e vou lhe dar crédito — ou não."* Quem estiver vendendo é que vai dar esse crédito.

O fato de querer extirpar, de não querer ver esta situação, eventualmente, de um ou outro que ficou inadimplente, neste momento, é tirar o crédito de toda a população, porque, para um *bureau* de crédito que não é confiável, uma empresa não vai dar crédito para ninguém, já que os dados foram maquiados, os dados foram manipulados.

Eu fiz o mesmo raciocínio à época, ou seja, que nós não podemos simplesmente tirar um período de inflação ruim do histórico de inflação de um País para tentar esconder isso do resto do mundo. Não funciona dessa forma. Dados são dados. Nós não podemos simplesmente manipulá-los. Nós temos que ter transparência, sejam eles bonitos, sejam eles menos bonitos, talvez, feios.

Vamos lembrar que numa janela que uma pandemia fez em toda a população de um país e do mundo, nessa janela, vai haver relevância. Eu falo isso aqui claramente porque muitas empresas, quando analisam o crédito de outras empresas, vão ver no que, eventualmente, elas estão inadimplentes. Se estiverem inadimplentes, eventualmente, em algum imposto, elas entendem que pode ser que aquela empresa tenha tido dificuldade, porque o imposto no Brasil — é por isso que estamos fazendo a reforma tributária —, simplesmente, pega todas as empresas. É uma dificuldade muito grande manter religiosamente em dia todos os impostos, não ter errado em nada.

Portanto, Deputados dos partidos que estão orientando "não", eu gostaria que V.Exas. entendessem que é melhor manter o veto, ter a transparência, a confiabilidade, manter o sistema confiável do que tentar extirpar e trazer ao sistema a falta de confiabilidade, a falta de transparência, porque, no final das contas, quem vai sair perdendo, quando não houver mais crédito porque não há mais confiança e não há mais dado confiável, vão ser todos aqueles que poderiam ter crédito, mesmo que tenham tido um período difícil, porque as empresas é que vão tomar essa decisão. Elas vão ver o



cadastro positivo, vão ver o histórico daquela pessoa, e vão ver que é um histórico bom. Ela apenas passou por aquele momento difícil e merece o crédito.

Com os olhos vendados, sem saber absolutamente nada e quebrando a confiança do sistema, o que nós vamos fazer é tirar o crédito para aqueles que mais precisam de crédito, que é aquela pessoa de baixa renda, pobre, que precisa fazer um carnezinho, que precisa ir pagando picadinho, conforme o seu fluxo de caixa, conforme o seu recebimento. Nós vamos tirar o crédito daqueles que mais precisam. E não estaremos fazendo justiça nenhuma.

Portanto, apelo que todos tenham a sensibilidade de observar como funciona o fluxo, o raciocínio do crédito e vejam que a essa medida, que foi aprovada e está sendo muito bem vetada pelo Presidente, tem que ser mantido o veto, para o bem do crédito no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Concedo a palavra à Deputada Leda Sadala, pelo tempo de Liderança do Avante.

A SRA. LEDA SADALA (Bloco/AVANTE - AP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sr. Presidente, nobres Parlamentares. Bom dia, Brasil, em especial, meu Amapá.

Hoje eu venho aqui, Sr. Presidente, falar diretamente com o meu Estado do Amapá. A bancada do Amapá tem bem representado aquela população.

Quero parabenizar o Deputado Federal Acácio Favacho, que foi Relator de uma matéria muito importante para o nosso Estado. Obrigado pelo empenho, Deputado Acácio.

Agradeço também ao nosso Senador Davi Alcolumbre.

Quero também fazer uma referência ao nosso Presidente Jair Messias, pela sensibilidade de conceder o diálogo e, conseqüentemente, trazer o nosso acordo, que hoje é uma realidade para o nosso Estado: o domínio das terras do Amapá.

Ilha de Santana, o nosso sonho está bem próximo de tornar aquela ilha o maior polo turístico do Norte!

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Congresso Nacional, também faço uso hoje da tribuna para representar a classe dos profissionais da educação. Pedidos e reivindicações têm vindo de todo o Brasil, especialmente do nosso Estado do Amapá.

Em nome de todos os profissionais do Estado do Amapá, eu faço um apelo ao Senado: que aprovelem aquela PEC, aquela peça que a Deputada Professora Dorinha construiu com tanta determinação, de cuja construção nós fizemos parte. Que essa peça possa ser aprovada na íntegra, Senadores. Nós fazemos esse apelo em nome de todos os profissionais da educação.

Muito obrigado. E, mais uma vez, parabéns a todo o Parlamento brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado Leda Sadala.

Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho, pela Liderança do PT.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o Papa Francisco, que tem tudo a ver com São Francisco, disse recentemente: *"A resposta à pandemia é dupla: devemos encontrar uma cura para um pequeno vírus que coloca o mundo inteiro de joelhos e temos que curar um grande vírus, o da injustiça social"*.

O Jair, que não tem nada a ver com o Messias, trata essa situação com desdém desde o primeiro momento, com brincadeiras, piadas. *"E daí?" "Eu não sou coveiro." "Vai morrer mesmo." "Tomem*



cloroquina. " E vai, e vai. Enquanto ele fala, fala, fala, o número de mortes vai crescendo. E no Brasil mais de 110 mil seres humanos perderam a vida!

E qual é o meu medo, Sr. Presidente? É que isso vire uma coisa normal, cotidiana. Ontem, foram 1.300 mortes. A média é de mil por dia, o que equivale a quatro Boeings daqueles grandes caindo todos os dias no Brasil. Se são 110 mil, isso equivale a 440 Boeings. Se fossem Boeings caindo todos os dias certamente muita gente iria se preocupar, porque além da morte vem o prejuízo.

Digo isso, Sr. Presidente, porque efetivamente quem está sendo atingido agora? O povo pobre nas periferias, nas prisões, nas comunidades. Isso é muito grave!

Eu sei que o Bolsonaro agora está calado, está quieto. Quando ele fica quieto, é um poeta! Mas sabemos qual é a sua natureza. A natureza dele é a postura daquele lobo em pele de leão, em pele de cordeiro — perdão, estou tão chateado com essas mortes que perco aqui a minha verborragia.

Quero alertar que o povo está morrendo, a cada dia, a cada momento! E toda vez que o Governo, que não tem nada a ver com o Messias, goza, brinca, desrespeita, vai às ruas, muita gente vai às ruas, contamina -se e perde a vida.

Então o nosso alerta é: meu amigo, você que está nos vendo, assistindo à sessão, se puder, fique em casa, use álcool em gel. Não acabou essa campanha. Não entre em aglomerações. Vamos fazer com que, efetivamente, pelo menos o povo se cuide e proteja a sua própria vida.

E por isso, Sr. Presidente, ao concluir a minha manifestação, deixo aqui a minha solidariedade ao povo indígena, ao povo quilombola, tão destrutado por este Governo, ao povo jovem das periferias, a quem querem dar um emprego precário já no primeiro emprego.

É preciso que acordemos, que saíamos às ruas e façamos a luta em defesa da dignidade do nosso povo, porque se depender do Bolsonaro nós estamos é lascados, pessoal!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – vide item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Anuncio o resultado da votação: SIM, 295 votos; NÃO, 160 votos; abstenções, 3.

Mantido o veto.

Não vai ao Senado.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Pois não, Sr. Deputado.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Quero só justificar o voto do Deputado Célio Silveira, nosso Deputado. Ele está com dificuldade de votar. Alguns Deputados tiveram dificuldade de votar também, Sr. Presidente, mas votam com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Está registrado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - O Deputado Frei Anastacio Ribeiro também, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Está registrado na ata.

Discussão na Câmara dos Deputados, em turno único, do Projeto de Lei nº 11, de 2020, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, do



Trabalho, e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$36.737.273,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O Relator de Plenário, Senador Marcos Rogério, já leu o seu parecer anteriormente e concluiu pela aprovação do projeto na forma proposta pelo Poder Executivo.

Em discussão a matéria.

Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sr. Presidente, veja se há alguém para falar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Deputado, acho que não há ninguém. Quero fazer inclusive a votação simbólica, mas há 17 inscritos, e o pessoal gosta de falar, não é? *(Pausa.)*

Todos são favoráveis. Se todos concordarem, acho que podemos até votar simbolicamente. Podemos? *(Pausa.)*

Vamos registrar a orientação "sim" para todos e vamos avançar.

Está encerrada a discussão.

A orientação é "sim" para todos.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o projeto nos termos do parecer do Plenário permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o projeto na forma proposta pelo Poder Executivo.

A matéria vai ao Senado Federal.

Vou chamar o outro projeto, para concluirmos.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, à noite, quando houver as votações, quem está inscrito para falar faz a sua oração.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Exatamente. Concordo com V.Exa. Apesar de que, praticamente, já falaram aqui todos os Líderes, menos V.Exa., a Deputada Margarete e a Deputada Perpétua Almeida.

Discussão na Câmara dos Deputados do PLN nº 23, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 166.822.755,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Designo o Deputado João Roma como Relator de Plenário para, em conformidade com o Ato Conjunto nº 2, de 2020, proferir parecer sobre o projeto, em substituição à CMO.

Deputado João Roma, V.Exa. tem a palavra.

O SR. JOÃO ROMA (REPUBLICANOS - BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sras. e os Srs. Congressistas.

Passo à leitura do parecer de Plenário, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2020, PLN 23/2020, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da



União, crédito suplementar no valor de R\$ 166.822.755,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

"I - Relatório

Em consonância com o art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 434/2020, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2020, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 166.822.755,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Conforme a Exposição de Motivos nº 285/2020, de 31 de julho de 2020, do Ministério da Economia, o crédito proposto tem por objetivo:

a) No Ministério Público Federal, a construção dos edifícios-sede da Procuradoria da República nos Municípios de Boa Vista, no Estado de Roraima; de Belém, no Estado do Pará; e de Vitória, no Estado do Espírito Santo; e o atendimento de despesas com a assistência médica e odontológica de servidores civis, e com pessoal e encargos sociais;

b) No Ministério Público Militar; do Distrito Federal e dos Territórios; e do Trabalho, a realização de despesas com a assistência médica e odontológica de servidores civis, com pessoal e encargos sociais, e com a defesa do interesse público no processo judiciário.

A exposição de motivos ainda informa que:

a) R\$ 125.038.816,00 referem-se à suplementação de despesas primárias obrigatórias à conta do cancelamento de despesas primárias discricionárias; e

b) R\$ 41.783.939,00 a remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o montante destas para o corrente exercício.

A exposição de motivos informa que, não obstante o estabelecido no art. 1º do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e no inciso II do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, nos quais ficam dispensados o atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, em decorrência do reconhecimento da ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, o pleito em referência será viabilizado à conta de anulação de dotação orçamentária, referente à emenda do Relator-Geral do PLOA, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, de forma que as alterações propostas não afetam o resultado primário do exercício."

Eu vou solicitar, Presidente, a dispensa da leitura total do relatório, uma vez que o que me motivou a maior foi justamente a questão da discussão que hoje está tão em voga no Brasil, a questão do teto e do limite de gastos, e essa medida, conforme anunciado na leitura desse trecho, comprova claramente que não está participando nem cumulando despesas para superar o teto de gastos. Isso incorre também na leitura, inclusive, por investidores internacionais, da segurança fiscal, da segurança jurídica do nosso Brasil, dando exemplo de responsabilidade no trato da coisa pública e no rigor da nossa Lei Orçamentária.

"Segundo o Poder Executivo, a presente proposta visa dar cumprimento ao Acórdão nº 3.072/2019-TCU-Plenário, no âmbito do Processo TC 040.306/2019-4, que alterou o cálculo do limite relativo ao teto de gasto das despesas primárias de que trata a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de



dezembro de 2016 — EC nº 95, de 2017 em diante, do Ministério Público da União — MPU, ao considerar os valores pagos relativos ao crédito extraordinário para auxílio-moradia, efetivado por meio da Medida Provisória nº 711, de 18 de janeiro de 2016, na base de cálculo do referido teto de gastos do órgão.

(...)"

Portanto, Sr. Presidente, o parecer é favorável.

"(...)

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN nº 23, de 2020, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das sessões,

Deputado João Roma. **(Íntegra do Parecer nº 5/2020-PLN-CN – vide item 3.1.3 do Sumário)**

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Obrigado, Deputado João Roma.

O parecer concluiu pela aprovação do projeto, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Podemos colocar "sim" para todos?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Todo mundo é a favor, Sr. Presidente.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) - O PCdoB, Sr. Presidente, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Todo mundo é a favor. Podemos colocar "sim" para todos.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o projeto, nos termos do parecer de plenário, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto foi aprovado na forma proposta pelo Poder Executivo.

A matéria vai ao Senado Federal.

Está encerrada esta sessão.

Voltaremos, logo mais, a partir das 19 horas, para apreciarmos os vetos que começam pelo Senado Federal.

Até mais.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 45 minutos.)



Ata da 18ª Sessão, Deliberativa Remota,
em 19 de agosto de 2020

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcos Pereira.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 20 minutos e encerra-se às 18 horas e 35 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

18º Sessão Deliberativa Remota do CN no SF, às 16h

Presenças no período: 19/08/2020 15:00:00 até 19/08/2020 19:00:00

Votos no período: 19/08/2020 15:00:00 até 19/08/2020 19:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	X
Podemos	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
REDE	PR	Flávio Arns	X	X
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayme Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
MDB	PB	José Maranhão	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PSL	SP	Major Olimpio	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X

Emissão 19/08/2020 18:42:01





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

18º Sessão Deliberativa Remota do CN no SF, às 16h

Presenças no período: 19/08/2020 15:00:00 até 19/08/2020 19:00:00

Votos no período: 19/08/2020 15:00:00 até 19/08/2020 19:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
MDB	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
Podemos	RJ	Romário	X	X
Podemos	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 76 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Nos termos do art. 7º, do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, que institui o Sistema de Deliberação Remota, informo que a sessão será iniciada diretamente na Ordem do Dia.

Portanto, declaro aberta a Ordem do Dia.

A Presidência esclarece que haverá cinco votações nominais.

Primeira votação, votação em globo, com acordo de Líderes, pela rejeição dos seguintes vetos cujas votações se iniciam no Senado Federal: Veto 14 (itens 1 a 4); Veto 20 (itens 1 a 6).

Segunda votação, votação em globo, com acordo de Líderes, pela manutenção dos seguintes vetos que se iniciam no Senado Federal, conforme já esclarecido: Veto 14 (itens 5 a 10); Veto 17 (itens 1, 3 e 4); Veto 20 (itens 7 a 10, 15 e 16).

Esclareço que as duas próximas votações não serão abrangidas pelo acordo de Lideranças para manutenção ou para rejeição e, por isso, serão votadas separadamente.

A terceira votação, votação do Veto 17 (item 2).

Votação do Veto 20 (itens 11 a 14).

A quinta e penúltima votação, aliás, última votação no âmbito dos vetos e nominal, votação em globo dos vetos rejeitados pela Câmara dos Deputados na manhã de hoje: Vetos 16, 18 e 25 (itens 1 a 5, 9 a 15, e 19 a 22); e Veto 27 (itens 1 a 6, 12 a 15, e 17 a 22), de 2020.

Esclareço ainda que, por acordo, o destaque dos Vetos 56, de 2019, pacote anticrime; 13, de 2020, auxílio emergencial; e 26, de 2020, Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, serão votados na próxima sessão do Congresso Nacional.

Nos termos do acordo de Lideranças, foram recebidos requerimentos de destaques que já foram publicados no Portal do Congresso Nacional. (**Requerimentos nºs 60 a 69/2020 – vide item 3.1.1 do Sumário**)

Discussão dos Vetos nºs 13, 14, 17 e 20, de 2020, que começa pelo Senado.

Para discutir, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF) – Presidente, qual é o veto?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Nós estamos apreciando os Vetos 13, 14, 17 e 20, que têm início no Senado, porque são projetos de origem desta Casa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Bem, eu levantei a mão, Presidente, para falar com V. Exa. para comunicar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – É em globo, Senador. É em globo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF) – ... que eu estive agora com o Presidente Rodrigo, falando daquele assunto do PLC sobre o qual nós tratamos. Então, eu só queria reforçar com V. Exa. o acordo que nós fizemos na votação na Câmara.

Com relação aos vetos, nós vamos cumprir o acordo. Foi feito um acordo com o Líder Eduardo Gomes. Há alguns destaques que nós vamos votar, principalmente ao item 2 do Veto 17, que vamos destacar. Há ainda o Veto 20 (itens de 11 a 14); e o Veto 24, que serão destacados para serem votados separadamente. Quanto ao resto, vamos trabalhar em cima do acordo feito com o Líder Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Agradeço, Senador Izalci Lucas, e informo a V. Exa. que, quanto ao tema do projeto que foi votado aqui no Senado e foi para a Câmara, já estou trabalhando lá, juntamente com o Presidente Rodrigo Maia e os



demais Líderes na Câmara dos Deputados. O assunto é de grande relevância para a área de ciência e tecnologia do nosso País.

O próximo orador para discutir os vetos em bloco é o Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não está presente? (*Pausa.*)

Senador Major Olimpio, Líder do PSL, pode falar.

Tem que ativar o som. Isso. Agora vai.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco/PSL - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma satisfação vê-lo presidindo esta sessão do Congresso. Aliás, quero aproveitar a oportunidade, Presidente, para lembrar a V. Exa. das providências que devem ser tomadas em proteção aos brasileiros em Angola. Sei que V. Exa. está nessa luta também. Estou sentindo que estão empurrando com a barriga a situação dos brasileiros em Angola.

Quero dizer e pedir a todos os Senadores que, no Veto 17, item 2, nós temos que reparar uma grave injustiça que foi feita no projeto de ajuda aos Estados, onde se determinou o congelamento salarial quando, na verdade, é simplesmente desnecessário, até porque os Estados e Municípios não têm condições, seja pela Lei de Responsabilidade Fiscal, seja pela crise fiscal, de dar reajustes.

Agora, Srs. Senadores, nós votamos no Senado, construímos uma votação para dizer que os profissionais da saúde e os profissionais da segurança pública, que estão na ponta da linha na pandemia... O Presidente da República apõe um veto tungando, tirando essa contagem de tempo por 19 meses, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o que é totalmente desumano.

Em todos os países do mundo, quem está em uma guerra – e esta é uma guerra contra um inimigo invisível – é condecorado, ganha mais, a viúva tem uma pensão maior. Nós estamos tirando o tempo de serviço para efeito de anuênio, triênio, quinquênio, sexta-parte, licença, até promoção! E nós estamos com uma série de ações judiciais já pipocando no País, e acertadamente os tribunais dizendo... É absolutamente inconstitucional isso, Sr. Presidente!

Então, eu já pedi que fosse destacado e estou pedindo humildemente aos Senadores – como nós vamos derrubar às 19h lá na Câmara – que derrubemos esse veto. É pela dignidade dos servidores que estão neste momento servindo a população. São assistentes sociais; são coveiros; auditores da Receita, que estão no aeroporto agora fazendo a chegada de medicamentos, embarque e desembarque internacional.

Gente, pelo amor de Deus! Nós tínhamos certeza de que o Presidente não vetaria esse dispositivo, e é um dispositivo macabro. Se prestarem atenção nisso, Srs. Senadores, é a coisa mais injusta do mundo! Nós estamos penalizando os profissionais da saúde, que foram os que mais morreram na pandemia; depois, vêm os policiais. Só aqui no Estado de São Paulo, da Polícia Federal, já morreram 29; da Polícia Militar, 24; da Polícia Civil, 9. E o que nós estamos fazendo, gente? Nós vamos dizer que esse tempo de contagem, desde a sanção da lei em 22 de maio até 31 de dezembro de 2021, do ano que vem, não vale para nada. Esse tempo não valeu nada. É a coisa mais injusta do mundo!

Então, é o tipo de veto que é um gesto humanitário do Congresso Nacional. Não é nem um agradecimento, não vai dar nada. É só para não tirar. Nós vamos tirar uma coisa que é sagrada. Aqui nós temos alguns milhares de PMs em São Paulo que vão completar a sexta-parte, agora, 20 anos de serviço, e terão de trabalhar mais 19 meses depois para poder ter o mesmo direito, 19 meses a mais para aposentar no futuro.

Pelo amor de Deus, Srs. Senadores! Não se trata de corporativismo, não. Trata-se de um gesto humanitário. Vejam os profissionais da educação, vejam os profissionais que estão aí



servindo a sociedade, que estão presentes. Estamos passando pela pandemia graças aos nossos servidores, e, em especial, meus irmãos, os da saúde e os da segurança pública, como originalmente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador, para concluir, por favor. *(Pausa.)*

Obrigado, Senador Major Olimpio.

Senador Otto Alencar, do PSD da Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa.

Eu pergunto se o Senador Jorginho Mello está presente. Ele é um grande defensor do Pronampe. Houve uma provocação aqui dos homens do Governo, do setor dos bancos, da economia, que disseram terem tratado com ele sobre a possibilidade da manutenção dos itens de 1 a 4 do Veto 14, de 2020, que estão pela derrubada.

Segundo os diretores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, a derrubada desses vetos vai impedir a operacionalização do novo aporte do Pronampe no Fundo Garantidor de Operações, pela sanção da Medida Provisória 944, de 2020, e solicitando a retirada da pauta.

Eu pergunto ao Nobre Senador Jorginho Mello, se estiver presente, se isso procede. Essa informação me foi passada e eu gostaria de consultar o Senador Jorginho Mello, até porque ele é autor, defensor do projeto e trabalhou muito, Sr. Presidente, a respeito do tema.

Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que o provocasse nesse sentido, para saber se procede essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

O Senador Jorginho Mello está logado, mas a câmera não está...

Ligou? *(Pausa.)*

Está ligada.

Senador Jorginho Mello, V. Exa. tem condições de responder aqui à indagação do Senador Otto Alencar?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PL - SC) – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Pois não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PL - SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Meu Presidente, minha saudação. É um prazer vê-lo forte, com saúde.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – O prazer é meu, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PL - SC) – Eu quero cumprimentar o Senador Otto e dizer da admiração que tenho por ele. Ele sempre esteve ao lado de quem necessita, de quem produz, de quem trabalha, do micro e do pequeno, ele, como um grande baiano.

Eu estava falando com o Presidente Davi, hoje pela manhã. Eu fiz uma *live* com a diretoria do Banco do Brasil. Eles estão num desespero querendo dizer que é para a gente manter os vetos, para não atrapalhar esses novos 12 bilhões que vão ser disponibilizados para os micro e pequenos empresários.

A minha preocupação não é de atrapalhar absolutamente nada. Se os Senadores, se o Congresso, se os Deputados resolverem manter os vetos, eu não vou me opor. Eu não quero ficar



fazendo essa defesa com exclusividade. Por quê? Porque eu quero que rodem esses 12 bilhões rapidamente.

E o Banco do Brasil alega, o Diretor Ênio, com quem conversei pela manhã, que, se nós alterarmos, se nós derrubarmos os vetos, eles vão ter que readaptar sistema, e vai demorar uns 30 dias ou mais para fazer essas adaptações. Então, eles pediram que eu contribuísse, que eu colaborasse para que fossem mantidos os vetos. E eu disse a ele: "Eu sou o Presidente da Frente da Micro e Pequena Empresa, eu defendo o micro e o pequeno empresário". E um dos vetos é para ajudar quem tem alguma restrição cadastral, agora na pandemia, e isso foi vetado, um dos itens, por exemplo. Eles estão dizendo que, se mudarem as regras, tem que fazer novo contrato, o fundo garantidor vai ter que reavaliar tudo, e vai atrasar a aplicação desses 12 bilhões que o Presidente Bolsonaro está sancionando agora, às 17h. Nós aprovamos no 944, o Senado aprovou, a Câmara aprovou, e foi para o Presidente Bolsonaro. Mas eu me somo a todos os Líderes se esse for o entendimento: para não atrapalhar a realização, a efetividade desses 12 bilhões que vão para o fundo garantidor de novo, para os bancos emprestarem.

Estou discutindo com ele sobre alavancagens. Falei muito com o Senador Eduardo Braga sobre isso, com o Senador Otto Alencar, com os Líderes, sobre a alavancagem. Eu não me conformo com que os bancos não estejam alavancando o dinheiro. Daí ele estava me explicando que a gente precisa fazer uma reformulação no próprio Pronampe, que é uma linha de crédito permanente. Eu não me nego a nada disso.

Com relação pontualmente aos vetos, Sr. Presidente, Srs. Líderes, eu me curvo a estar junto se for para que... Eu acho que o mais sensato era retirar de pauta, deixar para frente, não votar, não deliberar essa questão do Pronampe, mas, se os Líderes entenderem, a maioria, que a gente precisa manter os vetos, eu também me perfilo e me somo a esse entendimento. Eu quero o melhor entendimento para ajudar o micro e o pequeno empresário que precisam de dinheiro. Está difícil com essas providências que nós já tomamos. Agora, eu não quero que nada venha a atrapalhar e que não se dê mais justificativa aos bancos, que não estão emprestando porque a gente conseguiu mudar a forma de contratação, que agora é diferente, para que atrasem ainda mais. Eu não quero dar mais uma desculpa aos bancos. Eu quero que os bancos operem ligeiro, rápido, para não deixar quebrarem e fecharem os nossos irmãos micro e pequenos empresários.

Então, se fosse retirado de pauta, seria uma beleza – deixem para frente –, mas me somo com a posição da maioria dos Líderes desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Jorginho Mello.

Tudo bem? Satisfeito, Senador Otto Alencar, com a explicação do Senador Jorginho Mello? (*Pausa.*)

O seu microfone está desligado, Senador Otto.

Agora sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. Parabéns pela condução dos trabalhos no Congresso Nacional.

O Senador Jorginho Mello, inclusive, aceita a retirada de pauta. Eu acho que o melhor caminho agora seria a retirada de pauta e aguardar a solução que virá com a sanção da Medida Provisória 944. Depois, num entendimento, numa negociação, veríamos qual o caminho a tomar. Então, eu acho que a proposta mais sensata seria esta: a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador...



O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, o Senador Fernando Bezerra Coelho, que é o Líder do Governo, me parece que quer opinar a respeito da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador, foi feito um acordo com os Líderes, inclusive Líderes do Senado e Líderes da Câmara, e o acordo foi na linha de apreciar esse veto. Eu acho que o Senador Eduardo Gomes talvez fosse a pessoa mais apropriada para se manifestar sobre o assunto, haja vista que ele conduziu inclusive as negociações desse acordo.

Eu penso, já que há um acordo – inclusive a Câmara dos Deputados está aguardando para apreciar esse tema daqui a pouco –, que o melhor, salvo melhor juízo, seria mantê-lo na pauta.

Senador Eduardo Gomes, V. Exa. poderia externar a sua opinião?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco/MDB - TO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Marcos Pereira, Líderes do Governo, Líderes da oposição, essa é a primeira situação que enfrentamos após uma longa discussão de três horas e meia com Líderes da Câmara e do Senado – e é importante observar – de todos os partidos, rigorosamente todos os partidos da Câmara e do Senado estiveram representados.

E também entendo a luta intensa, que respeito demais, do Senador Jorginho Mello, da Senadora Kátia Abreu e de Líderes da Câmara e do Senado que defenderam o Pronampe e fizeram desse programa um verdadeiro sucesso. Mas eu entendo que, mesmo o Governo, o que é uma situação atípica, mesmo o Governo sendo beneficiado pela manutenção dos vetos, prevalece a lógica do cumprimento do acordo, porque não será possível, neste momento, manter contato com todos os Líderes e conquistar novamente um acordo de retirada.

E eu queria fazer uma observação também que talvez seja importante: faz parte do desenvolvimento do trabalho do Governo assumir os seus próprios erros e saber que, desde o início da implementação do Pronampe, nós vivenciamos, por várias vezes, a reclamação de Parlamentares do Governo e da oposição sobre o prazo de implementação.

Consideramos a boa vontade do Banco do Brasil importante. O Presidente da República... Quanto mais rápido os empresários forem atendidos, os pequenos empresários, melhor, mas também nós corremos o risco de furar o acordo, que foi contemplado por várias discussões de todos os partidos, e de repente não termos essa diferença de tempo de dez dias, quinze dias ou um mês, a efetividade. E é isso que eu estou buscando agora junto à direção do Banco do Brasil, as informações precisas.

Portanto, há momentos em que a gente ganha por manter os acordos e buscar, na unidade das ideias, o bom funcionamento da Casa; e há momentos em que a gente perde. Nesse caso específico, eu queria solicitar às Lideranças a compreensão para que a gente não rompa o acordo feito com todas as Lideranças. De repente, um processo de mudança de pauta, de ordem de pauta, mas eu acho que não é nem esse o caso. Qualquer que seja o resultado, eu vejo muita dificuldade em que a gente mude esse acordo e tenha os problemas naturais da Câmara por ter rompido um acordo discutido longamente.

Então, eu queria dizer, Sr. Presidente, por parte da Liderança do Governo no Congresso, que a gente ainda não recebeu uma informação segura que justifique desmontar todo o acordo feito com vários itens, por vários Líderes.

É essa a posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado Senador Eduardo Gomes.



O Líder do Governo no Senado, Senador Fernando Bezerra Coelho, pede aqui também, pela ordem, a palavra.

Vou conceder a V. Exa.

Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos, Deputado Marcos Pereira, pela Presidência dos trabalhos do Congresso Nacional. Cumprimento todos os Líderes, mas eu queria fazer uma fala, um apelo, ao meu amigo Senador Otto Alencar.

Eu acho que o melhor encaminhamento, ao invés de tirarmos de pauta, é de fato darmos seguimento, como propôs o Senador Eduardo Gomes, porque, na realidade, o Pronampe foi o maior sucesso de todas as medidas tomadas pelo Congresso e pelo Governo. O Pronampe foi o maior sucesso na aplicação de R\$16 bilhões. Hoje, com a sanção, nós vamos ter mais R\$12 bilhões. E está tudo azeitado na Caixa Econômica, no Banco do Brasil, nos bancos privados, o programa já está rodando.

Eu hoje tive uma audiência com o Presidente da República, e ele vibrando com o sucesso do Pronampe. Eu acredito, Senador Otto, Senador Jorginho, que a gente tem que concentrar os nossos esforços não é nesses vetos; é na discussão de fundo financeiro, fundo garantidor e mais dinheiro para o Pronampe. Eu disse: Sr. Presidente, vamos resolver a questão do auxílio emergencial – vem mais auxílio emergencial por aí –, mas depois nós temos que encontrar espaço para poder apoiar ainda mais o Pronampe, porque é um dinheiro que está chegando para o micro e para o pequeno empresário.

Então, é o apelo que faço a todos os Líderes, mas, de forma especial, reforçando as palavras do meu Líder Eduardo Gomes, o apelo que faço ao meu querido amigo Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra Coelho.

Agora eu vou passar a palavra à Senadora Daniella Ribeiro, que também pede pela ordem. Senadora Daniella.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de cumprimentá-lo, Deputado Marcos Pereira, dizer que é uma alegria muito grande estar aqui neste momento em que V. Exa. preside esta sessão no Congresso Nacional, e cumprimentar os colegas, a todos; dizer que participei da reunião de Líderes em que houve o acordo tão benfeito, muito bem liderado pelo Senador Eduardo Gomes. Na maioria dos vetos que hoje vão ser analisados, houve acordo, houve entendimento, apenas em poucos nós tivemos alguma dificuldade nesse entendimento.

Sr. Presidente, eu gostaria de deixar aqui uma palavra especificamente para o meu povo paraibano, o povo da minha Paraíba, e eu ainda tenho certeza de que reflete aquilo que vai ao encontro até do que colocou o próprio Major Olímpio no sentido de que, Major, não se trata de corporativismo, mas se trata de algo bem maior do que isso no que diz respeito ao próprio trato do Veto nº 17, que nós vamos analisar mais à frente e que certamente vem na contramão daquilo que nós estamos, no dia a dia, trabalhando dentro desta Casa. Quando eu falo para a minha Paraíba é porque nós temos, dentre os policiais civis ou militares e além, não só dos policiais civis e militares: bombeiros e todos aqueles que fazem parte, integram, Polícia Civil, enfim, o pior salário do País, e, dentro de uma perspectiva, de uma realidade como essa, esse veto vem ainda mais dar um desânimo, porque se trata, além do mais, de uma pandemia que nós estamos vivenciando.



Então, no Congresso, a gente tem demonstrado e excepcionalizado os profissionais de segurança, profissionais da área pública, de saúde, outras categorias dentro dessa constatação da essencialidade desses profissionais nas garantias da ordem pública e dos direitos humanos, frente às consequências, Sr. Presidente, danosas que essa pandemia pode gerar em nosso País, dentro dessa realidade dos militares estaduais e dos demais profissionais da saúde e segurança pública, trabalhando diuturnamente, expostos a diversos riscos que decorrem de suas atribuições, deveres legais.

São profissionais que doam suas vidas em defesa da sociedade, nessa situação de anormalidade gerada pela pandemia, estão diretamente expostos ao contágio e à morte decorrentes do coronavírus. Então, ao se fazer segurança pública, não há possibilidade de trabalho remoto, o que acontece conosco ou com tantos outros segmentos que estão trabalhando remotamente, porque esses profissionais não podem parar as suas atividades.

Dentro dessa excepcionalidade, Sr. Presidente, desde já eu me coloco, respeitando, além de tudo, além do meu partido, além da própria orientação partidária, mas trazendo aqui a realidade que é do meu Estado – e acredito que seja a do próprio País –, respeitando o entendimento do Governo e daqueles que pensam diferente... Mas eu gostaria muito de ter essa oportunidade de falar diretamente para o povo da Paraíba, para esses policiais civis e militares e para todos aqueles que integram a segurança do nosso povo, que realmente não podem trabalhar remotamente, que têm que se expor e ter a sua proteção garantida.

Dentro disso, caberá aos Governadores tomarem as suas decisões a partir da não negatividade no que diz respeito a esse veto.

Então, é nesse sentido que eu queria pedir a palavra. Agradeço. Mais à frente, nós iremos discutir e votar. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigada, Senadora Daniella Ribeiro.

Senador Ciro Nogueira, como Líder, e, na sequência, eu vou abrir a votação.

Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP - PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, até porque nós discutimos agora há pouco com a bancada, respeitamos o posicionamento da minha querida Senadora Daniella, sempre ativa, mas os progressistas, Sr. Presidente, no caso do item 17, irão encaminhar pela manutenção do veto, respeitando o posicionamento da nossa querida Senadora Daniella.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigada, Senador Ciro Nogueira.

Portanto, tendo usado a palavra para discutir os vetos até mais de quatro Senadores, daremos início à primeira votação nominal.

Declaro aberto o processo de votação em globo dos Vetos nºs 14 (itens 1 a 4) e 20 (itens 1 a 6), de 2020, destacados, nos termos do acordo de Lideranças, para rejeição.

Esclareço que os destaques dos Vetos nºs 17 (item 2) e 20 (itens 11 a 14), de 2020, serão votados separadamente, nos termos do acordo.

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Orientação de bancada.



Como vota o MDB? (*Pausa.*)

Não tem ninguém.

Como vota o PSD, Senador Otto Alencar?

O Senador Fernando Bezerra, pelo MDB, depois.

Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, o PSD encaminha a votação para a manutenção dos vetos, de acordo com o que os Líderes decidiram na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Pela rejeição. A decisão da Liderança é nesse sentido.

Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Pelo MDB, tendo em vista que o nosso Líder Eduardo Braga se encontra em audiência neste exato momento, mas ele me pede para encaminhar favorável ao acordo coordenado pelo Senador Eduardo Gomes e vota pela derrubada, pela rejeição dos vetos que vamos votar em globo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Neste caso, então, é "não", voto "não".

Só para esclarecer ao Plenário: pela rejeição é voto "não", que foi o acordo de Líderes.

Como vota o Podemos, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente Marcos Pereira, é uma satisfação vê-lo presidindo esta sessão do Congresso Nacional.

O Podemos acompanha o acordo de Lideranças em relação a esses vetos.

Aproveito o ensejo, Presidente, para solicitar a V. Exa. agilidade e presteza da Câmara dos Deputados em relação aos projetos aprovados com origem no Senado Federal. Há projetos que ficam por muito tempo nas gavetas da Presidência da Câmara dos Deputados. Eu poderia citar vários deles, como, por exemplo, o do fim do foro privilegiado, e, mais relativamente à pandemia, informo a V. Exa. que 90% do povo brasileiro aguarda a votação do projeto que limita as taxas de juros dos cartões de crédito.

Nesta votação, o Podemos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Informo a V. Exa. que, dado a apelo que V. Exa. fez, eu vou dialogar com o Presidente Rodrigo Maia e com os Líderes da Câmara para que nós possamos agilizar os projetos aprovados no Senado e que lá estão em tramitação.

Como vota o PSDB, Senador Roberto Rocha? (*Pausa.*)

O Senador Roberto não está.

Senador Izalci, como vota o PSDB?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSDB vai acompanhar o acordo que nós fizemos, inclusive elogiando muito o Líder Eduardo Gomes, que o conduziu de uma forma brilhante, e só por isso que foi possível realmente colocar em votação tantas matérias.



Então, o PSDB vota pelo acordo da manutenção desses vetos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Pela rejeição, não é, Senador? Pela rejeição. (*Pausa.*)

Exato.

Senador Rodrigo Pacheco, Senador pelo DEM.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco/DEM - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Deputado Marcos Pereira, meus cumprimentos a V. Exa., que preside esta sessão do Congresso Nacional. É uma alegria uma vez mais vê-lo nesta condução.

O Democratas, nesta sessão, será orientado pelo Senador Marcos Rogério nas próximas votações – foi o que nós ajustamos –, mas, desde logo, posso manifestar, em relação a esta orientação neste momento, que cumprimos o acordo votando "não" neste tema específico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Rodrigo Pacheco.

Senador Ciro, do PP.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP - PI. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu querido amigo Marcos Pereira, o Progressistas encaminha favoravelmente ao acordo pela rejeição, em bloco, dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado.

Senador Rogério Carvalho, do PT.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Eu queria, inicialmente, cumprimentá-lo, Presidente, pela condução dos trabalhos do Congresso Nacional na tarde de hoje. Eu quero aproveitar também para cumprimentar o Senador Eduardo Gomes, que se dispôs a fazer o debate com todos os Líderes das duas Casas e chegar a este acordo para que pudéssemos votar os vetos que estavam trancando a pauta do Congresso Nacional.

Nosso voto é "não". É a orientação do PT, pelo acordo que foi construído com todos os Líderes, e o encaminhamento é "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Rogério.

Eliziane Gama, Senadora do Cidadania.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Cidadania também faz o encaminhamento obedecendo o acordo, "não" em relação a esses vetos.

Quero aproveitar, Presidente, para cumprimentar também o Líder do Congresso Nacional, Eduardo Gomes, que com muita maestria tem conduzido esses acordos. Obviamente, a gente precisa recuar em algumas situações, mas tem sido importante.

Queria registrar que nós protocolamos aqui no Senado Federal um projeto de lei de renda básica para atender crianças de até seis anos de idade que estão em situação de pobreza, Presidente. Hoje a ajuda emergencial foi muito importante para o Brasil. É muito bom a gente registrar que, neste período de ajuda emergencial, nós tivemos uma redução da pobreza em relação a essas famílias que foram beneficiadas.

Nós teremos vários outros momentos em que eu vou discutir sobre esse projeto, mas queria deixar registrado que trabalharemos aqui junto a todos os colegas, para que nós possamos ter uma renda básica fixa para crianças...



(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senadora Eliziane. Pelo PDT, Senador Acir Gurgacz, que está aqui ao meu lado nos ajudando, secretariando aqui os trabalhos desta sessão do Congresso Nacional. É uma honra ter V. Exa. aqui no secretariado dos trabalhos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Saudação a V. Exa. O prazer é meu em estar aqui secretariando V. Exa. nesses trabalhos nesta tarde de hoje.

Cumprimentando o Senador Eduardo Gomes pelo acordo feito e seguindo esse acordo, o PDT encaminha o voto "não", pela rejeição dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Deputado Marcos Pereira, meus cumprimentos. É um prazer estar sendo presidido por V. Exa. nesta sessão do Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, cumprimento o Líder do Governo, e falo na condição de Líder da oposição, pela forma como tem conduzido esses acordos, que possibilitam, mesmo de forma remota, que nós possamos apreciar os vetos e avançar em relação à pauta do Congresso Nacional.

O Senador Eduardo Gomes tem sido extremamente habilidoso, estabelecido todos os canais de diálogo, e somente assim é possível, em um momento como este, com as dificuldades da sessão remota, fazermos essas apreciações de vetos por consenso.

Então, cumprindo o acordo, a Rede encaminha o voto "não" pela rejeição dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Randolfe.

Senadora Zenaide, pelo PROS.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PROS - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PROS vota pela derrubada do veto, mantendo esse acordo dos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Jorginho Mello pelo PL.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PL - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já fiz a manifestação que achei oportuna, mas evidentemente eu entendo que acordo se cumpre. E o próprio Líder do Governo, Líder do Congresso encaminhou para manter os vetos e cumprir o acordo. Eu, como defensor da micro e pequena empresa, não posso ter outra posição senão pela derrubada do veto.

O acordo foi feito e não foi possível fazer a retirada para atender o que o Banco do Brasil, o que os técnicos do Governo tentaram nos dizer. O que eu não quero é que tenha motivo de atrasar a resolução, o empréstimo dos R\$12 bilhões que nós arrumamos, que o Congresso arrumou, que o Senado e a Câmara arrumaram e o Presidente Bolsonaro está sancionando agora, às 17h. Eu não quero que atrase nada sobre isso. Isso é um prejuízo, mas eu sou...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Jorginho, muito obrigado.

Como vota o PSB, Senador Veneziano Vital do Rêgo?



O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco/PSB - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Meus cumprimentos, Presidente. É uma alegria revê-lo, saudá-lo, Vice-Presidente do nosso Congresso, presidindo-nos nesta tarde. Para todos nós é uma grande satisfação revê-lo e tê-lo em uma condução extremamente serena, equilibrada e extremamente democrática.

Quero, por ser mister, saudar e abraçar, como todos já bem disseram, a capacidade articuladora do nosso Senador Eduardo Gomes, que nesses momentos e sob essas circunstâncias tão difíceis, tem nos permitido chegar a esse consenso de podermos votar esses vetos.

O PSB votará, de acordo com aquilo que ficou pré-acordado, pela rejeição. Portanto, voto "não."

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Mecias de Jesus, do Republicanos, de Roraima.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente Marcos Pereira, quero cumprimentar V. Exa. e todos os colegas Senadores e Senadoras e dizer que é uma honra para mim ser presidido também por V. Exa. agora no Congresso Nacional, V. Exa. que, além de grande republicano, é um grande brasileiro. E orgulha-nos ser presidido por V. Exa. no nosso partido.

O Republicanos recomenda o voto "não", em função do entendimento já mantido com a Liderança do Governo, o Senador Eduardo Gomes. Recomendamos o voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Mecias. Prazer em revê-lo.

Senador Major Olimpio, pelo PSL.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Eduardo Gomes, Líder do Governo no Congresso, pela capacidade, pela construção que fez.

Aliás, quero dizer para o Brasil que amanhã o Eduardo fará uma reunião com Líderes para discutirmos só o pacote anticrime, que é muito importante para a sociedade.

E nós vamos cumprir o acordo. A orientação é "não".

Mas eu quero lembrar, senhores, pelo amor de Deus, Srs. Senadores, no veto 17, no item 2, aqueles que estão fazendo, na ponta da linha, neste momento, o bem para os brasileiros, profissionais da saúde, da educação, da assistência social, da segurança pública... Pelo amor de Deus, vamos derrubar esse veto 17, o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Major Olimpio.

Zequinha Marinho, Senador do PSC.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco/PSC - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSC acompanha o acordo de Lideranças firmado anteriormente e vota "não".

E aproveita para saudar V. Exa. e dizer da honra de tê-lo aí presidindo esta sessão do Congresso Nacional.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Eu vou esperar um pouco mais, para aumentar aqui o quórum, para garantir o acordo para a derrubada do veto.

Indago se há algum Senador que gostaria de fazer uso da palavra. A lista de oradores está aqui.



Paulo Paim. Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Minha saudação, querido Deputado Marcos Pereira. É uma satisfação, Deputado Marcos Pereira!

O Presidente da República vetou, de fato, alguns projetos que nós consideramos muito relevantes e cumprimento, neste momento, a capacidade de articulação dos Líderes. Cumprimento o Líder Eduardo Gomes e, naturalmente, o meu Líder Rogério Carvalho.

Eu vou aproveitar esses três minutos para ponderar sobre alguns vetos que entendo importantes que sejam derrubados.

Para mim, o Veto 13 ao PL 873, que promove a ampliação do auxílio emergencial, um trabalho grande feito no Senado, liderado e tendo como primeiro signatário o Senador Randolfe e com um belo relatório do Senador Esperidião Amin. Espero que, no momento da apreciação desse veto, a gente consiga modificar o que foi feito por parte do Executivo.

O Veto 14. Estou acompanhando o trabalho feito pelo Jorginho Mello e por Kátia Abreu. Foi um belíssimo trabalho dele, que é Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Micro e da Pequena Empresa. Por isso, também entendo que, dentro do possível, vamos para o acordo, mas com as preocupações demonstradas aí pelo Jorginho.

O Veto 17 ao PLC 39 estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Aí o Major Olimpio tem lá as suas razões, e quero me somar à defesa dos enfermeiros, dos médicos, de todos os profissionais da segurança, do pessoal da limpeza, enfim, que não podem ser prejudicados.

O Veto 18 ao PL 864 estabelece um prazo de 72 horas para que a Anvisa autorize a importação e distribuição de medicamentos, equipamentos e insumos de saúde. É também fundamental.

O Veto 25, sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual, também, no meu entendimento, vai estar entre aqueles sobre os quais nós temos que fazer um bom debate.

O PL 26 cria o Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda, e o 27 é sobre medida de proteção social para a prevenção do contágio e disseminação da Covid-19. Os maiores prejudicados com esse veto foram indígenas quilombolas e as chamadas relações com as pessoas tradicionais.

Mas, Presidente, concluindo, a pandemia da Covid-19 tem sido muito cruel com o povo brasileiro. São mais de 110 mil mortes, mais de 3,4 milhões de contaminados e faltam ainda leitos, respiradores, medicamentos e insumos para inúmeros setores. Os profissionais da saúde, os que estão na linha de frente, em atividades essenciais, estão pedindo socorro.

E, concluindo, Sr. Presidente, não dá para deixarmos de lembrar as empresas que estão fechando as portas, demitindo... Há mais de 20 milhões de desempregados, se somarmos os que estavam na informalidade e os que estavam com a CLT, ou seja, com a carteira assinada. Estamos num momento muito difícil, o PIB despencando.

Por fim, Presidente, quero ainda cumprimentar o Presidente Davi Alcolumbre. Hoje me comunicaram que o projeto de nossa autoria, da subnotificação, que interessa aos setores mais vulneráveis – negros, deficientes, idosos... Esse setor todo vai ser beneficiado com esse projeto da subnotificação, que está pautado para amanhã, aqui no Senado.

E fiquei muito feliz, porque o meu Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, um grande Senador, que é o Senador Telmário Mota, foi indicado como Relator.

Quando alguém me perguntou, Telmário, eu disse: "Olha, tenho plena confiança no brilhante trabalho que vai fazer o Telmário Mota".



Também, quanto à testagem, eu fico satisfeito, porque há uma possibilidade real de o projeto sobre a testagem no local do trabalho ser pautado. E a nobre Senadora Daniella Ribeiro, que foi quem articulou no Colégio de Líderes, eu sei que foi indicada como Relatora.

Eu, ainda hoje, escrevendo um artigo, dizia que...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Acabou o tempo, Senador. Conclua, por favor.

Vou dar um minuto para ele concluir.

Para concluir, Senador Paulo Paim.

Libere o seu microfone aí, por favor, porque, quando acaba o tempo, corta. *(Pausa.)*

Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

Não, tem que liberar lá.

Libere o seu microfone aí, por favor, porque, quando acaba o tempo, corta automaticamente. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Agradeço, Presidente Marcos Pereira.

Eu só dizia que o Congresso está trabalhando muito, está fazendo muito. Não dá para também contentar 100% da população, mas é inegável que fizemos muito, mas sabemos também que temos muito por fazer.

Obrigado pela tolerância, amigo e querido Deputado Marcos Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Prazer em vê-lo. Estou aqui com um conterrâneo seu, o Deputado Carlos Gomes, que está ao meu lado e lhe manda um abraço.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) **(Lista de votação – vide item 3.1.1 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Presentes 70; SIM, 2; NÃO, 64.

Total: 66.

Rejeitados todos os vetos destacados.

Os vetos vão à Câmara dos Deputados.

Passamos à segunda votação nominal.

Declaro aberto o processo de votação em globo dos Vetos nºs 14 (itens 5 a 10); 17 (itens 1, 3 e 4); e Veto 20 (itens 7 a 10, 15 e 16), todos de 2020, que possuem acordo de Líderes pela manutenção. Portanto, voto "sim". As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores têm que orientar "sim", em cumprimento ao acordo de Líderes.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar pelo Sistema de Deliberação Remota.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Como vota o MDB, Senador Marcio Bittar?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/MDB - AC) – Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Perfeitamente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/MDB - AC) – Presidente Marcos, está me ouvindo?



O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Perfeitamente, Senador Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/MDB - AC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Primeiro, é um prazer participar de uma sessão do Congresso presidida por V. Exa.

Quero dizer que o MDB participou do acordo, eu estou encarregado, honrosamente, de dizer que, em nome do acordo, nós vamos manter o veto. Portanto, é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – PSD, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento desta segunda votação é pela manutenção. Portanto, encaminhamos o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Voto "sim".

Senador Alvaro Dias, Podemos.

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de aproveitar o encaminhamento desta votação para cumprimentar o Senador Jorginho Mello pela persistência em relação ao Pronampe. Obviamente, vamos aguardar que, nessa decisão de hoje, o Governo, ao anunciar a liberação de mais de 12 bilhões, negocie com os bancos para evitar o que vem ocorrendo: um atendimento precário ao micro, ao pequeno e ao pequeno empreendedor individual especialmente.

O Fundo Garantidor, como disse sempre o Jorginho, se tornou o fundo financiador. Além do que, Sr. Presidente, os empresários, especialmente pequenos, estão requerendo do Governo um volume maior de recursos, e nós estamos ainda esperando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Senador Izalci Lucas, pelo PSDB.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro eu quero consignar o meu voto na votação anterior, porque eu não recebi o código. Fiz a questão de ordem, mas V. Exa. não deve ter visto. Então, a orientação do PSDB foi "não", para realmente derrubar os votos que foram acordados. Só para fazer o registro.

Nesta votação a orientação é "sim" – já votei, recebi o código –, para cumprir o acordo que foi feito. Então, o PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – O voto de V. Exa., da votação anterior, fica consignado na ata.

Como vota o DEM, Senador Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a orientação do Democratas é o voto "sim", pela manutenção do veto, nos termos do acordo estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – "Sim".

Senador Ciro Nogueira?

Daniella Ribeiro?

Senadora Daniella.



A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Nos termos do acordo, Sr. Presidente, nosso voto é "sim", o voto do Progressistas é "sim", pelo acordo firmado com o congresso de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado.

Senador Rogério Carvalho, PT.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PT segue a orientação acordada e orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Como vota, Senadora Eliziane Gama, do Cidadania?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o partido também segue o acordo de Líderes que foi feito; o encaminhamento é favorável.

E quero dar continuidade aqui ao registro que nós protocolamos de um projeto de renda básica para crianças de zero a seis anos de idade. Os dados apontam o seguinte: 3 milhões de crianças nascem todos os anos, no Brasil, e, ao mesmo tempo, nós temos um percentual de 30% das crianças brancas em situação de pobreza e o dobro, 60%, das crianças negras em situação de pobreza.

O objetivo deste projeto é focar na primeira infância. Quando você faz investimento nesse momento da vida dessa criança, você vai ter um desenvolvimento, melhorando a sua nutrição, melhorando a sua qualidade de vida para todos os anos de sua vida. Então, o investimento na primeira infância é um investimento na vida das pessoas.

O projeto nós protocolamos. Eu queria cumprimentar o Pedro Nery e o Prof. Naercio, um economista, inclusive, que nos ajudou dando a argumentação e respaldando, de forma muito consistente, esse projeto que nós protocolamos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Senador Acir Gurgacz, pelo PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O PDT encaminha o voto "sim", pela manutenção dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Rede, em cumprimento ao acordo já estabelecido, encaminha o voto "sim", pela manutenção dos vetos e chamando a atenção das demais Sras. e Srs. Líderes, das demais Sras. e Srs. Senadores, para a apreciação do Veto 17, destacado pela Rede e muito bem lembrado pelo meu colega Líder Major Olímpio, que trata de uma questão básica e elementar: garantir aos trabalhadores da saúde e aos trabalhadores da segurança pública o direito a terem acesso a progressões, a não ficarem com as suas carreiras congeladas até 31 de dezembro de 2021. Não causa impacto e faz justiça, em especial, àqueles que estão na linha de frente do combate à pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Como vota o PROS, Senadora Zenaide?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PROS - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PROS orienta "sim", pelo acordo feito com os Líderes, mas eu acho



isso uma injustiça muito grande com os trabalhadores da saúde e da segurança pública, que estão na linha de frente do combate ao coronavírus e estão sendo punidos na sua progressão de carreira. Eu não sei... Mas vou seguir a orientação dos Líderes.

Estão punindo os trabalhadores que estão na linha de frente, tanto da segurança pública como da saúde. Além de não terem nada mais, ainda vão ser impedidos de progredir nas carreiras? É difícil de entender esse acordo aí, viu?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Jorginho Mello, PL.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PL - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Liberal vai cumprir o acordo; nós somos cumpridores de acordo, mesmo que muitas vezes nós não concordemos, mas o acordo é feito para ser respeitado, entendeu? Você não é obrigado a fazer acordo, mas depois tem que se pautar pelo cumprimento.

A minha grande preocupação sempre foi e continuará sendo – eu vou brigar, eu vou pedir, eu vou espernear – para que nada atrapalhe a liberação do Pronampe para os micro e pequenos empresários que estão morrendo.

A maioria do Senado, a maioria do Congresso já entendeu, Sr. Presidente, que nós precisamos estar ao lado do micro e pequeno produtor, senão, nós vamos ter um caos do desemprego no Brasil.

O Partido Liberal encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Veneziano Vital do Rêgo, PSB.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco/PSB - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós reiteramos o que foi definido na reunião de Líderes do Congresso Nacional. Portanto, votamos "sim", pela manutenção dos vetos, resguardando-nos a uma discussão próxima em relação ao Subitem 002 do Veto 17, mas, em relação a esses outros, nós estamos votando "sim", pela sua manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Mecias de Jesus, do Republicanos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Republicanos recomenda o voto "sim", de acordo com o que foi combinado no entendimento feito pela Liderança do Governo com as demais Lideranças do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado.
Senador Major Olimpio, PSL.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSL, cumprindo o acordo, vai votar "sim".

Eu quero dizer, minha querida Senadora Zenaide, que nós vamos ter um destaque específico que foi feito pelo Randolfe. O Randolfe, desde o primeiro momento, abraçou a questão dos servidores, em especial os da saúde, da segurança. O Izalci foi um leão na reunião de Líderes. Eu só posso ser agradecimento. Quero agradecer a todos os Senadores.

Tomei um puxão de orelha da Associação Nacional das Guardas Municipais, que me passaram um dado de que eu não falei. Foram 66 guardas municipais que já morreram no Brasil durante o Covid. Então, pelo amor de Deus, Srs. Senadores, este é o momento.

Zenaide, não está no acordo, não. Esse aí... Nós vamos derrubar o veto, querida. Pode votar com os servidores.



O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Zequinha Marinho, PSC.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco/PSC - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSC mantém o acordo de Lideranças e encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado.

Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Vou chamar mais dois oradores; depois, vou encerrar a votação.

Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco/PSB - PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas considerações a respeito desse Veto 17, do seu Subitem 002, já que tivemos a oportunidade agora de cumprir aquilo que ontem ficou devidamente acordado. E sempre é bom que façamos justiça, sejamos aqui enaltecadores daqueles que se comportam com muita competência, com muita capacidade articuladora. E aí eu faço as menções aos Líderes do Governo, na figura do Senador Eduardo Gomes, já o fiz num primeiro instante; o faço em relação a todos os demais Líderes do Congresso Nacional. Dentro dessas circunstâncias tão difíceis, tão cáusticas, nas quais estamos envolvidos diretamente nesses últimos meses, não é fácil. Nós temos que reconhecer essa necessidade de abrirmos mão de alguns pontos, mas rigorosamente defender outros. E aí quero apelar, como bem tem dito o Senador Major Olimpio, para que nós rechacemos e derrubemos o...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador, um minutinho. O seu microfone foi cortado. Houve uma confusão: V. Exa. tinha cinco minutos e lhe deram só um. Eu estou testando aqui com o operador do...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco/PSB - PB) – Tudo bem, Sr. Presidente. Eu não vou...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Eu estou testando aqui e defendendo o direito de V. Exa. poder se pronunciar por mais quatro minutos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco/PSB - PB) – Não se preocupe. Sei que não é próprio nem de V. Exa. nem dos nossos companheiros. Foi um pequeno equívoco, mas suficiente seria um minuto ou até menos para dizer do nosso comprometimento desde o momento em que nós votamos na matéria original, no PLP 39, em relação aos devedores dos entes subnacionais. Não há relação, não há como sustentar a argumentação do Governo Federal em pedir, caso possa... Ninguém estará obrigado, até porque sabemos nós que esse processo de transição na pandemia será muito difícil, mas, podendo, no caso dos Municípios, Estados e Distrito Federal, conceder reajuste e, mais do que isso, um reconhecimento ao trabalho que os mesmos servidores tiveram, esses que estão na linha de frente, muitos que já partiram deixando-nos marcas, honrando as suas funções, como policiais militares, bombeiros, profissionais da área de saúde e outros tantos, lamentando e pesadamente fazendo os registros aos seus familiares, nada justifica, Sr. Presidente, que nós não nos permitamos vetar. Afinal de contas, quem tiver, no mínimo que for, a possibilidade de fazer esse reajuste e, mais do que isso, respeitar os tempos, os períodos trabalhados por esses servidores, nós temos que aqui fazer.

Então, a minha posição, a posição do PSB é a de votar pela derrubada do Subitem 002. Essas são as preocupações que algumas e alguns Senadores já se prontificaram a expor, usando os



seus sentimentos e, mais do que isso, as suas convicções a respeito dessa matéria. Então, o PSB renova, reitera, desde o primeiro momento, o seu inconformismo com o veto presidencial e a oportunidade de que nós temos de fazer valer com os justos reconhecimentos a tantos e tantos milhares de brasileiros, professores que integram a área de educação, portanto, profissionais da área de saúde, profissionais da área de segurança, e nós ainda poderíamos fazer menções a cada um destes e destas.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente, entendo o pequeno equívoco que houve, mas sendo suficiente para que nós renovemos o nosso posicionamento.

Um abraço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – vide item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Presentes 72; SIM, 66; NÃO, 0.

Quórum 66.

Mantidos todos os vetos, ressalvados os destaques.

Os vetos mantidos não vão à Câmara dos Deputados.

Passamos, agora, à votação dos Vetos nºs 17 (item 2), e 20 (itens 1, 11 a 14), de 2020.

Passa-se, agora, à apreciação, no painel eletrônico, do item 2 do Veto nº 17, de 2020. Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, Covid-19.

Passa-se à votação do destaque do Veto 17, de 2020 (item 2).

As Sras. e Srs. Senadores já podem começar a votar, enquanto nós vamos colhendo a orientação de bancada.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Como vota o MDB, Senador Marcio Bittar?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/MDB - AC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero dizer que nós fizemos um esforço grande – quando eu falo nós, estou falando do Presidente Bolsonaro e nós do Congresso Nacional.

Quero aqui lembrar de novo o papel fundamental do Presidente Davi Alcolumbre, já disse isso várias vezes e quero repetir.

Agora, considero que, nesse esforço, nós temos conseguido garantir que para o servidor público não faltasse salário em dia e muito menos... Ele continuou recebendo e recebendo em dia, quando milhares de brasileiros perderam e estão perdendo os seus empregos. Muitos outros brasileiros, para não perderem seus empregos, tiveram que aceitar a redução salarial. Portanto, eu entendo que determinadas categorias, além de receberem o seu salário, o receberem em dia, ainda quererem ter a possibilidade de lutar por aumento salarial no momento em que o País inteiro tem que apertar o cinto é um exagero.

Então, eu encaminho pelo MDB o voto "sim" a favor do veto presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – "Sim".

PSD, Senador Otto.



O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, pelo PSD, eu libero a bancada. A bancada está liberada, porque não existe um consenso dentro dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Muito bem, Senador. O PSD libera.

Como vota o Podemos, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente Marcos Pereira, primeiramente, a posição pessoal. Nós liberamos a bancada, mas o meu voto é pela derrubada do veto. Quando aprovamos esse projeto no Senado Federal, incluindo os servidores da saúde, da educação e da segurança pública, nós percebemos que houve uma distorção na informação.

Nós não aumentamos salários dos servidores. Apenas nós excluimos esses servidores que estão na linha de frente no combate ao coronavírus. Nós os excluimos da proibição de receberem reajuste se, eventualmente, o gestor municipal, ou estadual e da União entenderem ser necessário e, obviamente, o Estado, o Município e a União terem condições de oferecer o reajuste.

A União já disse que não quer com o veto, mas ainda é preciso que os Estados e os Municípios tenham essa liberdade de verem a necessidade...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador.

Como vota, Senador Izalci, o PSDB?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSDB do Senado vai liberar a bancada, porque não há consenso.

Eu quero fazer das palavras do Alvaro as minhas. Na prática, não há obrigatoriedade do reajuste. Os nossos professores estão agora, em função da tecnologia, trabalhando 18 horas por dia para começarem a receber os alunos; na segurança pública e saúde, as pessoas estão morrendo para salvarem as nossas vidas. E, na prática, não é uma obrigatoriedade dar reajuste, o que nós não podemos é comprometer o plano de carreira deles.

Então, eu votarei pela derrubada, mas o PSDB libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – O PSDB libera.

DEM, Senador Marcos Rogério. *(Pausa.)*

Progressistas, Senador Ciro Nogueira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sras...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Espera aí. Calma – calma! Marcos Rogério abriu aqui.

Senador, eu não estou lhe ouvindo. Seu microfone não está habilitado. Sua internet também está instável.

Eu vou passar aqui para o Senador Ciro Nogueira; depois eu volto.

Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP - PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O.k.

Meu microfone está habilitado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Pode falar, Marcos Rogério.



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O.k.

Sr. Presidente, a orientação do Democratas é pela manutenção desse veto. Embora seja uma matéria sensível, é uma matéria importante para o Governo...

Sr. Presidente, eu estou com problema com a conexão. Vou pedir à Mesa que...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador, o sistema aqui avisa que a largura de banda de V. Exa. é baixa. Se V. Exa. pudesse se conectar através de uma rede mais pujante...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO) – Eu estou na rede do Senado, Sr. Presidente. Eu estou falando do meu gabinete aqui.

Deixe-me modificar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Então, precisamos falar com o Presidente Davi Alcolumbre para melhorar essa rede.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO) – Chame o próximo, Sr. Presidente. Depois, eu faço a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Eu chamarei o Senador Ciro Nogueira e o chamo na sequência.

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP - PI. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Progressistas vai encaminhar pela manutenção do veto. Houve uma divergência na bancada, a qual nós respeitamos, mas eu peço à bancada que acompanhe a orientação. Eu sei que é importante, que é uma matéria sensível, mas é fundamental a manutenção desse veto para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – É pela manutenção do veto, Senador Ciro Nogueira? É isso?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP - PI) – Exatamente, Sr. Presidente. O voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Está bom.

Como vota o Cidadania...

Aliás, desculpe. Com a palavra o Senador Rogério Carvalho, pelo PT.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir um minuto a mais, como autor ou como um dos autores do destaque ao Veto nº 17, item 02, para poder fazer...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Já está concedido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – Obrigado.

Na verdade, nós estamos falando de um veto que proíbe Estados e Municípios a concederem aquilo que é um direito, ou seja, o trabalhador progredir na sua carreira, a possibilidade de ter aumento e a possibilidade de outras vantagens relacionadas ao histórico de cada servidor.

O que o Izalci disse – e fica muito claro – é que não se trata de uma obrigatoriedade; é só permitir ou não impedir que os Estados e os Municípios possam fazê-lo para aqueles trabalhadores que estão na linha de frente do combate à Covid-19, que são os profissionais de saúde, que têm se dedicado e entregado as suas vidas, e colocado em risco a vida de suas famílias. Nós temos exemplos de vários profissionais de saúde – médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares – que perderam as suas vidas na luta contra a Covid-19, assim como policiais, assim como guardas de



trânsito, assim como várias categorias profissionais que estão abrangidas por esse veto, que impede que eles possam ter, inclusive, progressão na carreira.

Por isso, o PT fez esse destaque e é por isso que a gente vota pela derrubada do veto. Assim, a orientação do PT é "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – O PT orienta "não".

O Senador Marcos Rogério já está em condições? (*Pausa.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marcos Pereira, Sras. e Srs. Senadores, embora essa seja uma matéria sensível, nós temos que levar em consideração o impacto que ela vai gerar nas contas públicas.

Segundo dados do Governo, o impacto para Estados e Municípios seria de 98 bilhões e, para a União, nos 18 meses, seria de 31 bilhões.

Num momento em que muitos brasileiros estão perdendo empregos, perdendo renda, esse infelizmente é um sacrifício necessário.

Portanto, a orientação do Democratas é pela manutenção do veto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senadora Eliziane Gama, do Cidadania.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, veja: esse veto é muito cruel. Nós temos vários profissionais que estão na linha de frente, para alguns deles custando a própria vida, que são os profissionais da área da saúde.

Nós temos a cada dia um crescente, infelizmente, da morte desses profissionais. São dezenas. Inclusive, esse tema foi fruto de uma emenda nossa, do Cidadania, porque nós entendemos que há naturalmente hoje uma necessidade fiscal de vários Estados e Municípios brasileiros, mas esses profissionais que estão na linha de frente precisam ser resguardados.

Ao contrário dos demais que partem para o isolamento, eles estão lá, em nome da ética, em nome da vida, na linha de frente, salvando vidas. Então, é fundamental a manutenção da sua caminhada e naturalmente... Não apenas a manutenção, mas a necessidade do reajuste do salário desses profissionais.

Então, o Cidadania...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Vota como? (*Pausa.*) Cidadania, "não".

Acir Gurgacz, Senador pelo PDT. (*Pausa.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse tema foi amplamente debatido na época da aprovação deste projeto, e nós votamos "sim" naquela época, junto com os trabalhadores, para que nós pudessemos dar esse apoio aos servidores da segurança, da educação e da saúde.

Portanto, o PDT encaminha pela rejeição, encaminha o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – PDT, "não".

Como vota a Rede, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a tolerância necessária, como fui também um dos autores do destaque, só para a orientação da Bancada e encaminhamento de orientação também da oposição.



Veja, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Dois minutos. Vou lhe dar um minuto a mais, como fiz com o Senador Rogério...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Presidente, pela concessão de V. Exa.

Veja, Presidente, trata-se nesse veto de impedir que trabalhadores da saúde e da segurança pública, que estão na linha de frente da pandemia... Presidente, somente um dado: no Brasil hoje já morreram por conta da pandemia 350 enfermeiros, 217 médicos, outros 300 e tantos policiais, que estão na linha de frente da segurança pública – guardas municipais, policiais militares –, enfim, que estão tomando as medidas necessárias para garantir as medidas de isolamento, e outros que são os soldados da linha de frente de batalha, que são os guerreiros do *front* com a pandemia.

E o que o Estado brasileiro vai dar para eles? Vai congelar as licenças-prêmios, o tempo para aposentadoria deles, vai congelar a contagem de tempo para a aposentadoria deles; vai impedir que tenham direito a anuênios, a triênios, a quinquênios. Não estamos falando de reajuste de salário, Presidente. Nós estamos querendo que sejam garantidos a esses profissionais, a esses trabalhadores, que é quem está salvando os brasileiros.

Se o Governo se regozija de ter tantos brasileiros salvos, deve valorizar quem está salvando brasileiros a essa altura: são médicos, são enfermeiros. E nós, o Congresso Nacional e o Senhor Presidente da República, o Estado brasileiro dá para eles como recompensa o quê? A impossibilidade de, neste tempo da pandemia até o ano que vem, o dia 31 de dezembro de 2021, terem a contagem do tempo para a aposentadoria.

Presidente, é de uma crueldade tamanha que eu não acredito que o Congresso Nacional irá manter esse veto.

Então, por isso, o encaminhamento da Rede e o da oposição, Presidente, da Minoria, é pela derrubada do veto; é "não" a este veto cruel aos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador.

Como vota, Senadora Zenaide, o PROS?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PROS - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero até pedir desculpa, porque eu pensei, quando o senhor disse global, que o item 2 do Veto 17 já estava incluído.

Não dá para acreditar que o Presidente da República vá punir médicos e enfermeiros, os trabalhadores de saúde. Eles não podem trabalhar remotamente, Sr. Presidente. Eles estão na linha de frente. O pessoal da segurança pública muitas vezes sendo destratado e levado a centenas de óbitos, como foi dito aqui pelo Senador Randolfe.

Acho que o Congresso Nacional... Como é que, há poucos dias, a gente aprovou isso aqui, e, agora, nós vamos aceitar? Quem está na linha de frente não é porque quer, gente! E por favor não use esta desculpa: "É porque alguém está desempregado." Eles estão arriscando a vida deles e dos familiares para nos salvarem, e aí nós vamos puni-los?! É isso aqui que está sendo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senadora Zenaide, como é que vota? Não deu para ouvir aqui. *(Pausa.)*

"Não".

Senador Jorginho Mello...

Espere aí.



É "não" mesmo o PROS? (*Pausa.*)

Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PL - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Liberal libera a bancada, mas este Senador vai votar "não" a esse veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Libera.

Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco/PSB - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós já tivemos oportunidade de falar. Não precisamos renovar as nossas fundamentações.

O PSB vota "não" pelos motivos já expostos. Não há como desconhecer e não há espaços para que confundamos. Aqui nós não estamos exigindo ou impondo à União, aos Estados, aos Municípios e ao DF que façam um reajuste no ano de 2021. Nós estamos apenas permitindo, caso venham a ter essa oportunidade, essas condições de assim fazê-lo.

Por esses motivos é que o PSB discorda do posicionamento presidencial ao vetar e nós vamos votar "não", pela sua derrubada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Mecias, Republicanos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu entendo também que a matéria é uma matéria complexa, mas o Presidente Jair Bolsonaro, o Governo, está orientando a votação "sim", pela manutenção do veto. E eu creio que o Presidente Bolsonaro tem a aceitação popular para entender o que ele está fazendo.

É, sem dúvida nenhuma, um projeto complexo, mas eu atendo perfeitamente àquilo que foi entendido, aos entendimentos feitos com a Liderança do Governo, à orientação do Governo. Portanto, nós recomendamos o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – O PSL, Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e todos os Senadores, este é o momento.

Primeiro, não é verdadeira essa economia de R\$90 bilhões, porque nós vamos ter policial que ingressou agora e que vai aposentar daqui a 35 anos. Gente, pelo amor de Deus, trata-se de quem está na ponta da linha, salvando, defendendo a sociedade e morrendo. Não vai haver reajuste de salário para ninguém. Vai se tirar o direito de contagem de tempo de serviço para quinquênio, sexta parte, até a promoção na passagem para a inatividade. Pelo amor de Deus!

O Presidente foi mal orientado. Não é possível que o Presidente ia trair todos os servidores que o apoiaram. Pelo amor de Deus!

O PSL vai votar "não", e nós vamos derrubar esse veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Como vota o PSC, Senador Zequinha Marinho?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco/PSC - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu faço parte da base do Governo e voto fechado com o Governo todas as vezes, mas isso não significa subserviência. A gente tem consciência daquilo que está fazendo aqui no Senado Federal.

Eu sou contra aumento salarial, mas não posso ser contra, Presidente, reajuste salarial e ainda abrir um espaço de exceção para os direitos conquistados ao longo da história do



trabalhador brasileiro. Se essa turma perder aqui, pode entrar na Justiça que a Justiça vai restabelecer esses direitos, porque são direitos adquiridos. A gente precisa premiar esse trabalhador neste momento tão difícil por que a gente passa, e não penalizar.

Portanto, eu voto "não". O PSC tem coração. Nós não damos conta de fazer diferente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Zequinha.

Senador Eduardo, pela Liderança do Governo. (*Pausa.*)

Precisa liberar o microfone, Senador, no seu equipamento.

Agora foi.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco/MDB - TO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, peço o tempo da Liderança para, nesta justificativa, fazer, primeiro, o meu reconhecimento e o meu respeito à decisão de todos os Senadores e Senadoras acerca dessa matéria, mas é preciso restabelecer, Sr. Presidente, até pela característica dessa votação, algumas verdades que o próprio Senado Federal e a Câmara Federal viveram nesses dias de pandemia.

É verdade, Sr. Presidente, que os profissionais de segurança, de saúde e de linha de frente no combate à Covid-19 merecem todo o nosso reconhecimento e o apoio do Governo Federal. Esse projeto, esse veto, Sr. Presidente, de um impacto de R\$130 bilhões, não encerra a nossa luta por justiça. O que ocorre, Sr. Presidente, é que, durante toda a discussão da pandemia do coronavírus no País, o Governo Federal, o Presidente Jair Bolsonaro, a economia, os ministérios afins têm feito todos os esforços, até muito maiores do que se imaginava que o Estado brasileiro podia fazer, para manter a população em segurança, para manter o nosso respeito, não só às vidas perdidas no combate de linha de frente à pandemia, mas aos 110 mil brasileiros que perderam a sua vida.

Nesse contexto, Sr. Presidente, diversas matérias vindas de todos os segmentos, vindas de todos os projetos dos Srs. Senadores, das Sras. Senadoras, dos Deputados, das Deputadas, tiveram aprovação e providência do Governo Federal e do Ministério da Economia, atendendo um conjunto de assistência emergencial multilateral para milhões e milhões de brasileiros, uma coisa rara no mundo, que enfrenta, de maneira igual, a pandemia em todo o planeta.

Isso, Sr. Presidente, fez com que o desequilíbrio e a informação de toda ordem, tanto dos projetos de lei, tanto das medidas do Governo, quanto das discussões do veto trouxessem cenários diferentes, Sr. Presidente, para a análise dessa matéria.

Vamos fazer também uma outra colocação que pode colocar o contra-argumento ao respeitoso destaque feito por alguns Senadores.

É possível que uma aprovação, que não é a única discussão de matéria de fortalecimento do funcionamento público, do funcionário público do Brasil, nós estejamos, na derrubada desse veto, por exemplo, impossibilitando a população do Brasil inteiro de receber, por exemplo, a sexta parcela possível do aumento do auxílio emergencial. Que seja, por exemplo, reconhecido pelos Senadores e Senadoras o esforço do Presidente Jair Bolsonaro, para conceder além das três primeiras parcelas, duas parcelas extras.

Sr. Presidente, o contexto das necessidades mostra que o Governo tem feito o socorro emergencial a Estados e Municípios e, em muitos momentos, o auxílio que o Governo transferiu direto ao caixa dos Municípios e dos Estados, sequer representou uma depressão de receita desses entes federativos.



Os insumos da saúde, onde a gente discutia a corrupção, os problemas de corrupção nos insumos da saúde, em vários Estados, o Ministro Pazuello, já há quarenta dias, socorre Estados e Municípios com respiradores, com insumos e com recursos.

É preciso entender, Sr. Presidente, que há um contexto e que o Presidente Jair Messias Bolsonaro é militar de carreira, tem uma conversa direta com as corporações. Nós temos que ter esperança de que o Brasil sairá dessa crise em condições de atender, com o crescimento, as categorias funcionais.

Agora o esforço é dos comerciantes e dos pequenos empresários, que receberam o Pronampe; é dos agricultores, que estão resistindo, é dos funcionários públicos, que estão resistindo, mas também é dos anônimos da população brasileira, que precisam de garantia para fazer a sua parte durante a pandemia.

É um contexto, Sr. Presidente.

Por isso o Governo encaminha o voto "sim", na manutenção do veto, acreditando que é um governo que busca saída diária, direta, com a sua base, com os Parlamentares da oposição, que nós respeitamos, para melhorar o cenário econômico do País.

E é por isso, a segurança de saber que nós teremos um momento, assim como tivemos na reforma da previdência, de sensibilidade do Governo Federal para atender todas as categorias, todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. O Governo encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – O Governo encaminha o voto "sim".

Senador Chico Rodrigues, para fazer uso da palavra, por cinco minutos. (*Pausa.*)

Tem que ativar aí, Senador Chico Rodrigues, o áudio. (*Pausa.*)

Mas está na lista aqui. Não vai, não?

Esperidião Amin...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco/DEM - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Ah, entrou Chico Rodrigues.

Senador Chico Rodrigues, cinco minutos para V. Exa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco/DEM - RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos acompanhando esta sessão histórica – por que não dizer? – de derrubada desses vetos, e, nesta sequência, em todos os vetos que foram apresentados e que foram votados em bloco na primeira, segunda e terceira votação, nós entendemos a importância, a relevância – e o que é mais importante e sobre o que acabou de falar o nosso Líder Eduardo Gomes, de uma forma muito clara, muito serena e muito segura na condução desses vetos – daquilo que não é apenas interesse do Presidente Jair Bolsonaro, é interesse da Nação brasileira. Tenho certeza de que mesmo aqueles companheiros Senadores que têm uma percepção diferente haverão de compreender que nós, que o Parlamento brasileiro está participando de uma forma muito vigorosa, muito determinada, no sentido de que o Governo Federal possa passar essa travessia de dificuldades em função de um fato atípico que afetou toda a economia brasileira.

Mesmo assim, o que nós verificamos foi a determinação do Governo, procurando fazer com que houvesse, nobre Presidente, uma ação pontual, mas, num segundo momento, de uma forma coletiva, apoiando Estados e Municípios, para que pudéssemos mitigar todo esse sofrimento por que eventualmente passaria a população brasileira, se não tivesse realmente sido atendida com esse, por assim dizer, socorro financeiro do Governo.



E, logicamente, todos nós Parlamentares temos essa compreensão – os Srs. Deputados e os Srs. Senadores – de que, em uma discussão muito, eu diria assim, segura, muito determinada, por parte do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e com a coordenação do nosso Líder Eduardo Gomes, tivéssemos exatamente esse papel de mostrar a necessidade da derrubada de alguns vetos, que, de uma forma ou de outra, seriam fundamentais para manter o equilíbrio das contas públicas, mas ao mesmo tempo promover o socorro a toda a população brasileira – inclusive às empresas, que, em um momento de absoluta crise, tiveram o reconhecimento da necessidade urgente de atendimento com essas medidas que ora estão sendo conduzidas pelo Parlamento brasileiro. Eu não poderia deixar de aqui também falar, Sr. Presidente, do próximo item da pauta – já vou me antecipando. Inclusive solicitaria a V. Exa. que pudesse, de uma forma de muito reconhecimento por parte de V. Exa., falar aqui sobre estes vetos: o Veto 16, de 2020; o Veto 18, de 2020; o Veto 25, de 2020; e o Veto 27; dois desses afetando diretamente eu diria de uma forma positiva a população do nosso Estado e do Estado do Amapá, no caso específico do Veto 16 e também do Veto 27, que, de uma forma coletiva, vão atender aos anseios das comunidades indígenas no Brasil, que são milhares. Só no nosso Estado, há mais de 350 comunidades indígenas. E esses dois vetos vêm realmente estender o braço para essas populações indígenas, que precisam de uma compreensão mais ampla por parte do Governo.

Então, eu gostaria de dizer a V. Exa. que teria, em nome do Governo, que conduzir essa votação, o encaminhamento da votação no caso do Veto 16 e do Veto 27, meu nobre Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) **(Lista de votação – vide item 3.1.1 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Presentes: 75; SIM, 30; NÃO, 42.

Total: 72.

Rejeitado no Senado, o veto será enviado à Câmara para deliberação.

Votação nominal do Veto nº 20, de 2020.

Passa-se agora à apreciação no painel eletrônico dos itens 11 a 14, do Veto nº 20, de 2020 – Regime Jurídico Emergencial e Transitório no período de pandemia do coronavírus, Covid-19.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar pelo sistema de deliberação remota.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Orientação de bancada.

Como vota o MDB, Senador Marcio Bittar?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/MDB - AC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Meu querido colega Marcos, gozando do direito democrático que o MDB me confere, quero dizer que, em nome do meu Líder Eduardo Braga, eu encaminho "não", para derrubar, mas quero dizer que eu, particularmente, vou votar a favor do veto do Presidente da República porque entendo que esse projeto é mais uma intromissão do Poder Público na economia. É o Poder Público ditando regras para quem está na atividade privada, e eu acho que esse é um equívoco grave. Mas o Líder Eduardo Braga, em nome do MDB, determinou que eu encaminhasse pela



derrubada do veto. Eu quero dizer que eu, particularmente, vou votar pela manutenção do veto, mas o MDB encaminha "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – O MDB, "não".

PSD, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, o PSD libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Libera, PSD libera.

Podemos, Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Senador Alvaro. Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Senador Izalci, PSDB.

Entra em contato com o Alvaro.

Senador Izalci. (*Pausa.*)

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF) – Oi. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Está sem som. Alô? Senador Alvaro Dias. O que aconteceu?

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente Marcos Pereira, coerentemente, o voto segue na esteira do que ocorreu quando votamos esta matéria no Senado Federal. A Bancada do Podemos está liberada para votar, mas, particularmente, eu votarei pela manutenção do veto, porque esse dispositivo pode representar, ao contrário do que se pretende, uma ameaça à renda de motoristas, entregadores, uma vez que limita a capacidade das empresas. Foi essa a razão pela qual votamos contrariamente à retenção de 15% pelas empresas para o repasse aos trabalhadores. Essas empresas estão assegurando, estão garantindo o emprego de milhares de trabalhadores no País.

O Podemos está liberado, e o meu voto é pela manutenção desse veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSDB também vai orientar pela manutenção do veto, de acordo também com a votação no Senado. Então, o PSDB mantém todos os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os dispositivos vetados violam claramente o princípio constitucional da livre iniciativa e o princípio da livre concorrência ao intervir no modelo de negócio das empresas e busca, ao mesmo tempo, regular percentual do valor das viagens.

Por essa razão, a orientação do Democratas é pela manutenção do veto, Sr. Presidente. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Voto "sim".

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP - PI. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, pelo Progressistas, nós gostaríamos de encaminhar o voto pela manutenção do veto do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Manutenção.

Pelo DEM, é "sim" – tem que colocar ali –, e, pelo Progressistas, "sim".



Senador Rogério Carvalho, do PT.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria, de novo, um minuto a mais, porque esse destaque foi feito pelo PT na Câmara dos Deputados, e nós defendemos a derrubada do veto porque, se é fato que a Constituição garante a livre iniciativa, a Constituição também garante um ganho suficiente ou determina que as pessoas devem ganhar o suficiente para manter a sua dignidade. E nós sabemos que, neste período de pandemia, os motoristas de *apps*, os trabalhadores de *apps*, do iFood, do Uber e outros *apps*, foram fundamentais para manter as pessoas em casa, manter o abastecimento. São trabalhadores que não têm nenhum tipo de garantia formal, são informais. São considerados trabalhadores que vivem numa situação precária, e, portanto, é fundamental que, neste período em que eles estão expostos, eles possam ter uma retenção menor.

Então, assim como o Governo estabelece o preço máximo para medicamentos, e isso não fere a Constituição Federal porque é uma questão fundamental para o funcionamento do sistema de saúde, neste caso, a manutenção deste veto prejudica milhões de trabalhadores, milhões de pessoas que hoje cumprem o papel de garantir o conforto de quem fica em casa, de quem está podendo ficar em casa para receber mantimentos e outros tipos de produtos.

Portanto, o PT orienta o voto "não", considerando que esses trabalhadores devem deixar menos, deixar somente 15%. É por um período durante a pandemia, não é uma situação permanente. Por isso, o PT orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – "Não".

Senadora Eliziane Gama, Cidadania.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esse veto é mais um daqueles que vai na contramão de uma luta que nós temos trabalhado dentro do Congresso Nacional, que é a de encontrar as condições mínimas para sobrevivência da população brasileira neste período de pandemia.

Essas taxas que são cobradas em relação a esses aplicativos, muitas vezes, são até abusivas. Infelizmente, porque nós aprovamos, ele só tem uma duração de até agora no mês de outubro por conta do período de pandemia. Mas eu acho que abre a possibilidade de a gente ampliar esse debate para o pós-pandemia porque de fato essas taxas precisam ser reduzidas.

É muito importante que as famílias brasileiras tenham minimamente a sua renda, e algumas delas acabam se submetendo exatamente por conta da garantia de sustento para as suas famílias.

Eu, pessoalmente, vou votar pela derrubada do veto, mas eu vou liberar a bancada, porque nós temos divergência entre aqui os nossos colegas. Então, o Cidadania libera a bancada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Cidadania liberado.

Senador Acir Gurgacz, do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o PDT encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Randolfe Rodrigues, Rede.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela necessidade dos trabalhadores de aplicativos, que têm sido essenciais neste período da pandemia, é importante destacar que essa iniciativa legislativa é estabelecida por um tempo certo: o período da pandemia. Ou seja, é neste período que não podem eles ter o desconto que têm em função dos seus aplicativos.



Dessa forma, a Rede encaminha o voto "não", pela derrubada do veto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Rede "não".

PROS, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PROS - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PROS libera a bancada, mas eu voto "não". Eu acho que a gente tem que dar uma oportunidade a esse pessoal dos aplicativos porque, neste período de pandemia, com essas taxas que eles pagam, essas tarifas, fica difícil sobreviver.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Jorginho Mello, do PL.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PL - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quem convive sente a dificuldade que essas pessoas que trabalham com aplicativo estão tendo nesta época de pandemia.

Então, o Partido Liberal libera a bancada, mas eu voto "não."

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco/PSB - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSB vota "não", pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Mecias de Jesus, Republicanos. (*Pausa.*)

Não está, não. (*Pausa.*)

Senador Mecias, tem que ativar o seu microfone aí.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, está me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Perfeitamente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a orientação do nosso partido, o Republicanos, é para seguir a orientação do Governo, é pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Vota "sim."

Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O PSL vai liberar a bancada, Sr. Presidente, mas eu quero dizer que os policiais, os profissionais da saúde estão no Brasil todo, neste momento, comemorando a dignidade resgatada pelo Senado. Deus abençoe o Senado da República. Aqueles que estão na ponta da linha neste momento, morrendo literalmente pela sociedade, foram valorizados pelo seu Senado. E eu tenho certeza de que a Câmara vai acompanhar a posição do Senado.

Muito obrigado a todos os Senadores de coração, ao Randolfe, que fez o destaque, a todos aqueles que votaram ou estimularam ao voto.

É a segurança pública, é a saúde...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador.

Como vota o Governo, Senador Eduardo Gomes? (*Pausa.*)

Senador Eduardo Gomes, como vota o Governo? Como orienta? (*Pausa.*)

Libere o seu microfone aí, Eduardo. (*Pausa.*)



Libere aí no seu. O microfone. Não está, não.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco/MDB - TO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o Governo orienta pela manutenção do veto, com a mesma compreensão dos Parlamentares que entendem que é uma interferência indevida no setor privado e na área da concorrência. Então, o Governo encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Zequinha Marinho, do PSC, como vota?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco/PSC - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSC acompanha o Governo e vota "sim", pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Pela manutenção do veto.

Senador Carlos Viana, pela ordem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Excelência, obrigado pela gentileza. Deputado Marcos Pereira, meu abraço e parabéns pela condução.

Minha intervenção é muito rápida, somente para que V. Exa. pudesse, mais uma vez, reafirmar que quem é a favor do voto do veto, da manutenção, é o "sim", e a derrubada, o "não". Em alguns momentos, há aqui alguma dúvida em relação a isso durante a votação. Como estamos numa votação remota, muitos Senadores às vezes não acompanham na totalidade. Estou pedindo apenas a V. Exa. esse esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – V. Exa. está correto. Quem quer derrubar o veto vota "não" e quem quer manter vota "sim", "sim" ao veto do Presidente.

Senador Esperidião Amin para fazer uso da palavra, por cinco minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Boa tarde!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – É uma satisfação muito grande poder participar desta sessão do Senado no Congresso e tê-lo presidindo com a elegância, a sobriedade e a serenidade de sempre. É uma satisfação muito grande, como seu parceiro na nossa frente parlamentar em favor da indústria têxtil, com muita honra sou seu Vice-Presidente. É uma atividade econômica da maior importância para o nosso País e para a qual nós sempre temos que voltar os olhos, em termos de preservação do emprego e da recuperação da nossa competitividade. Por isso, faço minhas as suas palavras a favor da reindustrialização inteligente e inevitável que nós deveremos traçar, neste período pré-pós-pandemia. Se Deus quiser, isso vai passar!

Mas eu ocupo, neste momento, o microfone para lhe fazer um pedido, como Vice-Presidente da Câmara. Queria que o senhor olhasse bem para mim. Cobre do Presidente Rodrigo Maia... Isso, vigilante, porque, ao fazer esse apelo ao senhor, inclusive melhora a minha posição junto à Deputada Angela Amin. Ela conseguiu o equivalente a 201 assinaturas para dar prioridade regimental para que se vote o Projeto de Lei 1.328. É o projeto dos créditos consignados, Deputado Marcos Pereira.

O senhor veja que absurdo: os bancos hoje estão oferecendo quatro meses, quatro meses e meio de carência, ou seja, de suspensão de cobrança; e o que nós fizemos aqui no Senado, depois de um longo debate, foi aprovar uma suspensão de quatro meses, ou seja, menos do que os bancos



estão oferecendo para novas operações. Desde junho, esse projeto segue sem pauta na Câmara dos Deputados. Então, o senhor imagine que, num momento em que é necessário circular o dinheiro, nós vamos obrigar um aposentado ou alguém que tem um empréstimo consignado, que tem segurança absoluta de cobrança por parte do credor, a pagar o banco, que tem liquidez, que não está emprestando, como não empresta, para microempresário, para pequeno empresário, para empresário individual. Por quê? Porque não tem o hábito, não tem o DNA de emprestar para quem não tem garantia. O empréstimo consignado tem garantia plena de quase 100%. Qual é o índice de inadimplência de crédito consignado? Então, você força o tomador de empréstimo a pagar, em plena pandemia, para sustentar uma liquidez do sistema financeiro que é plena.

Se alguma instituição financeira tiver dificuldade recorre ao que preconiza a nossa Emenda Constitucional nº 106, que encheu a caixa d'água de água. A caixa de liquidez do sistema financeiro brasileiro está carregada. O que faltam são dutos para levar à torneira de quem precisa o crédito que existe dentro, em sentido figurado, da caixa de liquidez do sistema financeiro.

Então, eu faço um apelo a V. Exa., também em nome da Deputada Angela Amin e dos mais de 200 Deputados que apoiaram o requerimento, para que o senhor diligencie junto ao Presidente da Câmara para que paute a matéria. Pautar enquanto ela pode ser útil, porque desde junho ela remanesce na Câmara, sem ser pautada – Projeto de Lei nº 1.328, o chamado projeto de lei dos empréstimos consignados.

E finalmente quero louvar a atitude do Senador Eduardo Gomes, que fez uma reunião, conseguiu colocar no trilho o conjunto das deliberações, difíceis para uma sessão remota que aprecia vetos com controvérsias, e cumprimentá-lo, mais uma vez, pela forma como está conduzindo esta sessão do Congresso no Senado, pela correção, pela paciência e pela clareza.

Reitero o apelo em favor do 1.328, faço um apelo de que leve as nossas orações para o Deputado Rodrigo Maia, para que ele coloque em pauta essa medida, que é justa...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Já tomei nota aqui do Projeto 1.328, dos créditos consignados, e vou dialogar sobre o assunto com o Presidente Rodrigo Maia ainda na data de amanhã, quando terei um encontro presencial com ele.

Eu vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) **(Lista de votação – vide item 3.1.1 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Presentes, 76; SIM, 34; NÃO, 34.

Mantido no Senado Federal.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

Empate.

A Presidência informa que a Câmara dos Deputados rejeitou, em globo, os seguintes vetos, destacados os termos do acordo de Liderança: Veto 16, de 2020; Veto 18, de 2020; Veto 25, de 2020 (itens 1 a 5, 9 a 15 e 19 a 22); Veto 27, de 2020 (itens 1 a 6, 12 a 15 e 17 a 22).

Passemos à votação em globo desses destaques.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar pelo Sistema de Deliberação Remota.



(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Orientação de bancada.

Como vota o MDB, Senador Marcio Bittar?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/MDB - AC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O MDB encaminha a orientação do voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Voto "não".

Como vota o PSD, Senador Otto Alencar?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSD encaminha o voto para derrubada dos Vetos nºs 16 e 18, transferência ao domínio do Estado de Roraima e Amapá, importação de produtos e registros; 25 e 27.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Como vota o Podemos, Senador Alvaro?

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O Podemos acompanha o acordo de Líderes e vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Voto "não", Podemos. PSDB, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O PSDB orienta "não", de acordo com o acordo feito com o Governo. O PSDB orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Marcos Rogério, do Democratas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na linha do acordo feito, a orientação é pelo voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senadora Daniella.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, mantendo o que foi acordado na reunião de Líderes do Congresso, o acordo, o nosso voto, a orientação é para o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Como vota o Rogério Carvalho, Senador do PT?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PT orienta o voto "não", seguindo o acordo entre os Líderes. Mais uma vez, parablenizo o Senador Eduardo Gomes pelo trabalho que fez para construir esse entendimento. O voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senadora Eliziane Gama, Cidadania.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de todos os vetos apresentados pelo Presidente da República, nenhum deles foi mais desumano do que o veto ao Projeto de Lei nº 1.142, que foi aprovado pelo Congresso Nacional para preencher uma lacuna de falta de ação do Governo em relação aos povos indígenas brasileiros. Nós estamos vivenciando um dos piores momentos da história do Brasil em relação à proteção dos nossos povos, e simplesmente o Presidente da República vetou acesso, por exemplo, à água potável, a material de higiene, àquilo que é



elementar, aliás, aquilo que está preconizado na Constituição Federal como responsabilidade do Governo Federal em relação aos povos indígenas.

Mas eu queria, porque o tempo é muito curto, Presidente – até foi uma de nossas lutas aqui no Congresso Nacional –, pedir só mais alguns segundos para parabenizar o Líder do Governo, Senador Eduardo Gomes, que fez uma ação realmente importante, e conseguimos derrubar esses vetos, dando uma resposta para o mundo, porque, aliás, esses vetos, infelizmente, pioraram ainda mais a imagem do Brasil em nível internacional. Mas hoje, graças a Deus, estamos derrubando aquilo que foi possível, graças a esse grande entendimento protagonizado pelo Líder Eduardo Gomes.

O nosso partido faz o encaminhamento, Presidente, pela derrubada dos vetos. Portanto, "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Acir Gurgacz, do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento mais uma vez o Líder do Governo, Senador Eduardo Gomes, pela construção desse grande acordo.

O PDT encaminha o voto "não", fazendo parte desse acordo que é importante para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Como vota, Senador Randolfe Rodrigues, da Rede?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de todos os vetos, talvez não haja algo mais cruel do que vetar o acesso de qualquer cidadão à água potável, o acesso de qualquer pessoa, em tempos de pandemia, a um respirador. É inacreditável! A gente poderia dizer que não existe algum governante tão insensível, lamentavelmente existe: o Presidente Jair Bolsonaro vetou o acesso à água potável aos povos indígenas e vetou também o acesso a respiradores.

Por isso, é uma necessidade premente a derrubada deste veto, Sr. Presidente.

Para concluir, Presidente, talvez isso seja coerente com o que foi dito naquela tal reunião ministerial, em que eles não reconhecem o que significam povos indígenas e suas culturas, que estavam aqui muito antes de os brancos portugueses e de todos demais europeus chegarem pelo continente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Como vota a Senadora Zenaide, PROS?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PROS - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PROS vota "não".

Quero parabenizá-los por a gente estar conseguindo derrubar o veto, porque negar proteção aos povos indígenas é de uma crueldade sem limites.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Jorginho Mello, do PL.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PL - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Liberal encaminha, conforme o acordo, pela derrubada do veto. Vota "não".

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco/PSB - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente Marcos, o PSB acompanha, até pelo conteúdo mais do que louvável quando nós apresentávamos e defendíamos esse projeto. Por essas motivações, não poderíamos, senão, todos nós, à unanimidade, nos propormos a trabalhar, como assim faremos, pela derrubada deste veto.

O PSB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Mecias, Republicanos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marcos Pereira, V. Exa. também é Republicanos e nos orgulha muito.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, entre esses vetos, todos os vetos da tarde de hoje, derrubar o Veto 16 é, para nós de Roraima e do Amapá, uma sensação de liberdade, é uma carta de alforria que o Congresso Nacional está dando para o povo de Roraima e do Amapá, transferindo, de uma vez por todas, as terras de Roraima e do Amapá que estão sob o domínio da União para nossos Estados.

Roraima agradece a todos os Senadores e Senadoras por esse grande gesto com a Amazônia, mas em especial com os Estados de Roraima e do Amapá.

Recomendamos o voto pela derrubada do veto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Parabenizo V. Exa. e o Líder do Republicanos na Câmara, Jhonatan de Jesus, que, inclusive, é o autor dessa medida importante mencionada por V. Exa., importantíssima para o Estado do Amapá e para o Estado de Roraima.

Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dando cumprimento ao acordo, que foi muito bem conduzido pelo Líder do Governo, Eduardo Gomes, o PSL vai votar "não".

Eu não paro de comemorar e de agradecer: à Senadora Daniella Ribeiro, a quem eu queria dizer, de forma muito especial, muito obrigado pelo que a senhora fez pela saúde, pela educação, pela segurança, pela postura de sempre da senhora; ao Amin, meu veterano Amin, que briga comigo, mas eu faço tudo o que ele quer. Amin, que seja com o agradecimento de Santa Catarina; ao Veneziano, com quem logo pela manhã já conversei; ao Izalci, que foi em um leão em todas as reuniões; ao Randolfe. Obrigado pelo que você fez. Nós temos partidos diferentes, mas com uma comunhão pelo Brasil. Parabéns, Randolfe, e a todos vocês, aos 42 que fizeram justiça pelos servidores, especialmente os da segurança pública e da saúde.

E às 19h, daqui a pouquinho, nós vamos derrubar na Câmara também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

O Senador Zequinha está aí? Está aí? Não está.

Chico Rodrigues, pelo Governo. Depois eu volto ao Zequinha.

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco/DEM - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente Marcos, eu gostaria de pedir a V. Exa. um pouco de tolerância. Aqui



representando o Estado de Roraima, especificamente nesse Veto nº 16, o Governo, o nosso Líder tomou a decisão também de derrubar esse veto, exatamente em concordância com o Presidente. Gostaria de dizer isso. Alguns podem realmente imaginar que a votação é uma decisão apenas dos Senadores, mas houve um acordo do Governo, especificamente do Presidente Jair Bolsonaro, entendendo a necessidade.

Especificamente em relação à transferência do domínio das terras de Roraima e do Amapá, em terra de fronteira da União, a importância é muito relevante. É muito relevante, porque, Sr. Presidente, nós temos que entender que a grande carta de alforria do trabalhador rural, do proprietário rural é exatamente ele ter a legalidade e a legitimidade das suas terras. Portanto, nós entendemos que essa é uma questão importantíssima. E a derrubada desse dispositivo é necessária para que nós possamos oxigenar, na verdade, esses dois Estados estratégicos para o País, o Estado do Amapá e o meu Estado de Roraima.

E aí, sim, a partir de agora, os Governadores poderão emitir esses títulos, através de dispositivos legais que, na verdade, trarão segurança jurídica ao proprietário rural. Tenho absoluta certeza de que tanto o Amapá quanto Roraima, a partir de agora, viverão um novo tempo, com as suas terras, pertencendo aos Estados efetivamente. Nós poderemos, através da regularização fundiária, promover essa grande carta de alforria ao trabalhador do nosso Estado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Mais 30 segundos.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco/DEM - RR) – Então, quero agradecer o empenho dos Líderes, que, na verdade, em um gesto messiânico, nos acompanharam e entenderam este momento de necessidade para que possa haver realmente unidade no essencial, ou seja, todos os Estados da Federação serem considerados igualmente.

Então, era esse registro e é esse encaminhamento que o Governo faz nesta votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco/PSC - PA) – Um momento.

Alô, está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Perfeitamente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco/PSC - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Nós acompanhamos o Governo nesta votação. O PSC encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Obrigado.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – vide item 3.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) – Presentes, 76; SIM, 2; NÃO, 63.

Rejeitados todos os vetos destacados.

Os vetos vão à promulgação.

Constam na pauta os Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 11 e 23, de 2020.

Passemos à deliberação das matérias.



Discussão, no Senado Federal, em turno único, do Projeto de Lei nº 11, de 2020, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, do Trabalho, e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$36.737.273,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O Projeto foi relatado na Câmara dos Deputados pelo Relator de Plenário: Senador Marcos Rogério, o parecer concluiu pela aprovação do projeto na forma proposta pelo Poder Executivo.

Eu proponho às Sras. e aos Srs. Senadores – tal e qual nós fizemos na Câmara dos Deputados nesta manhã e a sessão foi presidida por mim – que nós pudéssemos, para ganhar tempo e até podermos nos dirigir à Câmara para iniciar a segunda parte, colocar, já que há acordo – e lá na Câmara foi assim –, "sim" para todos e pudéssemos fazer a votação simbólica.

Todos estão de acordo, Srs. Líderes? (*Pausa.*)

Observo aqui que todos os Senadores fazendo gestos de que está o.k.

Então, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação do projeto.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o projeto, nos termos do parecer, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto na forma proposta pelo Poder Executivo.

A matéria vai à sanção.

Discussão, no Senado Federal, em turno único, do Projeto de Lei nº 23, de 2020, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$166.822.755,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O Projeto foi relatado na Câmara dos Deputados pelo Relator de Plenário: Deputado João Roma, o parecer concluiu pela aprovação do projeto na forma proposta pelo Poder Executivo.

Em discussão a matéria.

Indago novamente às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores se podemos colocar "sim" para todos, como foi na Câmara dos Deputados nesta manhã, e fazer a votação simbólica. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Passa-se à votação do projeto.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o projeto, nos termos do parecer, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto na forma proposta pelo Poder Executivo.

A matéria vai à sanção.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

Antes, agradecendo a paciência, agradecendo a colaboração de todas as Sras. e Srs. Senadores, ao Deputado Carlos Gomes, que está aqui me acompanhando, e ao Senador Acir Gurgacz, que nos assessorou aqui nesta sessão.

Está encerrada a sessão.

Boa noite a todos.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DAS 17ª e 18ª SESSÕES

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

**Vetos nºs 56/2019, 11, 12, 14, 15, 16, 17,
18, 19, 20 a 28/2020**





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 60, DE 2020

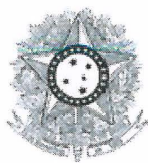
Destaque para votação em separado do Veto nº14/2020 (itens 14.20.001 a 14.20.004); Veto nº 16/2020; Veto nº 18/2020; Veto nº 20/2020 (itens 20.20.001 a 20.20.006); Veto nº 25/2020 (itens 25.20.001 a 25.20.005, 25.20.009 a 25.20.015 e 25.20.019 a 25.20.022) e Veto nº 27/2020 (itens 27.20.001 a 27.20.006, 27.20.012 a 27.20.015 e 27.20.017 a 27.20.022).

AUTORIA: Líder do PT Enio Verri (PT/PR)



[Página da matéria](#)



**CONGRESSO NACIONAL****REQUERIMENTO Nº 60, DE 2020 - CN****REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO
(BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 106-D, I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque** dos seguintes Vetos:

- Veto n. 14/2020 (itens 001-004);
- Veto n. 16/2020;
- Veto n. 18/2020;
- Veto n. 20/2020 (itens 001-006);
- Veto n. 25/2020 (itens 001-005, 009-015 e 019-022);
- Veto n. 27/2020 (itens 001-006, 012-015 e 017-022).

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2020.

Dep. ENIO VERRI – PT/PR

Líder da Bancada





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 61, DE 2020

Destaque para votação em separado do Veto nº 56/2019 (item 56.19.021).

AUTORIA: Líder do PSDB Roberto Rocha (PSDB/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

REQUERIMENTO Nº

SF/20763.11179-05

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D, inciso II, alínea b, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque, para votação em separado, do Item 56.19.021 do VETO 56/2019, pautado na Sessão do Congresso Nacional do dia 19/08/20.

Atenciosamente,

Senador **ROBERTO ROCHA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 62, DE 2020

Destaque para votação em separado do Veto nº 56/2019.

AUTORIA: Líder do PSOL Fernanda Melchionna (PSOL/RS)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria de Plenário

*VET 56/2020***REQUERIMENTO Nº 62, DE 2020 - CN****REQUERIMENTO DE DESTAQUE**

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para apreciação no Painel Eletrônico do Veto nº 56 de 2019.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 2020.

Deputada FERNANDA MELCHIONNA
Líder do PSOL





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 63, DE 2020

Destaque para votação em separado do Veto nº 13/2020.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº 63, de 2020-CN

DESTAQUE DE BANCADA (PT)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a V.Exa., nos termo do Art. 106-D,II, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para votação em separado do **Veto Parcial nº. 13 de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 873, de 2020, que "Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências" (Modificações Auxílio Emergencial).**

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2020.

Senador ROGÉRIO CARVALHO

Líder do PT





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 64, DE 2020

Destaque para votação em separado do Veto nº 17/2020 (item 17.20.002).

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº 64, de 2020-CN

DESTAQUE DE BANCADA (PT)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a V.Exa., nos termo do Art. 106-D,II, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para votação em separado do **dispositivo 20.17.002 - § 6º do art. 8º (despesas com carreira, reajustes, concessão de vantagens ou criação de cargos e funções) proveniente do Veto Parcial nº. 17 de 2020**, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 39, de 2020, que "Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências",

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2020.

Senador ROGÉRIO CARVALHO

Líder do PT





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 65, DE 2020

Destaque para votação em separado do Veto nº 20/2020 (itens 20.20.011 a 20.20.014).

AUTORIA: Líder do PT Enio Verri (PT/PR)



[Página da matéria](#)



VET 20/2020



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº 65, DE 2020 -CN
REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO
(BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 106-D, I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque** do Veto n. 20/2020 (itens 011-014).

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2020.

Dep. ENIO VERRI – PT/PR

Líder da Bancada





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 66, DE 2020

Destaque para votação em separado Veto nº 24/2020 (item 24.20.015).

AUTORIA: Líder do PSB Alessandro Molon (PSB/RJ)



[Página da matéria](#)



161 24/2020



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº 66, DE 2020 -CN**REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº**
(BANCADA DO PSB)

Requer destaque para votação em separado.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional destaque para votação em separado do Veto nº 24/2020 (item 15) – relativo ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 675, de 2020 – "Suspende retroativamente e impede novas inscrições nos cadastros de empresas de análises e informações para decisões de crédito enquanto vigente a calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19".

Sala das Sessões, em 18/08/2020.

Dep. Alessandro Molon
Líder do PSB

Proponente: Líder ou vice-líder





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 67, DE 2020

Destaque para votação em separado do Veto nº 26/2020.

AUTORIA: Líder do PT Enio Verri (PT/PR)



[Página da matéria](#)



VET 26/2020



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº 67, DE 2020 - CN**REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO
(BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 106-D, I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque** do Veto n. 26/2020.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2020.

Dep. ENIO VERRI – PT/PR**Líder da Bancada**



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 68, DE 2020

Destaque para votação em separado do Veto nº 27/2020 (item 27.20.18).

AUTORIA: Líder do PSB Alessandro Molon (PSB/RJ)



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº 68, DE 2020 - CN**REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº**
(BANCADA DO PSB)

Requer destaque para votação em separado..

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional destaque para votação em separado do Veto nº 27/2020 (item 18) – relativo ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 1142, de 2020, que "Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública".

Sala das Sessões, em 18/08/2020.

Dep. Alessandro Molon**Líder do PSB**

Proponente: Líder ou vice-líder





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 69, DE 2020

Destaque para votação em separado do Veto nº 17/2020 (item 17.20.002).

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)




SF/20836.07762-35 (LexEdit*)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque de bancada, pela REDE Sustentabilidade, para votação em separado do Veto Parcial no. 17/2020 - item 17.20.002 - a ser deliberado na sessão do Congresso Nacional de 19 de agosto de 2020. O veto destacado, relativamente ao § 6o do art. 8o, traz a seguinte redação: “O disposto nos incisos I e IX do "caput" deste artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares mencionados nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, inclusive servidores das carreiras periciais, aos agentes socioeducativos, aos profissionais de limpeza urbana, de serviços funerários e de assistência social, aos trabalhadores da educação pública e aos profissionais de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que diretamente envolvidos no combate à pandemia da Covid-19, e fica proibido o uso dos recursos da União transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos desta Lei Complementar, para concessão de aumento de remuneração de pessoal a qualquer título”.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2020.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)



CONGRESSO NACIONAL

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

(Do Sr. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA)

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, DECLARO QUE na Sessão Conjunta Deliberativa (REMOTA) do dia 19/08/2020, meu voto é **SIM**, pela manutenção dos seguintes vetos na 2ª votação em globo nominal:

- Veto Total 11/2020
- Veto Parcial 12/2020
- Veto Parcial 15/2020
- Veto Parcial 19/2020
- Veto Parcial 21/2020
- Veto Parcial 22/2020
- Veto Parcial 23/2020
- Veto Parcial 25/2020 (apenas itens 06 a 08 – 16 a 20 – 24)
- Veto Parcial 27/2020 (apenas itens 07 a 11 – 16)
- Veto Parcial 28/2020

Sala das sessões, em 19 de agosto de 2020.



Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA




CD/20069.78167-00

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 45 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e tendo em vista a impossibilidade tecnológica de se manifestar especificamente a respeito de cada item vetado (artigo, parágrafo, inciso, alínea), conforme preceitua a Constituição Federal em seu artigo 66, a bancada do partido Novo na Câmara dos Deputados requer que seja declarado o posicionamento nos seguintes itens apreciados na sessão do Congresso Nacional de 19 de agosto de 2020:

Veto 11 – Voto SIM ao item 11.20

Veto 12 – Voto SIM ao item 12.20.01

Veto 13 – Voto SIM aos itens 13.20.001 a 13.20.007 e de 13.20.009 a 13.20.011 e NÃO ao item 13.20.008

Veto 14 – Voto NÃO aos itens 14.20.001 e 14.20.002 e SIM aos itens 14.20.004 a 14.20.010

Veto 15 – Voto SIM 15.20.001 e 15.20.003.012 e NÃO ao item 15.20.002

Veto 16 – Voto SIM ao item 16.20.001 a 16.20.003 NÃO aos itens 16.20.004 a 16.20.005

Veto 17 – Voto SIM aos itens 17.20.001 a 17.20.005

Veto 18 Voto NÃO ao item 18.20.001

Veto 19 – Voto SIM ao item 19.20.001 a 19.20.004

Veto 20 – Voto SIM ao item 20.20.001 a 20.20.002, 20.20.006 a 20.20.007 e 20.20.009 a 20.20.014 e NÃO ao item 20.20.003 a 20.20.005, 20.20.008, 20.20.015 a 20.20.016

Veto 21 – Voto NÃO aos itens 21.20.001 a 21.20.002 e 21.20.004 e SIM aos itens 21.20.003 e 21.20.005

Veto 22 – Voto SIM ao item 22.20.001

Veto 23 – Voto NÃO aos itens 23.20.001 a 23.20.004

Veto 24 – Voto SIM ao item 24.20.001

Veto 25 – Voto SIM aos itens 25.20.001 a 25.20.023

Veto 26 – Voto SIM aos itens 26.20.001 a 26.20.004 e 26.20.010 a 26.20.027 e voto NÃO aos itens 26.20.005 a 26.20.009

Veto 27 – Voto SIM aos itens 27.20.001 a 27.20.022

Veto 28 – Voto SIM ao item 28.20.001



De: [SDR] Liderança do PL <sdr.lid.PL@camara.leg.br>

Enviado: quinta-feira, 20 de agosto de 2020 20:21

Para: SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Assunto: Justificativa de votos - 19/08/2020

Encaminhamos relação de Parlamentares do Partido Liberal - PL que teriam votado de acordo com a orientação do partido, contudo não conseguiram registrar seus votos em VOTAÇÕES NOMINAIS ocorridas no **dia 19 de agosto de 2020**, para o devido registro junto a Secretaria Geral da Mesa.

- João Maia
- Gildenemyr
- José Rocha
- Marcão Gomes
- Sérgio Toledo

Atenciosamente,

Deputado Wellington Roberto

Líder do Partido Liberal



LIDERANÇA DO PL - PARTIDO LIBERAL

Anexo II, Sala 122 – Câmara dos Deputados

Contato: lid.pl@camara.leg.br

(61) 3215-9550 – 3215-9551 – 3215-9553





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Maurício Dziedricki - PTB/RS

Ofício n.º 251/2020

Brasília, 19 de agosto de 2020.

Exmo. Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional,

Gostaria de informar que não consegui registrar meu voto na Sessão do Congresso Nacional, na data de hoje, na votação nominal que trata da Votação em Globo pela manutenção dos vetos, pelo motivo da inoperância do Sistema (Infoleg).

Diante ao exposto, gostaria de deixar Registrado o meu voto: SIM, pela manutenção dos vetos, em consonância com acordo de líderes.

Atenciosamente;



Maurício Dziedricki
Deputado Federal – PTB/RS
Vice-Líder do Governo

CD/20417.39872-00





Câmara dos Deputados
Gabinete Deputado Federal SANTINI

OF. Nº 386/2020 – GDS

Brasília, 19 de agosto de 2020.

Ao Excelentíssimo Senhor,
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF



Senhor Presidente,

Registro meu voto **SIM**, na votação nominal, que dispõe sobre a Votação em Globo pela Manutenção dos Vetos.

Atenciosamente,


Santini
Deputado Federal
PTB/RS



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 82/2020

Brasília, 20 de agosto de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

Senador Davi Alcolumbre

Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Justificativa de ausência em votação nominal da bancada do PSL**

Senhor Presidente,

O Partido Social Liberal – PSL – comunica a Vossa Excelência que os Deputados abaixo relacionados **justificaram sua ausência** nas votações nominais da Sessão do Congresso Nacional, realizada em 19 de agosto de 2020, às 18h, conforme especificado:

Dep. Delegado Marcelo Freitas

- Votação do Veto 24.

Dep. Eduardo Bolsonaro

- Votação em globo para manutenção dos Vetos Presidenciais nºs 11, 12, 15, 19, 21 a 24, 25 (itens 6 a 8; 16 a 18; e 23); 27 (itens 7 a 10; e 16) e 28 de 2020;

Dep. Professor Joziel

- Votação em globo para manutenção dos Vetos Presidenciais nºs 11, 12, 15, 19, 21 a 24, 25 (itens 6 a 8; 16 a 18; e 23); 27 (itens 7 a 10; e 16) e 28 de 2020;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

-Votação em globo para rejeição dos Vetos Presidenciais de nºs 16, 18, 25 (itens 1 a 5, 9 a 15, 19 a 22) e 27/2020 (itens 1 a 6, 12 a 15 e 17 a 22);

-Votação nominal para manutenção do Veto de nº 24/2020.

Dep. Leo Mota

- Votação em globo para manutenção dos Vetos Presidenciais nºs 11, 12, 15, 19, 21 a 24, 25 (itens 6 a 8; 16 a 18; e 23); 27 (itens 7 a 10; e 16) e 28 de 2020;

-Votação em globo para rejeição dos Vetos Presidenciais de nºs 16, 18, 25 (itens 1 a 5, 9 a 15, 19 a 22) e 27/2020 (itens 1 a 6, 12 a 15 e 17 a 22);

-Votação nominal para manutenção do Veto de nº 24/2020.

Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança

-Votação em globo para rejeição dos Vetos Presidenciais de nºs 16, 18, 25 (itens 1 a 5, 9 a 15, 19 a 22) e 27/2020 (itens 1 a 6, 12 a 15 e 17 a 22)

Dep. Carlos Jordy

- Votação em globo para manutenção dos Vetos Presidenciais nºs 11, 12, 15, 19, 21 a 24, 25 (itens 6 a 8; 16 a 18; e 23); 27 (itens 7 a 10; e 16) e 28 de 2020;

-Votação em globo para rejeição dos Vetos Presidenciais de nºs 16, 18, 25 (itens 1 a 5, 9 a 15, 19 a 22) e 27/2020 (itens 1 a 6, 12 a 15 e 17 a 22);

-Votação nominal para manutenção do Veto de nº 24/2020.

Dep. Guiga Peixoto

-Votação em globo para rejeição dos Vetos Presidenciais de nºs 16, 18, 25 (itens 1 a 5, 9 a 15, 19 a 22) e 27/2020 (itens 1 a 6, 12 a 15 e 17 a 22);



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Outrossim, solicito que o conteúdo deste se faça constar da ata da referida sessão no Diário do Congresso Nacional.

Atenciosamente,

Dep. Felipe Francischini

Líder do PSL





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA FEDERAL JOICE HASSELMANN

Ofício nº 203/2020/GAB/JOICE

Brasília, 19 de agosto de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Votação

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme procedimento estabelecido para votação de vetos nas sessões remotas, durante a COVID-19, os vetos que não forem destacados são votados em globo, divididos em dois blocos, um pela derrubada e outro pela manutenção. Infelizmente, devido a problemas de conexão, não consegui registrar meu voto no bloco de votação pela derrubada dos vetos – VOTO NÃO, aos seguintes itens:

- **Veto Parcial 16/2020:** Transferência ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá de terras da União na Faixa de Fronteira.
- **Veto Parcial 18/2020:** Prazo para a Anvisa autorizar excepcional e temporariamente a importação de produtos sem registro.
- **Veto Parcial 25/2020 (itens 01 a 05 – 09 a 15 – 019 a 022):** Locais de uso obrigatório de máscara, penalidades pelo descumprimento da obrigação e imposição de fornecimento gratuito de máscaras durante a pandemia de Covid-19.






CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA FEDERAL JOICE HASSELMANN

- Veto Parcial 27/20 (itens 01 a 06 – 12 a 15 – 17 a 22): Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas e medidas de apoio a diversas comunidades.

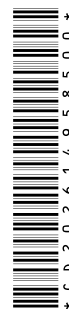
Por tais motivos, **solicito o registro de voto escrito – NÃO**, pela derrubada dos itens acima constante do acordo de líderes.

Certa de contar com sua especial atenção para o atendimento do ora solicitado, fazendo com que prevaleça a prerrogativa de voto com o devido registro, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Deputada Federal **JOICE HASSELMANN**
Deputada Federal PSL/SP

Documento eletrônico assinado por Joice Hasselmann (PSL/SP), através do ponto SDR_56364, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA FEDERAL JOICE HASSELMANN

Ofício nº 204/2020/GAB/JOICE

Brasília, 19 de agosto de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Votação

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme procedimento estabelecido para votação de vetos nas sessões remotas, durante a COVID-19, os vetos que não forem destacados são votados em globo, divididos em dois blocos, um pela derrubada e outro pela manutenção. Infelizmente, devido a problemas de conexão, não consegui registrar meu voto no bloco de votação pela manutenção dos vetos – VOTO SIM, aos seguintes itens:

- **Veto Total 11/2020.** Inclusão de trecho rodoviário em Roraima no Anexo do Plano Nacional de Viação.
- **Veto Parcial 12/2020.** Permissão de cessão de servidores da PCDF aos Estados para exercer cargo de Secretário de Estado ou Secretário Adjunto.
- **Veto Parcial 15/2020.** Redução da alíquota do imposto de renda incidente sobre valores remetidos ao exterior – Embratur.
- **Veto Parcial 19/2020.** Destina recursos oriundos da extinção do Fundo de Reserva Monetária aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da pandemia da Covid-19.
- **Veto Parcial 21/2020.** Altera procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União.

Câmara dos Deputados – Praça dos Três Poderes - Anexo IV Gab. 825 Cep 70160-900 Tel 61.3215-2825

Documento eletrônico assinado por Joice Hasselmann (PSL/SP), através do ponto SDR_56364, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.






CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA FEDERAL JOICE HASSELMANN

- **Veto Parcial 22/2020.** Ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade pública provocado pela pandemia do Covid-19.
- **Veto Parcial 23/2020.** Auxílio financeiro às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) em razão da pandemia do Covid-19.
- **Veto Parcial 27/2020 (apenas itens 007 a 011 e 016).** Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas e medidas de apoio a diversas comunidades.
- **Veto Parcial 28/2020 – CD.** Concessão do Fies em complementaridade.

Por tais motivos, **solicito o registro de voto escrito – SIM**, pela manutenção dos itens acima constante do acordo de líderes. Com relação ao Veto Parcial 25/2020 (Itens 06 a 08 – 16 a 18 – 23), **favor registrar o voto escrito – NÃO**, pela derrubada.

Certa de contar com sua especial atenção para o atendimento do ora solicitado, fazendo com que prevaleça a prerrogativa de voto com o devido registro, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Deputada Federal **JOICE HASSELMANN**
Deputada Federal PSL/SP

Documento eletrônico assinado por Joice Hasselmann (PSL/SP), através do ponto SDR_56364, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Ofício nº 222/2020

Brasília, 19 de agosto de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

SENADOR DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Posicionamento da bancada do Partido Socialismo e Liberdade sobre os vetos constantes da pauta do dia 19 de agosto de 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Pelo procedimento estabelecido para votação de vetos nas sessões remotas, durante o período de emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, os vetos que não foram destacados são votados em globo, divididos em dois blocos, um pela derrubada e outro pela manutenção. Diferente do que ocorre na votação por cédulas, este formato improvisado de deliberação impossibilita que as bancadas partidárias se posicionem individualmente sobre cada um dos vetos.

Por este motivo, a bancada do Partido Socialismo e Liberdade vem, por meio deste, deixar registrados os votos em cada item da pauta da sessão de hoje, solicitando que fiquem registrados nos anais do Congresso:

Item 2 (Veto nº 11 de 2020): NÃO ao veto

Item 3 (Veto nº 12 de 2020): SIM ao veto

Item 4 (Veto nº 13 de 2020): NÃO ao veto

Item 5 (Veto nº 14 de 2020): NÃO ao veto

Item 6 (Veto nº 15 de 2020): NÃO ao veto

Item 7 (Veto nº 16 de 2020):

16.20.001 e 16.20.002: SIM ao veto

16.20.003: NÃO ao veto

16.20.004: SIM ao veto

16.20.005: SIM ao veto

Item 8 (Veto nº 17 de 2020): NÃO ao veto

Item 9 (Veto nº 18 de 2020): NÃO ao veto

Chancela eletrônica do(a) Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS),
através do ponto P_119782, nos termos de delegação regulamentada no Ato ,
da Mesa n. 25 de 2015.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Item 10 (Veto nº 19 de 2020): NÃO ao veto

Item 11 (Veto nº 20 de 2020):

20.20.001 a 20.20.006: NÃO ao veto

20.20.007: SIM ao veto

20.20.008 a 20.20.016: NÃO ao veto

Item 12 (Veto nº 21 de 2020):

21.20.001 a 21.20.003: SIM ao veto

21.20.004: NÃO ao veto

21.20.005: SIM ao veto

Item 13 (Veto nº 22 de 2020): SIM ao veto

Item 14 (Veto nº 23 de 2020):

23.20.001: SIM ao veto

23.20.002 a 23.20.004: NÃO ao veto

Item 15 (Veto nº 24 de 2020): NÃO ao veto

Item 16 (Veto nº 25 de 2020): NÃO ao veto

Item 17 (Veto nº 26 de 2020):

26.20.001 a 26.20.012: NÃO ao veto

26.20.013 a 26.20.028: SIM ao veto

26.20.029: NÃO ao veto

Item 18 (Veto nº 27 de 2020): NÃO ao veto

Item 19 (Veto nº 28 de 2020): NÃO ao veto

Respeitosamente,

Fernanda Melchionna
Líder do PSOL**Áurea Carolina**
PSOL-MG**David Miranda**
PSOL-RJ**Edmilson Rodrigues**
PSOL-PA**Glauber Braga**
PSOL-RJ**Ivan Valente**
PSOL-SP
Luiza Erundina
PSOL-SP**Marcelo Freixo**
PSOL-RJ**Sâmia Bonfim**
PSOL-SP**Talíria Petrone**Chancela eletrônica do(a) Dep Fernanda Melchionna (PSOL/RS),
através do ponto P_119782, nos termos de delegação regulamentada no Ato ,
da Mesa n. 25 de 2015.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

PSOL-RJ

Chancela eletrônica do(a) Dep Fernanda Melchionna (PSOL/RJ),
através do ponto P_119782, nos termos de delegação regulamentada no Ato ,
da Mesa n. 25 de 2015.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Ofício (CN) **(Do Sr. Fernanda Melchionna)**

Ofício nº 222/2020 -
Posicionamento da bancada do Partido
Socialismo e Liberdade sobre os vetos
constantes da pauta do dia 19 de agosto
de 2020.

Assinaram eletronicamente o documento CD209714786800, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) *-(P_119782)
- 2 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
- 3 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)
- 4 Dep. Marcelo Freixo (PSOL/RJ)
- 5 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)
- 6 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ)
- 7 Dep. David Miranda (PSOL/RJ)
- 8 Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL/PA)
- 9 Dep. Áurea Carolina (PSOL/MG)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

Chancela eletrônica do(a) Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS),
através do ponto P_119782, nos termos de delegação regulamentada no Ato ,
da Mesa n. 25 de 2015.



Votação Nominal e Simbólica

PLEN - Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 19/08/2020 - Plenário da Câmara dos Deputados

Votação em globo para rejeição dos vetos

Votação iniciada em:19/08/2020 11:14:04 - Votação encerrada em:19/08/2020 11:46:06

Quórum votação					
469	Sim 14	Não 454	Abstenção 1	Obstrução 0	Total de votantes 469

PT	Não	DEM	Não	AVANTE	Não
PSL	Não	SOLIDARIEDADE	Não	PATRIOTA	
PL	Não	PROS	Não	PV	
PP		PTB	Não	REDE	Não
MDB	Não	PODE	Não	Maioria	
PSD	Não	PSOL	Não	Minoria	Não
REPUBLICANOS	Não	PSC	Não	Oposição	Não
PSDB	Não	CIDADANIA	Não	Governo	
PSB	Não	PCdoB	Não		
PDT	Não	NOVO	Não		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN	Ordenado por: Nome	513 vagas
PLEN 513 vagas		
Titular		
Abílio Santana (PL-BA) -votou	Não	Abou Anni (PSL-SP)
Acácio Favacho (PROS-AP) -votou	Não	Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Não	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Não	Afonso Florence (PT-BA) -votou
Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Não	Afonso Motta (PDT-RS) -votou
Agripino Magalhães (PROS-CE) -votou	Não	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) -votou
Airton Faleiro (PT-PA) -votou	Não	AJ Albuquerque (PP-CE) -votou



Alan Rick (DEM-AC) -votou	Não	Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Não
Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Não	Alê Silva (PSL-MG) -votou	Não
Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Não	Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Não
Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Não	Alex Santana (PDT-BA) -votou	Não
Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Não	Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Não
Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Não	AlexandreSerfotis (PSD-RJ) -votou	Não
Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Não	Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Não
Aliel Machado (PSB-PR) -votou	Não	Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Não
Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Não	Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Não
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Não	André Abdon (PP-AP) -votou	Não
André de Paula (PSD-PE) -votou	Não	André Ferreira (PSC-PE) -votou	Não
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Não	André Fufuca (PP-MA)	
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Não	Angela Amin (PP-SC) -votou	Não
Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Não	Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Não
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Não	Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não
Arthur Lira (PP-AL)		Arthur O. Maia (DEM-BA) -votou	Não
Átila Lins (PP-AM) -votou	Não	Átila Lira (PP-PI) -votou	Não
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Não	Áurea Carolina (PSOL-MG) -votou	Não
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ)		Bacelar (PODE-BA)	
Baleia Rossi (MDB-SP) -votou	Não	Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Não
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Não	Beto Faro (PT-PA) -votou	Não
Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Não	Beto Rosado (PP-RN) -votou	Não
Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Não	Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Sim
Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Não	Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Não
Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Não	Boca Aberta (PROS-PR) -votou	Não
Bohn Gass (PT-RS) -votou	Não	Bosco Costa (PL-SE) -votou	Não
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM) -votou	Não	Bozzella (PSL-SP) -votou	Não
Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Não	Cacá Leão (PP-BA) -votou	Não
Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Não	Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não
Cap. Fábio Abreu (PL-PI) -votou	Não	Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Não
Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Não	Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Sim
Carlos Bezerra (MDB-MT)		Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Não
Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Não	Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Não
Carlos Jordy (PSL-RJ)		Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Não



Carlos Veras (PT-PE) -votou	Não	Carlos Zarattini (PT-SP) -votou	Não
Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Não	Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Sim
Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Não	Célio Moura (PT-TO) -votou	Não
Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Não	Célio Studart (PV-CE) -votou	Não
Celso Maldaner (MDB-SC) -votou	Não	Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Celso Sabino (PSDB-PA) -votou	Não	Cezinha Madureira (PSD-SP) -votou	Não
Charles Fernandes (PSD-BA) -votou	Não	Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Não
Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Não	Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Não
Chris Tonietto (PSL-RJ) -votou	Sim	Christiane Yared (PL-PR) -votou	Não
Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Não	Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Não
Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Não	Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não
Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Não	Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Não
CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Não	Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Não
Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Não	Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Não
Damião Feliciano (PDT-PB) -votou	Não	Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Não
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE) -votou	Não	Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Sim
Daniel Silveira (PSL-RJ) -votou	Sim	Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Não
Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Não	Daniilo Cabral (PSB-PE) -votou	Não
Daniilo Forte (PSDB-CE) -votou	Não	Danrlei (PSD-RS) -votou	Não
Darci de Matos (PSD-SC) -votou	Não	David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Não
David Soares (DEM-SP) -votou	Não	DeIAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Não
Deleg. Éder Mauro (PSD-PA)		Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Não
Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Não	Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Não
Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Não	Deuzinho Filho (REPUBLICANOS-CE) -votou	Não
Diego Andrade (PSD-MG) -votou	Não	Diego Garcia (PODE-PR)	
Dimas Fabiano (PP-MG) -votou	Não	Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Não
Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Não	Dr. Frederico (PATRIOTA-MG)	
Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Não	Dr. João (PROS-BA) -votou	Não
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Não	Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Abstenção
Dr. Sinval (PODE-SP) -votou	Não	Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Não
Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Não	Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Não
Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Não	Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Não
Edio Lopes (PL-RR)		EdmilsonRodrigues (PSOL-PA) -votou	Não
Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Não	Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Não



Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Não	Eduardo Braide (PODE-MA) -votou	Não
Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Não	Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Não
Eduardo da Fonte (PP-PE)		EduardoBolsonaro (PSL-SP) -votou	Não
Efraim Filho (DEM-PB) -votou	Não	Elcione Barbalho (MDB-PA)	
Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Não
Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Não	Elmar Nascimento (DEM-BA) -votou	Não
Emanuel Pinheiro N (PTB-MT) -votou	Não	Emidinho Madeira (PSB-MG) -votou	Não
Enéias Reis (PSL-MG)		Enio Verri (PT-PR)	
Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Não	Erika Kokay (PT-DF) -votou	Não
Eros Biondini (PROS-MG) -votou	Não	EuclidesPettersen (PSC-MG)	
Evair de Melo (PP-ES) -votou	Não	Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Não
Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Não	Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Não
Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Não	Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Não
Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Não	Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Não
Fausto Pinato (PP-SP) -votou	Não	Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Não
Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Não	Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Não
FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Não	Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Não
FernandaMelchionna (PSOL-RS) -votou	Não	Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Não
FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Não	FernandoRodolfo (PL-PE) -votou	Não
Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Não	Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Não
Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Não	Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Não
Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Não	Flordelis (PSD-RJ) -votou	Não
Francisco Jr. (PSD-GO)		Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Não
Fred Costa (PATRIOTA-MG) -votou	Não	Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Não
Gastão Vieira (PROS-MA) -votou	Não	Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Sim
Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Não	General Girão (PSL-RN) -votou	Sim
General Peternelli (PSL-SP) -votou	Não	Geninho Zuliani (DEM-SP) -votou	Não
Geovania de Sá (PSDB-SC) -votou	Não	Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Não
Giacobo (PL-PR)		Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Não
Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não	GilbertoNascimento (PSC-SP) -votou	Não
Gildenemyr (PL-MA) -votou	Não	Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Não
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Não	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Não
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Não	Glaustin Fokus (PSC-GO) -votou	Não
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Não	Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Não



Greyce Elias (AVANTE-MG)		Guíga Peixoto (PSL-SP) -votou	Não
Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Não	Guilherme Mussi (PP-SP)	
Gurgel (PSL-RJ) -votou	Não	Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Não
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Não	Gutemberg Reis (MDB-RJ) -votou	Não
Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Não	Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Não
Heitor Schuch (PSB-RS) -votou	Não	Helder Salomão (PT-ES) -votou	Não
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Não	Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Não
Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Sim	Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Não
Hercilio Diniz (MDB-MG) -votou	Não	Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Não
HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Não	Hildo Rocha (MDB-MA) -votou	Não
Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Não	Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Não
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)		Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Não
Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Não	Igor Timo (PODE-MG) -votou	Não
Iracema Portella (PP-PI) -votou	Não	Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL)	
Israel Batista (PV-DF) -votou	Não	Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Não
Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Não	Jaqueline Cassol (PP-RO) -votou	Não
Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Não	Jerônimo Goergen (PP-RS) -votou	Não
Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Não	Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Não
Jhc (PSB-AL) -votou	Não	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Não
João C. Bacelar (PL-BA) -votou	Não	João Campos (REPUBLICANOS-GO) -votou	Não
João Daniel (PT-SE) -votou	Não	João H. Campos (PSB-PE) -votou	Não
João Maia (PL-RN) -votou	Não	João Marcelo S. (MDB-MA)	
João Roma (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Não
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Não	Joice Hasselmann (PSL-SP)	
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Jorge Solla (PT-BA) -votou	Não
José Airtton (PT-CE) -votou	Não	José Guimarães (PT-CE) -votou	Não
Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Não	José Medeiros (PODE-MT) -votou	Não
José Nelto (PODE-GO) -votou	Não	José Nunes (PSD-BA) -votou	Não
José Priante (MDB-PA)		José Ricardo (PT-AM) -votou	Não
José Rocha (PL-BA)		Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Não
JosimarMaranhãozi (PL-MA) -votou	Não	Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Não
Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Não	Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Não
Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Não	Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Não
Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Não	Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Sim



Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Não	Júnior Mano (PL-CE)	
Juscelino Filho (DEM-MA) -votou	Não	Kim Kataguiri (DEM-SP) -votou	Não
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Não	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
Lauriete (PSC-ES) -votou	Não	Leandre (PV-PR) -votou	Não
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Não	Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Não
Léo Motta (PSL-MG)		Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Não
Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Não	Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) -votou	Não
Lídice da Mata (PSB-BA) -votou	Não	Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Não
Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Não	Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Não
Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Não	Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Não
Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Não	Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Não
Luciano Bivar (PSL-PE) -votou	Não	Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Não
Lucio Mosquini (MDB-RO)		Luís Miranda (DEM-DF) -votou	Não
Luis Tibé (AVANTE-MG) -votou	Não	Luisa Canziani (PTB-PR) -votou	Não
Luiz Carlos (PSDB-AP) -votou	Não	Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Não
Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Não	Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Não
Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Não	Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Não
LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Não	Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não
Luizianne Lins (PT-CE) -votou	Não	Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Não
Major Fabiana (PSL-RJ) -votou	Sim	Manuel Marcos (REPUBLICANOS-AC) -votou	Não
Mara Rocha (PSDB-AC)		Marcão Gomes (PL-RJ) -votou	Não
Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Não	Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Não
Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Não	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ) -votou	Não
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Não	Marcelo Moraes (PTB-RS) -votou	Não
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Não	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Não
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Não	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Não
Márcio Jerry (PCdoB-MA) -votou	Não	Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Sim
Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não	Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Não
Marcon (PT-RS) -votou	Não	Marcos A. Sampaio (MDB-PI) -votou	Não
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Margarete Coelho (PP-PI) -votou	Não
MargaridaSalomão (PT-MG) -votou	Não	Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Não
Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Não
Marília Arraes (PT-PE) -votou	Não	Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Não
Mário Heringer (PDT-MG) -votou	Não	MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Não



Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Não	Marreca Filho (PATRIOTA-MA) -votou	Não
Marx Beltrão (PSD-AL) -votou	Não	Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Não
Mauro Benevides Fº (PDT-CE) -votou	Não	Mauro Lopes (MDB-MG) -votou	Não
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Não	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Não
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Não	Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Misael Varella (PSD-MG) -votou	Não	Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Não
Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Não	Nelson Barbudo (PSL-MT) -votou	Não
Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Não	Neri Geller (PP-MT) -votou	Não
Newton Cardoso Jr (MDB-MG) -votou	Não	Ney Leprevost (PSD-PR)	
Nicoletti (PSL-RR) -votou	Não	Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Não
Nilto Tatto (PT-SP) -votou	Não	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Não
Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Não	Odaír Cunha (PT-MG) -votou	Não
Olival Marques (DEM-PA) -votou	Não	Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Não
Osires Damaso (PSC-TO) -votou	Não	Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Não
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não	Otoni de Paula (PSC-RJ) -votou	Não
Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE-RR) -votou	Não	Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Não
Padre João (PT-MG) -votou	Não	Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Não
Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Não	Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Não
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Não	Paulão (PT-AL) -votou	Não
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) -votou	Não	Paulo Azi (DEM-BA) -votou	Não
Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Não	Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Não
Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Não	Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Não
Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Não	Paulo Marinho Jr (PL-MA) -votou	Não
Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Não	Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) -votou	Não
Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Não	Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Não
Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Não	Pedro A Bezerra (PTB-CE) -votou	Não
Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Não	Pedro Lucas Fernan (PTB-MA) -votou	Não
Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Não	Pedro Paulo (DEM-RJ) -votou	Não
Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Não	Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Não
Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Não	Pinheirinho (PP-MG)	
Policial Sastre (PL-SP) -votou	Não	Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Não
Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Prof Marcivanía (PCdoB-AP) -votou	Não
Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Não	Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Não
Professor Alcides (PP-GO) -votou	Não	Professor Joziel (PSL-RJ)	



Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Não	Rafael Motta (PSB-RN)	
Raimundo Costa (PL-BA) -votou	Não	Raul Henry (MDB-PE) -votou	Não
Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Não	Rejane Dias (PT-PI) -votou	Não
Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Não	Ricardo Barros (PP-PR)	
Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Não	Ricardo Izar (PP-SP)	
Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Não	Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Não
Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Não	Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Não	Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Não
Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Não	Rodrigo de Castro (PSDB-MG) -votou	Não
Rodrigo Maia (DEM-RJ)		Rogério Correia (PT-MG) -votou	Não
Rogério Peninha (MDB-SC) -votou	Não	Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Não
Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Não	Ronaldo Martins (REPUBLICANOS-CE) -votou	Não
Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Não	Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não
Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Não	Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Não
Rubens Otoni (PT-GO) -votou	Não	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Não
Ruy Carneiro (PSDB-PB) -votou	Não	Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Não
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Não	Sanderson (PSL-RS) -votou	Sim
Santini (PTB-RS) -votou	Não	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Não
Schiavinato (PP-PR) -votou	Não	Sebastião Oliveira (PL-PE) -votou	Não
Sérgio Brito (PSD-BA) -votou	Não	Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Não
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Não	Sergio Vidigal (PDT-ES) -votou	Não
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL)		Shéridan (PSDB-RR) -votou	Não
Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Não	Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não
Sílvia Cristina (PDT-RO) -votou	Não	Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não
Soraya Santos (PL-RJ)		Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) -votou	Não
Stefano Aguiar (PSD-MG) -votou	Não	Subtenente Gonzaga (PDT-MG) -votou	Não
Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Não	Tadeu Filippelli (MDB-DF) -votou	Não
Tadeu Alencar (PSB-PE) -votou	Não	Talíria Petrone (PSOL-RJ)	
Ted Conti (PSB-ES) -votou	Não	Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Não
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Não
Tiririca (PL-SP)		Toninho Wandscheer (PROS-PR) -votou	Não
Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Não	Uldurico Junior (PROS-BA) -votou	Não
Valdevan Noventa (PL-SE)		Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Não
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Não	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Não



Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Não	Vermelho (PSD-PR) -votou	Não
Vicentinho (PT-SP) -votou	Não	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Não
Wilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Não	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Não	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Não
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Não	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Sim
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Não	Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Não
Walter Alves (MDB-RN) -votou	Não	Weliton Prado (PROS-MG) -votou	Não
Wellington (PL-PB)		Wilson Santiago (PTB-PB) -votou	Não
WladimirGarotinho (PSD-RJ)		Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Não
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Não	Zé Neto (PT-BA) -votou	Não
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Não	Zé Vitor (PL-MG) -votou	Não
Zeca Dirceu (PT-PR) -votou	Não		





Votação Nominal e Simbólica

PLEN - Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 19/08/2020 - Plenário da Câmara dos Deputados

Votação em Globo pela Manutenção dos Vetos

Votação iniciada em:19/08/2020 11:52:11 - Votação encerrada em:19/08/2020 11:59:24

Quórum votação					
367	Sim 356	Não 10	Abstenção 1	Obstrução 0	Total de votantes 367

PT	Sim	DEM	Sim	AVANTE	Sim
PSL	Sim	SOLIDARIEDADE	Sim	PATRIOTA	Sim
PL	Sim	PROS	Sim	PV	Sim
PP	Sim	PTB	Sim	REDE	Sim
MDB	Sim	PODE	Sim	Maioria	Sim
PSD	Sim	PSOL	Liberado	Minoria	Sim
REPUBLICANOS	Sim	PSC	Sim	Oposição	Sim
PSDB	Sim	CIDADANIA	Sim	Governo	Sim
PSB	Sim	PCdoB	Sim		
PDT	Sim	NOVO	Sim		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN	Ordenado por: Nome	513 vagas
PLEN	513 vagas	
Titular		
Abílio Santana (PL-BA)	Abou Anni (PSL-SP) -votou	Sim
Acácio Favacho (PROS-AP) -votou	Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Sim
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Sim
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Afonso Florence (PT-BA) -votou	Sim
Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Sim
Agripino Magalhães (PROS-CE) -votou	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) -votou	Sim
Airton Faleiro (PT-PA) -votou	AJ Albuquerque (PP-CE)	



Alan Rick (DEM-AC)		Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Sim
Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Sim	Alê Silva (PSL-MG) -votou	Sim
Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Sim	Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Sim
Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Sim	Alex Santana (PDT-BA) -votou	Sim
Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Sim	Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Sim
Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Sim	AlexandreSerfotis (PSD-RJ) -votou	Sim
Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Sim	Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Sim
Aliel Machado (PSB-PR)		Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP)	
Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Sim	Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Sim
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Sim	André Abdon (PP-AP) -votou	Sim
André de Paula (PSD-PE) -votou	Sim	André Ferreira (PSC-PE) -votou	Sim
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Sim	André Fufuca (PP-MA)	
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Sim	Angela Amin (PP-SC)	
Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Sim	Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Sim
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Sim	Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Sim
Arthur Lira (PP-AL)		Arthur O. Maia (DEM-BA) -votou	Sim
Átila Lins (PP-AM) -votou	Não	Átila Lira (PP-PI) -votou	Sim
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Sim	Áurea Carolina (PSOL-MG)	
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ)		Bacelar (PODE-BA)	
Baleia Rossi (MDB-SP)		Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Sim
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN)		Beto Faro (PT-PA) -votou	Sim
Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Sim	Beto Rosado (PP-RN) -votou	Sim
Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Sim	Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Sim
Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Sim	Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Sim
Bira do Pindaré (PSB-MA)		Boca Aberta (PROS-PR) -votou	Sim
Bohn Gass (PT-RS)		Bosco Costa (PL-SE) -votou	Sim
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM) -votou	Sim	Bozzella (PSL-SP) -votou	Não
Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Não	Cacá Leão (PP-BA) -votou	Sim
Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Sim	Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM)	
Cap. Fábio Abreu (PL-PI) -votou	Sim	Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Sim
Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Sim	Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Sim
Carlos Bezerra (MDB-MT)		Carlos Chiodini (MDB-SC)	
Carlos Gaguim (DEM-TO)		Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS)	
Carlos Jordy (PSL-RJ)		Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Sim



Carlos Veras (PT-PE)		Carlos Zarattini (PT-SP) -votou	Sim
Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC)		Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Sim
Cássio Andrade (PSB-PA)		Célio Moura (PT-TO) -votou	Sim
Célio Silveira (PSDB-GO)		Célio Studart (PV-CE) -votou	Sim
Celso Maldaner (MDB-SC) -votou	Sim	Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Celso Sabino (PSDB-PA)		Cezinha Madureira (PSD-SP) -votou	Sim
Charles Fernandes (PSD-BA)		Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Sim
Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Sim	Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Sim
Chris Tonietto (PSL-RJ) -votou	Sim	Christiane Yared (PL-PR) -votou	Sim
Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Sim	Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Sim
Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Sim	Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA)	
Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Sim	Coronel Tadeu (PSL-SP)	
CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Sim	Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Sim
Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Sim	Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Sim
Damião Feliciano (PDT-PB) -votou	Sim	Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Sim
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE) -votou	Sim	Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Sim
Daniel Silveira (PSL-RJ) -votou	Sim	Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Sim
Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Sim	Daniilo Cabral (PSB-PE) -votou	Sim
Daniilo Forte (PSDB-CE) -votou	Sim	Danrlei (PSD-RS)	
Darci de Matos (PSD-SC) -votou	Sim	David Miranda (PSOL-RJ)	
David Soares (DEM-SP) -votou	Sim	DeIAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Sim
Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Sim	Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Sim
Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Sim	Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Sim
Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Sim	Deuzinho Filho (REPUBLICANOS-CE)	
Diego Andrade (PSD-MG)		Diego Garcia (PODE-PR)	
Dimas Fabiano (PP-MG)		Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Sim
Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Sim	Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) -votou	Sim
Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Sim	Dr. João (PROS-BA) -votou	Sim
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Sim	Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Sim
Dr. Sinval (PODE-SP) -votou	Sim	Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Sim
Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Sim	Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Sim
Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Sim	Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Sim
Edio Lopes (PL-RR) -votou	Sim	EdmilsonRodrigues (PSOL-PA)	
Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Sim	Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Sim



Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Sim	Eduardo Braide (PODE-MA)	
Eduardo Costa (PTB-PA)		Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Sim
Eduardo da Fonte (PP-PE)		EduardoBolsonaro (PSL-SP)	
Efraim Filho (DEM-PB)		Elcione Barbalho (MDB-PA)	
Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Sim	Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Sim
Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Sim	Elmar Nascimento (DEM-BA)	
Emanuel Pinheiro N (PTB-MT) -votou	Sim	Emidinho Madeira (PSB-MG) -votou	Sim
Enéias Reis (PSL-MG) -votou	Sim	Enio Verri (PT-PR)	
Enrico Misasi (PV-SP)		Erika Kokay (PT-DF) -votou	Não
Eros Biondini (PROS-MG) -votou	Sim	EuclydesPettersen (PSC-MG)	
Evair de Melo (PP-ES)		Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Sim
Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Sim	Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Sim
Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Sim	Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Sim
Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Sim	Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Sim
Fausto Pinato (PP-SP) -votou	Sim	Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Sim
Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Sim	Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Sim
FelipeFrancischini (PSL-PR)		Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Sim
FernandaMelchionna (PSOL-RS) -votou	Não	Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Sim
FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Sim	FernandoRodolfo (PL-PE) -votou	Abstenção
Filipe Barros (PSL-PR)		Flávia Arruda (PL-DF)	
Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Sim	Flaviano Melo (MDB-AC)	
Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Sim	Flordelis (PSD-RJ) -votou	Sim
Francisco Jr. (PSD-GO)		Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Sim
Fred Costa (PATRIOTA-MG) -votou	Sim	Frei Anastacio (PT-PB)	
Gastão Vieira (PROS-MA) -votou	Sim	Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Sim
Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE)		General Girão (PSL-RN) -votou	Sim
General Peternelli (PSL-SP) -votou	Sim	Geninho Zuliani (DEM-SP) -votou	Sim
Geovania de Sá (PSDB-SC)		Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Sim
Giacobo (PL-PR)		Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Sim
Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Sim	GilbertoNascimento (PSC-SP)	
Gildenemyr (PL-MA)		Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Sim
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Sim	Giovani Feltes (MDB-RS)	
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Não	Glaustin Fokus (PSC-GO) -votou	Sim
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Sim	Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Sim



Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Sim	Guiga Peixoto (PSL-SP)	
Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Sim	Guilherme Mussi (PP-SP)	
Gurgel (PSL-RJ) -votou	Sim	Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Sim
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Sim	Gutemberg Reis (MDB-RJ)	
Haroldo Cathedral (PSD-RR)		Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Sim
Heitor Schuch (PSB-RS) -votou	Sim	Helder Salomão (PT-ES) -votou	Sim
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Sim	Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Sim
Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Sim	Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Sim
Hercilio Diniz (MDB-MG) -votou	Sim	Herculano Passos (MDB-SP)	
HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Sim	Hildo Rocha (MDB-MA)	
Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Sim	Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Sim
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) -votou	Sim	Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Sim
Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Sim	Igor Timo (PODE-MG)	
Iracema Portella (PP-PI) -votou	Sim	Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL)	
Israel Batista (PV-DF) -votou	Sim	Ivan Valente (PSOL-SP)	
Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Sim	Jaqueline Cassol (PP-RO)	
Jefferson Campos (PSB-SP)		Jerônimo Goergen (PP-RS) -votou	Sim
Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Sim	Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Sim
Jhc (PSB-AL) -votou	Sim	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Sim
João C. Bacelar (PL-BA)		João Campos (REPUBLICANOS-GO)	
João Daniel (PT-SE) -votou	Sim	João H. Campos (PSB-PE) -votou	Sim
João Maia (PL-RN)		João Marcelo S. (MDB-MA)	
João Roma (REPUBLICANOS-BA)		JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Sim
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Sim	Joice Hasselmann (PSL-SP)	
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ)		Jorge Solla (PT-BA) -votou	Sim
José Airtón (PT-CE)		José Guimarães (PT-CE) -votou	Sim
Jose Mario Schrein (DEM-GO)		José Medeiros (PODE-MT)	
José Nelto (PODE-GO) -votou	Sim	José Nunes (PSD-BA) -votou	Sim
José Priante (MDB-PA) -votou	Sim	José Ricardo (PT-AM)	
José Rocha (PL-BA) -votou	Sim	Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Sim
JosimarMaranhãozi (PL-MA)		Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Sim
Julian Lemos (PSL-PB)		Júlio Cesar (PSD-PI)	
Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Sim	Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Sim
Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Sim	Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Sim



Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Sim	Júnior Mano (PL-CE)	
Juscelino Filho (DEM-MA)		Kim Kataguiri (DEM-SP)	
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Sim	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG)	
Lauriete (PSC-ES) -votou	Sim	Leandre (PV-PR)	
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Sim	Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Sim
Léo Motta (PSL-MG)		Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Sim
Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Sim	Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) -votou	Sim
Lídice da Mata (PSB-BA) -votou	Sim	Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Sim
Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Sim	Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Sim
Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Sim	Lucas Gonzalez (NOVO-MG)	
Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Sim	Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Sim
Luciano Bivar (PSL-PE)		Luciano Ducci (PSB-PR)	
Lucio Mosquini (MDB-RO)		Luís Miranda (DEM-DF) -votou	Sim
Luis Tibé (AVANTE-MG) -votou	Sim	Luisa Canziani (PTB-PR) -votou	Sim
Luiz Carlos (PSDB-AP) -votou	Sim	Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Sim
Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Sim	Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Sim
Luiz P. O. Bragança (PSL-SP)		Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Não
LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Sim	Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR)	
Luizianne Lins (PT-CE) -votou	Sim	Magda Mofatto (PL-GO)	
Major Fabiana (PSL-RJ) -votou	Sim	Manuel Marcos (REPUBLICANOS-AC) -votou	Sim
Mara Rocha (PSDB-AC)		Marcão Gomes (PL-RJ) -votou	Sim
Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Sim	Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Sim
Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Sim	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ)	
Marcelo Freixo (PSOL-RJ)		Marcelo Moraes (PTB-RS) -votou	Sim
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Sim	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Sim
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Sim	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Sim
Márcio Jerry (PCdoB-MA) -votou	Sim	Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Sim
Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA)		Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Sim
Marcon (PT-RS) -votou	Sim	Marcos A. Sampaio (MDB-PI) -votou	Sim
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Margarete Coelho (PP-PI)	
MargaridaSalomão (PT-MG) -votou	Sim	Maria do Rosário (PT-RS)	
Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Sim
Marília Arraes (PT-PE) -votou	Sim	Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Sim
Mário Heringer (PDT-MG) -votou	Sim	MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Sim



Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Sim	Marreca Filho (PATRIOTA-MA) -votou	Sim
Marx Beltrão (PSD-AL) -votou	Sim	Maurício Dziedrick (PTB-RS)	
Mauro Benevides Fº (PDT-CE) -votou	Sim	Mauro Lopes (MDB-MG)	
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Não	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Sim
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Sim	Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP)	
Misael Varella (PSD-MG) -votou	Sim	Moses Rodrigues (MDB-CE)	
Natália Bonavides (PT-RN)		Nelson Barbudo (PSL-MT)	
Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Sim	Neri Geller (PP-MT) -votou	Sim
Newton Cardoso Jr (MDB-MG) -votou	Sim	Ney Leprevost (PSD-PR) -votou	Sim
Nicoletti (PSL-RR) -votou	Sim	Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Sim
Niito Tatto (PT-SP) -votou	Não	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Sim
Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Sim	Odaír Cunha (PT-MG) -votou	Sim
Olival Marques (DEM-PA) -votou	Sim	Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Sim
Osires Damaso (PSC-TO) -votou	Sim	Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Sim
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Sim	Otoni de Paula (PSC-RJ)	
Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE-RR) -votou	Sim	Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Sim
Padre João (PT-MG) -votou	Sim	Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Sim
Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Sim	Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Sim
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)		Paulão (PT-AL) -votou	Sim
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)		Paulo Azi (DEM-BA) -votou	Sim
Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Sim	Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Sim
Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Sim	Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Sim
Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Sim	Paulo Marinho Jr (PL-MA)	
Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Sim	Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) -votou	Sim
Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Sim	Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Sim
Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Sim	Pedro A Bezerra (PTB-CE)	
Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Sim	Pedro Lucas Fernan (PTB-MA) -votou	Sim
Pedro Lupion (DEM-PR)		Pedro Paulo (DEM-RJ)	
Pedro Uczai (PT-SC)		Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Sim
Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Sim	Pinheirinho (PP-MG)	
Policial Sastre (PL-SP) -votou	Sim	Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Sim
Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Prof Marcivania (PCdoB-AP) -votou	Sim
Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Sim	Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Sim
Professor Alcides (PP-GO) -votou	Sim	Professor Joziel (PSL-RJ)	



Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Sim	Rafael Motta (PSB-RN)	
Raimundo Costa (PL-BA)		Raul Henry (MDB-PE) -votou	Sim
Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Sim	Rejane Dias (PT-PI) -votou	Sim
Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Sim	Ricardo Barros (PP-PR) -votou	Sim
Ricardo Guidi (PSD-SC)		Ricardo Izar (PP-SP)	
Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Sim	Ricardo Teobaldo (PODE-PE)	
Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Sim	Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Sim	Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Sim
Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Sim	Rodrigo de Castro (PSDB-MG) -votou	Sim
Rodrigo Maia (DEM-RJ)		Rogério Correia (PT-MG) -votou	Sim
Rogério Peninha (MDB-SC) -votou	Sim	Roman (PATRIOTA-PR)	
Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Sim	Ronaldo Martins (REPUBLICANOS-CE)	
Rosana Valle (PSB-SP)		Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Sim
Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Sim	Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Sim
Rubens Otoni (PT-GO) -votou	Sim	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Sim
Ruy Carneiro (PSDB-PB) -votou	Sim	Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Não
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Sim	Sanderson (PSL-RS) -votou	Sim
Santini (PTB-RS)		Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Sim
Schiavinato (PP-PR) -votou	Sim	Sebastião Oliveira (PL-PE)	
Sérgio Brito (PSD-BA)		Sergio Souza (MDB-PR)	
Sergio Toledo (PL-AL)		Sergio Vidigal (PDT-ES)	
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL)		Shéridan (PSDB-RR) -votou	Sim
Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Sim	Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM)	
Sílvia Cristina (PDT-RO) -votou	Sim	Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Sim
Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Sim	SóstenesCavalcante (DEM-RJ)	
Stefano Aguiar (PSD-MG) -votou	Sim	SubtenenteGonzaga (PDT-MG) -votou	Sim
Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Sim	Tadeu Filippelli (MDB-DF) -votou	Sim
Tadeu Alencar (PSB-PE)		Talíria Petrone (PSOL-RJ)	
Ted Conti (PSB-ES) -votou	Sim	Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Sim
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Sim	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Sim
Tiririca (PL-SP) -votou	Sim	ToninhoWandscheer (PROS-PR) -votou	Sim
Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Sim	Uldurico Junior (PROS-BA) -votou	Sim
Valdevan Noventa (PL-SE)		Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Sim
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Sim	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Sim



Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Sim	Vermelho (PSD-PR)	
Vicentinho (PT-SP) -votou	Sim	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Sim
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Sim	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP)	
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Sim	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Sim
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Sim	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Sim
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Sim	Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Sim
Walter Alves (MDB-RN) -votou	Sim	Weliton Prado (PROS-MG) -votou	Sim
Wellington (PL-PB)		Wilson Santiago (PTB-PB)	
WladimirGarotinho (PSD-RJ)		Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Sim
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Sim	Zé Neto (PT-BA) -votou	Sim
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Sim	Zé Vitor (PL-MG) -votou	Sim
Zeca Dirceu (PT-PR)			





Votação Nominal e Simbólica

PLEN - Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 19/08/2020 - Plenário da Câmara dos Deputados

Veto nº 24/2020

Votação iniciada em:19/08/2020 12:14:07 - Votação encerrada em:19/08/2020 12:35:59

Quórum votação					
458	Sim 295	Não 160	Abstenção 3	Obstrução 0	Total de votantes 458

PT	Não	DEM		AVANTE	Sim
PSL	Sim	SOLIDARIEDADE	Sim	PATRIOTA	
PL	Sim	PROS	Sim	PV	Liberado
PP	Sim	PTB	Sim	REDE	Não
MDB	Sim	PODE	Sim	Maioria	
PSD	Sim	PSOL	Não	Minoria	Não
REPUBLICANOS	Sim	PSC		Oposição	
PSDB	Sim	CIDADANIA	Não	Governo	Sim
PSB	Não	PCdoB	Não		
PDT	Não	NOVO	Sim		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN Ordenado por: Nome

513 vagas

PLEN 513 vagas

Titular

Abílio Santana (PL-BA) -votou	Sim	Abou Anni (PSL-SP) -votou	Sim
Acácio Favacho (PROS-AP) -votou	Sim	Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Sim
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Sim	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Sim
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Sim	Afonso Florence (PT-BA) -votou	Não
Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Sim	Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Não
Agripino Magalhães (PROS-CE) -votou	Não	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) -votou	Sim
Airton Faleiro (PT-PA) -votou	Não	AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Sim



Alan Rick (DEM-AC) -votou	Não	Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Sim
Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Sim	Alê Silva (PSL-MG) -votou	Sim
Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Não	Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Não
Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Não	Alex Santana (PDT-BA) -votou	Sim
Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Não	Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Sim
Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Não	AlexandreSerfotis (PSD-RJ) -votou	Não
Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Sim	Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Não
Aliel Machado (PSB-PR) -votou	Não	Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Sim
Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Sim	Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Sim
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Sim	André Abdon (PP-AP) -votou	Sim
André de Paula (PSD-PE) -votou	Sim	André Ferreira (PSC-PE) -votou	Sim
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Não	André Fufuca (PP-MA)	
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Não	Angela Amin (PP-SC) -votou	Sim
Antonio Brito (PSD-BA)		Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Não
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Não	Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Sim
Arthur Lira (PP-AL) -votou	Sim	Arthur O. Maia (DEM-BA) -votou	Abstenção
Átila Lins (PP-AM) -votou	Não	Átila Lira (PP-PI) -votou	Sim
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Sim	Áurea Carolina (PSOL-MG) -votou	Não
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Não	Bacelar (PODE-BA) -votou	Não
Baleia Rossi (MDB-SP) -votou	Sim	Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Não
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Sim	Beto Faro (PT-PA) -votou	Não
Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Sim	Beto Rosado (PP-RN) -votou	Sim
Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Sim	Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Sim
Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Sim	Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Sim
Bira do Pindaré (PSB-MA)		Boca Aberta (PROS-PR) -votou	Não
Bohn Gass (PT-RS) -votou	Não	Bosco Costa (PL-SE) -votou	Sim
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM)		Bozzella (PSL-SP) -votou	Sim
Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Não	Cacá Leão (PP-BA) -votou	Sim
Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Não	Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Sim
Cap. Fábio Abreu (PL-PI) -votou	Sim	Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Sim
Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Não	Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Sim
Carlos Bezerra (MDB-MT)		Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Sim
Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Sim	Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Sim
Carlos Jordy (PSL-RJ)		Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Sim



Carlos Veras (PT-PE) -votou	Não	Carlos Zarattini (PT-SP) -votou	Não
Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Não	Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Sim
Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Não	Célio Moura (PT-TO) -votou	Não
Célio Silveira (PSDB-GO)		Célio Studart (PV-CE) -votou	Não
Celso Maldaner (MDB-SC) -votou	Sim	Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Celso Sabino (PSDB-PA) -votou	Sim	Cezinha Madureira (PSD-SP) -votou	Sim
Charles Fernandes (PSD-BA) -votou	Não	Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Sim
Chico D'Angelo (PDT-RJ)		Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Sim
Chris Tonietto (PSL-RJ) -votou	Sim	Christiane Yared (PL-PR) -votou	Sim
Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Sim	Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Não
Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Sim	Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Sim
Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Sim	Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Sim
CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Sim	Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Sim
Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Sim	Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Não
Damião Feliciano (PDT-PB) -votou	Não	Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Não
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE) -votou	Não	Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Sim
Daniel Silveira (PSL-RJ) -votou	Sim	Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Sim
Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Sim	Daniilo Cabral (PSB-PE) -votou	Não
Daniilo Forte (PSDB-CE) -votou	Sim	Danrlei (PSD-RS)	
Darci de Matos (PSD-SC)		David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Não
David Soares (DEM-SP) -votou	Sim	DeiAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Abstenção
Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Sim	Delegado Marcelo (PSL-MG)	
Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Sim	Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Sim
Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Não	Deuzinho Filho (REPUBLICANOS-CE) -votou	Não
Diego Andrade (PSD-MG) -votou	Sim	Diego Garcia (PODE-PR)	
Dimas Fabiano (PP-MG) -votou	Sim	Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Sim
Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Sim	Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) -votou	Sim
Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Sim	Dr. João (PROS-BA) -votou	Sim
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Sim	Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Sim
Dr. Sinval (PODE-SP)		Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Sim
Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Sim	Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Sim
Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Sim	Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Sim
Edio Lopes (PL-RR)		EdmilsonRodrigues (PSOL-PA) -votou	Não
Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Sim	Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Sim



Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Não	Eduardo Braide (PODE-MA) -votou	Não
Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Sim	Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Sim
Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Sim	EduardoBolsonaro (PSL-SP) -votou	Sim
Efraim Filho (DEM-PB)		Elcione Barbalho (MDB-PA)	
Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Sim	Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Sim
Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Não	Elmar Nascimento (DEM-BA) -votou	Sim
Emanuel Pinheiro N (PTB-MT) -votou	Não	Emidinho Madeira (PSB-MG) -votou	Não
Enéias Reis (PSL-MG) -votou	Sim	Enio Verri (PT-PR)	
Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Sim	Erika Kokay (PT-DF) -votou	Não
Eros Biondini (PROS-MG)		EuclydesPettersen (PSC-MG)	
Evair de Melo (PP-ES) -votou	Sim	Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Sim
Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Não	Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Sim
Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Sim	Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Sim
Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Sim	Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Não
Fausto Pinato (PP-SP) -votou	Sim	Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Sim
Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Não	Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Sim
FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Sim	Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Não
FernandaMelchionna (PSOL-RS) -votou	Não	Fernando Coelho (DEM-PE)	
FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Sim	FernandoRodolfo (PL-PE) -votou	Não
Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Sim	Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Sim
Flávia Moraes (PDT-GO)		Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Sim
Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Sim	Flordelis (PSD-RJ) -votou	Sim
Francisco Jr. (PSD-GO)		Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Não
Fred Costa (PATRIOTA-MG) -votou	Sim	Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Não
Gastão Vieira (PROS-MA) -votou	Sim	Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Sim
Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Sim	General Girão (PSL-RN) -votou	Sim
General Peternelli (PSL-SP) -votou	Sim	Geninho Zuliani (DEM-SP) -votou	Sim
Geovania de Sá (PSDB-SC) -votou	Sim	Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Não
Giacobo (PL-PR)		Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Sim
Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG)		GilbertoNascimento (PSC-SP) -votou	Sim
Gildenemyr (PL-MA) -votou	Sim	Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Sim
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Sim	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Sim
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Não	Glaustin Fokus (PSC-GO) -votou	Sim
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Não	Gonzaga Patriota (PSB-PE)	



Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Sim	Guíga Peixoto (PSL-SP) -votou	Sim
Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Sim	Guilherme Mussi (PP-SP)	
Gurgel (PSL-RJ) -votou	Sim	Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Não
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Sim	Gutemberg Reis (MDB-RJ)	
Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Sim	Heitor Freire (PSL-CE)	
Heitor Schuch (PSB-RS) -votou	Não	Helder Salomão (PT-ES) -votou	Não
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Sim	Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Sim
Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Sim	Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Não
Hercilio Diniz (MDB-MG) -votou	Sim	Herculano Passos (MDB-SP)	
HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Sim	Hildo Rocha (MDB-MA) -votou	Não
Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Sim	Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Sim
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)		Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Não
Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Sim	Igor Timo (PODE-MG) -votou	Sim
Iracema Portella (PP-PI) -votou	Sim	Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL)	
Israel Batista (PV-DF) -votou	Não	Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Não
Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Não	Jaqueline Cassol (PP-RO) -votou	Não
Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Não	Jerônimo Goergen (PP-RS)	
Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Sim	Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Não
Jhc (PSB-AL) -votou	Não	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Sim
João C. Bacelar (PL-BA) -votou	Sim	João Campos (REPUBLICANOS-GO) -votou	Sim
João Daniel (PT-SE) -votou	Não	João H. Campos (PSB-PE) -votou	Não
João Maia (PL-RN) -votou	Sim	João Marcelo S. (MDB-MA)	
João Roma (REPUBLICANOS-BA) -votou	Sim	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Sim
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Não	Joice Hasselmann (PSL-SP) -votou	Não
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Sim	Jorge Solla (PT-BA) -votou	Não
José Airtón (PT-CE) -votou	Não	José Guimarães (PT-CE) -votou	Não
Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Sim	José Medeiros (PODE-MT)	
José Nelto (PODE-GO) -votou	Sim	José Nunes (PSD-BA) -votou	Não
José Priante (MDB-PA) -votou	Sim	José Ricardo (PT-AM) -votou	Não
José Rocha (PL-BA)		Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Não
JosimarMaranhãozi (PL-MA) -votou	Sim	Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Sim
Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Sim	Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Sim
Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Sim	Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Não
Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Sim	Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Sim



Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Sim	Júnior Mano (PL-CE) -votou	Sim
Juscelino Filho (DEM-MA) -votou	Sim	Kim Kataguirí (DEM-SP) -votou	Sim
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Não	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) -votou	Sim
Lauriete (PSC-ES) -votou	Não	Leandre (PV-PR) -votou	Não
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Sim	Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Sim
Léo Motta (PSL-MG) -votou	Abstenção	Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Não
Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Não	Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) -votou	Sim
Lídice da Mata (PSB-BA) -votou	Não	Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Sim
Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Não	Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Sim
Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Sim	Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Sim
Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Sim	Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Sim
Luciano Bivar (PSL-PE) -votou	Sim	Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Não
Lucio Mosquini (MDB-RO) -votou	Sim	Luis Miranda (DEM-DF)	
Luis Tibé (AVANTE-MG) -votou	Sim	Luisa Canziani (PTB-PR) -votou	Sim
Luiz Carlos (PSDB-AP) -votou	Sim	Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Sim
Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Sim	Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Sim
Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Sim	Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Não
LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Sim	Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Sim
Luizianne Lins (PT-CE) -votou	Não	Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Sim
Major Fabiana (PSL-RJ) -votou	Sim	Manuel Marcos (REPUBLICANOS-AC) -votou	Sim
Mara Rocha (PSDB-AC)		Marcão Gomes (PL-RJ)	
Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Sim	Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Sim
Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Sim	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ) -votou	Não
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Não	Marcelo Moraes (PTB-RS)	
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Não	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Sim
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Sim	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Sim
Márcio Jerry (PCdoB-MA) -votou	Não	Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Sim
Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Sim	Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Sim
Marcon (PT-RS) -votou	Não	Marcos A. Sampaio (MDB-PI) -votou	Sim
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Margarete Coelho (PP-PI) -votou	Sim
MargaridaSalomão (PT-MG) -votou	Não	Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Não
Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Sim
Marília Arraes (PT-PE) -votou	Não	Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Sim
Mário Heringer (PDT-MG) -votou	Não	MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Sim



Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Sim	Marreca Filho (PATRIOTA-MA) -votou	Sim
Marx Beltrão (PSD-AL)		Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Sim
Mauro Benevides Fº (PDT-CE) -votou	Não	Mauro Lopes (MDB-MG) -votou	Sim
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Não	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Não
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Sim	Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Misael Varella (PSD-MG) -votou	Sim	Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Não
Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Não	Nelson Barbudo (PSL-MT)	
Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Sim	Neri Geller (PP-MT) -votou	Sim
Newton Cardoso Jr (MDB-MG) -votou	Sim	Ney Leprevost (PSD-PR) -votou	Não
Nicoletti (PSL-RR) -votou	Sim	Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Sim
Nilto Tatto (PT-SP) -votou	Não	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Sim
Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Sim	Odaír Cunha (PT-MG) -votou	Não
Olival Marques (DEM-PA) -votou	Sim	Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Não
Osires Damaso (PSC-TO) -votou	Sim	Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Sim
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Sim	Otoni de Paula (PSC-RJ) -votou	Sim
Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE-RR) -votou	Sim	Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Não
Padre João (PT-MG) -votou	Não	Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Sim
Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Não	Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Não
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Sim	Paulão (PT-AL) -votou	Não
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) -votou	Sim	Paulo Azi (DEM-BA) -votou	Sim
Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Sim	Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Sim
Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Sim	Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Não
Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Sim	Paulo Marinho Jr (PL-MA) -votou	Sim
Paulo Martins (PSC-PR)		Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) -votou	Não
Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Não	Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Não
Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Não	Pedro A Bezerra (PTB-CE) -votou	Sim
Pedro Cunha Lima (PSDB-PB)		Pedro Lucas Fernan (PTB-MA) -votou	Sim
Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Sim	Pedro Paulo (DEM-RJ) -votou	Sim
Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Não	Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Sim
Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Não	Pinheirinho (PP-MG) -votou	Sim
Policial Sastre (PL-SP) -votou	Sim	Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Não
Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Prof Marcivania (PCdoB-AP) -votou	Não
Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Sim	Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Não
Professor Alcides (PP-GO) -votou	Sim	Professor Joziel (PSL-RJ)	



Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Sim	Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Não
Raimundo Costa (PL-BA) -votou	Sim	Raul Henry (MDB-PE) -votou	Sim
Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Não	Rejane Dias (PT-PI) -votou	Não
Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Não	Ricardo Barros (PP-PR) -votou	Sim
Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Sim	Ricardo Izar (PP-SP)	
Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Sim	Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Sim
Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Não	Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Sim	Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Não
Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Sim	Rodrigo de Castro (PSDB-MG) -votou	Sim
Rodrigo Maia (DEM-RJ)		Rogério Correia (PT-MG) -votou	Não
Rogério Peninha (MDB-SC) -votou	Sim	Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Sim
Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Sim	Ronaldo Martins (REPUBLICANOS-CE) -votou	Sim
Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Sim	Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Sim
Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Não	Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Não
Rubens Otoni (PT-GO) -votou	Não	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Não
Ruy Carneiro (PSDB-PB) -votou	Não	Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Não
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Sim	Sanderson (PSL-RS)	
Santini (PTB-RS) -votou	Sim	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Sim
Schiavinato (PP-PR) -votou	Sim	Sebastião Oliveira (PL-PE) -votou	Sim
Sérgio Brito (PSD-BA) -votou	Sim	Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Sim
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Sim	Sergio Vidigal (PDT-ES) -votou	Não
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL)		Shéridan (PSDB-RR)	
Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Sim	Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) -votou	Sim
Sílvia Cristina (PDT-RO) -votou	Não	Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Sim
Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Sim	SóstenesCavalcante (DEM-RJ)	
Stefano Aguiar (PSD-MG) -votou	Sim	SubtenenteGonzaga (PDT-MG) -votou	Não
Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Sim	Tadeu Filippelli (MDB-DF) -votou	Sim
Tadeu Alencar (PSB-PE) -votou	Não	Talíria Petrone (PSOL-RJ)	
Ted Conti (PSB-ES) -votou	Não	Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Sim
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Sim	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Sim
Tiririca (PL-SP) -votou	Não	ToninhoWandscheer (PROS-PR) -votou	Sim
Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Não	Uldurico Junior (PROS-BA) -votou	Sim
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Sim	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Não
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Não	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Sim



Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Sim	Vermelho (PSD-PR) -votou	Não
Vicentinho (PT-SP) -votou	Não	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Sim
Wilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Não	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Sim	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Sim
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Sim	Vitor Hugo (PSL-GO)	
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Sim	Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Não
Walter Alves (MDB-RN) -votou	Sim	Weliton Prado (PROS-MG) -votou	Não
Wellington (PL-PB)		Wilson Santiago (PTB-PB) -votou	Sim
WladimirGarotinho (PSD-RJ)		Wolney Queiroz (PDT-PE)	
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Não	Zé Neto (PT-BA) -votou	Não
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Sim	Zé Vitor (PL-MG) -votou	Não
Zeca Dirceu (PT-PR) -votou	Não		





Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Vetos 16, 18, 25 (itens 1 a 5, 9 a 15 e 19 a 22) e 27 (itens 1 a 6, 12 a 15 e 17 a 22), de 2020

Matéria VET 16/2020

Início Votação 19/08/2020 18:18:38

Término Votação 19/08/2020 18:30:57

Sessão 13º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

19/08/2020 14:43:31

Partido	Orientação
MDB	NÃO
PSD	NÃO
Podemos	NÃO
PSDB	NÃO
DEM	NÃO
PROGRES	NÃO
PT	NÃO
Cidadania	NÃO
PDT	NÃO
REDE	NÃO
PROS	NÃO
PL	NÃO
PSB	NÃO
Republica	NÃO
PSL	NÃO
PSC	NÃO
Governo	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	NÃO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	NÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	NÃO
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	NÃO
PSD	MT	Carlos Fávaro	NÃO
PSD	MG	Carlos Viana	NÃO
DEM	RR	Chico Rodrigues	NÃO
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	NÃO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	NÃO
MDB	SC	Dário Berger	NÃO
MDB	TO	Eduardo Gomes	NÃO
Cidadania	MA	Eliziane Gama	NÃO
Podemos	PI	Elmano Férrer	NÃO
REDE	ES	Fabiano Contarato	NÃO
MDB	PE	Fernando Coelho	NÃO

Emissão 19/08/2020 18:31:00



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Vetos 16, 18, 25 (itens 1 a 5, 9 a 15 e 19 a 22) e 27 (itens 1 a 6, 12 a 15 e 17 a 22), de 2020

Matéria **VET 16/2020** Início Votação **19/08/2020 18:18:38** Término Votação **19/08/2020 18:30:57**
 Sessão **13º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **19/08/2020 14:43:31**

PROS	AL	Fernando Collor	NÃO
REDE	PR	Flávio Arns	NÃO
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	NÃO
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSD	TO	Irajá	NÃO
PSDB	DF	Izalci Lucas	NÃO
MDB	PA	Jader Barbalho	NÃO
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	NÃO
DEM	MT	Jayme Campos	NÃO
PT	RN	Jean Paul Prates	NÃO
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	NÃO
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
MDB	PB	José Maranhão	NÃO
PSDB	SP	José Serra	NÃO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	NÃO
Podemos	RS	Lasier Martins	NÃO
PSB	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	NÃO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
MDB	GO	Luiz do Carmo	NÃO
PSL	SP	Major Olimpio	NÃO
PSDB	SP	Mara Gabrilli	NÃO
MDB	AC	Marcio Bittar	NÃO
Podemos	ES	Marcos do Val	NÃO
DEM	RO	Marcos Rogério	NÃO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	NÃO
Republica	RR	Mecias de Jesus	NÃO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	NÃO
PSD	BA	Otto Alencar	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	NÃO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
Podemos	DF	Reguffe	NÃO
PSDB	MA	Roberto Rocha	NÃO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	NÃO
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	NÃO
PT	SE	Rogério Carvalho	NÃO
Podemos	RJ	Romário	NÃO
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	NÃO

Emissão 19/08/2020 18:31:00



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Vetos 16, 18, 25 (itens 1 a 5, 9 a 15 e 19 a 22) e 27 (itens 1 a 6, 12 a 15 e 17 a 22), de 2020

Matéria	VET 16/2020		Início Votação	19/08/2020 18:18:38	Término Votação	19/08/2020 18:30:57
Sessão	13º Sessão Deliberativa Remota				Data Sessão	19/08/2020 14:43:31
MDB	MS	Simone Tebet	NÃO			
PSL	MS	Soraya Thronicke	NÃO			
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO			
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	NÃO			
PL	MT	Wellington Fagundes	NÃO			
PDT	MA	Weverton	NÃO			
PROS	RN	Zenaide Maia	NÃO			

Presidente:

SIM:2 NÃO:63 ABST.: 0

TOTAL:65

Primeiro-Secretario



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 17 (item 2), de 2020

Matéria VET 17/2020

Início Votação 19/08/2020 17:26:38

Término Votação 19/08/2020 17:57:20

Sessão 13º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

19/08/2020 14:43:31

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	LIVRE
Podemos	LIVRE
PSDB	LIVRE
PROGRES	SIM
PT	NÃO
DEM	SIM
Cidadania	NÃO
PDT	NÃO
REDE	NÃO
PROS	NÃO
PL	LIVRE
PSB	NÃO
Republica	SIM
PSL	NÃO
PSC	NÃO
Minoria	NÃO
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	NÃO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	NÃO
Podemos	PR	Alvaro Dias	NÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	NÃO
PSD	MG	Antonio Anastasia	NÃO
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	NÃO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	NÃO

Emissão 19/08/2020 17:57:23



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 17 (item 2), de 2020

Matéria **VET 17/2020** Início Votação **19/08/2020 17:26:38** Término Votação **19/08/2020 17:57:20**
 Sessão **13º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **19/08/2020 14:43:31**

Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	NÃO
REDE	ES	Fabiano Contarato	NÃO
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	NÃO
REDE	PR	Flávio Arns	NÃO
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	NÃO
MDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	NÃO
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	NÃO
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	NÃO
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
MDB	PB	José Maranhão	NÃO
PSDB	SP	José Serra	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	NÃO
PSB	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	NÃO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PSL	SP	Major Olimpio	NÃO
PSDB	SP	Mara Gabrilli	NÃO
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	NÃO
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
Podemos	DF	Reguffe	NÃO
MDB	AL	Renan Calheiros	NÃO

Emissão 19/08/2020 17:57:23



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Quórum Qualificado

Veto nº 17 (item 2), de 2020

Matéria **VET 17/2020**

Início Votação 19/08/2020 17:26:38

Término Votação19/08/2020 17:57:20

Sessão 13ª Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

19/08/2020 14:43:31

PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	NÃO
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	NÃO
PT	SE	Rogério Carvalho	NÃO
Podemos	RJ	Romário	NÃO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	NÃO
PSL	MS	Soraya Thronicke	NÃO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	NÃO
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	NÃO
PROS	RN	Zenaide Maia	NÃO
PSC	PA	Zequinha Marinho	NÃO

Presidente:

SIM:30 NÃO:42 ABST.: 0

TOTAL:72

Primeiro-Secretario

Emissão 19/08/2020 17:57:23



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 20 (itens 11 a 14), de 2020

Matéria VET 17/2020

Início Votação 19/08/2020 17:58:22

Término Votação 19/08/2020 18:17:17

Sessão 13º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

19/08/2020 14:43:31

Partido	Orientação
MDB	NÃO
PSD	LIVRE
Podemos	LIVRE
PSDB	SIM
DEM	SIM
PROGRES	SIM
PT	NÃO
Cidadania	LIVRE
PDT	NÃO
REDE	NÃO
PROS	LIVRE
PL	LIVRE
PSB	NÃO
Republica	SIM
PSL	LIVRE
PSC	SIM
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	NÃO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PDT	CE	Cid Gomes	NÃO
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	NÃO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	NÃO
MDB	SC	Dário Berger	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM

Emissão 19/08/2020 18:20:19



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 20 (itens 11 a 14), de 2020

Matéria VET 17/2020

Início Votação 19/08/2020 17:58:22

Término Votação 19/08/2020 18:17:17

Sessão 13º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

19/08/2020 14:43:31

Cidadania	MA	Eliziane Gama	NÃO
Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	NÃO
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	NÃO
REDE	PR	Flávio Arns	NÃO
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PA	Jader Barbalho	NÃO
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	NÃO
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	NÃO
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	NÃO
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
MDB	PB	José Maranhão	NÃO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	NÃO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	NÃO
MDB	PI	Marcelo Castro	NÃO
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	NÃO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
Podemos	DF	Reguffe	NÃO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	NÃO
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	NÃO

Emissão 19/08/2020 18:20:20



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Veto nº 20 (itens 11 a 14), de 2020

Matéria **VET 17/2020** Início Votação **19/08/2020 17:58:22** Término Votação **19/08/2020 18:17:17**

Sessão **13º Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão **19/08/2020 14:43:31**

PT	SE	Rogério Carvalho	NÃO
Podemos	RJ	Romário	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	NÃO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	NÃO
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	NÃO
PL	MT	Wellington Fagundes	NÃO
PROS	RN	Zenaide Maia	NÃO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente:

SIM:34 NÃO:34 ABST.: 0

TOTAL:68

Primeiro-Secretario

Emissão 19/08/2020 18:20:20



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em globo dos Vetos 14(itens 5 a 10), 17(itens 1, 3 e 4), 20(itens 7 a 10, 15 e 16), de 2020

Matéria VET 14/2020

Início Votação 19/08/2020 17:11:09

Término Votação 19/08/2020 17:25:47

Sessão 13º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

19/08/2020 14:43:31

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PSDB	SIM
DEM	SIM
PROGRES	SIM
PT	SIM
Cidadania	SIM
PDT	SIM
REDE	SIM
PROS	SIM
PL	SIM
PSB	SIM
Republica	SIM
PSL	SIM
PSC	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM

Emissão 19/08/2020 17:25:49



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em globo dos Vetos 14(itens 5 a 10), 17(itens 1, 3 e 4), 20(itens 7 a 10, 15 e 16), de 2020

Matéria **VET 14/2020** Início Votação **19/08/2020 17:11:09** Término Votação **19/08/2020 17:25:47**
 Sessão **13º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **19/08/2020 14:43:31**

MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
REDE	PR	Flávio Arns	SIM
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
PSL	SP	Major Olimpio	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
Podemos	RJ	Romário	SIM
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM

Emissão 19/08/2020 17:25:50



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em globo dos Vetos 14(itens 5 a 10), 17(itens 1, 3 e 4), 20(itens 7 a 10, 15 e 16), de 2020

Matéria VET 14/2020	Início Votação 19/08/2020 17:11:09	Término Votação 19/08/2020 17:25:47
Sessão 13º Sessão Deliberativa Remota	Data Sessão 19/08/2020 14:43:31	
Podemos	RN Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE Tasso Jereissati	SIM
PSB	PB Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT Wellington Fagundes	SIM
PROS	RN Zenaide Maia	SIM
PSC	PA Zequinha Marinho	SIM

Presidente:

SIM:66 NÃO:0 ABST.: 0

TOTAL:66

 Primeiro-Secretario

Emissão 19/08/2020 17:25:50



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em globo dos Vetos nºs 14 (itens 1 a 4) e 20 (itens 1 a 6), de 2020

Matéria VET 14/2020

Início Votação 19/08/2020 16:50:11

Término Votação 19/08/2020 17:09:53

Sessão 13º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

19/08/2020 14:43:31

Partido	Orientação
MDB	NÃO
PSD	NÃO
Podemos	NÃO
PSDB	NÃO
DEM	NÃO
PROGRES	NÃO
PT	NÃO
Cidadania	NÃO
PDT	NÃO
REDE	NÃO
PROS	NÃO
PL	NÃO
PSB	NÃO
Republica	NÃO
PSL	NÃO
PSC	NÃO
Minoria	NÃO
Governo	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	NÃO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	NÃO
Podemos	PR	Alvaro Dias	NÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	NÃO
PSD	MG	Antonio Anastasia	NÃO
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	NÃO
PSD	MT	Carlos Fávaro	NÃO
PSD	MG	Carlos Viana	NÃO
DEM	RR	Chico Rodrigues	NÃO
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	NÃO
MDB	RO	Confúcio Moura	NÃO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	NÃO
MDB	SC	Dário Berger	NÃO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	NÃO

Emissão 19/08/2020 17:20:54



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em globo dos Vetos nºs 14 (itens 1 a 4) e 20 (itens 1 a 6), de 2020

Matéria **VET 14/2020** Início Votação **19/08/2020 16:50:11** Término Votação **19/08/2020 17:09:53**
 Sessão **13º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **19/08/2020 14:43:31**

Podemos	PI	Elmano Férrer	NÃO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	NÃO
REDE	ES	Fabiano Contarato	NÃO
MDB	PE	Fernando Coelho	NÃO
PROS	AL	Fernando Collor	NÃO
REDE	PR	Flávio Arns	NÃO
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSD	TO	Irajá	NÃO
MDB	PA	Jader Barbalho	NÃO
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	NÃO
DEM	MT	Jayme Campos	NÃO
PT	RN	Jean Paul Prates	NÃO
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	NÃO
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
PSDB	SP	José Serra	NÃO
PROGRES	TO	Kátia Abreu	NÃO
Podemos	RS	Lasier Martins	NÃO
PSB	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	NÃO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
MDB	GO	Luiz do Carmo	NÃO
PSL	SP	Major Olimpio	NÃO
PSDB	SP	Mara Gabrilli	NÃO
MDB	PI	Marcelo Castro	NÃO
MDB	AC	Marcio Bittar	NÃO
Podemos	ES	Marcos do Val	NÃO
DEM	RO	Marcos Rogério	NÃO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	NÃO
Republica	RR	Mecias de Jesus	NÃO
PSD	MS	Nelsinho Trad	NÃO
PSD	AM	Omar Aziz	NÃO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	NÃO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
Podemos	DF	Reguffe	NÃO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	NÃO
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	NÃO
PT	SE	Rogério Carvalho	NÃO
Podemos	RJ	Romário	NÃO

Emissão 19/08/2020 17:20:54



Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Votação em globo dos Vetos nºs 14 (itens 1 a 4) e 20 (itens 1 a 6), de 2020

Matéria VET 14/2020		Início Votação 19/08/2020 16:50:11	Término Votação 19/08/2020 17:09:53
Sessão 13º Sessão Deliberativa Remota		Data Sessão	19/08/2020 14:43:31
MDB	MS	Simone Tebet	NÃO
PSL	MS	Soraya Thronicke	NÃO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	NÃO
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	NÃO
PL	MT	Wellington Fagundes	NÃO
PDT	MA	Weverton	NÃO
PROS	RN	Zenaide Maia	NÃO
PSC	PA	Zequinha Marinho	NÃO

Presidente:

SIM:2 NÃO:64 ABST.: 0

TOTAL:66

Primeiro-Secretario

Emissão 19/08/2020 17:20:54



Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11/2020





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

PARECER Nº 4, DE 2020-PLEN/CN

De Plenário, em substituição à **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11, de 2020 (PLN 11/2020), que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, do Trabalho, e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 36.737.273,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador Marcos Rogério



I – RELATÓRIO

Em consonância com o art. 61, § 1º, inciso II, alínea b, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 276/2020, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11, de 2020 (PLN 11/2020), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, do Trabalho, e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 36.737.273,00 (trinta e seis milhões setecentos e trinta e sete mil duzentos e setenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Conforme a Mensagem, o crédito em pauta tem por objetivo viabilizar na:





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

- Justiça Federal, a reforma do sistema de detecção e combate a incêndios, a realização de serviços de acessibilidade e sinalização visual, o reforço estrutural no telhado e a reforma/substituição das esquadrias do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Porto Velho, no Estado de Rondônia;

- Justiça do Trabalho, o cumprimento ao Acórdão nº 362/2020-TCU-Plenário, de 19 de fevereiro de 2020, do Tribunal de Contas da União, que determina ampliação do limite de gastos do Poder Judiciário em face do Novo Regime Fiscal, possibilitando despesas com a realização de produções da "TV Justiça", em cooperação com o Supremo Tribunal Federal, e a conclusão do projeto do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória, no Estado do Espírito Santo. Além disso, atenderá despesas com ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no Estado do Ceará; e

- Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, a alteração do projeto da obra do Complexo de Armazenamento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no Distrito Federal, em virtude de orientações apresentadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Os recursos que custearão a suplementação originam-se, em montante de R\$ 34.489.785,00 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e cinco reais), de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício de 2019, referente a recursos ordinários. O restante, que soma R\$ 2.247.488,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), resulta de anulação



SF/20495.69364-06





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

de dotações orçamentárias no âmbito da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho.

A Exposição de Motivos, EM 00188/2020 ME, que acompanhou o projeto, declara que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, já que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

O crédito amplia, no âmbito do Poder Judiciário, o montante de despesas primárias sujeitas ao Novo Regime Fiscal, mas, segundo a referida Exposição de Motivos, a proposição está de acordo com o Acórdão nº 362/2020-TCU-Plenário, que atualizou e aumentou os limites individualizados daquele Poder.

Em complemento, a Exposição de Motivos informa que o cumprimento ao Acórdão nº 362/2020 supracitado é também objeto de outro crédito suplementar, que será aberto por meio de Portaria do Ministério da Economia e atenderá ao valor de R\$ 202.412.230,00 (duzentos e dois milhões, quatrocentos e doze mil, duzentos e trinta reais) para o Poder Judiciário.

Ainda segundo a Exposição de Motivos, em relação à vedação constante do § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, quanto à ampliação dos limites individualizados para as despesas primárias da União (Teto de Gastos) cumpre explicar que:



SF/20495.69364-06





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

a) parte do crédito, no valor de R\$ 2.247.488,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), objeto de anulação de dotações orçamentárias, não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites das despesas primárias estabelecidos para o corrente exercício; e

b) no caso dos demais recursos, no valor de R\$ 34.489.785,00 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e cinco reais), referentes à incorporação de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, relativo a recursos ordinários, essa ampliação já está indicada na "Demonstração da compatibilidade do resultado desta avaliação com o teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal - NRF", e no item 84 constantes da página 33 do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º bimestre, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 115, de 18 de março de 2020, no qual se informa que o impacto gerado pelo Acórdão nº 362/2020-TCU-Plenário acarretou a atualização e o consequente aumento dos limites individualizados do Poder Judiciário, e que o Poder Executivo, caso necessário, tomará as providências para a adequação orçamentária de tais despesas.

Ao Projeto de Lei não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Inicialmente, observe-se que este PLN está sendo apreciado sob a égide do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

Federal nº 2, de 2020, que regulamentou a apreciação pelo Congresso Nacional dos projetos de lei de matéria orçamentária durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 causada pelo novo coronavírus.

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito suplementar, haja vista pretender ampliar recursos já existentes na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020). Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal; na Lei nº 4.320, de 1964; na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF); na Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020); e na Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 (Plano Plurianual de 2020 a 2023).

Para custear a ampliação das despesas do Poder Judiciário, o Executivo indicou no projeto o cancelamento parcial de dotações da lei orçamentária de 2020, classificadas como despesa discricionária (RP 2), e o aproveitamento do superávit financeiro da fonte de recursos “00”, isto é, recursos ordinários.

A utilização de recursos do superávit financeiro de 2019 tem impacto negativo nos resultados fiscais da União. No entanto, em virtude do reconhecimento da ocorrência de estado de calamidade pública no País, a União está dispensada do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da LDO-2020 e, por conseguinte, da limitação de empenho de que trata o



SF/20495.69364-06





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com efeitos até 31 de dezembro de 2020.

Dentre as despesas autorizadas pelo crédito em apreciação, gostaria de destacar a importância da proposta do Executivo no tocante à reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal na Seção Judiciária de Rondônia. Esta intervenção abrangerá a recuperação do sistema de detecção e combate a incêndios, a execução de serviços de acessibilidade e sinalização visual, o reforço estrutural no telhado do prédio, bem como a substituição das esquadrias. Esta obra, certamente aperfeiçoará a prestação do serviço jurisdicional a toda população do Estado de Rondônia.

Além desta ação destacada, a aprovação do crédito em análise permitirá a conclusão do projeto do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória, no Estado do Espírito Santo, além de outras intervenções em prédio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, com vistas a adequação às normas do Corpo de Bombeiros.

Desse modo, é de suma importância a aprovação do presente crédito para viabilizar a execução desta importante obra para a Justiça Federal no Estado de Rondônia, bem como para os demais ramos do Poder Judiciário contemplados no PLN nº 11, de 2020.

III - VOTO DO RELATOR

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN nº 11, de 2020, na forma proposta pelo Poder Executivo.



SF/20495.69364-06





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

Sala das Sessões, em de de 2020.

Senador Marcos Rogério
Relator



Votação Nominal e Simbólica

PLEN - Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)**Data/Local:** 19/08/2020 - Plenário da Câmara dos Deputados

PLN 11/2020 CN - Projeto de Lei (CN) de Crédito Suplementar nº 11/2020

Votação iniciada em: - Votação encerrada em:

PT	Sim	DEM	Sim	AVANTE	Sim
PSL	Sim	SOLIDARIEDADE	Sim	PATRIOTA	Sim
PL	Sim	PROS	Sim	PV	Sim
PP	Sim	PTB	Sim	REDE	Sim
MDB	Sim	PODE	Sim	Maioria	Sim
PSD	Sim	PSOL	Sim	Minoria	Sim
REPUBLICANOS	Sim	PSC	Sim	Oposição	Sim
PSDB	Sim	CIDADANIA	Sim	Governo	Sim
PSB	Sim	PCdoB	Sim		
PDT	Sim	NOVO	Sim		

Orientação das Lideranças



Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23/2020



**CONGRESSO NACIONAL****PARECER Nº 5, DE 2020-PLEN/CN**

De Plenário, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2020 (PLN 23/2020), que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 166.822.755,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Autor: Poder Executivo

Relator:

I – RELATÓRIO

Em consonância com o art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 434/2020, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2020 (PLN 23/2020), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 166.822.755,00 (cento e sessenta e seis milhões, oitocentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Conforme a Exposição de Motivos nº 285/2020, de 31 de julho de 2020, do Ministério da Economia, o crédito proposto tem por objetivo:

- a) No Ministério Público Federal, a construção dos Edifícios-Sede da Procuradoria da República nos Municípios de Boa Vista, no Estado de Roraima; de Belém, no Estado do Pará; e de Vitória, no Estado do Espírito Santo; e o atendimento de despesas com a assistência médica e odontológica de servidores civis, e com pessoal e encargos sociais; e
- b) No Ministério Público Militar; do Distrito Federal e dos Territórios; e do Trabalho, a realização de despesas com a assistência médica e odontológica de servidores civis, com pessoal e encargos sociais, e com a defesa do interesse público no processo judiciário.

A exposição de motivos ainda informa que:

- a) R\$ 125.038.816,00 (cento e vinte e cinco milhões, trinta e oito mil, oitocentos e dezesseis reais) referem-se à suplementação de despesas primárias obrigatórias à conta do cancelamento de despesas primárias discricionárias; e





CONGRESSO NACIONAL

b) R\$ 41.783.939,00 (quarenta e um milhões, setecentos e oitenta e três mil, novecentos e trinta e nove reais) a remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o montante destas para o corrente exercício.

A exposição de motivos informa que, não obstante o estabelecido no art. 1º do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e no inciso II do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, nos quais ficam dispensados o atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 - LDO-2020, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da LRF, em decorrência do reconhecimento da ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, o pleito em referência será viabilizado à conta de anulação de dotação orçamentária, referente à emenda do Relator-Geral do PLOA, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, de forma que as alterações propostas não afetam o resultado primário do exercício.

Segundo o Poder Executivo, a presente proposta visa dar cumprimento ao Acórdão nº 3.072/2019-TCU-Plenário, no âmbito do Processo TC 040.306/2019-4, que alterou o cálculo do limite relativo ao teto de gasto das despesas primárias de que trata a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 - EC nº 95, de 2017 em diante, do Ministério Público da União - MPU, ao considerar os valores pagos relativos ao crédito extraordinário para auxílio-moradia, efetivado por meio da Medida Provisória nº 711, de 18 de janeiro de 2016, na base de cálculo do referido teto de gastos do órgão.

As alterações ampliam o montante de despesas primárias do Ministério Público da União de 2020 em valor superior ao seu limite individualizado do exercício, de que tratam os arts. 107 a 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluídos pela EC nº 95, de 2016. Entretanto, segundo apontado pelo Tribunal de Contas da União - TCU nos autos do Processo TC 040.306/2019-4, "ao dotar o MPU dessas quantias referentes a 2017 e 2018 no orçamento vigente, o Poder Executivo não deverá considerá-las para efeito de cálculo do limite de gasto do órgão do exercício posterior." Portanto, ao não as considerar no cálculo para o exercício de 2021, não se trata de ampliar o seu limite deste exercício, mas unicamente de permitir que o órgão possa utilizar parte dos limites que não lhe foram disponibilizados nos exercícios de 2017 e 2018.

A Exposição de Motivos ainda informa que o aumento das despesas primárias do MPU foi considerado no Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas referente ao 3º bimestre de 2020, que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelo órgão envolvido, e que o cancelamento proposto está sendo oferecido com vistas a atender a duas situações distintas. A primeira, refere-se a mitigar os impactos do referido crédito na gestão fiscal responsável da União, uma vez que a redução em dotações do Poder Executivo mantém inalterados os limites da EC nº 95, de 2016, ao considerá-los de forma global, de tal maneira que as dotações autorizadas permaneçam compatíveis com o Novo Regime Fiscal. A segunda, que a mencionada redução não trará prejuízo em sua execução, tendo em vista que se optou por oferecer anulação de dotação da ação "0E72 - Reserva para compensação de proposições legislativas que criem despesa obrigatória ou renúncia de receita sujeitas à deliberação de órgão colegiado permanente do Poder Legislativo, durante o exame de compatibilidade e adequação orçamentária da legislação".





CONGRESSO NACIONAL

Ao Projeto de Lei não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - ANÁLISE

O presente PLN está sendo apreciado sob a égide do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 2, de 2020, que regulamentou a apreciação pelo Congresso Nacional dos projetos de lei de matéria orçamentária durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19.

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito suplementar, haja vista pretender ampliar recursos já existentes na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020). Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal; na Lei nº 4.320, de 1964; na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF); na Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020); e na Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 (Plano Plurianual de 2020 a 2023).

A decisão do Tribunal de Contas da União nos autos do Processo TC 040.306/2019-4 concede ao Ministério Público uma compensação pelo limite de gastos a menor nos exercícios de 2017 e 2018 devido ao uso equivocado de Medida Provisória para promover suplementação orçamentária ao órgão no exercício de referência para o limite de gastos primários imposto pelo Novo Regime Fiscal. Segundo o relatório que acompanha o Acórdão nº 3072/2019-TCU: “o fato de ela ter sido autorizada por meio de abertura de crédito extraordinário em 2016 não muda a natureza corriqueira da despesa, sobretudo se considerarmos que a realocação do crédito por meio de “crédito extraordinário” só ocorreu em razão do equívoco e da urgência de criação do crédito, impedindo que fosse feita por meio dos trâmites ordinários de aprovação de crédito suplementar”.

O relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao 3º bimestre de 2020, publicação da Secretaria do Tesouro Nacional, informa que o valor concedido ao MPU em decorrência do referido Acórdão soma R\$ 228,5 milhões e que os mesmos foram distribuídos entre despesas de Pessoal (R\$ 91,4 milhões), Benefícios ao Servidor (R\$ 33,6 milhões) e Outras despesas de Custeio e Capital (R\$ 103,5 milhões), conforme Ofício nº 24/2020/SG/SPO, de 09/07/2020. Portanto o presente crédito, de R\$ 166,8 milhões representa parte do valor a ser acrescido ao órgão em razão do já mencionado Acórdão do TCU.

A alocação dos créditos do presente PLN por Unidade Orçamentária ficaram assim distribuídos:

Órgão/Unidade Orçamentária	Suplementação	Cancelamento
34000 Ministério Público da União	166.822.755	0
34101 Ministério Público Federal	80.109.560	0
34102 Ministério Público Militar	9.234.176	0





CONGRESSO NACIONAL

34103 Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	36.979.478	0
34104 Ministério Público do Trabalho	40.499.541	0
90000 Reserva de Contingência	0	166.822.755
90000 Reserva de Contingência	0	166.822.755
TOTAL GERAL	166.822.755	166.822.755

A alocação por ação orçamentária ficou assim distribuída:

Ação	Suplementação	Cancelamento
0E72 - Reserva para compensação de proposições legislativas que criem despesa obrigatória ou renúncia de receita sujeitas à deliberação de órgão colegiado permanente do Poder Legislativo, durante o exame de compatibilidade e adequação orçamentária da legislação	0	166.822.755
110E - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR	10.000.000	0
11SD - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA	7.500.000	0
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	33.586.631	0
20TP - Ativos Cíveis da União	91.452.185	0
4261 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	13.883.172	0
4262 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho	1.800.261	0
4263 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar	1.100.506	0
7J45 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES	7.500.000	0
TOTAL GERAL	166.822.755	166.822.755

Quanto ao mérito, o presente crédito visa dar andamento a projetos como Aluguel Zero, uma política institucional de aquisição de edifícios-sedes e conclusão de obras e reformas, reduzindo despesas de aluguel. Ademais, o órgão solicita a adequação referente as ações de assistência médica e odontológica, de pessoal e encargos sociais, e com a





CONGRESSO NACIONAL

defesa do interesse público no processo judiciário para fazer frente às obrigações assumidas para o presente exercício.

III – VOTO DO RELATOR

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juricidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN nº 23, de 2020, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de de 2020

João Romão



Votação Nominal e Simbólica

PLEN - Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)**Data/Local:** 19/08/2020 - Plenário da Câmara dos Deputados

PLN 23/2020 CN - Projeto de Lei (CN) de Crédito Suplementar nº 23/2020

Votação iniciada em: - Votação encerrada em:

PT	Sim	DEM	Sim	AVANTE	Sim
PSL	Sim	SOLIDARIEDADE	Sim	PATRIOTA	Sim
PL	Sim	PROS	Sim	PV	Sim
PP	Sim	PTB	Sim	REDE	Sim
MDB	Sim	PODE	Sim	Maioria	Sim
PSD	Sim	PSOL	Sim	Minoria	Sim
REPUBLICANOS	Sim	PSC	Sim	Oposição	Sim
PSDB	Sim	CIDADANIA	Sim	Governo	Sim
PSB	Sim	PCdoB	Sim		
PDT	Sim	NOVO	Sim		

Orientação das Lideranças



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA PSL



Of. Nº 81/20-LID PSL

Brasília, 19 de agosto de 2020.

Excelentíssimo Senhor

DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de parlamentar.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico o Deputado **MARCELO FREITAS**
– **PSL/MG** para compor a Comissão Mista da Reforma Tributária.

Respeitosamente,

Felipe Francischini

Líder do PSL



CD/20500.09314-00



Término de prazos



Término do prazo de vigência, **em 18 de agosto de 2020**, da **Medida Provisória nº 905 de 2020**, que “Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências”.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, **até 17 de outubro de 2020**.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de **20/08/2020**)

Término do prazo de vigência, **em 13 de agosto de 2020**, da **Medida Provisória nº 953, de 2020**, que “Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica.”

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, **até 12 de outubro de 2020**.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de **20/08/2020**)

Término do prazo de vigência, **em 14 de agosto de 2020**, da **Medida Provisória nº 954, de 2020**, que “Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica.”

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, **até 13 de outubro de 2020**.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de **20/08/2020**)

Término do prazo de vigência, **em 17 de agosto de 2020**, da **Medida Provisória nº 955, de 2020**, que “Revoga a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista”.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa



do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, **até 16 de outubro de 2020.**

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de **20/08/2020**)

Término do prazo de vigência, em **10 de agosto de 2020**, da **Medida Provisória nº 981, de 2020**, que “Revoga a Medida Provisória que dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino”.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, **até 08 de outubro de 2020.**

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de **20/08/2020**)



Vetos



Publicação da Mensagem Presidencial nº 460, de 2020, em 19 de agosto de 2020, recebida em 19/8/2020, que comunica as razões do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2020 (oriundo da Medida Provisória nº 934/2020), que "Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009". (Veto nº 39, de 2020).

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 17 de setembro de 2020.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes, a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 39, DE 2020

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão n° 22, de 2020 (oriundo da MPV n° 934/2020), que "Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009".

Mensagem n° 460 de 2020, na origem
DOU de 19/08/2020

Recebido o veto no Senado Federal: 19/08/2020
Sobrestando a pauta a partir de: 18/09/2020

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 20/08/2020



[Página da matéria](#)



DISPOSITIVOS VETADOS

- § 7º do art. 2º
- § 8º do art. 2º
- "caput" do art. 5º
- parágrafo único do art. 5º
- § 1º do art. 6º
- § 2º do art. 6º
- "caput" do art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com a redação dada pelo art. 8º do projeto
- § 2º do art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com a redação dada pelo art. 8º do projeto
- inciso I do "caput" do art. 21A da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com a redação dada pelo art. 8º do projeto
- inciso II do "caput" do art. 21A da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com a redação dada pelo art. 8º do projeto
- parágrafo único do art. 21A da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com a redação dada pelo art. 8º do projeto



MENSAGEM Nº 460

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2020 (MP nº 934/20), que “Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009”.

Ouvido, o Ministério da Economia manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§§ 7º e 8º do art. 2º e §§ 1º e 2º do art. 6º

“§ 7º Caberá à União, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição Federal, prestar assistência técnica e financeira de forma supletiva aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal no provimento dos meios necessários ao acesso dos profissionais da educação e dos alunos da educação básica pública às atividades pedagógicas não presenciais adotadas pelos sistemas de ensino, durante o estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei.

§ 8º Para fins do disposto no § 7º deste artigo, serão utilizados recursos oriundos do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações instituído pela Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.”

“§ 1º Caberá à União, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição Federal, prestar assistência técnica e financeira de forma supletiva aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal para a adequada implementação das medidas necessárias ao retorno às atividades escolares regulares.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º deste artigo, serão utilizados recursos oriundos do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações instituído pela Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.”



Razões dos vetos

“Em que pese a boa intenção da iniciativa parlamentar, ao prever que caberá à União prover os meios necessários ao acesso dos profissionais da educação e dos alunos da educação básica pública às atividades pedagógicas não presenciais adotadas pelos sistemas de ensino, mediante assistência técnica e financeira de forma supletiva para Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como as medidas necessárias ao retorno às atividades escolares regulares, utilizando-se, para tanto, de recursos oriundos do regime extraordinário fiscal, verifica-se que há violação às regras do art. 167, II, da Constituição da República, vez que as despesas excedem os créditos orçamentários ou adicionais e a Emenda Constitucional nº 106/2020 não estabeleceu dotação orçamentária específica para o combate ao covid-19.”

A Secretaria de Governo da Presidência da República opinou pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

Art. 5º

“Art. 5º O Ministério da Educação ouvirá os sistemas estaduais de ensino para a definição das datas de realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) relativo ao ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Para o ano letivo subsequente ao afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, os processos seletivos de acesso aos cursos das instituições de educação superior que tenham aderido ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e ao Programa Universidade para Todos (Prouni) serão compatibilizados com a divulgação dos resultados do exame referido no caput deste artigo.”

Razões do veto

“Apesar da intenção de colaboração entre os entes federados para a definição das datas de realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), relativo ao ano afetado pelo estado de calamidade pública, a propositura viola o pacto federativo, uma vez que é prerrogativa do Governo Federal tal definição, no entanto, essa prerrogativa não afasta a manutenção de diálogo entre os entes federados. Ademais, ao condicionar os processos seletivos de acesso aos cursos das instituições de educação superior aderentes ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e ao Programa Universidade para Todos (Prouni) com a divulgação do resultado do Enem poderá prejudicar os alunos que não o fizeram e muitos que não o farão em função da pandemia, bem como poderá inviabilizar que outros tantos alunos de baixa renda possam ingressar no Prouni.”



3

Ouvidos, o Ministério da Educação e a Casa Civil da Presidência da República manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 8º

“Art. 8º A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal, observadas as disposições desta Lei e ressalvado o disposto no art. 21-A desta Lei.

.....

§ 2º Os recursos financeiros de que trata o § 1º deste artigo deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios, ressalvado o disposto no art. 21-A desta Lei.

.....’ (NR)

‘Art. 21-A. Durante o período de suspensão das aulas presenciais nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência ou de calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, com acompanhamento pelo CAE do ente federativo, à conta do PNAE, de acordo com o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 5º e no inciso I do caput do art. 16 desta Lei:

I - a distribuição imediata aos pais ou aos responsáveis dos estudantes nelle matriculados dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei;

II - a distribuição imediata aos pais ou aos responsáveis dos estudantes nelle matriculados dos recursos financeiros recebidos para aquisição de gêneros alimentícios, nos termos desta Lei, não considerada, nesta alternativa, a parcela de recursos obrigatoriamente destinada à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, prevista no art. 14 desta Lei.

Parágrafo único. Nas redes públicas municipais, o percentual mínimo a que se refere o art. 14 desta Lei será, em 2020, de 40% (quarenta por cento) para os Municípios de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.’ (NR)”



4

Razões do veto

“A propositura legislativa, ao estabelecer a distribuição imediata, aos pais ou aos responsáveis pelos estudantes matriculados nas escolas públicas, dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos para este fim, replica assunto disposto pela Lei nº 13.987/2020 que disciplina essa distribuição durante o estado de calamidade pública, o que ofende o inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe que mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei.

Além disso, a operacionalização dos recursos repassados é complexa, não se podendo assegurar que estes serão aplicados de fato na compra dos alimentos necessários aos estudantes, o que não favorece, ainda, a aquisição de gêneros da agricultura familiar.

Outrossim, ao elevar o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para 40% (quarenta por cento) dos recursos utilizados para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, acarretará em ônus aos municípios que já apresentam dificuldades no cenário atual para cumprimento da atual meta estabelecida.

Ressalta-se, porém, que não haverá prejuízo aos recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE, repassados aos entes subnacionais, uma vez que a questão continua abordada pela Lei nº 11.947/2009.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 18 de agosto de 2020.

Jair Bolsonaro



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei de Conversão nº 22 de 2020*
(oriundo da MPV nº 934/2020)

Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Educação (CNE) editará diretrizes nacionais com vistas à implementação do disposto nesta Lei.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino de educação básica, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, ficam dispensados, em caráter excepcional:

I – na educação infantil, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual previstos no inciso II do **caput** do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II – no ensino fundamental e no ensino médio, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do inciso I do **caput** e do § 1º do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, sem prejuízo da qualidade do ensino e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 1º A dispensa de que trata o **caput** deste artigo aplicar-se-á ao ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei.

§ 2º A reorganização do calendário escolar do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei obedecerá aos princípios dispostos no art. 206 da Constituição Federal, notadamente a igualdade de condições para o acesso e a permanência nas escolas, e contará com a participação das comunidades escolares para sua definição.

§ 3º Para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública



referido no art. 1º desta Lei poderá ser feita no ano subsequente, inclusive por meio da adoção de um **continuum** de 2 (duas) séries ou anos escolares, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a BNCC e as normas dos respectivos sistemas de ensino.

§ 4º A critério dos sistemas de ensino, no ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais:

I – na educação infantil, de acordo com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dessa etapa da educação básica e com as orientações pediátricas pertinentes quanto ao uso de tecnologias da informação e comunicação;

II – no ensino fundamental e no ensino médio, vinculadas aos conteúdos curriculares de cada etapa e modalidade, inclusive por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, cujo cômputo, para efeitos de integralização da carga horária mínima anual, obedecerá a critérios objetivos estabelecidos pelo CNE.

§ 5º Os sistemas de ensino que optarem por adotar atividades pedagógicas não presenciais como parte do cumprimento da carga horária anual deverão assegurar em suas normas que os alunos e os professores tenham acesso aos meios necessários para a realização dessas atividades.

§ 6º As diretrizes nacionais editadas pelo CNE e as normas dos sistemas de ensino, no que se refere a atividades pedagógicas não presenciais, considerarão as especificidades de cada faixa etária dos estudantes e de cada modalidade de ensino, em especial quanto à adequação da utilização de tecnologias da informação e comunicação, e a autonomia pedagógica das escolas assegurada pelos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 7º Caberá à União, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição Federal, prestar assistência técnica e financeira de forma supletiva aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal no provimento dos meios necessários ao acesso dos profissionais da educação e dos alunos da educação básica pública às atividades pedagógicas não presenciais adotadas pelos sistemas de ensino, durante o estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei.

§ 8º Para fins do disposto no § 7º deste artigo, serão utilizados recursos oriundos do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações instituído pela Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.

§ 9º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal implementarão, em regime de colaboração, estratégias intersetoriais de retorno às atividades escolares regulares nas áreas de educação, de saúde e de assistência social.

§ 10. Fica facultado aos sistemas de ensino, em caráter excepcional e mediante disponibilidade de vagas na rede pública, possibilitar ao aluno concluinte do ensino médio matricular-se para períodos de estudos de até 1 (um) ano escolar suplementar, relativos aos conteúdos curriculares do último ano escolar do ensino médio, no ano letivo subsequente ao afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei.



Art. 3º As instituições de educação superior ficam dispensadas, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico, nos termos do **caput** e do § 3º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para o ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, desde que:

I – seja mantida a carga horária prevista na grade curricular para cada curso; e

II – não haja prejuízo aos conteúdos essenciais para o exercício da profissão.

§ 1º Poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária exigida.

§ 2º Na hipótese de que trata o **caput** deste artigo, a instituição de educação superior poderá antecipar a conclusão dos cursos superiores de medicina, farmácia, enfermagem, fisioterapia e odontologia, desde que o aluno, observadas as normas a serem editadas pelo respectivo sistema de ensino e pelos órgãos superiores da instituição, cumpra, no mínimo:

I – 75 % (setenta e cinco por cento) da carga horária do internato do curso de medicina; ou

II – 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios dos cursos de enfermagem, farmácia, fisioterapia e odontologia.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a ampliar, ouvido o CNE, a lista de cursos referida no inciso II do § 2º deste artigo, nos mesmos termos previstos nesta Lei, para outros cursos superiores da área da saúde, desde que diretamente relacionados ao combate à pandemia da Covid-19.

Art. 4º Ficam os sistemas de ensino autorizados a antecipar, em caráter excepcional, a conclusão dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, desde que diretamente relacionados ao combate à pandemia da Covid-19, observadas as normas a serem editadas pelo respectivo sistema de ensino, caso o aluno cumpra, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária dos estágios curriculares obrigatórios.

Art. 5º O Ministério da Educação ouvirá os sistemas estaduais de ensino para a definição das datas de realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) relativo ao ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Para o ano letivo subsequente ao afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, os processos seletivos de acesso aos cursos das instituições de educação superior que tenham aderido ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e ao Programa Universidade para Todos (Prouni) serão compatibilizados com a divulgação dos resultados do exame referido no **caput** deste artigo.

Art. 6º O retorno às atividades escolares regulares observará as diretrizes das autoridades sanitárias e as regras estabelecidas pelo respectivo sistema de ensino.



§ 1º Caberá à União, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição Federal, prestar assistência técnica e financeira de forma supletiva aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal para a adequada implementação das medidas necessárias ao retorno às atividades escolares regulares.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º deste artigo, serão utilizados recursos oriundos do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações instituído pela Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.

§ 3º Será assegurado, observado o disposto no **caput** deste artigo, o acesso dos estudantes da educação básica e da educação superior em situação excepcional de risco epidemiológico decorrente da pandemia da Covid-19 a atendimento educacional adequado à sua condição em termos equivalentes ao previsto no art. 4º-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, garantidos aos estudantes das redes públicas programas de apoio, de alimentação e de assistência à saúde, entre outros.

Art. 7º No ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, serão mantidos os programas públicos suplementares de atendimento aos estudantes da educação básica e os programas públicos de assistência estudantil da educação superior.

Parágrafo único. No ano letivo referido no **caput** deste artigo, para efeito de cálculo dos repasses da União aos entes federativos subnacionais, relativos a programas nacionais instituídos pelas Leis nºs 11.947, de 16 de junho de 2009, e 10.880, de 9 de junho de 2004, serão considerados, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos.

Art. 8º A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal, observadas as disposições desta Lei e ressalvado o disposto no art. 21-A desta Lei.

.....

§ 2º Os recursos financeiros de que trata o § 1º deste artigo deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios, ressalvado o disposto no art. 21-A desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 21-A. Durante o período de suspensão das aulas presenciais nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência ou de calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, com acompanhamento pelo CAE do ente federativo, à conta do PNAE, de acordo com o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 5º e no inciso I do **caput** do art. 16 desta Lei:



I – a distribuição imediata aos pais ou aos responsáveis dos estudantes nelas matriculados dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei;

II – a distribuição imediata aos pais ou aos responsáveis dos estudantes nelas matriculados dos recursos financeiros recebidos para aquisição de gêneros alimentícios, nos termos desta Lei, não considerada, nesta alternativa, a parcela de recursos obrigatoriamente destinada à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, prevista no art. 14 desta Lei.

Parágrafo único. Nas redes públicas municipais, o percentual mínimo a que se refere o art. 14 desta Lei será, em 2020, de 40% (quarenta por cento) para os Municípios de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.” (NR)

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

* Dispositivos vetados em destaque



Publicação da Mensagem Presidencial nº 461, de 2020, em 19 de agosto de 2020, recebida em 19/8/2020, que comunica as razões do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2020 (oriundo da Medida Provisória nº 938/2020), que "Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19". (Veto nº 40, de 2020).

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 17 de setembro de 2020.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes, a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 40, DE 2020

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão n° 26, de 2020 (oriundo da MPV n° 938/2020), que "Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19".

Mensagem n° 461 de 2020, na origem
DOU de 19/08/2020

Recebido o veto no Senado Federal: 19/08/2020
Sobrestando a pauta a partir de: 18/09/2020

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 20/08/2020



[Página da matéria](#)



DISPOSITIVO VETADO:

- § 4º do art. 2º



MENSAGEM Nº 461

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2020 (MP nº 938/20), que “Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19”.

Ouvido, o Ministério da Economia manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 4º do art. 2º

“§ 4º O valor total do apoio financeiro referente aos 9 (nove) meses não poderá ultrapassar o valor total definido no **caput** deste artigo, e eventuais saldos sobressalentes deverão ser entregues aos entes pelos mesmos critérios e prazos aplicáveis à parcela relativa a novembro de 2020.”

Razões dos vetos

“A propositura legislativa, ao impedir o retorno dos saldos sobressalentes do apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios aos cofres da União, extrapola o objeto da medida no tocante à compensação de perdas com arrecadação dos entes.

Ademais, está em descompasso com o atual contexto de restrição fiscal do País, ao permitir um incremento no valor dos repasses aos fundos de participação em montantes superiores aos valores de 2019.”



2

Essas, Senhor Presidente, as razões que me conduziram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 18 de agosto de 2020.

Jair Bolsonaro



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei de Conversão nº 26 de 2020*
(oriundo da MPV nº 938/2020)

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A União prestará apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio da entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I do **caput** do art. 159 da Constituição Federal nos meses de março a novembro do exercício de 2020 e os valores creditados no mesmo período de 2019, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza, de acordo com os prazos e as condições estabelecidos neste artigo e no art. 2º desta Lei e limitado à dotação orçamentária específica para essa finalidade.

§ 1º O valor a que se refere o **caput** deste artigo será calculado a partir das variações mensais de março a novembro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, para cada ente federativo.

§ 2º A entrega dos valores ocorrerá nos meses de março a novembro de 2020, da seguinte maneira:

I – até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês posterior ao período da variação observada, caso haja disponibilidade orçamentária; ou

II – até o 5º (quinto) dia útil após a aprovação dos respectivos créditos orçamentários.

§ 3º O valor referente a cada ente federativo será:

I – calculado pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, nos termos deste artigo e do art. 2º desta Lei; e

II – creditado pelo Banco do Brasil S.A. na conta bancária em que são depositados os repasses regulares dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º O valor total do apoio financeiro de que trata o art. 1º desta Lei será de até R\$ 16.000.000.000,00 (dezesesseis bilhões de reais).



§ 1º O valor mensal do apoio financeiro de que trata o art. 1º desta Lei será de até:

I – R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), nos meses de março a junho de 2020;

II – R\$ 2.050.000.000,00 (dois bilhões e cinquenta milhões de reais), nos meses de julho a novembro de 2020.

§ 2º Na hipótese de a diferença apurada nos termos do art. 1º desta Lei, para um mês específico, ser maior que o valor definido no § 1º deste artigo, os recursos disponíveis para os meses seguintes poderão ser utilizados somente para a finalidade prevista no **caput** do art. 1º desta Lei.

§ 3º Na hipótese de a diferença apurada nos termos do art. 1º desta Lei, para um mês específico, ser menor que o valor definido no § 1º deste artigo, somente o valor da diferença será repassado.

§ 4º O valor total do apoio financeiro referente aos 9 (nove) meses não poderá ultrapassar o valor total definido no **caput** deste artigo, e eventuais saldos sobressalentes deverão ser entregues aos entes pelos mesmos critérios e prazos aplicáveis à parcela relativa a novembro de 2020.

§ 5º Na hipótese de a diferença apurada no total dos 9 (nove) meses ser maior que o valor total definido no **caput** deste artigo, o repasse para cada ente federativo será realizado de forma proporcional ao valor disponível.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

* Dispositivo vetado em destaque



LEI PROMULGADA



LEI Nº 14.036, DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para estabelecer a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação dos valores por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 986, de 2020, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 14 da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

“Art. 14.

.....
§ 1º O repasse do valor previsto no **caput** do art. 2º desta Lei aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios deverá ocorrer na forma e no prazo previstos no regulamento.

§ 2º Os recursos repassados na forma prevista nesta Lei, observado o disposto no § 2º do art. 3º desta Lei, que não tenham sido destinados ou que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Estados ou



pelo Distrito Federal no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data da descentralização realizada pela União, serão restituídos na forma e no prazo previstos no regulamento.

§ 3º A aplicação dos recursos prevista nesta Lei pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, observado o disposto no § 1º do art. 2º desta Lei, mesmo em relação à renda emergencial prevista no inciso I do **caput** do art. 2º e ao subsídio mensal previsto no inciso II do **caput** do art. 2º desta Lei, fica limitada aos valores entregues pela União nos termos do art. 3º desta Lei, ressalvada a faculdade dos entes federativos de suplementá-los por meio de outras fontes próprias de recursos.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 13 de agosto de 2020.

199º da Independência e 132º da República

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

tksa/mpv20-986



ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 107, DE 2020**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 983, de 16 de junho de 2020**, publicada no Diário Oficial da União no dia 17, do mesmo mês e ano, que “Dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em comunicações com entes públicos e em questões de saúde e sobre as licenças de **softwares** desenvolvidos por entes públicos”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 14 de agosto de 2020.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 108, DE 2020**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 984, de 18 de junho de 2020**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, e dá outras providências, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da **covid-19**, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 14 de agosto de 2020.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 109, DE 2020**

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 951, de 15 de abril de 2020**, que “Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 12 de agosto de 2020.

Congresso Nacional, em 19 de agosto de 2020.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 110, DE 2020**

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 952, de 15 de abril de 2020**, que “Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 12 de agosto de 2020.

Congresso Nacional, em 19 de agosto de 2020.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 111, DE 2020**

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 953, de 15 de abril de 2020**, que “Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 13 de agosto de 2020.

Congresso Nacional, em 19 de agosto de 2020.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 112, DE 2020**

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 954, de 17 de abril de 2020**, que “Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**covid-19**), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 14 de agosto de 2020.

Congresso Nacional, em 19 de agosto de 2020.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 113, DE 2020**

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 955, de 20 de abril de 2020**, que “Revoga a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 17 de agosto de 2020.

Congresso Nacional, em 19 de agosto de 2020.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (MDB-PR)

RELATOR: Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA)

Designação: 14/08/2019

Instalação: 28/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁴⁾	1. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁴⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁴⁾	2. Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁴⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽²⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽¹⁷⁾	1. Tasso Jereissati - PSDB/CE
Rose de Freitas - PODEMOS/ES ^(3,18,22)	2. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN ^(19,22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽⁵⁾
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁵⁾	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽¹⁵⁾
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽⁶⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽²⁷⁾
Lucas Barreto - AP ^(27,34,35)	2. Angelo Coronel - BA ⁽²⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁷⁾	1. Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁷⁾
Paulo Rocha - PT/PA ⁽⁷⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁸⁾	1. Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Pablo - PSL/AM (18,25)	1. Delegado Waldir - PSL/GO (18)
Átila Lins - PP/AM (18)	2. Claudio Cajado - PP/BA (18)
Edilázio Júnior - PSD/MA (16)	3. Sidney Leite - PSD/AM (32)
Sergio Souza - MDB/PR (9)	4. VAGO
Zé Vitor - PL/MG (10,30)	5. Raimundo Costa - PL/BA (10,30)
Aroldo Martins - REPUBLICANOS/PR (11)	6. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS (11)
Luiz Carlos - PSDB/AP (21)	7. Alan Rick - DEM/AC (29)
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Leônidas Cristino - PDT/CE (18,23,28)	1. Acácio Favacho - PROS/AP (18)
Roberto de Lucena - PODEMOS/SP (12)	2. Léo Moraes - PODEMOS/RO (26)
PT	
Leonardo Monteiro - MG (13,33)	1. Nilto Tatto - SP (13)
PSB	
Camilo Capiberibe - AP (18,20)	1. Lídice da Mata - BA (18,20)
PSOL (1)	
Talíria Petrone - RJ (18,24)	1. Edmilson Rodrigues - PA (18,31)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PSOL-CD).
2. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 49/2019 da Liderança do PP.
3. Designado, como membro titular, o Senador Styvenson Valentim (PODE), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 54/2019 da Liderança do PODEMOS.
4. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato (REDE), em 14.8.2019, conforme Memorando nº 94/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
5. Designado, como membro suplente, o Senador Randolfe Rodrigues (REDE), em 14.8.2019, conforme Memorando nº 94/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
6. Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Petecão (PSD), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 17/2019 da Liderança do PSD.
7. Designados, como membros titulares, os Senadores Jaques Wagner (PT) e Paulo Rocha (PT); e, como suplentes, o Senador Telmário Mota (PROS) e a Senadora Zenaide Maia (PROS), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 53/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
8. Designado, como membro titular, o Senador Zequinha Marinho (PSC); e como suplente, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 42/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda.
9. Designado, como membro titular, o Deputado Sérgio Souza (MDB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 184/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Raimundo Costa (PL); e, como suplente, o Deputado Zé Vitor (PL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 212/2019 da Liderança do PL.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Aroldo Martins (PRB); e, como suplente, o Deputado Carlos Gomes (PRB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 125/2019 da Liderança do PRB.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Roberto de Lucena (PODE), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 132/2019 da Liderança do PODEMOS.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT); e, como suplente, o Deputado Nilto Tatto (PT), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 294/2019 da Liderança do PT.
14. Designados, como membros titulares, os Senadores Eduardo Gomes (MDB) e Confúcio Moura (MDB); e, como suplentes, os Senadores Márcio Bittar (MDB) e Eduardo Braga (MDB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 173/2019 da Liderança do MDB.
15. Designado, como membro titular, o Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA); e, como suplente, a Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Edilázio Júnior (PSD), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 314/2019 da Liderança do PSD.
17. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 94/2019 da Liderança do PSDB.
18. Parlamentares designados com base no art. 9º, § 1º, do Regimento Comum do Congresso Nacional e art. 4º, § 2º, da Resolução nº 4/2008-CN: Senador Tasso Jereissati (PSDB) e Deputados Luciano Bivar (PSL), Delegado Waldir (PSL), Átila Lins (PP), Claudio Cajado (PP), Damião Feliciano (PDT), Wolney Queiroz (PDT), Gonzaga Patriota (PSB), Átila Lira (PSB), Ivan Valente (PSOL) e Luiza Erundina (PSOL).
19. Designada, como membro suplente, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em vaga existente, em 15.8.2019, conforme Ofício nº 84/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 79](#))
20. Designado, como membro titular, o Deputado Camilo Capiberibe (PSB), em substituição ao Deputado Gonzaga Patriota (PSB); e, como suplente, é designada a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB), em 16.8.2019, conforme Ofício nº 203/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 80](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



21. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 465/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 29/08/2019, p. 320](#))
22. Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em substituição ao Senador Styvenson Valentim (PODE), que passa à condição de suplente, em 27.8.2019, conforme Ofício nº 98/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 29/08/2019, p. 316](#))
23. Designado, como membro titular, o Deputado Leônidas Cristino (PDT), em substituição ao Deputado Damião Feliciano (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 309/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 318](#))
24. Designada, como membro titular, a Deputada Talíria Petrone (PSOL), em substituição ao Deputado Ivan Valente (PSOL), em 28.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 29/08/2019, p. 317](#))
25. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Pablo (PSL), em substituição ao Deputado Luciano Bivar (PSL), em 28.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 29/08/2019, p. 319](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Léo Moraes (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 97](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto (PSD), em vaga existente; e, como suplentes, são designados os Senadores Otto Alencar (PSD) e Angelo Coronel (PSD), em vagas existentes, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 130/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 05/09/2019, p. 96](#))
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Acácio Favacho (PROS), em substituição ao Deputado Wolney Queiroz (PDT), em vaga cedida, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 312/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 98](#))
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Alan Rick (DEM), em vaga existente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 762/2019 da Liderança do DEM.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Zé Vitor (PL), em substituição ao Deputado Raimundo Costa (PL), que passa à condição de suplente, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 229/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 12/09/2019, p. 225](#))
31. Designado, como membro suplente, o Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL), em substituição à Deputada Luiza Erundina (PSOL), em 02.10.2019, conforme Memo nº 192/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 03/10/2019, p. 229](#))
32. Designado, como membro suplente, o Deputado Sidney Leite (PSD), em vaga existente, em 8.10.2019, conforme Ofício nº 444/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 10/10/2019, p. 823](#))
33. Designado, como membro titular, o Deputado José Airton (PT), em substituição ao Deputado Leonardo Monteiro (PT), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 677/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/12/2019, p. 161](#))
34. Designado, como membro titular, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD/SF. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
35. Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2020, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD/SF.

Secretário: CAROLINA FREITAS MENDONÇA MARIANO

Telefone(s): (61) 3303-3229

E-mail: cocm@senado.gov.br



Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Claudio Cajado (PP/BA) ⁽⁶⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) ⁽⁴⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jaques Wagner (PT/BA) ⁽⁵⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Edio Lopes (PL/RR) ⁽²⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) ⁽³⁾

Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente ⁽¹⁾ (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - REDE/PR ⁽⁶⁾	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Waldir - PSL/GO ⁽³⁾	1. Delegado Marcelo Freitas - PSL/MG ⁽³⁾
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ ⁽³⁾	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽³⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽³⁾	1. Damião Feliciano - PDT/PB ⁽³⁾
PT	
Reginaldo Lopes - MG ^(3,9)	1. VAGO ⁽³⁾
PSB ⁽²⁾	
VAGO ^(3,8)	1. Pastor Eurico - PATRIOTA/PE ^(3,7)

Notas:

*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

**. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: Titulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
9. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT), conforme Ofício nº 84/2020 da Liderança do PT.



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Deputada Elcione Barbalho (MDB-PA)

RELATOR: VAGO

Designação: 07/08/2019

Instalação: 14/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Simone Tebet - MDB/MS ⁽²⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽³⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽¹⁶⁾	1. Juíza Selma - PODEMOS/ES ⁽¹⁹⁾
Rose de Freitas - PODEMOS/ES ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Leila Barros - PSB/DF ⁽⁵⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁵⁾
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽⁵⁾	2. VAGO
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁷⁾	1. Paulo Paim - PT/RS ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁸⁾	1. Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Carla Dickson - PROS/RN ⁽²³⁾	1. VAGO
Margarete Coelho - PP/PI ⁽¹⁵⁾	2. Angela Amin - PP/SC ⁽¹⁵⁾
Flordelis - PSD/RJ ⁽⁹⁾	3. VAGO
Elcione Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁰⁾	4. VAGO
Policial Katia Sastre - PL/SP ⁽¹¹⁾	5. Flávia Arruda - PL/DF ⁽¹¹⁾
Aline Gurgel - REPUBLICANOS/AP ⁽¹²⁾	6. Maria Rosas - REPUBLICANOS/SP ⁽¹²⁾
VAGO	7. VAGO
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Flávia Moraes - PDT/GO ⁽¹⁷⁾	1. VAGO
Léo Moraes - PODEMOS/RO ⁽¹³⁾	2. VAGO
PT	
Luizianne Lins - CE ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PSB	
Vilson da Fetaemg - MG ⁽²¹⁾	1. VAGO ^(21,22)
PSOL ⁽¹⁾	
Áurea Carolina - MG ⁽²⁰⁾	1. Talíria Petrone - RJ ⁽²⁰⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PSOL-CD).
2. Designada, como membro titular, a Senadora Simone Tebet (MDB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do MDB.
3. Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 48/2019 da Liderança do PP.
4. Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PODEMOS.
5. Designadas, como membros titulares, as Senadoras Leila Barros (PSB) e Eliziane Gama (CIDADANIA); e, como suplente, é designado o Senador Fabiano Contarato (REDE), em 7.8.2019, conforme Memorando nº 92/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
6. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Senadora Zenaide Maia (PROS; e, como suplentes, são designados os Senadores Paulo Paim (PT) e Jean Paul Prates (PT), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 52/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. [Obs.: A indicação da Senadora Renilde Bulhões (PROS) constou no ofício da liderança, porém a indicada não estava no exercício do mandato parlamentar na data da designação - 07/08/2019].
8. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo (DEM); e, como suplente, é designado o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 41/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flordelis (PSD), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Elcione Barbalho (MDB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 185/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PT.
11. Designada, como membro titular, a Deputada Policial Katia Sastre (PL); e, como suplente, a Deputada Flávia Arruda (PL), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 211/2019 da Liderança do PL.
12. Designada, como membro titular, a Deputada Aline Gurgel (PRB); e, como suplente, a Deputada Maria Rosas (PRB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 122/2019 da Liderança do PL.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Léo Moraes (PODE), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 131/2019 da Liderança do PODEMOS.
14. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 295/2019 da Liderança do PT.
15. Designada, como membro titular, a Deputada Margarete Coelho (PP); e, como suplente, a Deputada Angela Amin (PP), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 121/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB.
16. Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB), em 8.8.2019, conforme Ofício nº 93/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 148](#))
17. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes (PDT), em 13.8.2019, conforme Ofício nº 296/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 15/08/2019, p. 150](#))
18. Instalação e eleição da Presidência em 14/08/2019.
19. Designada, como membro suplente, a Senadora Juíza Selma (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 14.8.2019, conforme Ofício nº 73/2019, da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 149](#))
20. Designada, como membro titular, a Deputada Áurea Carolina (PSOL); e, como suplente, a Deputada Talíria Petrone (PSOL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 155/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/08/2019, p. 151](#))
21. Designados, como membro titular, o Deputado Vilson da Fetaemg (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em vagas existentes, em 16.8.2019, conforme Ofício nº 204/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 81](#))



22. Dispensada a participação da Deputada Rosana Valle (PSB), em 23/9/2019, conforme Ofício nº 273/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30/8/19). ([DCN de 26/09/2019, p. 389](#))

23. 10/07/2020: Designada como titular a Deputada Carla Dickson (PROS/RN). (Of. 74/2020 da Liderança do PSL)

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁾	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽³⁾	1. VAGO
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽⁵⁾	1. Flávio Arns - REDE/PR ⁽⁶⁾
Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽⁵⁾	2. Leila Barros - PSB/DF ⁽¹⁴⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ^(7,27)	1. Angelo Coronel - BA ^(7,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG ⁽⁹⁾	1. Jayme Campos - DEM/MT ⁽⁹⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾	
Heitor Freire - PSL/CE ^(17,30)	1. Carlos Jordy - PSL/RJ ^(16,22,24)
Delegado Waldir - PSL/GO ^(16,21)	2. VAGO ⁽¹⁵⁾



TITULARES	SUPLENTE
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
Átila Lira - PP/PI (25,31)	4. Ricardo Barros - PP/PR
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - PL/BA (11)
Edio Lopes - PL/RR (11)	6. Giovani Cherini - PL/RS
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PSD/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ
Moses Rodrigues - MDB/CE	9. Celso Maldaner - MDB/SC
Vinicius Farah - MDB/RJ	10. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Lucas Redecker - PSDB/RS	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - DEM/SP	13. Pedro Lupion - DEM/PR
Paes Landim (29)	14. Santini - PTB/RS
VAGO (19,28)	15. Bruna Furlan - PSDB/SP
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE (10)	
Paulo Ramos - PDT/RJ	1. Afonso Motta - PDT/RS
Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ	2. Tiago Dimas - SOLIDARIEDADE/TO
Bacelar - PODEMOS/BA	3. Roberto de Lucena - PODEMOS/SP
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PATRIOTA/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE (10)	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS (18)	3. VAGO (18)
Fernanda Melchionna - PSOL/RS	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO (10)	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC (12,20,26)
PTC (10)	
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	1. Eros Biondini - PROS/MG (23)

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

** A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. (DCN de 11/04/2019, p. 50; DCN de 23/05/2019, p. 101)

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. (DCN de 11/04/2019, p. 51; DCN de 23/05/2019, p. 102)

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. (DCN de 11/04/2019, p. 52; DCN de 23/05/2019, p. 103)

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. (DCN de 11/04/2019, p. 53; DCN de 23/05/2019, p. 104)

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 54; DCN de 23/05/2019, p. 105)

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 55; DCN de 23/05/2019, p. 106)

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. (DCN de 11/04/2019, p. 56; DCN de 23/05/2019, p. 107)

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 11/04/2019, p. 57; DCN de 23/05/2019, p. 108)

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. (DCN de 11/04/2019, p. 58; DCN de 23/05/2019, p. 109)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn



10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB). ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
28. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2019 da Liderança do PP.

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefone(s): 3216-6871

E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Notas:

*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Bruna Furlan (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

RELATOR: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP)

Designação: 27/11/2019

Instalação: 04/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Luiz Pastore ⁽¹⁸⁾	1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁸⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁸⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁸⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽²⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - REDE/PR ⁽³⁾	1. VAGO
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽³⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽⁴⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾
VAGO ^(5,13)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹⁴⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹⁴⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹⁴⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁴⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. Lucas Barreto - AP ^(6,20,22)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO	1. VAGO
PODEMOS	
VAGO	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
VAGO	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP ⁽⁷⁾	2. Gutemberg Reis - MDB/RJ ⁽¹⁷⁾
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽⁸⁾	1. Maria do Rosário - RS ⁽⁸⁾
PSL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP ⁽¹⁹⁾	1. VAGO
PSD	
Stefano Aguiar - MG ⁽⁹⁾	1. VAGO
PL	
Marcio Alvino - SP ⁽¹⁰⁾	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR ⁽²¹⁾	1. VAGO
PSDB	
Bruna Furlan - SP ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Barbosa - MG ⁽¹¹⁾
DEM	
Luis Miranda - DF ⁽¹⁵⁾	1. VAGO
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹²⁾	1. Silvia Cristina - RO ⁽¹²⁾
PODEMOS ⁽¹⁾	
Orlando Silva - PCdoB/SP ⁽¹⁶⁾	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PODEMOS-CD).
2. Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PP.
3. Designados, como membros titulares, o Senador Flávio Arns (Rede) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 134/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar do Bloco Senado Independente.
4. Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB); e, como suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 115/2019 da Liderança do PSDB.
5. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia (PSDB), em vaga cedida pelo PSL ao PSDB, em 27.11.2019, conforme Ofício nº 116/2019 da Liderança do PSDB (com anuência do PSL).
6. Designados, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Deputado Baleia Rossi (MDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
8. Designados, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini (PT); e, como suplente, a Deputada Maria do Rosário (PT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 596/2019 da Liderança do PT.
9. Designado, como membro titular, o Deputado Stefano Aguiar (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 473/2019 da Liderança do PSD.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino (PL), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 367/2019 da Liderança do PL.
11. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB); e, como suplente, é designado o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 582/2019 da Liderança do PSDB.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadêlha (PDT); e, como suplente, é designada a Deputada Silvia Cristina (PDT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 346/2019 da Liderança do PDT.
13. 03/03/2020: Desligado da titularidade o Senador Antonio Anastasia. (Of. 24/2020 da Liderança do PSDB)
14. Designados, como membros titulares, os Senadores Paulo Paim (PT) e Telmário Mota (PROS); e, como suplentes, os Senadores Paulo Rocha (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 111/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



15. Designado, como membro titular, o Deputado Luís Miranda (DEM), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 822/2019 da Liderança do Democratas.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em vaga cedida ao PCdoB, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 279/2019 da Liderança do Podemos ([DCN de 05/12/2019, p. 155](#))
17. Designado como suplente o Deputado Gutemberg Reis, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 226/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/12/2019, p. 153](#))
18. Designados, como membros titulares, os Senadores Luiz Pastore (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos); e, como suplente, os Senadores Jarbas Vasconcelos (MDB) e Jader Barbalho (MDB), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 246/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 05/12/2019, p. 154](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 499/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 562](#))
20. Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
21. Designado, como membro titular, o Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS), em 11.03.2020, conforme Ofício nº 33/2020 da Liderança do REPUBLICANOS.
22. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2019, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD.

Secretário: Marcos Machado Melo



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

CMMPV 905/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 905, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Sérgio Petecão (PSD-AC)

VICE-PRESIDENTE: Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)

RELATOR: Christino Aureo (PP-RJ)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 18/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁾	1. Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁾	2. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁾
Esperidião Amin - PP/SC ^(13,28)	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽²⁰⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽²²⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽²⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴¹⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽⁴¹⁾	2. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão - AC ^(8,16)	1. Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁸⁾
Irajá - TO	2. Carlos Viana - MG ^(7,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽²⁵⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE
Paulo Paim - PT/RS ⁽²⁵⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE ^(10,47)	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁰⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Christino Aureo - PP/RJ ⁽³⁾	1. Carlos Chiodini - MDB/SC ⁽²³⁾
Hildo Rocha - MDB/MA ^(23,38,39,43)	2. Átila Lira - PP/PI ⁽²⁴⁾
PT	
Paulo Pimenta - RS	1. Rogério Correia - MG ⁽¹⁷⁾
PSL	
Felício Laterça - RJ ^(4,15,31,33,36,45)	1. Dra. Soraya Manato - ES ^(4,15,29,34,40,42)
PSD	
Sidney Leite - AM ⁽³⁰⁾	1. Hugo Leal - RJ ⁽²⁶⁾
PL	
Lucas Vergílio - SOLIDARIEDADE/GO ⁽²¹⁾	1. Lincoln Portela - MG ⁽¹⁹⁾
PSB	
Danilo Cabral - PE ⁽¹⁸⁾	1. Bira do Pindaré - MA ⁽¹⁸⁾
REPUBLICANOS	
Julio Cesar Ribeiro - DF ⁽²⁷⁾	1. Ossesio Silva - PE ⁽²⁷⁾
PSDB	
Eduardo Cury - SP ⁽³²⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Kim Kataguirí - SP ⁽⁵⁾	1. Fred Costa - PATRIOTA/MG ⁽¹⁴⁾
PDT	
Paulo Ramos - RJ ⁽³⁷⁾	1. Mauro Benevides Filho - CE ⁽⁹⁾
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Léo Moraes - RO ^(11,46)
SOLIDARIEDADE	
Paulo Pereira da Silva - SP ⁽⁶⁾	1. Orlando Silva - PCdoB/SP ^(12,35,44)

Notas:

- 18/11/2019: Designado como titular o Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Confúcio Moura; designado como suplente o Senador Marcelo Castro; designado como suplente o Senador Eduardo Gomes. (Of. 230/2019 - Liderança do MDB)
- 18/11/2019: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Of. 140/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Christino Aureo. (Of. 387/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
- 18/11/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 441/2019 - Liderança do PSL)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Kim Kataguirí. (Of. 825/2019 - Liderança do DEM)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Paulo Pereira da Silva. (Of. 212/2019 - Liderança do Solidariedade)
- 19/11/2019: Designado como suplente o Senador Otto Alencar. (Of. 164/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 21/11/2019, p. 202](#))
- 19/11/2019: Designado como titular o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Otto Alencar; designado como suplente o Senador Arolde de Oliveira, em substituição ao Senador Angelo Coronel. (Of. 162/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 21/11/2019, p. 201](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 380/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 21/11/2019, p. 205](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 126/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 200](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar. (Of. 271/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 204](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Lucas Vergílio. (Of. 213/2019 - Liderança do SOLIDARIEDADE) ([DCN de 28/11/2019, p. 339](#))
- 20/11/2019: Designada como titular a Senadora Mailza Gomes, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 80/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 21/11/2019, p. 199](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



14. 21/11/2019: Designado como suplente o Deputado Fred Costa. (Of. 829/2019 - Liderança do DEM) ([DCN de 28/11/2019, p. 347](#))
15. 21/11/2019: Designada como titular a Deputada Major Fabiana, em substituição à Deputada Bia Kicis; Como suplente, o Deputado Sanderson substitui o Deputado Carlos Jody. (Of. 473/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 28/11/2019, p. 345](#))
16. 21/11/2019: Designado como Titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a assumir a vaga de suplente em substituição ao Senador Otto Alencar. (Of.166, Liderança do PSD) ([DCN de 28/11/2019, p. 338](#))
17. 26/11/2019: Designado como suplente o Deputado Rogério Correia, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 673/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 28/11/2019, p. 346](#))
18. 27/11/2019: Designado o Deputado Danilo Cabral como titular, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar; Como suplente, designa-se o Deputado Bira do Pindaré em substituição ao Deputado Elias Vaz. (Of.321, Liderança PSB) ([DCN de 28/11/2019, p. 342](#))
19. 27/11/2019: Designado o Deputado Lincoln Portela como suplente, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of.395, Liderança PL) ([DCN de 28/11/2019, p. 343](#))
20. 27/11/2019: Designado o Senador Plínio Valério como titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha. (Of.122, Liderança PSDB) ([DCN de 28/11/2019, p. 337](#))
21. 27/11/2019: Designado o Deputado Lucas Vergílio como titular, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of.403, Liderança PL) ([DCN de 28/11/2019, p. 344](#))
22. 27/11/2019: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Major Olímpio; designado como suplente o Senador Major Olímpio. (Of. 106/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 28/11/2019, p. 336](#))
23. 27/11/2019: Designado como titular o Deputado Herculiano Passos; designado como suplente o Deputado Carlos Chiodini. (Of. 223/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 28/11/2019, p. 340](#))
24. 27/11/2019: Designado como suplente o Deputado Atila Lira. (Of. 224/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 28/11/2019, p. 341](#))
25. 04/12/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Telmário Mota. (Of. 110/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 05/12/2019, p. 175](#))
26. 04/12/2019: Designado como suplente o Deputado Hugo Leal, em substituição ao Deputado Diego Andrade. (Of. 722/2019 da Liderança do PSD) ([DCN de 05/12/2019, p. 176](#))
27. 10/12/2019: Designado como titular o Deputado Julio Cesar Ribeiro, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; designado como suplente o Deputado Ossesio Silva, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 228/2019 da Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 12/12/2019, p. 574](#))
28. 10/12/2019: Designado como titular o Senador Esperidião Amin, em substituição à Senadora Mailza Gomes. (Of. 84/2019 da Liderança do PP) ([DCN de 12/12/2019, p. 573](#))
29. 11/12/2019: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Sanderson. (Of. 505/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 575](#))
30. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado André de Paula. (Of. 531/2019 da Liderança do PSD) ([DCN de 12/12/2019, p. 576](#))
31. 11/12/2019: Designada como titular a Deputada Joice Hasselmann, em substituição à Deputada Major Fabiana. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
32. 12/12/19: Designado como titular o Deputado Eduardo Curly, substituindo o Deputado Carlos Sampaio. (Of. 685 Liderança PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 195](#))
33. 17/12/2019: Designada como titular a Deputada Major Fabiana, em substituição à Deputada Joice Hasselmann; designado como suplente o Deputado Sanderson, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)
34. 19/02/2020: Desligado da Suplência o Deputado Sanderson, da Comissão Mista (Of. 33/2020 da Liderança do PSL).
35. 04/02/2020: Designado como suplente o Deputado Aureo Ribeiro. (Of. 2/2020 da Liderança do SOLIDARIEDADE) ([DCN de 06/02/2020, p. 40](#))
36. 04/02/2020 (às 15h39): Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição à Deputada Major Fabiana. (Of. 9/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 06/02/2020, p. 41](#))
37. 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Paulo Ramos, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 3/2020 da Liderança do PDT) ([DCN de 13/02/2020, p. 194](#))
38. 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Darcísio Perondi, em substituição ao Deputado Herculano Passos. (Of. 2/2020 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB) ([DCN de 13/02/2020, p. 261](#))
39. 18/02/2020: Deputado Darcísio Perondi é desligado da Comissão (reassunção do Deputado Osmar Terra, titular).
40. 19/02/2020: Desligamento do Deputado Sanderson, da Comissão Mista (Of. 33/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 35](#))
41. 03/03/2020: Designado o Senador Randolfe Rodrigues como titular, designado como suplente o Senador Fabiano Contarato. (Of.012/2020, Liderança Senado Independente)
42. 03/03/2020: Designada como suplente a Deputada Dra. Soraya Manato. (Of.37/2020 da Liderança do PSL)
43. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Hildo Rocha, em substituição ao Deputado Darcísio Perondi. (Of. 51/2020 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB)
44. 04/03/2020: Designado como suplente o Deputado Orlando Silva, em substituição ao Deputado Aureo Ribeiro. (Of.15/2020 - Liderança do Solidariedade)
45. 10/03/2020: Designado como titular o Deputado Felipe Laterça, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 48/2020 da Liderança do PSL)
46. 10/03/2020: Designado como suplente o Deputado Léo Moraes, em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (Sem Partido)
47. 17/03/2030: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senado Lasier Martins. (Of. 030/2020 - Liderança do Podemos)

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 915/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 915, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 915, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 05/02/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁴⁾	1. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽⁴⁾
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽⁴⁾	2. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁴⁾
Esperidião Amin - PP/SC ^(3,13)	3. Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁰⁾	1. Weverton - PDT/MA ⁽¹⁰⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽⁵⁾	1. Angelo Coronel - BA
Paulo Albuquerque ⁽⁵⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹¹⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹¹⁾
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Juíza Selma ⁽⁸⁾	1. Oriovisto Guimarães - PR ⁽⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Laercio Oliveira - PP/SE ⁽¹²⁾	1. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽¹²⁾
Marcos Aurélio Sampaio - MDB/PI ⁽⁷⁾	2. VAGO
PT	
Enio Verri - PR	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Felipe Francischini - PR ^(2,14,15)	1. Nereu Crispim - RS ^(2,15)
PSD	
Diego Andrade - MG	1. Antonio Brito - BA
PL	
João Carlos Bacelar - BA ⁽⁹⁾	1. Wellington Roberto - PB ⁽⁹⁾
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Rodrigo de Castro - MG ⁽⁶⁾	1. Adolfo Viana - BA
DEM	
Leur Lomanto Júnior - BA ⁽¹⁾	1. VAGO
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Bacelar - BA
AVANTE	
Luis Tibé - MG	1. Pastor Sargento Isidório - BA

Notas:

- 05/02/2020: Designado como titular o Deputado Leur Lomanto Júnior. (Of. 3/2020 da Liderança do DEM) ([DCN de 06/02/2020, p. 51](#))
- 05/02/2020: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL - DCN de 19/12/2019, p. 311)
- 07/02/2020: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso (PP), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro (PP), que passa à condição de suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (PP). (Of. 4/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 13/02/2020, p. 229](#))
- 07/02/2020: Designados como titulares os Senadores Dário Berger (MDB) e Marcelo Castro (MDB), em substituição aos Senadores Eduardo Braga (MDB) e Márcio Bittar (MDB). Designados como suplentes os Senadores Eduardo Gomes (MDB) e Renan Calheiros (MDB), em vagas existentes. (Of. 4/2020 da Liderança do MDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 228](#))
- 07/02/2020: Designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão (PSD) e Paulo Albuquerque (PSD), em substituição aos Senadores Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), respectivamente. (Of. 4/2020 da Liderança do PSD) ([DCN de 13/02/2020, p. 230](#))
- 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Rodrigo de Castro (MDB), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB). (Of. 2/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 227](#))
- 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Marcos Aurélio Sampaio (MDB), em substituição ao Deputado Baleia Rossi (MDB). (Of. 11/2020 da Liderança do Bloco MDB PP PTB) ([DCN de 13/02/2020, p. 232](#))
- 11/02/2020: Designado como titular a Senadora Juíza Selma e o Senador Oriovisto Guimarães, em substituição aos Senadores Álvaro Dias e Eduardo Girão. (Of. 15/2020 da Liderança do Podemos) ([DCN de 13/02/2020, p. 234](#))
- 11/02/2020: Designado como titular o Deputado João Carlos Bacelar, em substituição ao Deputado Wellington Roberto; designado como suplente o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of. 11/2020 da Liderança do PL) ([DCN de 13/02/2020, p. 233](#))



10. 11/02/2020: Designado como titular o Senador Alessandro Vieira, em substituição ao Senador Weverton; designado como suplente o Senador Weverton, em substituição à Senadora Leila Barros. (Of. 6/2020 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 13/02/2020, p. 231](#))
11. 14/02/2020: Designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Rogério Carvalho; designado como suplente o Senador Paulo Rocha. (Of. 7/2020 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 20/02/2020, p. 48](#))
12. 20/02/2020: Designado como titular o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Arthur Lira; designado como suplente o Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr.(Of. n° 028/2020 da Liderança do Progressistas). ([DCN de 27/02/2020, p. 7](#))
13. 03/03/2020): Designado como titular o Senador Esperidião Amin, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso. (Of. 12/2020 da Liderança do PP)
14. 04/03/2020: Designado como titular o Deputado Nicoletti, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 44/2020 da Liderança do PSL)
15. 18/3/2020: Designado como titular o Deputado Felipe Francischini, como suplente, fica indicado o Deputado Nereu Crispim. (OF. 61/2020 - Liderança do PSL)

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 919/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 919, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 919, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 05/02/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽⁴⁾	1. Confúcio Moura - MDB/RO
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽⁴⁾	2. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁴⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽³⁾	3. Vanderlan Cardoso - PSD/GO ^(3,4)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO ⁽⁹⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁵⁾	1. Angelo Coronel - BA
Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁵⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹²⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽¹²⁾
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹²⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Elmano Férrer - PI ⁽¹⁾	1. Lasier Martins - RS ^(1,8)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
VAGO (6,13)	2. VAGO
PT	
Enio Verri - PR	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ (2,10,15)	1. Heitor Freire - CE (2,10,15)
PSD	
Diego Andrade - MG	1. Antonio Brito - BA
PL	
José Rocha - BA (14)	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Adolfo Viana - BA
DEM	
Efraim Filho - PB	1. Alexandre Leite - SP
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Bacelar - BA
PSOL (11)	
Fernanda Melchionna - RS	1. Marcelo Freixo - RJ

Notas:

- 05/02/2020: Designado como titular o Senador Elmano Férrer; designado como suplente o Senador Romário. (Of. 8/2020 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 06/02/2020, p. 55](#))
- 05/02/2020: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL - DCN de 19/12/2019, p. 311)
- Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição a Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 8/2020 da Liderança do PP/SF). ([DCN de 13/02/2020, p. 254](#))
- Designado como titular o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Marcio Bittar; designados como suplentes o Senador Confúcio Moura e o Senador Renan Calheiros em vagas existentes (Of. 7/2020 da Liderança do MDB/SF). ([DCN de 13/02/2020, p. 252](#))
- Designados como titulares o Senador Nelsinho Trad e o Senador Arolde de Oliveira, em substituição, respectivamente, ao Senador Otto Alencar e ao Senador Irajá (Of. 12/2020 da Liderança do PSD/SF). ([DCN de 13/02/2020, p. 256](#))
- Designado como titular o Deputado Darcísio Perondi, em substituição ao Deputado Baleia Rossi (Of. 8/2020 da Liderança do PP-MDB-PTB/CD). ([DCN de 13/02/2020, p. 253](#))
- 07/02/2020: Designado como titular o Senador Plínio Valério, em substituição ao Senador Roberto Rocha, desligado da suplência o Senador Izalci Lucas. (Of. 14/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 258](#))
- 11/02/2020: Designado como suplente o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Romário. (Of. 18/2020 da Liderança do Podemos) ([DCN de 13/02/2020, p. 259](#))
- 11/02/2020: Designado como suplente o Senador Jorge Kajuru, em substituição à Senadora Eliziane Gama. (Of. 9/2020 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 13/02/2020, p. 255](#))



10. 11/02/2020: Designado como titular o Deputado Carlos Jordy, em substituição à Deputada Bia Kicis; designada como suplente a Deputada Bia Kicis. (Of. 13/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 13/02/2020, p. 257](#))

11. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum: PSOL.

12. 14/02/2020: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Rogério Carvalho; designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jaques Wagner. (Of. 10/2020 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 20/02/2020, p. 59](#))

13. 18/02/2020: Deputado Darcisio Perondi é desligado da Comissão (reassunção do Deputado Osmar Terra, titular).

14. 11/03/2020: Designado como titular o Deputado José Rocha, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of. 42/2020 - Liderança do PL)

15. 18/3/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, como suplente, fica indicado o Deputado Heitor Freire. (Of. 61/2020 - Liderança do PSL)

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 922/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 922, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 922, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 04/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽²⁾	1. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽²⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽²⁾	2. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁾
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PP/PB
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Antonio Anastasia - MG ⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão - AC ⁽⁶⁾
Vanderlan Cardoso - GO ⁽⁶⁾	2. Paulo Albuquerque - PT/SE ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Marcos Rogério - DEM/RO
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSC, PSD, PSDB, PSL, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE	
Nicoletti - PSL/RR	1. Nereu Crispim - PSL/RS ⁽⁵⁾
Fernando Rodolfo - PL/PE ⁽³⁾	2. VAGO
Arthur Lira - PP/AL	3. VAGO
Diego Andrade - PSD/MG	4. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	5. VAGO
Carlos Sampaio - PSDB/SP	6. VAGO
Jhonatan de Jesus - REPUBLICANOS/RR	7. VAGO
Kim Kataguiri - DEM/SP ⁽⁴⁾	8. VAGO
PT	
Enio Verri - PR	1. Rui Falcão - SP
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Igor Timo - MG
PCdoB ⁽¹⁾	
Perpétua Almeida - AC	1. Renildo Calheiros - PE

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum

2. 04/03/2020: Designados como titulares os Senadores Marcelo Castro e Confúcio Moura; designados como suplentes os Senadores Márcio Bittar e Luiz do Carmo. (Of. 12/2020 da Liderança do MDB)

3. 05/03/2020: Designado como titular o Deputado Fernando Rodolfo em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of. 033/2020 da Liderança do PL/CD.)

4. 12/03/2020: Designado como membro titular o Deputado Kim Kataguiri, em substituição ao Deputado Efraim Filho. (Of. 061/2020 - Liderança do PP)

5. 18/3/2020: Designado o Deputado Nereu Crispim como suplente. (Of. 61/2020 - Liderança do PSL)

6. 25/03/2020: Designados como titulares o Senador Antonio Anastasia em substituição ao Senador Otto Alencar, e o Senador Vanderlan Cardoso em substituição ao Senador Irajá. Designados como suplentes o Senador Sérgio Petecão em substituição ao Senador Angelo Coronel, e o Senador Paulo Albuquerque. (Of. 35/2020 - Liderança do PSD)

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 923/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 923, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 923, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 05/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽⁵⁾	1. Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽⁵⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽⁵⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽²⁾	3. Mailza Gomes - PP/AC ⁽²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽⁶⁾	2. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽⁷⁾
PSD	
Omar Aziz - AM ⁽¹⁵⁾	1. Vanderlan Cardoso - GO ⁽¹⁵⁾
Angelo Coronel - BA ⁽¹⁵⁾	2. Otto Alencar - BA ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Marcos Rogério - DEM/RO
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE ⁽¹¹⁾	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, PSDB, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE	
Felipe Francischini - PSL/PR ⁽¹⁴⁾	1. Delegado Pablo - PSL/AM ⁽¹⁴⁾
Fernando Monteiro - PP/PE ⁽¹³⁾	2. Cacá Leão - PP/BA ⁽¹³⁾
Cezinha de Madureira - PSD/SP ⁽⁹⁾	3. VAGO
Hildo Rocha - MDB/MA ⁽³⁾	4. VAGO
João Carlos Bacelar - PL/BA ^(3,12)	5. VAGO
Jhonatan de Jesus - REPUBLICANOS/RR	6. VAGO
Carlos Sampaio - PSDB/SP	7. VAGO
Efraim Filho - DEM/PB	8. VAGO
PT	
Enio Verri - PR	1. Rui Falcão - SP
PSB	
Felipe Carreras - PE ⁽¹⁰⁾	1. Elias Vaz - GO
PDT	
Eduardo Bismarck - CE ⁽⁸⁾	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Bacelar - BA ⁽⁴⁾	1. Eduardo Braide - MA
NOVO ⁽¹⁾	
Paulo Ganime - RJ	1. Vinicius Poit - SP

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
- 05/03/2020: Designado como titular o Senador Ciro Nogueira; designada como suplente a Senadora Mailza Gomes. (Of. 18/2020 - Liderança do PP)
- 05/03/2020: Designado como titular o Deputado Hildo Rocha. (Of. 57/2020 da Liderança do Bloco PSL, PL, PP, PSD, MDB, PSDB, REPUBLICANOS, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, PSC, AVANTE, PATRIOTA)
- 11/03/2020: Designado como titular o Deputado Bacelar, em substituição ao Deputado Léo Moraes. (Of. 49/2020 - Liderança do Podemos)
- 11/03/2020: Designados como titulares os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus (Republicanos), designados como suplentes os Senadores Dário Berger Nogueira e Jader Barbalho. (Of. 18/2020 - Liderança do MDB)
- 10/03/2020: Designado como titular a Senadora Eliziane Gama, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues. (Of. 13/2020 - Liderança do Bloco Senado Independente)
- 10/03/2020: Designado como Suplente o Senador Ranfolfe Rodrigues, em substituição a Senadora Eliziane Gama. (Of. 13/2020 - Liderança do Bloco Senado Independente)
- 11/03/2020: Designado como titular o Deputado Eduardo Bismarck, em substituição ao Deputado Wolney Queiroz. (Of. 27/2020 - Liderança do PDT)
- 12/03/2020: Designado como titular o Deputado Cezinha de Madureira, em substituição ao Deputado Diego Andrade. (Of. 066/2020 -PP)
- 12/03/2020: Designado como membro titular o Deputado Felipe Carreras, em substituição ao Deputado Alessandro Molon. (Of. 020/2020 - Liderança do PSB)
- 16/03/2020: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. 026/2020 - Liderança do Podemos)
- 18/03/2020: Designado como titular o Deputado João Carlos Bacelar em substituição ao deputado Wellington Roberto. (Of. 71/2020 - Liderança do PP)
- 18/03/2020: Designado como titular o Deputado Fernando Monteiro, em substituição ao Deputado Arthur Lira. Como suplente, indica o Deputado Cacá Leão. (Of. 64/2020 - Liderança do PP)
- 18/3/2020: Designado como titular o Deputado Felipe Francischini, como suplente, fica indicado o Deputado Delegado Pablo. (Of. 61/2020 - Liderança do PSL)
- 25/03/2020: Designados como titulares o Senador Omar Aziz em substituição ao Senador Otto Alencar, e o Senador Angelo Coronel em substituição ao Senador Irajá. Designados como suplentes o Senador Vanderlan Cardoso em substituição ao Senador Angelo Coronel, e o Senador Otto Alencar. (Of. 34/2020 - Liderança do PSD)

Secretário: Marcos Melo**Telefone(s): 3303-4256**

CMMPV 925/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 925, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 925, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 23/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO
Marcio Bittar - MDB/AC	2. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PP/PB
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Vanderlan Cardoso - GO ^(1,5)	1. Carlos Viana - MG ⁽¹⁾
Sérgio Petecão - AC ⁽¹⁾	2. Paulo Albuquerque - PT/SE ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
Wellington Roberto - PL/PB	1. VAGO
Arthur Lira - PP/AL	2. VAGO
Diego Andrade - PSD/MG	3. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	4. VAGO
Arthur Oliveira Maia - DEM/BA ⁽⁴⁾	5. Leur Lomanto Júnior - DEM/BA ⁽⁴⁾
PT	
Enio Verri - PR	1. Nilto Tatto - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽²⁾	1. Nereu Crispim - RS ⁽²⁾
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Silvio Costa Filho - PE
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Samuel Moreira - SP
PDT	
Wolney Queiroz - PE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Eduardo Braide - MA
CIDADANIA ⁽³⁾	
Arnaldo Jardim - SP	1. Paula Belmonte - DF

Notas:

- 19/03/2020: Designados como titulares o Senador Irajá e o Senador Sérgio Petecão; designados como suplentes o Senador Carlos Viana e o Senador Paulo Albuquerque. (Of. 38/2020 - Liderança do PSD)
- 19/03/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Nereu Crispim. (Of. 59/2020 - Liderança do PSL)
- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
- 25/03/2020: Designada como titular o Deputado Arthur Maia, em substituição ao Deputado Efraim Filho; designado como suplente o Deputado Leur Lomanto. (Of. 72/2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)
- 25/03/2020: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Irajá. (Of. 43/2020 - Liderança do PSD)

Secretário: Marcos Melo**Telefone(s):** 3303-4256

CMMPV 926/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 926, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 926, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 25/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO
Marcio Bittar - MDB/AC	2. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PP/PB
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA ⁽²⁾	1. Angelo Coronel - BA ⁽²⁾
Carlos Viana - MG ⁽²⁾	2. Omar Aziz - AM ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Vinicius Farah - MDB/RJ ⁽⁵⁾	4. VAGO
Dr. Zacharias Calil - DEM/GO ⁽⁴⁾	5. David Soares - DEM/SP ⁽⁴⁾
PT	
Enio Verri - PR	1. Nilto Tatto - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽³⁾	1. Nereu Crispim - RS ⁽³⁾
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Silvio Costa Filho - PE
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Samuel Moreira - SP
PDT	
Wolney Queiroz - PE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Eduardo Braide - MA
PV ⁽¹⁾	
Enrico Misasi - SP	1. Célio Studart - CE

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
2. 25/03/2020: Designados como titulares o Senador Otto Alencar e o Senador Carlos Viana, designados como suplentes o Senador Angelo Coronel e o Senador Omar Aziz. (Of. 39/2020 da Liderança do PSD)
3. 25/03/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Nereu Crispim. (Of. 59/2020 - Liderança do PSL)
4. 25/03/2020: Designada como titular o Deputado Dr. Zacharias Calil; designado como suplente o Deputado David Soares. (Of. 73/2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)
5. 27/03/2020: Designada como titular o Deputado Vinicius Farah. (Of. /2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)

Secretário: Marcos Melo**Telefone(s):** 3303-4256

CMMPV 927/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 927, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 927, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 25/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO
Marcio Bittar - MDB/AC	2. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PP/PB
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Vanderlan Cardoso - GO ⁽¹⁾	1. Sérgio Petecão - AC ⁽¹⁾
Paulo Albuquerque ⁽¹⁾	2. Irajá - TO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
Zé Vitor - PL/MG ⁽²⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Hildo Rocha - MDB/MA ⁽⁵⁾	4. VAGO
Efraim Filho - DEM/PB ⁽²⁾	5. Kim Kataguirí - DEM/SP ⁽²⁾
PT	
Enio Verri - PR	1. Nilto Tatto - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽⁴⁾	1. Nereu Crispim - RS ⁽⁴⁾
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Silvio Costa Filho - PE
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Samuel Moreira - SP
PDT	
Wolney Queiroz - PE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Eduardo Braide - MA
REDE ⁽³⁾	
Joenia Wapichana - RR	1. VAGO

Notas:

*. A comissão está suspensa em virtude do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

1. 25/03/2020: Designados como titulares o Senador Vanderlan Cardoso e o Senador Paulo Albuquerque, designados como suplentes o Senador Sérgio Petecão e o Senador Irajá. (Of. 40/2020 da Liderança do PSD)

2. 25/03/2020: Designados como titulares o Deputado Efraim Filho e o Deputado Zé Vitor, designados como suplente o Deputado Kim Kataguirí. (Of. 74/2020 da Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)

3. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum

4. 25/03/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Nereu Crispim. (Of. 59/2020 - Liderança do PSL)

5. 27/03/2020: Designada como titular o Deputado Hildo Rocha. (Of. /2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 928/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 928, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 928, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 26/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO
Marcio Bittar - MDB/AC	2. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PP/PB
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Vanderlan Cardoso - GO ⁽²⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽²⁾
Carlos Viana - MG ⁽²⁾	2. Angelo Coronel - BA ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Juninho do Pneu - DEM/RJ ⁽⁴⁾	5. Olival Marques - DEM/PA ⁽⁴⁾
PT	
Enio Verri - PR	1. Nilto Tatto - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽³⁾	1. Nereu Crispim - RS ⁽³⁾
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Silvio Costa Filho - PE
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Samuel Moreira - SP
PDT	
Wolney Queiroz - PE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Eduardo Braide - MA
PSOL ⁽¹⁾	
Fernanda Melchionna - RS	1. Edmilson Rodrigues - PA

Notas:

*. A comissão está suspensa em virtude do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum

2. 26/03/2020: Designados como titulares o Senador Vanderlan Cardoso e o Senador Carlos Viana, designados como suplentes o Senador Otto Alencar e o Senador Angelo Coronel. (Of. 41/2020 da Liderança do PSD)

3. 26/03/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Nereu Crispim. (Of. 59/2020 - Liderança do PSL)

4. 26/03/2020: Designada como titular o Deputado Juninho do Pneu; designado como suplente o Deputado Olival Marques. (Of. 75/2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária

Finalidade: Destinada a consolidar o texto da Reforma Constitucional Tributária.

Número de membros: 25 Senadores e 25 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Hildo Rocha (MDB-MA)

RELATOR: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

Designação: 19/02/2020

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 04/03/2020

Fim da suspensão de prazo: 31/07/2020

Prazo final: 28/08/2020

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PSD Deputado Hugo Leal (PSD/RJ)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
PODEMOS Deputado Léo Moraes (PODEMOS/RO)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)
PL Deputado Wellington Roberto (PL/PB) ⁽⁴⁾	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Senador José Serra (PSDB/SP)
PP Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	PSD Senador Omar Aziz (PSD/AM)
PT Deputado Afonso Florence (PT/BA)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Marcos Rogério (DEM/RO)
PV Deputado Enrico Misasi (PV/SP)	PODEMOS Senador Reguffe (PODEMOS/DF)
DEM Deputado Luis Miranda (DEM/DF)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
MDB Deputado Hildo Rocha (MDB/MA)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)
PDT Deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
PSB Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)
PSC Deputado Glaustin Fokus (PSC/GO)	PSD Senador Angelo Coronel (PSD/BA)



CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PSL Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)
PTB Deputado Santini (PTB/RS)	PODEMOS Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)
NOVO Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senador Jaques Wagner (PT/BA)
PROS Deputada Clarissa Garotinho (PROS/RJ)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senadora Simone Tebet (MDB/MS)
PSDB Deputado Vitor Lippi (PSDB/SP)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senadora Kátia Abreu (PP/TO)
PSOL Deputado Marcelo Freixo (PSOL/RJ) ⁽³⁾	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)
REDE Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)	PSD Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) ⁽⁵⁾
PCdoB Deputado Renildo Calheiros (PCdoB/PE)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
AVANTE Deputado Luis Tibé (AVANTE/MG)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)
PATRIOTA Deputado Marreca Filho (PATRIOTA/MA)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)
CIDADANIA Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)
REPUBLICANOS Deputado João Roma (REPUBLICANOS/BA) ⁽²⁾	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Senador Major Olimpio (PSL/SP)
SOLIDARIEDADE Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
PP Deputado Neri Geller (PP/MT)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Notas:

- 05/08/2020: Desligado o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança. (Of. 77/2020 da Liderança do PSL)
- (05/02/2020): Deputado João Roma (Republicanos) é designado, em substituição ao Deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos), conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do Republicanos.
- 04/03/2020: Designado como titular o Deputado Marcelo Freixo, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. (Of. 15/2020 da Liderança do PSOL)
- 28/07/2020: Designado o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of. 84/2020 da Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE).
- 31/07/2020: Designado o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Otto Alencar. (Of. 60/2020 da Liderança do PSD).

Secretário: Reinilson Prado**Telefone(s):** 3303-3492

Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Finalidade: Constituída pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

RELATOR: Deputado Francisco Jr. (PSD-GO)

Designação: 31/03/2020

Instalação: 20/04/2020

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Confúcio Moura - MDB/RO (3,9)	1. Esperidião Amin - PP/SC (10)
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA (2)	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP (2)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF (6)	1. Roberto Rocha - PSDB/MA (6)
PSD	
Vanderlan Cardoso - GO (5)	1. Lucas Barreto - AP (5,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE (3)	1. Zenaide Maia - PROS/RN (11)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Wellington Fagundes - PL/MT (7)	1. Chico Rodrigues - DEM/RR (7,14)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Reginaldo Lopes - MG (1)	1. Renildo Calheiros - PCdoB/PE (1)
PSB	
João H. Campos - PE (13)	1. Mauro Benevides Filho - PDT/CE (15)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
PSL	
Felício Laterça - RJ (8,16)	1. General Peternelli - SP (8,16,17)
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
Cacá Leão - PP/BA (4)	1. Gustinho Ribeiro - SOLIDARIEDADE/SE (4)
Francisco Jr. - PSD/GO (4)	2. Paulo Azi - DEM/BA (4)
Luiz Carlos Motta - PL/SP (4)	3. Hildo Rocha - MDB/MA (4)

Notas:

- Designado como titular o Deputado Reginaldo Lopes(PT/MG), designado como suplente o Deputado Renildo Calheiros (PC do B/PE). (Of. /2020 da Liderança do PT)
- Designado como titular a Senadora Eliziane Gama(CIDADANIA/MA), designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues(REDE/AP). (Of. 26/2020 da Liderança do Bloco Senado Independente)
- Indicados oralmente na reunião de líderes de 25.03.2020
- Designados como titulares os Deputados Cacá Leão (PP/BA), Francisco Jr. (PSD/GO) e Luiz Carlos Motta (PL/SP); designados como suplentes os Deputados Gustinho Ribeiro (SD/SE), Paulo Azi (DEM/BA) e Hildo Rocha (MDB/MA). (Of. /2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)
- Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), designado como suplente o Senador Paulo Albuquerque (PSD/AP). (Of. 42/2020 da Liderança do PSD)
- Designado como titular o Senador Izalci Lucas, designado como suplente o Senador Roberto Rocha. (Of. 27/2020 da Liderança do PSDB)
- Designado como titular o Senador Wellington Fagundes (PL/MT), designado como suplente o Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). (Of. 5/2020 da Liderança do Bloco Vanguarda)
- Designada como titular a Deputada Joice Hasselmann; designado como suplente o Deputado Felício Laterça. (Ofício n° 65/2020 da Liderança do PSL)
- Designado como titular o Senador Confúcio Moura (MDB/RO). (Of. 25/2020 da Liderança do MDB)
- 02/04/2020: Designado como suplente o Senador Esperidião Amin, em substituição ao Senador Eduardo Gomes. (Of. 23/2020 da Liderança do PP)
- 02/04/2020: Designada como suplente a Senadora Zenaide Maia. (Of. 15/2020 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
- 20/04/2020: Designado como suplente o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Paulo Albuquerque. (Of. 45/2020 da Liderança do PSD)
- 22/04/2020: Designado como titular o Deputado João H. Campos. (Of. 35/2020 da Liderança do PSB)
- 22/04/2020: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 6/2020 da Liderança do Bloco Vanguarda)
- 23/04/2020: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho. (Of. 36/2020 da Liderança do PSB)
- 22/05/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, em substituição à Deputada Joice Hasselmann; designada como suplente a Deputada Joice Hasselmann. (Of. 67/2020 da Liderança do PSL)
- 10/07/2020: Designado como suplente o Deputado General Paternelli, em substituição à Deputada Joice Hasselmann. (Of. 73/2020 da Liderança do PSL)

Secretário: Lenita Cunha**Telefone(s):** 3303-3508

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Finalidade: Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

RELATOR: Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Designação: 21/08/2019

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 04/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽²⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽²⁾
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽²⁾	2. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽²⁾	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽³¹⁾	4. Esperidião Amin - PP/SC ⁽³²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽³⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽³⁾	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽⁴⁾
Kátia Abreu - PP/TO ^(3,24,43)	3. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(4,24,34)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA ⁽²¹⁾	1. Flávio Bolsonaro - REPUBLICANOS/RJ ⁽³³⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ^(26,44)	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽²⁶⁾
PSD	
Angelo Coronel - BA ⁽⁵⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽⁵⁾
Nelsinho Trad - MS ⁽⁵⁾	2. Irajá - TO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Humberto Costa - PT/PE ⁽⁶⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE ^(6,68)
Jean Paul Prates - PT/RN ^(6,68)	2. Telmário Mota - PROS/RR ^(6,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ^(8,35,48)
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁴⁸⁾	2. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁴⁸⁾
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE	1. Styvenson Valentim - RN

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PP, PTB, AVANTE, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽⁹⁾	1. Márcio Jerry - PCdoB/MA ^(45,59)
Ricardo Barros - PP/PR ⁽⁹⁾	2. David Miranda - PSOL/RJ ⁽⁵⁰⁾
Walter Alves - MDB/RN ⁽³⁷⁾	3. Juarez Costa - MDB/MT ⁽³⁷⁾
PT	
Luizianne Lins - CE ^(10,25)	1. Natália Bonavides - RN ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	2. Carlos Zarattini - SP ^(10,25)
PSL	
Joice Hasselmann - SP ^(11,46,52,62,63,65,66,67,69)	1. Bozzella - SP ^(11,36,60,62,63,67,69)
Nereu Crispim - RS ^(11,49,52,62,63,67)	2. Heitor Freire - CE ^(11,51,52,58,62,63,67)
PSD	
Delegado Éder Mauro - PA ⁽¹²⁾	1. Márcio Labre - PSL/RJ ^(38,56)
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽⁴¹⁾	1. Wellington Roberto - PB ^(13,41)
PSB	
Lídice da Mata - BA ^(14,28)	1. Alessandro Molon - RJ ^(14,23,28)
REPUBLICANOS	
Celso Russomanno - SP ⁽¹⁵⁾	1. Silvio Costa Filho - PE ⁽³⁰⁾
PSDB	
Alexandre Frota - SP ^(16,42,57)	1. Shéridan - RR ^(54,57)
DEM	
Arthur Oliveira Maia - BA ^(17,29)	1. Elmar Nascimento - BA ^(17,53,61)
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹⁹⁾	1. Paulo Ramos - RJ ^(22,55)
PODEMOS	
José Nelto - GO ^(20,47,64)	1. José Medeiros - MT ^(39,47)
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Dr. Leonardo - MT ⁽¹⁸⁾	1. Aureo Ribeiro - RJ ^(18,40)

Notas:

1. Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).
2. Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB.
3. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente.
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD.
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT.
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL.
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos.
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
20. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
21. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
22. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
24. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
25. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
26. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio (PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
27. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
28. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Silvío Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
31. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
32. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
33. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))
34. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
35. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
36. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
37. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
38. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
39. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan(PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan(PSDB/SP),(Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
43. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
44. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juiza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
45. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
46. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of.395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
47. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
48. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of.071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
49. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
50. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco. ([DCN de 24/10/2019, p. 194](#))
51. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 192](#))
52. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 193](#))
53. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/10/2019, p. 191](#))
54. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/10/2019, p. 215](#))
55. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 214](#))
56. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL). ([DCN de 07/11/2019, p. 69](#))
57. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/11/2019, p. 71](#); [DCN de 07/11/2019, p. 70](#))
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 68](#))
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry (PCdoB), em 28.11.2019, conforme Ofício nº 225/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 05/12/2019, p. 157](#))
60. Designada, como membro suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 497/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 156](#))
61. Designado, como membro suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em substituição ao Deputado Pedro Lupion (DEM), em 10.12.2019, conforme Ofício nº 866/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/12/2019, p. 565](#))
62. Designados, como membros titulares, os Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL), em substituição aos Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, são designados a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Julian Lemos (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL) e ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 510/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 564](#))
63. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, são designados a Deputada Carla Zambelli (PSL) e o Deputado Carlos Jordy (PSL), em 17.12.2019, conforme Ofício nº 528/2019 da Liderança do PSL.
64. Designado, como membro titular, o Deputado José Nelto (Podemos), em substituição ao Deputado Pr Marco Feliciano (Podemos), em 5.2.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do Podemos. ([DCN de 06/02/2020, p. 37](#))
65. 19/02/2020: Designado como titular o Deputado Otoni de Paula, em substituição ao Deputado Filipe Barros.(Of. 31/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 30](#))
66. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 39/2020 da Liderança do PSL)
67. 10/03/2020: Designados como titulares os Deputados Júnior Bozzella e Nereu Crispim, em substituição aos Deputados Filipe Barros e Caroline de Toni. Designados como suplentes os Deputados Delegado Waldir e Heitor Freire, em substituição aos Deputados Carla Zambelli e Carlos Jordy. (Of. 47/2020 da Liderança do PSL)
68. Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT), que passa a compor a Comissão como suplente, em 22.4.2020, conforme Ofício nº 16/2020 da Liderança do Bloco da Resistência Dmocrática.
69. Designada, como membro titular, a Deputada Joice Hasselmann (PSL), em substituição ao Deputado Júnior Bozzella (PSL), que passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 04.06.2020, conforme Ofício nº 68/2020 da Liderança do PSL.

Secretário: Marcelo Assaife \ Lenita Cunha

Telefone(s): 3303-3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS
MDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
MDB VAGO
PDT VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)	Presidente Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)
1º Vice-Presidente Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP)	1º Vice-Presidente Senador Antonio Anastasia (PSD/MG)
2º Vice-Presidente Deputado Luciano Bivar (PSL/PE)	2º Vice-Presidente Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)
1ª Secretária Deputada Soraya Santos (PL/RJ)	1º Secretário Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)
2º Secretário Deputado Mário Heringer (PDT/MG)	2º Secretário Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)
3º Secretário Deputado Fábio Faria	3º Secretário Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS/RJ)
4º Secretário Deputado André Fufuca (PP/MA)	4º Secretário Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Felipe Francischini (PSL/PR)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senadora Simone Tebet (MDB/MS)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Atualização: 19/02/2019

Notas:

*. A composição da Conselho com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

Eleição Geral: 03/03/2020

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Flavio Lara Resende	Guliver Augusto Leão
Representante das empresas de televisão (inciso II)	João Camilo Júnior	Juliana dos Santos Noronha
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Ricardo Bulhões Pedreira	Juliana Toscano Machado
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Valderez de Almeida Donzelli	Olimpio José Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Maria José Braga	Elisabeth Villela da Costa
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Antônio de Jesus da Silva	Edwilson da Silva
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Zezé Motta	Fabio Almeida Mateus
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Sonia Santana	Luiz Antonio Gerace
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Matos	Angela Cignachi
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Patricia Blanco	Renato Godoy de Toledo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Davi Emerich	Bia Barbosa
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luis Roberto Antonik	Daniel José Queiroz Ferreira
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fábio Andrade	Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Atualização: 09/03/2020



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
PRESIDENTE

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)
2º VICE-PRESIDENTE

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)
1ª SECRETÁRIA

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º SECRETÁRIO

Fábio Faria
3º SECRETÁRIO

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p style="text-align: center;">Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)</p> <p>2º - Senador Weverton (PDT-MA)</p> <p>3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)</p> <p>4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)</p>	<p style="text-align: center;">Deputado(a) Rodrigo Maia (DEM -RJ) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Marcos Pereira (REPUBLIC -SP) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Luciano Bivar (PSL -PE) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Soraya Santos (PL -RJ) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Mário Heringer (PDT -MG) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Expedito Netto (PSD -RO) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) André Fufuca (PP -MA) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Deputado(a) Rafael Motta (PSB -RN)</p> <p>2º - Deputado(a) Geovania de Sá (PSDB -SC)</p> <p>3º - Deputado(a) Isnaldo Bulhões Jr. (MDB -AL)</p> <p>4º - Deputado(a) Paulão (PT -AL)</p>



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

<p style="text-align: center;">Líder do Governo</p> <p>Senador Eduardo Gomes - MDB / TO</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Senador Flávio Bolsonaro - REPUBLICANOS / RJ</p> <p>Senador Marcio Bittar - MDB / AC</p> <p>Senador Sérgio Petecão - PSD / AC</p> <p>Deputado Celso Russomanno - REPUBLICANOS / SP</p> <p>Deputado Claudio Cajado - PP / BA</p> <p>Deputado Pedro Lupion - DEM / PR</p> <p>Deputado Pr. Marco Feliciano - REPUBLICANOS / SP</p> <p>Deputado Ricardo Barros - PP / PR</p> <p>Deputado Rogério Peninha Mendonça - MDB / SC</p>	<p style="text-align: center;">Líder da Maioria</p> <p>Senador Roberto Rocha - PSDB / MA</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Deputado Carlos Henrique Gaguim - DEM / TO</p>	<p style="text-align: center;">Líder da Minoria</p> <p>Deputado Carlos Zarattini - PT / SP</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Senador Jean Paul Prates - PT / RN</p> <p>Deputado Afonso Florence - PT / BA</p>
---	--	--



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

